

EUNICIANA PELOSO DA SILVA

Retratos entre trilhos: FAMÍLIAS do Jardim Helena e Itaim Paulista

**Serviço Social
PUC/SP
SÃO PAULO - 2006**

EUNICIANA PELOSO DA SILVA

Retratos entre trilhos: FAMÍLIAS do Jardim Helena e Itaim Paulista

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Aldaíza Sposati.

PUC/SP

SÃO PAULO – 2006

SILVA, Euníciana Peloso da S3330
Retratos entre trilhos: FAMÍLIAS do Jardim Helena e Itaim Paulista /
Euníciana Peloso da Silva. _ São Paulo: PUC, 2006. 255 p.

Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1 – Família. 2 – Modo de vida. 3 – Pobreza.

I – Título.

CDD.....

CDU.....

Banca Examinadora

-

-

-

-

-

Dedicatória

Aos meus pais, Milton Peloso da Silva (*in memoriam*) e a Eunice Peloso da silva, pelo carinho, perseverança, aprendizado e pelo esforço que fizeram para que eu e meus 16 irmãos pudéssemos crescer, viver e construir outras e novas relações familiares. Aos meus dois filhos queridos, Eunice e Jorge, pelo prazer das descobertas que fizemos juntos, quando vivenciamos a ousada e instigante relação mãe e filha(o). Ao Wal, incansável, carinhoso e compreensivo companheiro, que se dispôs a ensinar e a aprender o gostoso sabor do viver compartilhado.

AGRADECIMENTOS

Esta foi, sem dúvida, uma experiência ousada e muito desafiante que me propus a realizar. Em que pese a dificuldade dos momentos solitários de sua construção e elaboração, não posso deixar de reconhecer que foi uma experiência gostosa, que me fez crescer como filha, mãe, esposa, mulher, profissional, mas sobretudo como pessoa.

O importante das experiências é que elas não são vividas e nem experimentadas sozinhas, ainda que cada pessoa tenha a sua forma particular de vivenciá-las. Neste projeto tive o prazer de contar com o apoio e a colaboração de muitas pessoas. Algumas pertencem às minhas relações familiares, outras ao meu círculo de amizades, ao meu universo profissional, e outras são aquelas que vamos encontrando e conhecendo no percurso da vida, como foi no pós-graduação da PUC/SP e nas demais experiências. Nesse sentido, agradecê-las neste momento foi a maneira que encontrei para dizer a todas o quanto elas me ensinaram a viver desafiando a vida.

À minha família de origem. Ao meu pai (*in memoriam*), que com sua determinação e firmeza, muitas vezes até inconvenientes, me ensinou que estudar significava compreender o mundo. À minha mãe que não mediu esforços, força, determinação e coragem para dizer aos filhos, por intermédio do seu trabalho, que os limites existem para ser quebrados, como alternativas para se superar dificuldades. Aos meus irmãos(ãs) Lurdes, Nazildo (*in memoriam*), Miguel, Ranulfo, Raimundo, Ortenira, Saul, Maria, Elfrida, Rainilda, Francisco Paulo (*in memoriam*) Pedro, Rita, Milton, Socorro e Vicente, que além do vínculo consangüíneo/biológico, estabeleci com eles(as) relação vincular afetiva de carinho, em que as disputas comuns nas relações fraternas serviram de suporte e de aprendizado na trajetória que cada um buscou fazer. Às(aos) tias(os) Raimunda, Nonato, Lucinda, Ana, Fausto (*in memoriam*) e Luiza, pelo convívio e exemplos de luta e de perseverança, que juntos com suas famílias, buscaram construir histórias de vida que me mostraram a importância das relações solidárias e da luta para conquistar objetivos. Aos meus primos Hélio, Raimundinho, Maria José, Rita, Merita, Flávio, Trindade, Luiz, Nilza e Dora pela amizade e cumplicidade das primeiras experiências. Aos meus sobrinhos e sobrinhas, que com a irreverência e rebeldia da juventude me mostram a importância e as possibilidades das relações intergeracionais. À minha família, que construí em parceria com meu marido Waldemar, com meus filhos Eunice e Jorge e aos demais membros que vamos agregando às nossas relações familiares,

ocasião em que se tem condições de ressignificar muitas das experiências relacionais vividas na família de origem.

À professora doutora Aldaíza Sposati, minha orientadora, que além da competência, mostrou-me que o processo de criação e de elaboração tem de ser construído com criatividade e com coerência. Agradeço, particularmente, pelo cuidado e disposição que teve em me orientar e de me deixar livre para fazer o meu próprio percurso.

Às 22 famílias moradoras do distrito do Itaim Paulista e às 18 do Jardim Helena, que mesmo não me conhecendo na intimidade, se dispuseram a participar de um processo de pesquisa, no qual tinham de abrir as “intimidades” e as experiências de suas famílias.

À equipe de professores do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da PUC/SP, particularmente àquelas com quem convivi com mais proximidade: Dilsea Adeodato, Mariângela Belfiori Wanderlei, Regina Giffoni, Marta Campos, Carmelita Yazbek, Maria Lucia Martinelli, Maria Lucia de Carvalho, Mirian Veras, Lucia Barroco, Ada Pelegrine e Maria Lucia Rodrigues,

Aos amigos paraenses, paulistas, catarinenses, paranaenses, goianos, cariocas, de Natal, do Piauí, catarinenses, de Manaus e de Vitória, que conheci no Pós-graduação, particularmente, àqueles que conviveram comigo no Núcleo de Estudo e Pesquisa de Ética e Direitos Humanos, e no Núcleo de Seguridade e Assistência Social: Silvina, Nice, Neiri, Ana Paula, Fátima, Dalva, Jorge Artur, Damares, Cristina, Alberto, Bernadete, Rosângela, Íris, Solange e Dirce.

Aos assistentes sociais e demais profissionais com quem convivi nas várias experiências de trabalho que vivenciei em 25 anos de intenso exercício profissional. Quero fazer um destaque particular aos profissionais da Divisão de Serviço Social, do Núcleo de Família e de ex-presidiários do Sistema Penitenciário Paulista, do Programa Renda Cidadã/ Fortalecendo à Família - PFF e do Programa de Assistência Social à Família – PROASF, que foram as experiências mais desafiadoras e instigantes que desenvolvi como assistente social.

Não poderia deixar de fazer um agradecimento particular às amigas assistentes sociais Edna Peixoto e Vanessa de Castro e à psicóloga Danielle, que colaboraram comigo durante o processo de pesquisa, à Kica (Adelina Cristina) e Mara Ruggiero pela colaboração na elaboração dos gráficos e mapas, e à Telma Baeza pelo trabalho de revisão.

Aos colegas da Prefeitura Municipal de Suzano pela compreensão no processo de construção deste estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES, que através do programa de apoio financeiro permitiu que meu doutorado pudesse ser desenvolvido com maior tranquilidade.

Enfim, a todos aqueles que, na invisibilidade, facilitaram e fortaleceram esta caminhada.

Resumo

Este estudo analisa o modo de vida de famílias de baixa renda, beneficiárias do programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, no período compreendido entre setembro de 2002 a dezembro de 2004. As famílias são moradoras dos distritos do Jardim Helena e do Itaim Paulista, localizados em áreas de fronteira do extremo leste da cidade de São Paulo, que aparecem em 13º e 9º lugares, respectivamente, no *ranking* da inclusão/exclusão social do Mapa da Inclusão/ Exclusão Social da cidade de São Paulo no ano 2000, dos 96 distritos da cidade de São Paulo os mais excluídos.

O espaço familiar deve ser um lugar de convivência, onde meninas e meninos, homens e mulheres, podem e devem aprender a lidar com a vida cotidiana, a enfrentar os desafios e a superar limites e obstáculos e, principalmente, a lidar com as controvérsias dos dilemas e problemas próprios dos processos relacionais que vivenciamos contraditoriamente na vida. Mas não somente. Há que se ter oportunidade de convívios e de acessos aos serviços sociais e comunitários mantidos pelo Estado, por intermédio das políticas sociais, para que possamos usufruir e ter direitos como cidadãos.

O modo de vida vivenciado cotidianamente por essas famílias, na verdade, são experiências sociais. Experiências sociais que Thompson definiu como sendo um processo histórico, em que se incorpora consciência.

Compreender essas experiências é conhecer histórias e trajetórias familiares construídas e vividas de forma complexa, já que essas famílias vivem situações-limite vivenciadas por essas famílias. A urgência e a emergência são rotinas na vida das famílias de baixa renda.

A rede de proteção social com a qual as famílias contam para enfrentar as dificuldades advindas da situação de exclusão social é insuficiente, em particular, os serviços públicos de saúde, assistência social, educação e infra-estrutura urbana.

Abstract

The present study analyzes the way of living of low income families that were assisted in an income program (Renda Cidadã/ Fortalecendo a Família) during September/2002 to December/2004. The families live in “Jardim Helena” and “Itaim Paulista”. Both districts in the East of São Paulo City. They are the 13^o and 9^o positions in the ranking of social exclusion/inclusion of the social exclusion/inclusion map of São Paulo City in the year 2000. The year when the 96 districts in São Paulo were classified according to their rank of social exclusion.

The family environment must be a place for living together, where boys, girls, men and women can and must learn how to deal with everyday life, face challenges, and overcome obstacles as well as, mainly, to cope with controversial dilemmas as related to its problems in interrelational processes faced contradictorily in life. But not only, there may be opportunity to live together and access to social public services offered by the governments, through its social policies so that we can benefit from it and have citizens' rights.

In fact, the way of living experienced by these families are social experiences. Social experiences that Thompson defined as “a historical process where conscience is incorporated”.

To understand these experiences is to know stories and family developments which were built and lived in a complex form, showed by extreme situations experienced by these families. The urgent and emergency situations are normal in low income families' lives.

The protection offered to these families to face the difficulties of being socially excluded is not enough. Mostly in the health and social assistance, education, and urban structure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
METODOLOGIA DE PESQUISA	31
CAPÍTULO I – FAMÍLIAS “SIMPLES”	44
1. As fotografias em movimento	44
2. As famílias do distrito do Itaim Paulista	53
3. As famílias do distrito do Jardim Helena	70
4. Caracterizando os dois distritos	83
4. 1. Economia do distrito do Itaim Paulista	83
4. 2. Economia do distrito do Jardim Helena	85
4. 3. Serviços de saúde dos distritos	89
4.4. Serviços de educação dos distritos	90
4.5. Serviços socioassistenciais dos distritos	92
4.6. Outros serviços identificados nos distritos	96
CAPITULO II – O COMPLEXO MODO DE VIDA DAS FAMÍLIAS “SIMPLES” RESIDENTES NOS DISTRITOS DO JARDIM HELENA E DO ITAIM PAULISTA	98
1. Dinâmica de funcionamento e constituição familiar	102
2. Violência, droga e criminalidade - experiências e desafios que as famílias “simples” enfrentam cotidianamente	124
3. Formas e condições de habitação e moradia	131
4. Forma e condições de trabalho	138
5. Tipo e qualidade de alimentação	141
6. Acesso das famílias à rede de serviços (públicos e privados)	152
6.1. Serviços de saúde disponíveis	153
6.2. Serviços de educação nos distritos	157
6.3. Serviços socioassistenciais dos distritos	160
6.4. Outros serviços identificados nos distritos	162
CAPÍTULO III – PROGRAMA SIMPLES PARA ATENDER FAMÍLIAS COMPLEXAS	163
1. Programas de atenção às famílias	166
2. O programa saúde da família	172
2. Programa bolsa-família	176
4. Renda cidadã/ Fortalecendo a família	179
CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191
ANEXOS	202
Anexo 1	202
Anexo 2	203
Anexo 3	205
Anexo 4	211

INTRODUÇÃO

Com os conhecimentos adquiridos por intermédio de diferentes experiências profissionais, de leituras e observações empíricas que venho desenvolvendo, tive a oportunidade de conhecer alguns dos traços e das características que hoje são vividos pelas famílias pobres, em grande parte, por imposição das condições de pobreza e suas determinantes. As famílias pobres vivem e se reproduzem de forma muito precária, situação que reitera o círculo vicioso da pobreza, que no Brasil é endêmico e intergeracional.

Para se compreender a complexidade do universo vivido pelas famílias pobres é importante que se faça um investimento no sentido de construir um perfil dessas famílias, que revele claramente as condições reais do seu modo de vida, como se fosse um filme, isto é, com imagens em movimento. Essas imagens devem explicitar os relevos sócio-históricos das situações das famílias, que são experimentadas com a pobreza, exclusão social, violência intrafamiliar e violência urbana, sofrimentos a que estão expostas, como também, às demais situações vivenciadas em seu dia-a-dia.

Esse modo de vida vivenciado cotidianamente por essas famílias, na verdade, são experiências sociais. Experiências sociais que Thompson¹ definiu como sendo um processo histórico, em que se incorpora consciência. Para o autor, esse processo é também um espaço de constantes lutas, através do qual os sujeitos sociais se constroem como sujeitos, com seus sentimentos, idéias, valores, significados, desejos, costumes, normas, tradições, inovações, vivências e outros.

As experiências e situações adversas vivenciadas pelas famílias são decorrentes da questão social². Bogus, Yazbek e Belfiore discutem que *“a questão social diz respeito aos vínculos históricos, que amalgamam cada sociedade, e às tensões e contradições que levam a sua ruptura. Nesse sentido, ela é parte constitutiva dos componentes básicos da organização social – Estado, Nação, cidadania, trabalho, etnia, gênero, entre outros – considerados essenciais para a continuidade e mudança na sociedade”* (2000:9).

Para muitos, tais situações fazem parte de um universo que se convencionou chamar, de modo discriminador e linear, simplesmente, de situação da “população

¹ E. P. Thompson. A miséria da teoria, ou um plenário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser), Rio de Janeiro, Zahar, 1991.

² Para compreender melhor, acerca da questão social, sugiro a leitura dos livros: *Desigualdade e a questão social*, organizado por Bogus, Yazbek e Belfiore. São Paulo, Cortez, 2000. E *A “questão social” no Brasil – crítica do discurso político* de Gisálio Cerqueira Filho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

carente”, como se não tivesse relação alguma com o modo de produção e reprodução da vida social. Na verdade, as experiências e os problemas vividos pela população pobre, que busca atendimento nos serviços de saúde, educação, justiça, segurança e assistência social, estão diretamente ligados à questão social e suas manifestações.

Para lidar e compreender as conseqüências observadas na realidade social descobri o caminho da reflexão sistemática na academia. Nesse local aprendi que não basta apenas fazer o atendimento profissional eficiente, é preciso que se reflita sobre o que se está fazendo e como se está fazendo. Portanto, é preciso refletir e sistematizar o “fazer profissional”. Essa sistematização precisa acontecer num movimento simultâneo e processual, cujo critério seja a prática referenciada à teoria e a teoria referenciando a prática, numa cumplicidade dialética de complementaridade.

Os sujeitos dessas experiências foram grupos de pessoas que sofriam conseqüências da questão social, como por exemplo: grupos de posseiros urbanos e rurais; grupos de mulheres operárias, grupos de ex-presidiários(as); grupos de famílias de crianças abrigadas; grupos de famílias de presos(as), grupos de famílias que vivenciavam experiências de violência doméstica, grupos de adolescentes e grupos de alunas(os) de Serviço Social em processo de formação. Enfim, um universo profissional significativo, ora exercido com a parcela da população que sofre e padece com as conseqüências oriundas da questão social, ora com profissionais que se preparam e/ou estão em processo de formação para trabalhar com essa população.

Esses vários segmentos da população, marcadamente pobres, eram constituídos, na maioria das vezes, por mulheres que buscavam atendimento nos serviços sociais, eram atendidas de forma segmentada, como se estivessem desvinculadas e/ou desconectadas do contexto macrossocial, político, econômico e cultural da sociedade apareciam como mais um caso, uma ocorrência dentre tantas. Esta constatação empírica de que as mulheres constituíam a maioria das usuárias dos serviços sociais, aguçou meu interesse pelos estudos relacionados à igualdade de direitos entre os gêneros, e sobre famílias, já que as mulheres buscavam os serviços de saúde, educação e assistência social para as suas famílias, principalmente para seus filhos.

Nos estudos sobre famílias, interessei-me, especialmente, por aqueles relacionados com o universo daqueles que vivem em situação de pobreza, considerando que as experiências de trabalho que vinha desenvolvendo eram, na sua grande maioria, com famílias marcadamente pobres, com vivência de riscos nos planos pessoal e social.

Percebi que trabalhar e compreender as complexidades próprias do universo familiar, somados aos estressores³ oriundos da situação de pobreza - a vulnerabilidade e exclusão social, requer conhecimentos técnico-metodológicos, disposição, postura e compromisso profissional. Requer, ainda, articulação e participação no processo de construção das redes de serviços sociais e socioassistenciais. Considerando que as mesmas devem oferecer serviços compatíveis com as demandas e as necessidades da população usuária.

Entendo que o espaço familiar deva ser um lugar de convivência, onde meninas e meninos, homens e mulheres, podem e devem aprender a lidar com a vida cotidiana, a enfrentar os desafios e a superar limites e obstáculos, e principalmente, a lidar com as controvérsias dos dilemas e problemas próprios dos processos relacionais que vivenciamos contraditoriamente na vida. Mas não somente. Há que se ter oportunidade de convívio e de acessos aos serviços sociais e comunitários mantidos pelo Estado, por meio das políticas sociais, para que possamos usufruir e ter direitos como cidadãos.

Considero família um conjunto ou agregado de pessoas que, independentemente do modo de organização ou estruturação oferece acessos às pessoas (crianças, adultos e idosos) referências e convivências de aprendizado de relações afetivas, solidárias e conflituosas. Nesse sentido, a concepção de família com a qual trabalho não passa, necessariamente, pelo modelo tradicional de família nuclear burguesa, que nos faz acreditar, boa parte das vezes, que uma verdadeira família é aquela cuja estrutura e constituição conta com a presença do pai, da mãe e de filhos biológicos. Modelo, que mesmo não sendo hegemônico, ainda consegue impregnar as análises e as representações sobre as famílias. Não parto, portanto, da antinomia família estruturada e família desestruturada, mas da relação que se estabelece via desejo geracional, o que se opõe a dependências e interdependências afetivas e de reprodução social.

As mudanças que observamos na atualidade nas configurações e nas maneiras de as famílias se constituírem, ainda não foram suficientes para quebrar a força e o mito do modelo tradicional de família nuclear burguesa. Não viver esse modelo ainda causa forte impacto, tanto nas representações das dinâmicas familiares, como na maneira de compreender, de caracterizar e de analisar o universo familiar por parte dos profissionais que trabalham com famílias, pesquisadores e da própria sociedade de modo geral. Todos,

³ Estou considerando como estressores as dificuldades decorrentes das situações de: desemprego e subemprego; trabalhos eventuais e esporádicos com baixa remuneração, insalubres e precários; morar num território discriminado, violento, dominado e controlado pelo tráfico de drogas e crime organizado, sem ter a proteção de uma rede de serviços sociais e de infra-estrutura urbana; residir em casas insalubres e minúsculas (1, 2, 3 cômodos) sem espaço físico suficiente para acomodação e descanso da família, entre outras.

de alguma forma, acreditam que essa estrutura seja a mais eficaz e competente para se viver em família.

Aprendi a conviver e a trabalhar com os modelos de família que são vivenciados, isto é, construídos pelas condições objetivas de cada uma delas. Percebo e compreendo o universo familiar, não pelo modelo, forma, versão e estrutura que tem, mas fundamentalmente, pelas condições de proteção e de possibilidades que possam oferecer para o crescimento e o desenvolvimento dos membros, como bem diz Szymanski:

“O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa de força de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar” (1995:27).

O fato de uma família ser constituída de uma mãe e seus filhos; de pai e os filhos; avós e netos; um casal e os filhos; duas mulheres vivendo e cuidando dos filhos que tiveram em outras relações, entre outros muitos modelos de família que tenho conhecido, ou ouvido falar, não significa necessariamente que ela seja a melhor ou pior família. E tampouco, que ela seja a única responsável pelo sucesso, pelas dificuldades e pelos problemas vividos pelos membros. As famílias fazem parte de um universo social muito maior do que o núcleo familiar. Elas estão inseridas e conectadas com uma rede social que interfere diretamente no processo relacional das famílias, conforme diz Sluzki:

“[...] De fato, essa experiência coerente no tempo e espaço que constitui nossa identidade se constrói constantemente no curso de nossas vidas com base em nossa interação com os outros – familiares, amigos... e inimigos, conhecidos, companheiros, paroquianos, todos aqueles com quem interagimos” (1997:15).

As famílias que tive a oportunidade de conhecer através das experiências realizadas eram famílias que viviam modelos, configurações, formatos e vivências as mais variadas possíveis. Umas, por estarem circunstancialmente vinculadas ao sistema penitenciário, sofriam com as conseqüências causadas tanto com a prisão de algum membro (pai e filho, principalmente, quando os mesmos eram os provedores de suas famílias), como também com as dificuldades enfrentadas por ocasião da liberdade (desemprego, discriminação social e mudanças familiares)⁴. Outras famílias, conheci com

⁴ Esse trabalho foi desenvolvido na Divisão de Serviço Social Penitenciário, no período de 1995 a 2001, com familiares de ex-presidiários com problemas de saúde, 95% dos problemas de saúde eram HIV/AIDS e com familiares de sentenciados que cumpriam pena no sistema prisional paulista. Com essas famílias, conheci

as experiências que desenvolvi como terapeuta de família⁵, e através do trabalho de acompanhamento social⁶.

Foi por meio dessas experiências, que compreendi a necessidade de desenvolver um trabalho social mais próximo do universo e das dinâmicas dessas famílias. Dessa forma, acredito que vamos adquirindo conhecimentos e condições efetivas de trabalhar, de fato, as potencialidades das famílias voltadas para o processo de inclusão social que resulte na emancipação e autonomia socioeconômica e cultural das mesmas. Portanto, esse trabalho exige estratégias e instrumentais técnico-metodológicos que facilitem a aproximação e o conhecimento das características e das necessidades das famílias e dos territórios onde as mesmas residem.

Portanto, para propor e desenvolver um trabalho social com família é preciso ultrapassar o limite das análises comumente e ainda expressas nos programas governamentais e em práticas sociais com famílias. Programas e práticas têm a tendência de fazer uma leitura mecânica, homogênea e conservadora das famílias de baixa renda. Leituras preconceituosas, que desconsideram os saberes, os conhecimentos, as potencialidades e as experiências de vida e de luta das famílias, bem como as várias

vários modelos de constituição e de funcionamento familiar. Tinha famílias homossexuais masculinas e femininas, com filhos de outras relações heterossexuais. Famílias que mesmo que o provedor estivesse preso, e a mulher sustentasse financeiramente a casa, a chefia estava com o homem que comandava a mesma de dentro do presídio. Pais que perdiam a autoridade junto aos filhos quando estes cresciam e descobriam os motivos da prisão do pai. Filhos que só conheceram o pai quando já estavam adolescendo, e por isso consideravam que o pai não passava de amante de sua mãe. Mães que se desdobravam visitando filhos em vários presídios e /ou cadeias públicas. Homens e pais que sustentavam suas famílias e filhos, mesmo estando presos, com os artesanatos fabricados na prisão, ou trabalhando fora quando estavam em regime de semiliberdade.

⁵ Essas duas experiências desenvolvidas na área de terapia familiar e que foram realizadas através do Instituto Familiar, uma organização não-governamental que pesquisa, estuda e faz intervenção no âmbito do universo familiar, da qual sou sócia-fundadora, conheci várias famílias em situação de abrigo, que tinham vínculos circunstanciais com a Febem/SP - Abrigo Solar da Alegria Artur Alvim, já que suas crianças encontravam-se abrigadas sob a custódia do Estado, na maioria dos casos, em decorrência de seus pais terem negligenciado, maltratado, abusado e/ou violentado sexualmente suas crianças. Essas famílias, na sua grande maioria, lutavam para reconquistar o pátrio poder dos filhos, que haviam perdido por determinação judicial. Para aqueles que se interessam pelo tema, a experiência foi parcialmente sistematizada na monografia: Abrigamento e Desabrigamento – Uma Questão de Amor. Na experiência com famílias na comunidade, que foi desenvolvida no bairro de Santa Júlia, área, do município de Itapeceira da Serra, região metropolitana de São Paulo, conheci famílias que funcionavam com modelos e estruturas de funcionamento comumente encontrados em outros bairros, ou em qualquer área da cidade. Mas um dado preocupava os pais, profissionais e poder público: as famílias perdiam seus filhos adolescentes para o tráfico de drogas e para o crime organizado. E um grande número de adolescentes morria antes mesmo de completar 18 anos de idade.

⁶ Nas duas experiências que vivenciei nos programas: Fortalecendo a Família - PFF e Programa de Assistência Social às Famílias – Proasf, ambas através de convênios e de parcerias. A primeira foi por meio do convênio SAS/PUC/Unicsul/Unisa, no qual atendíamos 3.100 famílias em situação de pobreza e exclusão social, em grupos socioeducativos, nos distritos do Jardim Helena e Itaim Paulista, zona leste de São Paulo. A segunda foi por meio do convênio SAS/Unicsul. Nesse trabalho, atendemos 4.300 famílias em situação de extrema vulnerabilidade, que residiam em 12 distritos da região leste I, que segundo o mapa do CEM/Cebrap, são territórios de alta e altíssima privação (Artur Alvim, Cangaíba, Cidade Líder, Cidade Tiradentes, Guaianazes, Itaquera, Itaim Paulista, Jardim Helena, Lajeado, Vila Curuçá, Vila Jacuí e Parque do Carmo). Assim, convivi e conheci vários tipos e modelos de famílias, como aquelas chefiadas por mulheres.

situações de dificuldades que são vividas pelas famílias no cotidiano de suas vidas, como por exemplo, as condições e as formas de trabalho a que muitas estão submetidas. Condições essas que, na maioria das vezes, são subumanas e de semi-escravidão; o sofrimento causado pela pobreza e privação do território; as condições precárias e insalubres das moradias onde residem; a situação de debilidade em que se encontra a saúde orgânica e mental das mesmas; dinâmica e constituição familiar, que muitas vezes são vivenciadas com rupturas de vínculos, ora ocasionadas pela violência doméstica, ora pelo envolvimento com a criminalidade; situação de abandono; dificuldades de acesso aos serviços sociais, entre tantas outras dificuldades.

Tais situações e dificuldades precisam ser conhecidas, compreendidas e contextualizadas, para que se tenha a dimensão real dos riscos e dos sofrimentos que a situação de pobreza e exclusão social causam às famílias de baixa renda, que sem muitas alternativas e oportunidades, são “forçadas” e/ou “obrigadas” a viver em territórios de fronteiras das grandes cidades e metrópoles brasileiras, como é o caso dos dois distritos (Jardim Helena e Itaim Paulista), onde moram as famílias selecionadas para este estudo.

Pior do que serem “forçadas” e/ou submetidas a viver e/ou sobreviver em condições tão adversas daquelas de civilidade humana, é serem responsabilizadas pela situação de risco e de precariedade a que estão vivendo, como fazem muitas análises e leituras de programas, de profissionais, pesquisadores e de práticas e propostas de trabalho sociais dirigidas às famílias pobres e em situação de vulnerabilidade.

Afinal, conseguir sobreviver em condições tão precárias e indignas requer, no mínimo, que essas famílias sejam fortes e criativas, para não sucumbir, desistir ou abrir mão de viver. E essas características ninguém pode deixar de reconhecer nas famílias de baixa renda. Elas criam e instituem estratégias inimagináveis para superar problemas. Estratégias essas, que as permite continuar sobrevivendo às adversidades da vida cotidiana.

Mesmo os programas sociais que trazem em seu bojo, propostas e estratégias de aproximação com o universo vivido pelas famílias pobres, ainda não conseguem penetrar nem conhecer cada família de *per si*. Refiro-me aos programas governamentais de transferência de renda, que, além de transferir recursos financeiros, propõem um trabalho de acompanhamento social, com atividades socioeducativas em grupos de famílias. Destaco aqui, mais especificamente, os programas Renda Cidadã/ Fortalecendo a Família, Peti, Proasf e Bolsa Família. Este último, que surge com a proposta de unificar todos os programas de transferência de renda direcionados às famílias, via cadastro único.

Tentando resolver os problemas criados e talvez a lacuna que há muito tempo vem sendo mantida nas políticas sociais, o documento da Política Nacional de Assistência Social, de 2004, regulamentado pela NOB 2005, explicita que a centralidade na família tem prioridade no âmbito das propostas dos serviços de assistência social.

“A matricialidade sociofamiliar está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, de seus membros e dos indivíduos. A centralidade da família com vistas à superação da focalização, tanto relacionada a situações de risco como a de segmentos, sustenta-se a partir da perspectiva postulada. Ou seja, a centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária” (PNAS/MDSCF/SNAS, Brasília, 2004:11).

Esse é um posicionamento e uma decisão política muito importante, ainda que tente imputar à família responsabilidades claramente do Estado. Primeiro, os estudos sobre desenvolvimento humano indicam que o universo familiar é o *locus* primário de socialização e de aprendizagem de homens e mulheres. Então, o Estado é responsável por criar e manter serviços de proteção social às famílias. Segundo, por tratar-se de uma política social, cuja prioridade de sua abrangência está direcionada principalmente, para o atendimento das necessidades da população em situação de pobreza e exclusão social, que, no Brasil, a quantidade de famílias nessas condições está em torno de 32 milhões.

Bader Sawaia⁷, por exemplo, afirma que a família é muitas vezes fonte de todo o bem e todo o mal, quando diz que:

”A família é acusada como sendo lugar de servidão, lugar de reprodução social da desigualdade, da formação da neurose e da normalização. Ao mesmo tempo, exaltam-na como lugar de mediação, primeira e forte, entre o indivíduo e a sociedade. ‘lôcus’ de fruição da vida emocional, mesmo que para tristeza [...] A centralidade da

⁷ Painel: “Que família é essa?”, por ocasião do lançamento do Programa Renda Cidadã/Fortalecendo à Família, convênio SAS – PUC/SP. O texto da autora pode ser encontrado no livro: *Trabalho com famílias*, volume 2, 2004.

família na vida das pessoas é indiscutível. Uma pesquisa realizada pela UNICEF com cinco mil jovens brasileiros revelou que 95% deles percebem a família como a mais forte das instituições, e 70% consideram que a convivência familiar é o principal motivo da felicidade.” (2004:20).

Concordo com as considerações feitas por Bader Sawaia a respeito do aprendizado e da socialização adquirida no núcleo familiar, mas gostaria de reiterar que para o processo de socialização e de aprendizado adquirido por homens e mulheres no universo familiar funcionar como fator e indicador de proteção e de desenvolvimento das capacidades humanas, é preciso que as condições de civilidade humana nos núcleos familiares sejam garantidas. No caso das famílias em situação de pobreza e de exclusão social, essas condições necessariamente, deveriam ser garantidas e/ou complementadas pelas ações das políticas sociais: saúde, educação, habitação, assistência social e de infraestrutura urbana.

Não basta que a Política nacional de Assistência Social tenha a família como centralidade, é preciso que a centralidade seja concretizada por meio de estratégias e instrumentais técnico-metodológicos, nos quais o conhecimento da realidade vivida pelas famílias de baixa renda seja compreendido e internalizado por gestores, executores e operadores da política, articulados com os demais serviços das outras políticas sociais. Há necessidade de se ampliar a concepção de proteção e seguridade social às famílias. Não basta apenas que o propósito esteja expresso e regulamentado pela Norma Operacional Básica (NOB). É preciso criar as condições para que o trabalho social com famílias funcione, efetivamente, direcionado para o processo de autonomia e de inclusão social das famílias de baixa renda, em que os circuitos de exploração e de submissão, nos quais se encontram enredadas as famílias, sejam desmontados.

A prática profissional deve desmontar e desconstruir o circuito de exploração e de desumanidade, que tanto tem contribuído para segregar e submeter milhões de famílias que vivem na pobreza e em situação de risco. Viver submetida à dependência e à exploração, de certa forma tem “forçado” essas famílias a viver nessas situações de riscos e sob o signo da urgência e do imediato. Tal situação é alimentada pela lógica da reprodução social capitalista, que impede que as famílias pobres tenham direito ao tempo para se organizar, pensar e planejar o futuro direcionado à construção de projetos de melhoria de condições de vida.

Em vista disso, decidi direcionar meus estudos para conhecer a fundo as famílias pobres incluídas no programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, residentes

nos distritos do Jardim Helena e Itaim paulista, com as quais trabalhei no período de setembro de 2002 a dezembro de 2004. Conhecer as situações e as condições em que vivem essas famílias, de certa forma, é um imperativo. De um lado, pela necessidade de se produzir conhecimentos acerca do universo das famílias pobres. Esse universo, que é ao mesmo tempo tão próximo, tão distante e tão desconhecido do Serviço Social e das demais áreas do conhecimento, particularmente daquelas que têm a família como *locus* de intervenção.

Por outro lado, sinto necessidade de colaborar e de contribuir com o trabalho de acompanhamento social que vem sendo proposto para milhões de famílias brasileiras incluídas nos programas sociais, direcionados às famílias, como é o caso dos programas de transferência de renda (Renda Mínima, Bolsa-Escola, Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, PETI, PAIF, Proasf e Bolsa-Família), ligados às políticas de assistência social e de educação.

Nesse sentido, o estudo sobre o modo de vida das famílias de baixa renda residentes nos distritos do Jardim Helena e do Itaim Paulista é relevante, porque traz importantes contribuições para a compreensão acerca do universo familiar. Ele permite construir uma imagem consistente, mas não homogênea das famílias. Por intermédio dele podem ser desconstruídas concepções, leituras e análises lineares de causa e efeito, que vêm relação direta entre os problemas psicossociais e a pobreza, como por exemplo, as questões relacionadas a desenvolvimento infantil, delinquência, violência e criminalidade. A esse respeito, Moris (2002), chama a atenção quando discute que para se estudar qualquer objeto, é necessário que se adote uma visão de campo despojada de juízo de valor, de comparações e de crítica antes mesmo de se ter algum conhecimento contextualizado sobre a realidade vivida⁸. E, especificamente, sobre as implicações decorrentes da situação de pobreza, diz:

“Pobreza é sim um grande estressor e fator de risco para o desenvolvimento, mas não implica necessariamente em conflitos e desajustamentos; existem recursos, estratégias de enfrentamento, que possibilitam o indivíduo e as famílias crescer, se desenvolver com habilidade e competência, apesar da adversidade” (Moris, 2002:32).

Este estudo se propõe a conhecer em profundidade o modo como vivem as famílias de baixa renda que residem nos distritos do Jardim Helena e Itaim Paulista. Para

⁸ Esclareço que, mesmo concordando com o posicionamento de Moris quanto ao despojamento, não sou partidária das idéias acerca da neutralidade científica. Mas defendo que o pesquisador, ou qualquer profissional, precisa se distanciar criticamente de suas referências teórico-metodológicas, para que tenha condições de fazer uma leitura a mais próxima da realidade que está estudando e/ou na qual está intervindo.

tanto, precisei de uma metodologia de pesquisa que fosse adequada e que facilitasse a coleta de dados numa realidade que é vivida com tantas complexidades. Busquei um referencial teórico-metodológico, que além de me possibilitar conhecer e analisar os dados dessa realidade teria que revelar histórias e trajetórias vividas por essas famílias. Histórias que, com certeza, foram apreendidas em várias gerações, que buscaram e buscam, estrategicamente no trabalho, nas redes de solidariedade e na religião, a esperança e a força para continuar lutando para sobreviver, e um dia, quem sabe, ter melhores condições de vida.

Características como: dificuldades socioeconômicas, alto número de filhos, raça/etnia, origem, baixa escolaridade, idade da primeira relação sexual, do casamento e do nascimento do primeiro filho, bem como formas e condições de trabalho, o tipo e condições de moradia, gastos familiares, o tipo, a quantidade e a qualidade da alimentação, e o circuito percorrido pelas famílias para terem acesso aos serviços sociais e socioassistenciais e demais serviços existentes na cidade, são realidades do cotidiano das famílias desse estudo.

Além disso, o excesso de horas trabalhadas, a precariedade no vínculo de trabalho que executam, baixa remuneração, antecipação da entrada das crianças na vida adulta, antecipação da maternidade e responsabilidades com tarefas domésticas e educação dos filhos centrada na mãe⁹, baixo valor protéico da alimentação, moradias precárias e desconfortáveis, exposição a situações e experiências de violência, falta e/ou dificuldade de acesso aos serviços sociais como creches, programas socioeducativos para crianças e adolescentes, lazer, recreação e escolas em tempo integral, somados às complexidades próprias dos processos relacionais são indicadores que potencializam o estresse da vida cotidiana das famílias participantes desse estudo.

O fato de grande parte das famílias pobres das grandes cidades viver em territórios considerados de alta e/ou altíssima privação, indica que as mesmas são excluídas do acesso e do usufruto dos bens e serviços materiais e culturais que são produzidos na cidade, de forma coletiva. Os membros de referência das famílias vêm-se “obrigados” a travar no cotidiano de suas vidas uma luta constante para tentar garantir a sobrevivência da unidade doméstica. Ameaçados e encurralados, criam uma série de mecanismos e

⁹ A antecipação da maternidade e a educação dos filhos centrada na mãe não são características exclusivas das famílias de baixa renda. Essa antecipação tem se configurado como um fenômeno em constante crescimento. O índice nacional de gravidez na adolescência, segundo dados do IBGE, é de 32%. No que diz respeito à educação dos filhos centrada na figura materna é uma característica, é um traço patriarcal, que tem o machismo como grande expressão. No Brasil, esse traço é observado nas famílias das diversas classes sociais.

estratégias que lhes permite superar e a se defender das difíceis situações que atravessam e que estão submetidas dia-a-dia. Entre essas estratégias e mecanismos de sobrevivência, não se excluem o abrigo dos filhos pequenos e dos membros idosos, a mendicância, a criminalidade e o tráfico de drogas.

Esses “avessos do avesso” vêm me fornecendo um quadro amplo de possibilidades de análise sobre o modo de vida das famílias pobres que fazem parte desse estudo. Fornecem, também, dados para outros estudos que se disponham a investigar e a compreender o universo e as dinâmicas dessas famílias, seja qual for o recorte escolhido como objeto de estudo. Todos os ângulos têm um contorno rico e curioso, que colabora com profissionais, pesquisadores, dirigentes, gestores e governantes a conhecer e entender o universo vivido pelas famílias de baixa renda e, quem sabe, serem mais tolerantes e menos negligentes com essa parcela da população. E, nessa direção, a perspectiva é a de investir politicamente na efetivação de possibilidades de autonomia e nos processos de inclusão social dessas famílias.

Como estratégia de ampliação dos conhecimentos acerca do tema em estudo, busquei bibliografias que ancorassem teoricamente minhas discussões acerca da temática da família e do modo de vida, bem como as de pobreza, inclusão e exclusão social, assistência social que são temas transversais à pesquisa. Nesse exercício, reli as concepções de família de Friedrich Engels¹⁰ sobre a história e origem da família. Nele, o autor reconhece a importância e o significado da família como *locus* da reprodução social da vida. Significado que, de certa forma, continua sendo reiterado nas atuais discussões sobre as atribuições do núcleo familiar. A respeito do significado da família como *locus* de aprendizado e reprodução da vida social, Engels faz a seguinte afirmação:

“[...] A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, do outro...” (Engels, s/d:8).

Seguindo, retomei as reflexões organizadas por Canevacci (1985), no qual foi possível conhecer várias contribuições que discutem concepções sobre a história, a origem e a evolução da família. A importância dessas contribuições está justamente no seu caráter interdisciplinar, ele resgata o modo de ver de vários autores, que ali expressam suas idéias. A interdisciplinaridade talvez seja a alternativa que melhor contribua para a compreensão das complexidades dos processos relacionais, vividos em família. Canevacci discute que a

¹⁰ Friedrich Engels. A origem da família, da propriedade e do estado. Portugal, Presença, 1976.

interdisciplinaridade “*é a resposta indispensável e geral que unifica tanto as ciências do homem como as da natureza, e as articula dialeticamente entre si...*” (1985:14).

Nesse movimento, fui me aproximando cada vez mais das concepções teóricas e de estudos que discutem famílias sobre seus mais diversos aspectos. Sob a diversidade de pensamentos e de estudos a que tive acesso, fui identificando e conhecendo áreas de interesses e de afiliações.

Tive acesso às concepções teórico-metodológicas de um grande grupo de estudiosos, que se dedicou e ainda se dedica a estudar e discutir o tema família, pela ótica dos problemas de saúde mental e/ou das dificuldades relacionais vividas pelas mesmas, tendo como grande referência teórico-metodológica, a teoria geral sistêmica. Esses estudos discutem família com base em sua organização e estrutura de funcionamento. Aqui podemos incluir praticamente todos os estudos relacionados às experiências de trabalho com famílias em processos de terapia familiar. E entre eles estão os estudos de Michael White, Lynn Hooffman, Salvador Minuchin e Luiz Carlos Osório, e outros.

Dentre os estudiosos acima referidos, faço destaque para aqueles que ousaram ampliar seus estudos. Uns transitaram da teoria sistêmica ao construcionismo social, como é o caso de Lynn Hoffman e Michael White; outros, se aproximaram e direcionaram seus trabalhos para as famílias em situação de pobreza, como é o caso de Salvador Minuchin. O destaque que faço aos primeiros estudiosos tem relação com o fato de os mesmos agregarem aos seus estudos e pesquisas categorias que possibilitam ampliar o horizonte das compreensões acerca dos problemas vividos pelas famílias para além das estruturas familiares, já que incorporaram em suas análises o contexto social, econômico, político e cultural das famílias. Categorias que, do meu ponto de vista, contribuem e ajudam a compreender as complexidades vividas pelas famílias, que, de certa forma, são conteúdos das indagações e inquietações que faço.

No caso de Salvador Minuchin, reconhecidamente um expoente da terapia familiar estrutural, faço referência às contribuições do trabalho que desenvolveu com famílias pobres que vivenciaram experiências de crises múltiplas. Ressalto, particularmente, as contribuições e reflexões que o autor fez juntamente com Colapinto e P. Minuchin¹¹. Neste estudo estão sistematizadas as experiências de trabalho realizadas por Salvador Minuchin e a equipe do Family Studies. As experiências de trabalho ali sistematizadas relatam trajetórias e histórias de famílias atendidas e acompanhadas por um

¹¹ MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; e MINUCHIN, Salvador. *Trabalhando com famílias pobres*. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

trabalho psicossocial. A forma como as histórias das famílias é contada e compreendida pelos profissionais do Family Studies, de certo modo, têm muitas aproximações com o modelo de atendimento, o tipo de análise e a forma como as famílias que estou estudando, são vistas e atendidas pela rede de serviços sociais e socioassistenciais. Vejamos uma das reflexões:

“Um fato recorrente e perturbador sobre essas famílias é que elas não escrevem suas próprias histórias. Quando entram na rede institucional e um prontuário é aberto, a sociedade faz sua padronização. A pasta de Angie vai de um lado para o outro, transmitindo a versão oficial de quem ela é e que membros de sua família são considerados relevantes para o seu caso. Uma abordagem amigável das famílias traz à tona sua própria perspectiva de quem elas são, com quem se importam e como enxergam seus problemas [...]. Assim como as conexões e a afeição não são em geral reconhecidas, também não o são as estruturas familiares: os membros atuais das famílias e os padrões que descrevem o seu funcionamento. As famílias atendidas pelo sistema de bem-estar social frequentemente parecem caóticas; as pessoas vão e vêm, e os indivíduos dissociados um do outro. Essa instabilidade é em parte um estilo de vida em meio à pobreza, às drogas e à violência, mas é também uma consequência das intervenções sociais. As crianças são levadas para colocações em lares substitutos, os membros das famílias são presos ou hospitalizados, os serviços são fragmentados...” (Minuchin et alli, 1999: 29 – 30)

Continuando, entrei em contato com autores que debatem o tema da família, com base nas mudanças que a família vem vivenciando. Discutem conceitos, concepções, novos arranjos e novas configurações familiares. São estudos e reflexões realizados nas áreas da sociologia antropológica, da psicologia social e do serviço social¹². O livro traz vários artigos com importantes reflexões, que contribuem significativamente para o debate acerca do tema família, na medida em que nos ajuda a compreender as mudanças pelas quais a mesma vem passando. Chamaram-me a atenção os artigos de Heloisa Szymanski e de Cyntia Sarti. A primeira, trás para o debate a discussão sobre o conceito de família ideal (família pensada) *versus* o conceito de família real (família vivida). Nele, ela diz que: “[...] cada família circula num modo particular de emocionar-se, criando uma ‘cultura’ familiar própria, com seus códigos, com uma sintaxe própria para comunicar-se e interpretar comunicações, com suas regras, ritos e jogos” (1995:25).

A segunda, explicita como as famílias vivenciam no cotidiano as mudanças do mundo contemporâneo: “[...] as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a

¹² Maria do Carmo Brant (org). A família contemporânea - em debate. São Paulo: Cortez, 1995.

perda do sentido da tradição [...] Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho antes vividos a partir de papéis estabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social” (1999:43).

Ainda sobre as mudanças que vêm se processando no viver em família, Sarti¹³, discute as mudanças ocorridas nas famílias a partir dos impactos do desenvolvimento tecnológico na área da reprodução humana – inseminação artificial e fertilização *in vitro*, que, para a autora, cria um ponto de tensão entre a “escolha” e o destino. Sobre as mudanças causadas nos processos familiares, ela acrescenta a seguinte contribuição:

“As mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito desta, definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os “modelos” do que é e de como deve ser a família, ancorados numa visão que a considera como uma unidade biológica constituída segundo leis da ‘natureza’, poderosa força simbólica” (Sarti, 2003:23).

As inúmeras mudanças que continuam ocorrendo nas configurações familiares constituem, na contemporaneidade, uma forte razão para se ampliar os estudos acerca do universo familiar. As famílias monoparentais e, entre elas, as monoparentais com chefia feminina¹⁴ são um bom exemplo para justificar essa necessidade, já que a respeito delas são levantadas muitas questões, muitas delas, inclusive, absolutamente preconceituosas e conservadoras. Essas questões dizem respeito à capacidade das mesmas para garantir o bem-estar e o pleno desenvolvimento de seus membros, particularmente, se os mesmos forem crianças e idosos. Mais do que ficar questionando e/ou avaliando conservadoramente acerca do funcionamento, da capacidade e da forma como as famílias estão sendo constituídas atualmente, é importante que se desenvolvam estudos que informem, esclareçam e demonstrem como é que, de fato, essas famílias vivem e em que condições.

¹³ Cyntia Sarti. “Famílias enredadas, in Ana Rojas Acosta e Maria Amália Faller Vitale (orgs). *Famílias: redes laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE/PUC/SP, 2003.

¹⁴ A última pesquisa do IBGE indica que 25% das famílias brasileiras são constituídas de famílias com chefia feminina.

São muitos os estudos e trabalhos que trazem como preocupação básica as mudanças pelas quais as famílias vêm passando. Neles, de certa forma, é possível acompanhar algumas das transformações e as conseqüências que essas mudanças provocam nas famílias e em seus processos relacionais. Osório¹⁵ pontua analiticamente considerações a respeito da origem, da evolução e das mudanças ocorridas na família, desde a Antiguidade até os dias atuais. Diz que família não é um conceito unívoco, podendo até se afirmar que a mesma não é uma expressão passível de conceituação, mas quem sabe, de descrições, considerando que é possível descrever as suas várias estruturas e/ou modalidades. Já Roudinesco¹⁶ traz para o debate a idéia de que a sociedade está fazendo um movimento, que pode muito bem ser entendido como contraditório quando tenta reverter o cenário das conseqüências trazidas pelas mudanças. E indaga: “Estaria a sociedade perturbada com tantas mudanças decorrentes do processo de liberalização dos costumes, da perda da autoridade paterna e da precariedade da economia, que estaria mobilizando homossexuais, homens e mulheres a manifestarem o desejo de se ‘normalizar’, quando reivindicam o direito ao casamento, à adoção e a procriação assistida?”.

Ainda na perspectiva de análise acerca das mudanças ocorridas nas famílias, mais fortemente nos últimos trinta anos, vamos encontrar trabalhos que fazem abordagem da família pelo recorte da questão de gênero, da pobreza e da cultura. Chamou-me a atenção um artigo sobre famílias monoparentais¹⁷, por se tratar de uma das características das famílias selecionadas para a pesquisa do meu doutorado. Nele, Vitale faz indagações acerca da monoparentalidade. Uma das indagações diz respeito à monoparentalidade e à questão de gênero, em que ela nos diz que as famílias monoparentais femininas são constantemente associadas e/ou confundidas com as famílias chefiadas por mulheres. As outras indagações feitas pela autora estão associadas à questão da pobreza, com o percurso de vida e com o campo profissional.

Sobre monoparentalidade e pobreza, a autora discute situações que perpassam o universo das discussões das famílias monoparentais femininas, que ao meu ver são paradoxais. Uma está relacionada com o estigma criado, de que as mulheres não têm menos capacidade para cuidar ou administrar suas famílias sem a presença masculina. A

¹⁵ Luiz Carlos Osório. Casais e famílias - uma visão contemporânea. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

¹⁶ Elizabeth Roudinesco. A família em desordem. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

¹⁷ Maria Amália Faller Vitale. Famílias monoparentais: indagações. In Revista *Serviço Social e Sociedade*, número 71, São Paulo: Cortez, 2002. Esse número da revista é uma edição especial sobre família. Nela, há também outros artigos que discutem a proteção social e jurídica às famílias, bem como relatos de experiências realizadas no âmbito da família.

outra, diz que se as mulheres já ganharam maior independência, as mesmas podem muito bem assumir suas famílias.

Quando Vitale discute monoparentalidade e percurso de vida, fala da necessidade de se considerar o tempo de permanência em que a família vive na condição de monoparental ao longo de sua trajetória. Nesse processo, diz a autora: “[...] *supõe vivências de relações, separações, recomposições de vínculos e dos sentimentos aí envolvidos, por vezes sentimentos dolorosos [...] a monoparentalidade não é um estado fixo e, portanto, deve ser captada no seu movimento, nas relações que se constroem e se desfazem*” (2002:56).

A última indagação discutida por Vitale diz respeito a monoparentalidade e ao campo profissional. A autora diz que os estudos têm contribuído para as reflexões e ajudado para que sejam desconstruídas concepções negativas sobre a monoparentalidade no campo científico. Cita as mudanças mais recentes ocorridas no campo da terapia familiar, que considerava uma desestruturação familiar, ou estabelecia relação entre monoparentalidade e desajustes de filhos. Mesmo com todos os avanços ocorridos, ainda se observam estudos e práticas de trabalhadores sociais, que consideram e classificam as famílias monoparentais como sendo desestruturadas e problemáticas, e responsabilizando-as pelas dificuldades por elas vivenciadas.

Lembrando as contribuições de Vitale (2002) acerca das indagações sobre monoparentalidade e o campo profissional, gostaria de retomar o artigo sobre *Famílias multiproblemáticas*¹⁸ de Pires *et alii* por avaliar que as concepções ali discutidas reiteram as discussões e representações que culpabilizam e responsabilizam as famílias pelos problemas e dificuldades vivenciados em suas histórias e trajetórias. Mesmo confirmando alguns dos problemas (violência, dependência química, depressão) ali apresentados como de ocorrência em famílias pobres – denominadas multiproblemáticas (pobres) pelas autoras – tendo a discordar da análise realizada fundamentando-me em minha experiência. Caracterizar as famílias como multiproblemáticas significa responsabilizá-las pelos fracassos, insucessos e dificuldades vivenciadas no cotidiano de suas vidas. Significa, também, retroceder para velhas concepções que comumente se utilizam de análises lineares de causa/efeito, fundadas em preconceitos, juízos de valor e concepções preestabelecidas que impedem o analista de se aproximar e reconhecer o universos das famílias pobres.

¹⁸ Pires, Suzana; Matos, Ana; Cerqueira, Margarida; Figueiredo, Daniela; e Souza, Liliana. Retratos da vida das famílias multiproblemáticas. In Revista Serviço Social e Sociedade número 80. São Paulo: Cortez, 2004.

Muitos dos problemas e das dificuldades que as famílias, em geral, enfrentam e vivenciam, em particular as famílias pobres, não estão relacionados a incapacidades, preguiça, comodismo e irresponsabilidades pessoais de seus membros. Na verdade, muitas dessas dificuldades estão relacionadas ao modo de organização, de produção e de distribuição dos bens produzidos coletivamente. No Brasil, que é um país rico, mas com um alto índice de concentração de renda e de desigualdade social, podemos afirmar que os problemas experimentados e vividos pelas famílias pobres são, na quase totalidade, resultado da realidade em que vivem. Essa realidade expõe um contingente grande de pessoas a viverem sem as mínimas condições de civilidade humana, já que estas não têm emprego e/ou trabalho fixo, moradia, vestuário e alimentação necessários para viverem dignamente e se sentirem, parte integrante do processo social.

O estudo de Osterne¹⁹ ao discutir família pelo recorte de gênero e pobreza, faz um relato da realidade do cotidiano feminino dentro de um contexto sociocultural. A forte contribuição consiste em realizar um estudo que investe na compreensão a respeito da percepção de gênero que homens e mulheres têm de si mesmos.

“[...] formas usadas pelos homens e pelas mulheres das famílias pobres da periferia urbana de Fortaleza para perceberem-se, em suas condições específicas de gênero, notadamente no que diz respeito ao lugar do masculino e do feminino em seu habitus familiar” (2001:15).

Lendo as reflexões de Osterne e os propósitos deste estudo, identifico grande aproximação. Primeiro, porque Osterne estudou famílias pobres da periferia de uma grande metrópole. Segundo, porque tanto o estudo que estou fazendo como o da autora, têm a pobreza como grande categoria de referência. Percebi, também, que os relatos das famílias da Comunidade do Sossego²⁰ revelam características comuns àquelas vividas pelas famílias que residem nos distritos do Itaim Paulista e Jardim Helena. Dois territórios localizados na zona de fronteira de São Paulo, locais onde as famílias sofrem com o abandono, com a violência, com a precariedade das moradias, com o desemprego, com a insuficiência da renda familiar para suprir as necessidades básicas, com a falta de proteção social e com as dificuldades de acesso aos serviços sociais oferecidos pelas políticas públicas.

Relendo analiticamente, uma das entrevistas que fiz (Família 26) e lendo um depoimento do livro da autora, observei que ambos conceituavam a pobreza.

¹⁹ Maria do Socorro Ferreira Osterne. Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina. Fortaleza: Eduece, 2001.

²⁰ Bairro periférico da Cidade de Fortaleza – Ceará, onde a autora desenvolveu sua pesquisa.

“[...] quando se é pobre,(sic) chega o final de ano, você trabalha muito na costura, em tudo, então ao invés da gente fazer gasto supérfluo, a gente gasta sempre aquilo controlado, eu ganho cesta-básica do governo, hoje mesmo eu fui lá buscar uma de pé, voltei de ônibus, porque eu tava esperando você. Vou logo cedo de pé, aí eu volto de ônibus que dá tempo, aí quando eu cheguei aqui às 10:30, aí essa mulher chamou eu para eu ir costurar, aí eu falei eu vou, mas essa é suspeita de vir para cá, sabe, Euniciano? Eu vou com a esperança de ela me pagar 50 pau, vai fazer um ano e meio, ela sempre diz ‘que não tem, não tem’ (...) Ah, sim, o pessoal às vezes me ajuda, tem uma vizinha que às vezes me dá um açúcar, tem um vizinho que me dá um pó de café, teve um dia que eu tava sem café, eu falei meu Deus tô sem café aqui, a mulher vai vir aqui, as meninas e eu não sei... aí eu falei ‘quer saber? Deus guarda’, aí as vizinhas chegou aqui, essa aqui falou ‘o mãe, fulana, a vizinha ali deu esse café, se a senhora não se importa?’, ela sempre me dá as coisas, ah, Deus ajuda a gente e a gente tá sempre no caminho dele...” (Família 26).

“Eu já fui uma pessoa pobre, não tinha uma casa para morar, vivia pelas casas dos outros,(sic) meus fios passava muita necessidade, não tinha uma rede pra dormir, aí sim, era pobreza. Eu tinha uma cama, mas era toda caindo, caía com colchão e tudo. Não tinha uma merenda certa, um almoço certo, não tinha um bujão de gás. Agora eu tenho essa casinha pros meus fios dormir, cada um tem sua redinha, tem sua roupinha. Num é nova, o dinheiro é que é meio fraco. Mas a pobreza num é só privação das coisa não. Tem outras coisas que é mais pobreza ainda. Assim, como por exemplo, eu não sei de nada, nunca estudei, é o que dou de exemplo pros meus fios, não vê que sua mãe não é nada? O que eu sei fazer é limpar fogão, e outra, é que hoje em dia, até pro fogão tem que saber uma leituriinha...” (Mariangela – Fortaleza – CE.)

Os depoimentos acima revelam a visão que as duas mulheres entrevistadas têm da pobreza e da própria condição, definindo graus de maior ou menor pobreza de acordo com as experiências vivenciadas.

As experiências e as mudanças que são vivenciadas pelas famílias não estão desconectadas das mudanças políticas, econômicas e culturais pelas quais o mundo moderno vem passando, em particular, as mudanças e o desenvolvimento tecnológico. Estas, que atingiram com radicalidade o processo produtivo da economia mundial, provocando, inclusive, alterações na correlação das forças políticas da sociedade como um todo, que de certa forma, obriga políticos e governantes a se posicionarem e a investirem em políticas públicas direcionadas a proteção social das famílias. A realidade vivida pelas famílias, particularmente, as famílias pobres, colocou quase que forçosamente, a família na

agenda das políticas sociais. Kaloustian²¹, traz vários artigos que debatem a importância da inclusão da família na agenda das políticas públicas, como também a importância e o direito que os humanos têm de conviver em família. Sobre o direito ao convívio familiar, é explicitado o seguinte:

*“[...] O ser humano não dispõe, ao nascer, de repertório suficiente para sobreviver sem a participação de um **outro significativo**, que supra a sua inabilidade para subsistir, sua falta de autonomia [...].) O vínculo é um aspecto tão fundamental na condição humana, e particularmente essencial ao desenvolvimento, que os direitos da criança o levam em consideração na categoria **convivência – viver junto** [...]. Em outras palavras, sobreviver é pouco. A criança tem direito **a viver**, a desfrutar de uma rede afetiva, na qual possa crescer plenamente...”* (Cenise Monte, 1994:49 – 51).

Pensando sobre as reflexões acima, às quais me afilio, lembrei-me das várias situações vividas pelas famílias com as quais já tive proximidade. Lembrei-me, particularmente, de uma família que conheci e acompanhei em 2002, no sistema penitenciário. Morava em um dos bairros dos arredores do município de Ferraz de Vasconcelos. Era composta de cinco pessoas. O pai, com 27 anos de idade, negro, alto e elegante, cumpria pena com restrição de liberdade em presídio do interior paulista. Neste local, fazia artesanato esporadicamente (quando tinha material), mandava para a mulher vender e conseguir algum dinheiro para que pudesse colaborar com a renda familiar. A mãe era uma mulher de 26 anos de idade, baixa, branca, magra e com uma força de vontade e coragem muito grandes. Trabalhava como empregada doméstica, ou como faxineira. Os filhos tinham 11, 9 e 2 anos de idade. Eram crianças, que, como muitas outras, viviam em situação de pobreza e de exclusão social. As condições e as tarefas que as crianças daquela família tinham de realizar: o filho mais velho, que tinha 11 anos de idade, era responsável por si e pelos dois irmãos. Era ele quem levava o caçula à creche e lhe preparava mamadeira, enquanto a mãe não chegava do trabalho. A filha do meio, com apenas 9 anos de idade, ajudava o irmão nos cuidados da casa e do irmão menor, colocando a mamadeira em sua boca. Eram obrigados a viver sem o direito da convivência com os pais, como regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As crianças dessa família conseguiam sobreviver com muita precariedade, e não tinham o direito ao sonho, ao lúdico e às brincadeiras, já que tinham responsabilidades de adultos.

²¹ Sílvia Manoug Kaloustian (org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília, Unicef, 1994.

* Os negritos contidos no texto são da própria autora.

Ao terem que realizar tarefas caracteristicamente de pessoas adultas, lhes sobrava pouco espaço para ser criança.

Analisando o modo de vida e a realidade que as crianças dessa família viviam: em vez de receberem proteção, cuidados e carinhos, estavam sendo obrigadas a cuidar e a proteger outras crianças e a si mesmos, diríamos que é uma situação clara da antecipação do estatuto dos adultos e segurança, e de proteção social, já que a família se via diante de privações e sem acesso ao mínimo básico para sua sobrevivência. A existência da lei não garante que estas famílias vivam naquilo que é preconizado como direito.

Optei por apresentar o estudo na forma narrativa, que proporcionasse maior aproximação com o modo de vida das famílias pobres, suas lutas, dificuldades, alegrias, tristezas, desejos, sonhos e projetos de vida. Procurei estruturar a narrativa de forma a demonstrar o processo pelo qual foram sendo construídas as aproximações ao próprio processo investigativo. No Capítulo I, que denominei de Famílias “Simples”, faço uma identificação e caracterização das famílias incluídas no programa Renda Cidadã/Fortalecendo à Família, nos distritos do Itaim Paulista e Jardim Helena, explicitando a composição das quarenta famílias pesquisadas que foram agregadas em dois grupos, tendo como referência o território de morada como espaço cuja dinâmica qualifica/desqualifica seu cotidiano de reprodução social.

No Capítulo II, cuja denominação é: O Complexo Modo de Vida das Famílias “Simples” abordo os modos de vida das famílias pesquisadas. Nele, explicito as várias estratégias criadas pelas famílias para superarem dificuldades que lhes permitam continuar vivendo, bem como as formas e condições de moradia, trabalho, alimentação, lazer, de criar, educar e se relacionar com filhos e como fazem, e em que condições conseguem acessar os serviços sociais e de infra-estrutura urbana.

O Capítulo III tem como título: Programas Simples para Atender Famílias Complexas. Nesse capítulo, discuto as concepções, a capacidade, o tipo de cobertura e a intensidade de proteção social que os mesmos oferecem às famílias neles incluídas, por meio da transferência do recurso financeiro e do trabalho social que é proposto.

Finalizando, apresento as considerações reflexivas, bibliografia e os anexos. Considero que, nas considerações finais retomei alguns dos aspectos evidenciados na pesquisa, mas, já enriquecidos com novos aprendizados e significados, já que todo o processo vivenciado nos faz amadurecer e ampliar a forma de compreender e de analisar os fatos e a realidade social.

METODOLOGIA

Optei por fazer a identificação e a caracterização das famílias agregando dados que avaliei ter maior relação com as facilidades e/ou dificuldades hoje vivenciadas pelas mesmas. Ressalto que a maioria dos dados refere-se à vida das mulheres entrevistadas, já que foi por intermédio delas que obtive grande parte dos dados sobre o cotidiano das famílias. Isso não significa que o estudo esteja centrado na mulher²².

Mesmo entendendo que cada pessoa tem uma forma particular de vivenciar as histórias e as trajetórias vividas, e que elas são interpretadas e valorizadas segundo os próprios referenciais adquiridos, reafirmo que esse é um estudo sobre família, ainda que na maioria delas a interlocutora tenha sido a mulher. Reconheço que as mulheres deram a sua versão, quando falaram e relataram os fatos e as experiências de suas famílias. Versão que expressava os significados que elas davam para cada situação vivenciada. Nesse sentido, reconheço que nas famílias em que só consegui ouvir as mulheres, conheci apenas uma das várias versões existentes sobre as experiências vividas nessas famílias. Com certeza, se tivesse tido oportunidade de ouvir os pais, os filhos, as avós, os tios e demais parentes que mantêm estreita relação com as famílias, os mesmos dariam outras versões e significados para as suas histórias familiares, já que cada pessoa tem uma forma particular de interpretar e de vivenciar fatos e acontecimentos.

Geertz²³ discute que as análises realizadas sobre os fatos e experiências de uma dada realidade são, na verdade, interpretação da interpretação. Portanto, ao analisar essas histórias, com base nas informações das mulheres e nos referenciais teórico-metodológicos adquiridos, estaria fazendo uma interpretação da interpretação acerca do modo de vida dessas famílias. Outros pesquisadores, com histórias e experiências diferentes da minha, fariam recortes e análises diferentes dessas famílias.

As quarenta famílias deste estudo moram em 18 bairros localizados em territórios dos dois distritos (Jardim Helena e Itaim Paulista). Estes estão em áreas conhecidas como de fronteiras, o que, de certa forma, já é um indicador que facilita

²² Esclareço que o fato de os entrevistados desse estudo serem na grande maioria mulheres, não significa que as preocupações do mesmo estejam direcionadas para compreender a realidade vivida pelas mulheres. Na verdade, esse dado está relacionado ao fato de o Programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família ter como titular a mulher, que era um dos critérios priorizados pelo programa. Dados do Relatório Analítico do Renda Cidadã, 2002, indicam que as mulheres estão maciçamente representadas no programa, ou seja, 79,9%. No distrito do Itaim Paulista, a quantidade de mulheres titulares no programa chega a 86,8%. E, no Jardim Helena, 76,3%.

²³ A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

entender e ressignificar o modo de como as famílias que ali residem vivem seu cotidiano. Cotidiano que é vivido de forma solitária e num silêncio ensurdecedor, capaz de esconder histórias e trajetórias de vida, mas também de revelar a realidade desumana e desigual em que vivem submetidas essas famílias.

Nesse sentido, compreendi que para pesquisar o modo de vida dessas famílias, precisava conhecer em profundidade os costumes, as culturas, as dificuldades e as maneiras como as famílias vivem, bem como as dinâmicas de funcionamento existentes nesses territórios. Territórios que nem sempre existem oficialmente. Quando existem, a referência e/ou denominação que a família ou os demais moradores e pessoas têm, muitas vezes não corresponde com a denominação oficial²⁴, por avaliar que nessa denominação, de certa forma, já vinham expressos alguns sentimentos e significados que as famílias têm em relação ao território de moradia decidi assumir a denominação das famílias. Estes podem ser de pertencimento, de recusa ou de conquistas, como estão expressos nos depoimentos de três dos entrevistados, que moram em diferentes territórios do distrito do Jardim Helena, conhecidos como “Pantanal”:

“[...] Essa rua aqui não pertence ao Pantanal, aqui já pertence ao Jardim Maia [...] eu pagava aluguel lá na Penha, só que devido à situação ficar muito difícil, foi obrigatório a gente mudar para aqui, e infelizmente foi o único lugar onde a gente conseguiu. Se mora aqui porque é o jeito, a gente não tem como mudar daqui para pagar aluguel num lugar melhor” (Família 23).

“Eu gosto de morar aqui. Pra mim, é dos lugares que eu já vivi em São Paulo, que assim, eu gosto de morar. Porque toda a vida eu morei pagando aluguel, né, então, é claro quando você tem uma telha, você acha melhor né, ainda mais com o sossego do lugar, acho muito gostoso morar aqui, muito gostoso, muito sossegado, é gostoso...” (Família 35).

“Aqui é o antigo “Pantanal”. Agora se chama Jardim São Martinho. Já foi até inaugurando um tempo desse aí, não lembro quando. E como aqui é um lugar extremamente [...] assim, não tem saneamento, não tem ainda asfalto, não tem nada, foi o

²⁴ Em relação ao local de moradia das famílias, decidi usar as denominações usadas pelas famílias, mesmo que alguns já tivessem outras formas de denominação: a do Mapograf - Guia da cidade de São Paulo e a dos que atribuem ao bairro nomes oriundos de características geográficas ou eventos anteriores ao bairro. Cito o exemplo da área conhecida como Pantanal, que designa a área da várzea do Tietê, que sofre constantes inundações em épocas de chuvas. Para fugir do estigma criado para designar de forma preconceituosa e discriminatória, a população residente no local foi criando, denominando e instituindo novos nomes para os bairros dessa área (São Martinho, Piracicaba, Vila Seabra, entre outros).

único lugar que eu nas minhas condições, separada do meu marido, podia tá alugando. Uma amiga me disse que com R\$100,00 eu conseguia alugar uma casa” (Família 24).

O Pantanal que as duas entrevistadas se recusam a morar é bem diferente do Pantanal Mato-Grossense que muitos turistas brasileiros e estrangeiros estão acostumados a admirar, pelas belezas de suas paisagens e pela diversidade de sua fauna. O “Pantanal” paulistano não existe no Mapograf - Guia da cidade de São Paulo, mas sim no imaginário de muitas pessoas do senso comum. Ele é conhecido como área de enchentes, um lugar que “sobrou” para as famílias sem condições de pagar moradia salubre e digna ocuparem. Assim, vão criando e formando favelas, de ocupação irregular, onde água e luz são conseguidas (em alguns casos), por meio de ligações clandestinas (“gatos”). Oficialmente, a área conhecida por “Pantanal”, que faz parte do território do distrito do Jardim Helena, é formada pelos bairros São Martinho, Vila Piracicaba e Vila Seabra. O Jardim Maia, ao qual a família 23 se refere, fica no mesmo distrito, mas muito distante (um quilômetro de distância) do local de sua moradia, é uma área urbanizada, com saneamento básico, asfalto e outros serviços, como padaria, farmácia, supermercado, praças, escolas, posto de saúde e transporte coletivo, o que talvez lhe dê o conforto de pensar que ela usufrui igualmente desta infra-estrutura, assim como os moradores daquele bairro.

Para conhecer e mapear os territórios onde moram as famílias, contei com a colaboração de técnicos e trabalhadores sociais que realizam trabalhos profissionais nos distritos, das próprias famílias selecionadas para o estudo; de moradores que já conhecia de outros trabalhos, de lideranças comunitárias e de comerciantes locais. Utilizei, ainda, o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo²⁵, o Mapograf - Guia da cidade de São Paulo 2004 e 2005, o Mapa da Vulnerabilidade²⁶, o Plano Regional de Assistência Social das Supervisões de Assistência Social de São Miguel/Itaim Paulista e o Plano Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo²⁷.

Inicialmente, me mobilizei para levantar o maior número possível de informações e de dados acerca da realidade existente nos dois territórios, já que tinha interesse em construir imagens as mais reais possíveis, fotografias em movimento dos territórios. Essas fotografias teriam que ser capazes de revelar histórias e trajetórias de famílias pobres que lutam e enfrentam muitas dificuldades para viver. Teriam, também, que ser capazes de mostrar os investimentos, a cobertura e os impactos dos serviços da área

²⁵ Pesquisa realizada pelo NEPSAS da PUC/SP, sob a coordenação da professora-doutora Aldaíza Sposati, 2000.

²⁶ Pesquisa realizada para a SAS, pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM e Sebrap, em 2004.

²⁷ Publicação da Prefeitura de São Paulo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002-2003.

das políticas sociais (saúde, educação, habitação, segurança e de assistência social), de infra-estrutura urbana e da economia local, que são oferecidos à população.

Acho que ao mapear os territórios, estaria conhecendo de perto as razões e os dados que fazem dos mesmos, áreas consideradas de altíssima privação e possuidores de uma população que vivencia situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como a dinâmica de funcionamento das famílias e demais atores presentes nas áreas, que sofrem os impactos decorrentes dessa realidade.

Estudos sobre territórios mostram que as condições de exclusão vividas nos bairros de periferia têm relação com o modelo de produção capitalista concentrador de renda, como é o caso do modelo de capitalismo brasileiro. Vejamos as reflexões de Dirce Koga, quando discute questões relativas às desigualdades territoriais:

“Esta questão se agudiza quando se trata da análise dos sítios urbanos onde a topografia construída pelo homem e pelas relações sociais distam das análises da natureza. Os efeitos deste reducionismo territorial fez da terra objeto de negócio e especulação e não raiz de vida e das relações humanas. Ser da terra faz parte da identidade cultural e familiar (...) Este processo desvinculador entre o homem e a terra, homem e lugar levou a conseqüências, como a destruição e desterritorialização de tribos de índios, a expulsão de trabalhadores da terra, e resulta ainda numa lógica excludente das políticas das cidades, que divide os territórios entre cidade não-cidade, precarizando cada vez mais as condições de vida dos moradores incrustando-os em áreas de fronteira, franjas, periferias, onde o Estado se fez ausente” (2003:261).

Os distritos de Jardim Helena e Itaim Paulista são exemplos da exclusão social, que atinge os habitantes de áreas de fronteira, além do agravante de viverem em situação de “clandestinidade” com relação à habitação e à infra-estrutura urbana (água, luz e telefone). Dados do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo de 2000, indicam que o distrito do Jardim Helena ocupa o 13º lugar no *ranking* de exclusão/inclusão social dos 96 distritos da cidade de São Paulo, como os mais excluídos. Já o distrito do Itaim Paulista aparece pior, isto é, em 9º lugar desse mesmo *ranking*. Fazer parte do ranking de exclusão/inclusão de uma cidade é, na verdade, um indicador de que a população moradora desses territórios vive em precárias condições de vida, principalmente, pelas dificuldades de acesso aos serviços sociais e de infra-estrutura urbana, que a população ali residente tem. Uma das variáveis, que colabora para que os distritos ocupem esse *ranking* de exclusão/inclusão pode estar relacionada à ilegalidade da ocupação da terra por grileiros urbanos do território, que se transformam em grandes

proprietários de loteamentos, que após um período de especulação imobiliária vendem lotes às centenas de moradores que, já expulsos de áreas mais centrais da cidade, compram pequenos lotes onde são construídas casas de 1, 2, ou 3 cômodos, sem acabamento e sem sequer terem o direito ao título de propriedade.

Elaborei tabelas com os dados das famílias, separando-as por locais de moradias. Portanto, para identificá-las e caracterizá-las, separei-as em dois blocos. Um com as famílias do distrito do Itaim Paulista, e o outro com as famílias do Jardim Helena. Nesse processo, priorizei os indicadores, que, além de revelar dados relativos às condições que hoje são vividas pelas famílias em seu cotidiano, poderiam também explicar ou indicar que as dificuldades que são vivenciadas não são de suas responsabilidades, mas guardam estreitas relações com as complexidades cotidianas que enfrentaram e ainda enfrentam para continuar sobrevivendo.

Agreguei as famílias por composição, tipo de chefia familiar; local de nascimento das entrevistadas; número de filhos; idade da primeira relação sexual; do nascimento do primeiro filho; do primeiro trabalho; profissão/ocupação, renda *per capita* da família, autodefinição de cor e de classe social dos entrevistados.

Este estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa qualitativa que, segundo Maria Lucia Martinelli “*tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas também o que o sujeito tem a me dizer a respeito*” (1999:21). Diz, também, que o contato do pesquisador com as pessoas que estão sendo pesquisadas é muito importante se quisermos de fato conhecer o modo de vida das pessoas²⁸. De certa forma, essa concepção metodológica expressa a compreensão que tenho acerca do processo de pesquisa. A autora explicita também três importantes pressupostos da pesquisa qualitativa: conhecer a singularidade do sujeito, reconhecer que é importante tomarmos conhecimento acerca da experiência social do sujeito, e perceber que quando se conhece o modo de vida dos pesquisados conhecemos a nossa própria experiência social. Argumenta que, na pesquisa qualitativa, o pesquisador deve procurar operar sem “*pressuposições em relação aos significados, tratando de desvendá-los na relação com o sujeito [...] a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele são atribuídos*” (1999:23). Para ela, é importante ter claro que não é suficiente descrever objetos, mas, acima de tudo, conhecer a trajetória de vida e as experiências sociais dos

²⁸ Maria Lucia Martinelli (org.) “Pesquisa qualitativa: um desafio instigante”. Texto de abertura do Seminário sobre Metodologias Qualitativas de Pesquisa, 1999.

sujeitos. Essa atitude exige do pesquisador(a) grande disponibilidade e um real interesse de querer vivenciar e experimentar efetivamente um processo de pesquisa.

Uwe Flick discute a pesquisa qualitativa como possibilidade de se pesquisar situações complexas quando afirma:

“[...] planejar métodos tão abertos que façam justiça à complexidade do objeto em estudo. Aqui, o objeto em estudo é o fator determinante para a escolha de um método e não o contrário. Os objetos não são reduzidos a variáveis únicas, mas são estudados em sua complexidade e totalidade em seu contexto diário. Portanto, os campos de estudo não são situações artificiais em laboratório, mas as práticas e interações dos sujeitos na vida cotidiana” (2004:21).

Os argumentos acima referidos direcionaram o trabalho de campo da minha pesquisa para os princípios da etnografia, tendo observação participante. Esta, que acredito ser uma estratégia que possibilita ao pesquisador combinar simultaneamente vários instrumentais de coletas de dados: a análise de documentos, entrevistas, a participação e a observação direta. Spradley (2004), distingue três fases da observação participante. Uma é a observação descritiva, que, para o autor, é a fase que orienta o pesquisador para o campo de estudo. A segunda, ela chama de observação focal, cuja perspectiva se restringe cada vez mais aos processos e problemas mais específicos e essenciais da pesquisa. E, por último, destaca a observação seletiva. Esta, segundo a autora, ocorre próxima ao final da coleta de dados, ocasião em que o pesquisador centra-se em evidências e exemplos, práticas e processos de descoberta.

Com esses referenciais e essas concepções, realizei o trabalho de campo²⁹. Durante a realização das entrevistas, fui percebendo que, em que pese a abertura sugerida pelos roteiros de entrevistas semi-estruturadas e estruturadas que utilizei no processo de coleta de dados empíricos, tive dificuldade para colher os dados que me ajudariam a compreender e analisar o complexo modo de vida das famílias de baixa renda.

²⁹ No processo da pesquisa de campo, tive de aprender a conviver e me proteger da violência que existe nos dois distritos. Sempre procurei entrar no território com muitas informações sobre as ruas e demais referências existentes nos territórios. Buscava junto às famílias informações que facilitassem minha entrada nas áreas com segurança. Nesse sentido, solicitava que as mesmas me acompanhassem ao ponto de ônibus, ou me indicassem o melhor caminho para entrar e sair. Mesmo desconfiada, procurava cumprimentar quem passava ao meu lado. Com essa estratégia, e com a confiança de quem acredita no que faz, entrei e saí desses dois territórios, que vivem nas páginas dos jornais, não pelas belas histórias que as famílias me contaram, mas, paradoxalmente, por histórias que envergonham e violentam essas mesmas famílias.

Universo da pesquisa

As famílias pesquisadas foram selecionadas entre as 3.100 que foram incluídas no programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, no período 2002/2004, que residiam nos distritos do Jardim Helena e Itaim Paulista. As mesmas recebiam como benefícios R\$ 60,00/mês e acompanhamento social. O benefício era sacado no banco com cartão e o acompanhamento social era realizado por meio de atividades socioeducativas em grupos, duas vezes ao mês, próximos aos territórios onde residiam³⁰ Desse total, fiz uma primeira seleção – separei quarenta famílias.

Essa seleção levou em conta a necessidade de ter um grupo de família que, de fato, tivesse tido vínculos com os vários grupos socioeducativos que funcionaram no programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, nos dois distritos, já que precisava de famílias que se dispusessem a contar detalhadamente as experiências vividas em seu cotidiano. Como a metodologia da pesquisa é a qualitativa, usei como estratégia de definição da quantidade das famílias, o mesmo critério que utilizamos quando montamos os grupos socioeducativos do programa – vinte famílias. Nesse sentido, decidi que pesquisaria vinte famílias de cada um dos dois distritos. As quarenta famílias foram selecionadas com a colaboração de duas profissionais (Psicologia e Serviço Social) que prestavam serviço no programa por avaliar que as mesmas poderiam facilitar o contato e a minha aproximação com as famílias.

Inicialmente, marquei uma reunião com as duas profissionais, ocasião em que explicitiei minha intenção de fazer a minha pesquisa de doutorado com as famílias incluídas no programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família. Em seguida, explicitiei os objetivos do projeto de pesquisa e a necessidade que tinha que as mesmas colaborassem comigo nesse estudo.

As duas profissionais, após terem decidido colaborar comigo na pesquisa, selecionaram as quarenta famílias, entre as quatrocentas que as mesmas acompanharam no programa, por intermédio dos grupos socioeducativos. Entre as selecionadas, estavam aquelas com as quais as duas profissionais tinham mais aproximação. Esse procedimento foi usado, já que avaliavam que essas famílias teriam mais disposição e interesse de participar de um processo de pesquisa. Primeiro, porque falar sobre a intimidade conjugal,

³⁰ O trabalho social com as famílias foi desenvolvido por uma equipe de trabalhadores sociais das áreas de psicologia e de serviço social. Nestes dois distritos, o trabalho social foi realizado sob a responsabilidade da Universidade Cruzeiro do Sul, que participou da colaboração técnica no convênio SAS/PUC, juntamente com a Universidade Santo Amaro. Para maior conhecimento a respeito do trabalho social com as famílias incluídas no programa, realizado com o referido convênio, ler: Trabalhando com Família 1 e 2, SAS e PUC/SP, 2004.

experiências de vida, dificuldades em geral vividas nas dinâmicas familiares, demora muito tempo e requerem, no mínimo, vínculo de confiança. Segundo, não se fala da intimidade familiar com alguém desconhecido. A relação pesquisador/pesquisado é sempre muito complexa em qualquer situação, particularmente, quando a pesquisa tem como propósito estudar o modo de vida das famílias. Mais importante do que contar com a colaboração das duas profissionais que facilitaram e intermediaram minha aproximação com as famílias, foi tê-las como grandes colaboradoras, aceitando participar da pesquisa, independentemente de terem maior ou menor consciência acerca do trabalho, que abriram entrada para mim em suas casas e, principalmente, na intimidade de suas vidas.

Convidamos as famílias para uma primeira reunião para que eu fosse apresentada a elas. Decidimos que quem convidaria e assinaria os convites seriam as duas profissionais, considerando que eram elas as referências maiores para as famílias selecionadas. No convite, explicitamos os objetivos da reunião, o local e o horário. Tivemos o cuidado de agendar as reuniões em locais cujos territórios eram de conhecimento das famílias.

Quando planejamos o formato e o conteúdo da reunião, já organizamos com dinâmicas que fossem facilitadoras de um processo de aproximação, integração, descontração, confiança e aconchego entre as participantes – famílias, profissionais e pesquisadora. Afinal, eu iria entrar na casa e na vida de cada uma daquelas famílias que concordassem em colaborar com a pesquisa.

Feitos os primeiros acertos de planejamento e de organização, agendamos as duas reuniões para a primeira semana de fevereiro 2005. No Jardim Helena, a reunião ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2005, na Sociedade Amigos do Jardim Helena. Para essa reunião foram convidadas vinte famílias, mas compareceram vinte e duas. Desse total, somente dezenove famílias se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

No distrito do Itaim Paulista, a reunião foi realizada no dia 5 de fevereiro de 2005, na Sociedade Amigos de Bairro San Isidro. Mesmo convidando vinte famílias, compareceram à reunião, vinte e seis, e todas na ocasião, manifestaram interesse em participar da pesquisa.

Nas duas reuniões, fui apresentada às famílias, como aluna e pesquisadora da PUC/SP. Na ocasião, tive oportunidade de me apresentar, falar um pouco de minha trajetória profissional, explicar os objetivos, os propósitos e princípios da minha pesquisa, além de solicitar a colaboração das mesmas. Explicitiei que a participação na pesquisa implicaria, necessariamente, que as mesmas compartilhassem comigo as histórias e as

trajetórias vividas por suas famílias, bem como as estratégias que utilizam para viver e sobreviver com situações tão adversas em territórios marcados pela precariedade e, muitas vezes, pela alta e altíssima privação.

Tive o cuidado de estabelecer uma relação amistosa, com conversas claras, francas e objetivas, no sentido de esclarecer às famílias presentes, que pretendia pesquisar seu modo de vida cotidiano. Para tanto, eu precisava que as mesmas se dispusessem a colaborar comigo, autorizando-me e compartilhando comigo suas vivências e experiências familiares, tais como: origem, número de filhos(as), trabalho, renda familiar, desejos, projetos de vida, sonhos, relação e educação dos filhos(as), religião, tipos de gastos, alimentação, formas de diversão, tipo de acesso aos serviços sociais, entre outros. Expliquei, também, que em caso de concordância, eu deveria visitá-las em suas casas algumas vezes e as mesmas assinariam um termo de cessão, autorizando-me a utilizar os dados e as informações obtidas. Esclareci, ainda, que as informações e os dados a mim informados seriam anotados e gravados, para que eu pudesse elaborar uma tese de doutorado, em que contaria a história a respeito do modo de vida das famílias que moram nos distritos do Jardim Helena e no Itaim Paulista.

Das quarenta e cinco famílias que compareceram às duas reuniões e se dispuseram a colaborar comigo na pesquisa, na verdade, só tive acesso a quarenta delas. Cinco famílias desistiram de participar da pesquisa durante o processo de coleta de dados. Uma delas, por ocasião do agendamento da entrevista, me informou que estava impossibilitada de conversar comigo porque a família estava vivenciando um grave problema de saúde (internação de uma irmã em um hospital psiquiátrico). As outras quatro, depois de várias tentativas para agendar as entrevistas, me informaram que tinham desistido de participar da pesquisa.

O processo das entrevistas

As entrevistas foram iniciadas uma semana após a realização das reuniões. Nesse primeiro momento, algumas entrevistas foram agendadas por telefone e outras, por visitas que realizei no próprio endereço das famílias, já que elas, ou não tinham telefone, ou estavam fora de serviço. Vivi, nesse primeiro momento, sensações variadas. Desde a alegria de ser bem recebida e de conseguir fazer a entrevista em profundidade com as famílias, até a indignação, quando tive a oportunidade de conhecer, nos mínimos detalhes, as condições e as situações de vulnerabilidade em que viviam.

No processo de trabalho de campo, que ocorreu de fevereiro a junho de 2005, realizei três entrevistas com as famílias, todas agendadas previamente, levando sempre em consideração a disponibilidade e a disposição das famílias. As três entrevistas tiveram duração de duas horas e meia, em média. Na primeira, colhi os dados, por meio de uma ficha e de um roteiro de entrevista semi-estruturado, que gravei em fita cassete. Durante a entrevista, fazia intervenção para clarear e/ou orientar as questões relativas ao objeto pesquisado. Na segunda e na terceira, utilizei um roteiro de entrevista estruturado, que elaborei a partir da necessidade que fui encontrando e descobrindo no processo de pesquisa de campo e nas leituras e nas orientações acadêmicas. Nessas entrevistas eu perguntava, as famílias respondiam e, em seguida, eu ia anotando.

Quando se tratavam de dados relativos à idade dos membros, trajetória familiar, tempo de locomoção para acessar os serviços públicos, tipo e quantidade de alimentação e dos gastos familiares, foi necessária minha colaboração, no sentido de facilitar a coleta das informações e dos dados. Uma informação que tive bastante dificuldade de colher, e saber realmente, foi sobre renda familiar.

Na primeira e na segunda rodada de entrevistas com as famílias residentes no distrito do Itaim Paulista, contei com a ajuda da assistente social que já vinha colaborando comigo desde o início do processo da pesquisa de campo, que mapeava, esclarecia as alternativas que tinha para chegar aos endereços das famílias, e até mesmo me acompanhando e me rerepresentando às famílias. Essa estratégia facilitou muito minha entrada no território, a aproximação, a aceitação e a forma acolhedora com que fui recebida pelas famílias.

Para a realização da terceira entrevista, decidi mudar de estratégia para fazer as entrevistas. Pensei que poderia fazê-la em dois dias, sendo um dia para cada grupo de famílias dos dois distritos. Com ajuda das profissionais colaboradoras, articulamos e organizamos datas e locais para a realização das entrevistas. Para que a estratégia de coleta de dados fosse exitosa, além de pensar num local que fosse mais central para todas as famílias, foi necessário escolher um espaço com capacidade para receber o número total de famílias, e que oferecesse condições de infra-estrutura: espaço adequado, água, banheiro, silencioso e amplo. Tomadas todas as providências, agendei as rodadas de entrevistas.

Paralelamente às articulações de infra-estrutura, providenciava a reformulação do roteiro da entrevista, incluindo novas perguntas, tendo a preocupação de elaborar de forma clara e didática, tentando corrigir os equívocos de formulações anteriores e acrescentando os conhecimentos adquiridos, tanto nas orientações acadêmicas como os

obtidos com as famílias. As entrevistas com as famílias do distrito do Itaim Paulista foram agendadas para o dia 11, e para as do Jardim Helena dia 25 de junho de 2005.

Definidas as datas, os locais e os horários, planejei e montei a seguinte estratégia: 1. Enviei 22 convites para as famílias do Itaim Paulista; 2. Telefonei para todas as famílias, tentando saber se haviam recebido o convite da reunião ao mesmo tempo em que reiterava o convite e a importância da presença das mesmas; 3. Preparei a reunião com se estivesse preparando um reencontro de amigos. Nessa preparação, comprei flores coloridas e bonitas, refrigerantes, doces e salgados. Desejava que fosse um encontro gostoso, bonito e aconchegante. Queria expressar meus agradecimentos às famílias e também transmitir o gostoso sabor de estarmos juntas.

Essa estratégia funcionou parcialmente. Das 22 famílias participantes da pesquisa no distrito do Itaim Paulista, compareceram apenas nove. Preocupada, e de certa forma frustrada com os resultados obtidos, reformulei de imediato a estratégia. Para fazer o restante das entrevistas com as famílias do Itaim, que não compareceram ao encontro, agendei mais dois dias (13 e 16 de junho), com entrevistas nas casas das famílias. As entrevistas das famílias do distrito do Jardim Helena também foram agendadas para serem realizadas em dois dias (21 e 25 de junho).

Etnografia como metodologia da pesquisa

Mattos (2001)³¹ discute que a etnografia é um tipo de metodologia que se traduz na vivência cotidiana do observador participante, combinada com um vigoroso olhar crítico, realista e analista. Derivada das chamadas ciências de campo e da descrição densa³², a etnografia consiste em viver a experiência do campo intensamente, registrando em um caderno de notas tudo o que se observa. Assim, poderíamos traduzir etnografia como a prática de convívio que subentende a prática do ouvir, de ver e escrever sobre o outro. Já Mattos conceitua etnografia como:

“É um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Estas técnicas, muitas vezes, têm que ser formuladas ou criadas para atenderem à realidade do trabalho de campo. Nesta perspectiva, o processo de pesquisa será determinado explícita ou implicitamente

³¹ Mattos, Carmem Lucia Guimarães A Abordagem Etnográfica na Investigação Científica. Rio de Janeiro: Uerj, 2001.

³² Geertz, Clifford. A interpretação das culturas LTC: Rio de Janeiro, 1989.

pelas questões propostas pelo pesquisador. [...] a etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas que se interessam pelo estudo das desigualdades e exclusões sociais: primeiro, por preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e a ação humana; segundo, por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais...” (2001:1).

A observação participante como instrumento da metodologia utilizada no estudo me foi muito útil, tanto para me aproximar do universo das famílias pesquisadas, como para compreender as características dos territórios onde elas residem. Ela é um procedimento que complementou o processo investigativo. Acredito que a observação participante propicia perspectivas favoráveis ao pesquisador que possui um espírito aberto e que esteja disposto a encarar as experiências humanas, como ações e/ou relações com sentido.

Desde agosto de 2002, desenvolvo nos distritos de Jardim Helena e Itaim Paulista³³ trabalho social com famílias incluídas nos programas: Renda Cidadã/Fortalecendo a Família - PFF e Programa de Assistência Social à Famílias (Proasf). Nesse período, venho levantando dados sobre as famílias que ali residem, mapeando os serviços sociais existentes nos dois territórios, mais especificamente, os serviços das áreas de saúde, educação, transportes, habitação, assistência social e de infra-estrutura urbana.

Durante o processo de coleta de dados empíricos, de forma mais sistematizada, ampliei e intensifiquei a forma de buscar e de colher os dados, pela observação participante. Por meio desse procedimento, obtive dados referentes aos equipamentos sociais, sobre infra-estrutura urbana, dinâmica de funcionamento dos bairros, tipo de comércio existente, fluxo do transporte coletivo, número de linhas de ônibus, forma, estilo e condições de moradias, o tipo e condições de trabalho, aspectos topográficos e ambientais dos territórios, dinâmicas familiares, perfis e características da população, religiosidade, entre outros.

³³ Nesse território já desenvolvi trabalho social com famílias desde 1996, no Programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, como assistente social da organização não-governamental Pró-Mulher Família e Cidadania.

Análise dos dados

Após colher os dados, transcrever as fitas, ler e analisar os significados e as simbologias, procurei entender as conexões existentes entre as particularidades e as singularidades do universo das famílias estudadas, com a totalidade da realidade macrossocial, cujo reflexo tem rebatimento direto no cotidiano das famílias da pesquisa e das demais. Para isso, precisei construir um modelo de caracterização das quarenta famílias; um quadro que identifica as famílias segundo idade, número de filhos, escolaridade, naturalidade, profissão e chefia familiar; elaborar um gráfico como se fosse uma linha do tempo, informando os acontecimentos mais significativos que provocaram mudanças na vida de cada família.

Todo esse processo construído, com base nas informações obtidas acerca da constituição familiar, moradia, tipos e frequência dos gastos familiares, tipo e quantidade de alimentação, os acessos das famílias aos serviços sociais e de infra-estrutura, forma e estratégia que a família usa e cria para se locomover no território, tem que ser capaz de revelar o grau de sofrimento cotidiano e o grau de proteção social cotidiano das famílias.

Com essa caracterização, fui percebendo que o cotidiano vivido pelas famílias pesquisadas guarda muitos traços e semelhanças comuns entre si. Como é o caso da constituição e relação familiar, nível de escolaridade, nível de proteção social e de sofrimento cotidiano, situação de moradia, forma e condições de trabalho, origem familiar, tipo, forma e condições de acessos, condições de alimentação, tipo de dificuldade e de oportunidade, sonhos e expectativas de vida.

Seguindo, fui trabalhando as categorias surgidas, que davam significados aos dados coletados. Essas categorias surgiram durante o percurso da pesquisa e estão relacionadas com os objetivos da pesquisa. As categorias como família, filhos, marido, mulher, gênero, sofrimento, proteção social, pobreza, exclusão e vulnerabilidade social.

CAPÍTULO I – FAMÍLIAS “SIMPLES”³⁴

1. As fotografias em movimento

As famílias pesquisadas neste estudo estão entre as 14 mil em situação de extrema pobreza, residentes em nove áreas localizadas nos extremos das regiões sul e leste da capital paulista. Essas famílias foram cadastradas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de julho a novembro de 2002, para serem atendidas pelo Programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, em convênio com a SAS/PUC-SP³⁵. Desse total, 3.141 foram cadastradas nos distritos do Jardim Helena e do Itaim Paulista³⁶ e atendidas pelo Módulo Unicsul³⁷. É desse universo de 3.141 famílias, moradoras dos dois distritos localizados em áreas de fronteiras da zona leste da cidade de São Paulo, a amostra de quarenta famílias selecionadas e que, aqui, serão apresentadas algumas de suas características.

Os dados empíricos indicam que as pessoas de referência dessas famílias (mulheres³⁸ e homens), geralmente trabalham como ajudante de pedreiro, auxiliar de

³⁴ Família “simples” está sendo usado como antinomia à família complexa. O adjetivo “simples” nomeia as famílias por considerar que o mesmo as caracteriza sem o tom discriminador dos conceitos: desestruturadas, multiproblemáticas e até mesmo o conceito de família pobre. As próprias famílias costumam se autodefinir: “eu sou de uma família simples”, “a minha família é de origem simples”. Nesse sentido, o conceito simples estaria nos ajudando a traduzir os conteúdos das expressões: pais trabalhadores, semi-analfabetos, da luta pelo viver, entre outras expressões.

³⁵ Convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, que contou com a colaboração técnica das Universidades Santo Amaro (Unisa) e a Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul). O convênio entre o órgão público e o *pool* de universidades tinha por objetivo construir uma metodologia de “massa” para trabalhar com famílias em programas de transferência de renda. As universidades eram responsáveis por regiões da cidade e a metodologia foi sendo desenvolvida de modo articulado em todas as experiências.

³⁶ A população residente nos dois distritos é superior ao número de habitantes que moram nos 4.982 municípios brasileiros considerados pequenos. O documento da Política Nacional de Assistência Social classifica os municípios segundo o número de população, como sendo pequenos (I e II), médios, grandes e metrópoles. São considerados pequenos I, os municípios cuja população não ultrapassa o limite de 20 mil habitantes. Os municípios pequenos II são aqueles com população entre 20.001 e 50 mil habitantes. Os médios são aqueles que têm população entre 50.001 a 100 mil habitantes. Os municípios classificados como grandes são aqueles que têm população entre 100.001 e 900 mil habitantes; já os considerados metrópoles, são os municípios cuja população é superior a 900 mil habitantes. Se considerarmos o número da população, os distritos do Jardim Helena e Itaim Paulista poderiam muito bem ser classificados como municípios de grande porte, conforme classificação do documento da PNAS, 2005.

³⁷ O Módulo Unicsul foi um dos locais de funcionamento do Programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família na cidade de São Paulo. Nesse módulo, a coordenação do Programa era da responsabilidade da Universidade Cruzeiro do Sul – Unicsul, por intermédio da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.

³⁸ Os dados referentes à primeira relação sexual, ao primeiro trabalho e ao nascimento do primeiro filho dizem apenas das experiências de vida das 40 mulheres entrevistadas. Foi por intermédio delas que obtive a maioria das informações sobre o universo e a dinâmica familiar de suas famílias. Dos 19 homens que compartilham de alguma forma, com suas mulheres, o comando de suas famílias, apenas três falaram comigo sobre as experiências e trajetórias das famílias com as quais convivem atualmente. Dos três, um me relatou rapidamente e, de certa forma, constrangido, a experiência vivida por ocasião da primeira relação sexual. Mas nenhum deles se dispôs a revelar os detalhes das experiências vividas em suas famílias de origem e as suas experiências relacionais. Talvez por não se sentirem à vontade ou por estarem inseguros para falar de

serviços, segurança, estoquista, motorista, serralheiro, costureiras, empregadas domésticas, faxineiras, auxiliares de limpeza, vendedores ambulantes, donas de casa, catadores de material reciclável e cuidadores de crianças ou de pessoas idosas. Trabalham também fazendo “bicos” os mais variados possíveis, como por exemplo: revendendo perfumes, roupas, bijuterias, sorvetes/picolés, café em pontos de ônibus ou em portas de fábricas, salgados de porta em porta ou em frente de escolas e colégios; fazendo unha, cortando cabelo, fazendo tricô, crochê e bordando.

Enfim, o que se observa “a olho nu” é uma variedade quase inimaginável de atividades realizadas no mercado formal e informal, de acordo com as necessidades financeiras das famílias. Essas atividades desempenhadas para garantir o sustento da família são, na verdade, uma das sutilezas que revelam, em parte, a precariedade da vida dessas famílias em seu cotidiano.

Todo esse esforço e a variedade de atividades “profissionais” executadas pelos chefes (mulheres e homens) ou por algum membro de família, objetivam, principalmente, ganhar o que costumam chamar de “sustento da família”, que para eles significa a garantia do leite, do pão, do feijão, do arroz e às vezes da “mistura” que qualifica e dá um pouco mais de nutrientes à alimentação, geralmente das crianças, pois os adultos, segundo a crença popular, agüentam passar ou ficar sem comer por um ou dois dias.

Um outro dado observado diz respeito ao serviço de telefonia fixa e móvel. Dificilmente se consegue falar com as famílias por telefone sem ouvir uma mensagem eletrônica da empresa informando: “telefone temporariamente fora de serviço”. Quando se indaga à família acerca da dificuldade em conseguir chamá-la ao telefone, a resposta obtida é a de que o aparelho está desligado, sem funcionar, e/ou perdeu a linha por falta de pagamento.

No quesito habitação, pode-se dizer que grande parte dessas famílias reside em moradias insalubres, com precárias condições sanitárias e de saúde. São moradias construídas em áreas públicas ou privadas, ocupadas por uma infinidade de barracos e casebres de um, dois, três, quatro e cinco cômodos no máximo, construídos e cobertos, muitas vezes com folha de zinco, telha Brasilit, sarrafo de madeira ou qualquer outro material que vão encontrando ao seu dispor. Algumas possuem instalações de água, luz e telefone. Outras, para terem esses serviços básicos de infra-estrutura urbana precisam fazer

intimidades que se só se fala com quem se tem intimidade e/ou confiança. Em se tratando dos homens, essa é uma condição absolutamente previsível, já que são educados para serem pessoas racionais que vivem para o trabalho, e não podem perder tempo com assuntos de menor valor, como muitos consideram as questões relacionadas às emoções e às relações familiares.

instalações clandestinas nas redes, “gatos” como são denominados e conhecidos. Há residências com um pouco mais de infra-estrutura urbana de água, luz, esgoto sanitário, telefone e asfalto. Aqui se pode incluir o caso das famílias que vivem em conjuntos habitacionais financiados pelo sistema público (CDHU) ou em esquemas de mutirão, o que garante melhores condições de habitação e infra-estrutura³⁹.

Há moradias de todos os tipos e tamanhos, adquiridas sob variadas condições. Quanto à propriedade, essas moradias muitas vezes são obtidas por meio de movimentos de ocupação, compradas de terceiros, em áreas de ocupações, cedidas pelos pais, irmãos e conhecidos, ou até mesmo alugadas⁴⁰.

Há outros dados que complementam os perfis dessas famílias; são os relativos aos processos relacionais familiares, que vão se entrelaçando com os esforços de sobrevivência e com os sofrimentos vividos diante das dificuldades. As histórias e experiências de vida e de luta dessas famílias falam de folclóricas passagens vividas, como crianças, adolescentes, mulheres, homens, namoradas (os) e como mães e pais. Tais experiências se deram tanto com suas famílias de origem, como nas famílias que já construíram e na que estão vivendo atualmente. Por ocasião das entrevistas, a mulher da Família 26 fez um relato, que, com suas palavras, passo a reproduzir:

“[...] Já tem uns dez ou onze anos que eu estou separada, aí eu arrumei um serviço na firma da Preserv, de limpadora, que umas colegas arrumaram para mim, aí, desde então eu comecei a trabalhar, trabalhar, trabalhar. Trabalhava de dia, de noite, onde tava chamando, os horários, a firma e eu ia, pra poder conseguir pagar esse terreno. Porque meu marido me deixou há muito tempo, aí esse aqui eu ia perder, aí eu fiz um acordo com o mesmo marido, nós compramos aqui em 90, aí depois de 4 anos nós separamos. Ele foi embora com outra. Aí eu arrumei esse emprego na Presev [...].

Na firma Preserv, era para eu trabalhar no mercado, que eu fui, não fui, trabalhei de limpeza em todos os horários, vamos supor: se eles me jogassem de noite, eu ia pra de noite. Porque eu falei pra o dono lá, ó eu to precisando de dinheiro para pagar o meu terreno, na época era 150 cruzeiro o dinheiro, o pagamento, aí isso aqui ficou em

³⁹ Mesmo que esse tipo de moradia ofereça melhores condições de habitação e de infra-estrutura urbana, isso não é garantia de que todas as famílias moradoras desse tipo de habitação tenham acesso aos serviços nele disponíveis. Das cinco famílias que moram nesse tipo de moradia, uma delas por falta recursos financeiros para pagar a taxa de luz e do condomínio teve os serviços de água e de luz cortados. Para suprir as necessidades de luz elétrica, passam a maioria do tempo no escuro ou acendendo velas quando a noite chega. O serviço de água se resolve enchendo vários baldes e garrafas, em torneiras fora do condomínio. Para lavar roupa, contam com apoio de uma vizinha de um outro bloco, que disfarçadamente bate suas roupas em sua máquina de lavar..

⁴⁰ As condições de moradias das famílias será mais bem discutida no item seguinte deste capítulo.

dois salários mínimos, eu sei que ralei bastante, aí ele ‘tudo bem Célia, então’. Eu morava com meu sogro, meu sogro morava aqui comigo, ele falou ‘quem olha as crianças?’, eu, ‘meu sogro olha para mim’, aí tá bem, nós lutamos, meu sogro morreu já tem uns seis ou sete anos e ele me ajudou muito a cuidar das minhas filhas. O pai das meninas foi embora [...]. É muito solitário, porque hoje a gente ainda tem o conforto dos filhos, mas eu sei que elas vão casar, vão fazer a família delas. Eu não aconselho ninguém a se separar, divorciar, porque o pessoal fala ‘a vida de fulana’ é boa, mas a gente não sabe o que fulano passa ou deixa de passar entre quatro paredes, eu sei que é muito triste, às vezes eu me encontro aqui sozinha, uma sai, outra sai, e daqui a pouco eu tô sozinha, mas daqui a pouco eu tenho a alegria que elas vem e ficam com a gente, se preocupam muito comigo, minhas filhas são muito boas, graças a Deus. Uma se preocupa com a outra ‘fulano tá demorando, a gente vai atrás de fulano. Porque fulano aonde tá?’, tão sempre deixando recado na televisão, na geladeira pra gente, ‘ah fulano?’, ‘ah tá em tal lugar’, ‘ah mãe, você sabe onde fulano tá?’, ‘ah num sei’, uma sempre se preocupa com a outra. Se estão brigando eu mando ficar quieta. Eu falo assim, ‘a galinha, que manda no terreiro é uma galinha só, essa galinha é a mais velha, e sou eu, tem que respeitar a galinha, porque todo o galinheiro tem uma...’ (mulher da Família 26).

Esse depoimento indica o quanto é pesada e solitária a experiência de uma mulher que assume sozinha a responsabilidade pela manutenção e pelo sustento da família. Indica também que a monoparentalidade é uma situação vivida por muitas mulheres com sentimento de solidão. Há sempre o desejo de buscar ou construir outras relações compartilhadas, que a vida de casada lhe garantiu, pelo menos no que se referia à divisão das despesas da família. Indica, ainda, que quando é preciso assumir as rédeas de sua família, a mulher toma para si todas as responsabilidades com determinação e disposição para o exercício do papel.

“Não e... não, colocando o ato materno sobre qualquer aspecto, a vida não... apesar de sublime e nobre, não... não por isso... vou pegar um copo pra mim, só um momento, mais, mais pelo simples fato que é o alicerce de uma família é a mulher entendeu? Ela sendo chefe da família, entre aspas, “ela sendo chefe da família” ou “ela não sendo” entre aspas, é ela que é o alicerce da família, eu vejo assim porque, porque observa... observa se tem uma família de [...] de cinco pessoas, um casal e três filhos, o chefe da família costuma-se dizer que o marido concorda, que é o que trabalha, que a mulher fica em casa, os filhos estudam né... Uma família-padrão sem muito repetir, e numa fatalidade dessa, essa mulher falece, o que acontece com essa família? De tudo,

porque dali, a partir daí que tudo muda porque ela é autora de tudo, ela é o centro de tudo, a base de tudo, é ela entendeu? E eu já presenciei famílias que eram sólidas e com a perda da mãe, todos se desmembrou, totalmente de todos, de todos os aspectos, principalmente no psicológico, entendeu? Os filhos descambarem, tá entendendo? Porque, porque ela que era o elo que unia, era o centro que une, é ela, é a mãe...” (mulher da Família17).

Aqui, transparece a segurança que a mulher demonstra ao exercer sozinha a chefia de sua família. Mostra, também, a crença e a força que são atribuídas à mulher/mãe que mesmo solitariamente consegue manter unida uma família.

“[...] É que hoje eu trabalho no comércio, sou um cara do comércio, eu converso, vou soltando um pouquinho, mas sou um cara tímido, parado, até nas palavras, dentro de casa, né? Até hoje eu sou, converso pouco, se chegar uma pessoa, não converso, deixo ela conversar, eu falo assim ‘pô, você nem conhece aquela pessoa, você tá cumprimentando’, mas porque hoje eu sou aquela pessoa do comércio, eu tenho mais intimidade, aquela primeira vez que você vê o cara, a senhora é cliente, chega lá nas casas Bahia e comprar, eu vou dar uma atenção muito boa para a senhora: ‘opa, tudo bem senhora?’, é assim, a gente trabalha no comércio, trabalha na feira, atendendo essas mulheres, o pessoal [...], muito zueiro, eu nunca fui de bobeira, não gostava de turma de sair, ‘vamos dançar, hoje’, ‘vamo num boteco, tomar uma cerveja’, isso aí eu nunca fiz, sempre do serviço para casa, com a minha mulher hoje, e na época de solteiro a mesma coisa, jogamos, acabou, acabou, vamos para casa. E no tempo foi meio sofredor.

Morei numa favela em Belo Horizonte, na casa de uma tia minha, sofri muito, porque minha tia, quando eu tinha dinheiro, ela era boa, quando não tinha, era um sofrimento, pegava minha roupa jogava fora, não lavava, e até hoje eu falo com a mamãe, ela ainda lembra nas conversas, quando eu vejo um irmão meu, eu lembro disso aí, porque a minha tia... hoje ela tá sofrendo muito na vida lá, fiquei até sofrendo, morreu o marido, naquela época o marido dela era gente fina pra caramba também, lá em Belo Horizonte, ele que trouxe eu pra cá, ele fez tudo, quando você tá melhor, você vai para lá, você vai trabalhar, lá ele me deu força, tinha o meu primeiro emprego que era de cobrador de ônibus, depois eu passei para servente de pedreiro, em obras, aquelas coisas, mas sempre, mas quando eu tinha um dinheiro, ela era boa comigo, mas quando não tinha, quando eu não levava dinheiro pra casa, quando não tinha, que eu não recebi, aí tinha que pagar as contas, alguma coisa que eu tinha que comprar também, gente ruim, meus primos, e aí foi

assim, aí deu um tempo eu saí, casa de gente que eu não conhecia, aluguei um barraco, e fui vivendo a vida, vim para São Paulo.

Cheguei em São Paulo, eu cheguei sem conhecer nada em São Paulo, quando eu cheguei, eu me arranquei com ele lá, ‘vamos para São Paulo agora, eu tenho um serviço para nós lá em Registro’, o cara foi lá e falou para ele que tinha um serviço lá para ele em Registro, em Bananal, lá com as bananas, cuidar de plantação de banana, essas coisas, aí fomos para lá, aí chegamos não era nem isso, o cara tava passando fome, lá em Registro, nós fomos de lá de Belo Horizonte, na noite de lá, sem dinheiro no bolso, pouca coisa, sem nada, sem ser a passagem para ir para lá, chegamos lá o cara tava era passando fome ‘ah você chegou na época, que agora não tem serviço, não tem nada, nós tamos ruim’, o pobrezinho não tinha nada para comer, não deu nem água pra nós beber, ‘aí vamos cair fora para São Paulo’, e ‘eu não sei não, agora eu vou ter que arriscar aqui’. Aí, quando chegamos na rodoviária, sem dinheiro, sem nada, sem conhecer nada aqui em São Paulo, aí chegamos, aí tem aquele negócio que sobe ali, aquele negócio de Cetrem, você conhece? Aí chegamos lá, o cara falou, é o seguinte isso aqui tem isso aqui assim, então vou levar vocês para um abrigo, e lá se pintar um serviço, vocês quiserem trabalhar lá, sempre tem uns gato que vai lá da prefeitura, tal, essas coisa aí, essas obras, e pega vocês pra trabalhar, os caras sempre vai lá, aí eu falei ‘to dentro’, aí ficamos uma semana, aí ele deu 2 dias ‘não, eu não quero ficar aqui’, não porque tinha filho, tinha mulher e eu solteiro, para mim tanto faz, então ficamos uma semana, eles levaram nós para esse negócio lá na Cetrem, lá nós tinha aquela sopa, comida, dormia, tinha banhos, aqueles negócios no meio desse tanto de gente tudo lá dormindo, quem a gente encontramos. Eu encontrei um cara muito bacana, um cara gente fina, um pernambucano, aí ele falou vamos pedir, então eu arrumei um dinheiro para ele, aí a gente ia para a praça da Sé, pedia para uma pessoa, um dava, outro não dava, aí a gente foi juntando um dinheirinho, e fomos pra rodoviária, naquele tempo a passagem era barata, 20 poucos anos atrás, aí compramos uma passagem, pisamos no ônibus e viemos embora, ‘aí você vai ficar, meu filho?’, ‘fico’, ‘se é doido vai ficar sozinho?’ agora não tem nada a ver, no meio dessa turma, então tá beleza, não tô na rua, não tô passando fome, então beleza. Pintou um serviço para mim, tá bom aí, vai rolar um serviço lá na prefeitura, limpar poste, limpar bueiro, essas coisas, cuidados da prefeitura, limpar praça, aí os caras já vem, ‘eu tô dentro’, eu vou, moram naqueles barracos de tábuas, anos e anos, trabalhei 2 anos, comia, arroz, feijão, e ovo, ovo frito, todo dia. Jantando e trabalhando em cima de caminhão, caminhão aberto, limpando bueiro, córrego Tietê, cansei de entrar nesse Tietê, limpando as beiradas dele, roçando, serviço brabo mesmo, isso aí foi 2 anos,

ai depois veio transporte, transportadora, mas também sem ser fichado, transportadora, ai aluguei um barraco para mim, um lugar que só tinha barraco de homem solteiro. Ai arrumei um serviço de transporte, foi ai que eu conheci ela, e aluguei um barraquinho, ai morava lá no barraco e trabalhava no transporte. O barraco era na vila Maria, vila Guilherme, ai trabalhava um tempão, ai saia, entrava num outro, ai fui arrumando. Ai depois eu fui lá no Pq. Dom Pedro, lá Santa Rosa, onde tem os negócios de cereais, ai passamos lá assim, e eu vi uma plaquinha 'precisa-se de ajudante geral', e o cara falou 'traz seu documento ai, tô precisando de ajudante geral', ai entrei lá, então comecei a trabalhar.registrado, trabalhei quase 10 anos, foi aonde nós arrumamos isso aqui, quando nós entramos aqui, não tinha porta, janela, nem nada, entramos no tijolo mesmo, tijolo velho, um tijolo, era a época que eu ganhava um dinheirinho a mais, eu ganhava um salário fixo, ai já tinha uns 8 anos de trabalho, quando deu falência da empresa, ai meu colega do departamento pessoal falou 'tão demitindo', tinha 40 ônibus na praça, a empresa vendia muito, ai chegamos, ai o meu colega do departamento pessoal falou 'ó Adilson, você é um cara bacana, trabalhador, e a empresa tem muita dívida, então é o seguinte como você é um cara legal, como eu gosto de você pra caramba, é uma pessoa bacana, trabalhador e amigo, é o seguinte você quer fazer acordo?'. Ai comentei com a Ivanilda, eu falei 'eu acho que não vou fazer não', eu conheço todo mundo, é um pessoal bacana, eu não faria isso, se o cara falou, o cara trabalha lá dentro, melhor, ai fui lá fazer acordo, também to precisando de dinheiro para pagar essa casa minha lá que tava no tijolo, então ele falou 'então faz', fizemos, quando deu fé, no outro dia, nós chegamos para trabalhar, na semana que nós começamos a trabalhar de novo, só viu os bancos ir lá, pegando caminhão, levava isso, levava aquilo lá, eu tava carregando um caminhão, ai o cara 'não carrega esse caminhão, que eu vou levar esse caminhão embora', o banco chegava, levava aquele monte de homem dos bancos, ai um dia quando fui..." (homem da Família27).

Essas falas expressam noções, costumes, culturas, conceitos e concepções de se compreender, analisar e olhar o mundo. Nelas se podem perceber conteúdos profundamente arraigados e de certa forma conservadores, sobre as noções e concepções de gênero; papel e função do homem e da mulher; limite, autoridade, poder, sexualidade, relação pais e filhos e os significados dos processos relacionais na vida cotidiana.

São experiências e visões de mundo apreendidas e ensinadas nos contextos socio-culturais, de várias gerações, e que continuam sendo reproduzidos atualmente, e aos poucos vão mudando e transformando a partir dos processos relacionais construídos e

vivididos socialmente. Ou seja, as experiências atuais não são meras repetições de papéis, de modos de pensar, de agir, vividos, e mesmo quando carregam estes conteúdos, novos aprendizados vão se agregando, resultando num processo que reflete o passado, mas com ingredientes do presente que tem olhos no futuro.

Nas famílias “simples” o futuro ocupa o lugar do desejo e do sonho, traduzindo em atitudes concretas, ações ainda muito vagas e distantes em relação ao projeto de futuro: *“eu quero que meus filhos estudem [...] eu quero que meu filho seja médico...”*. Quando, na verdade, a frequência e a permanência na escola pública garantem muito pouco deste projeto. A luta pela sobrevivência se impõe de forma tão brutal e imediata que apenas os filhos ocupam o lugar do futuro, como se o próprio indivíduo, mulher e homem chefes de família já estivessem comprometidos demais no presente para vislumbrar um futuro para si mesmos.

Neste sentido, é necessário ressaltar que as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade não têm direito a fazer planos para o futuro nos mesmos moldes que as famílias das classes média e alta, que projetam em tempo e dinheiro esse futuro, já que vivem sob o signo da emergência. Essas famílias não têm direito e nem o domínio do tempo, vivem sob o signo da urgência, do imediato. Quem não tem direito ao tempo não tem como se organizar, porque tem de estar sempre disponível, independentemente de sua vontade e escolha, ora esperando meses e anos para ser chamado para alguma proposta de trabalho fixo ou eventual, ora esperando para serem atendidos e incluídos nos serviços sociais (educação, saúde e assistência social).

Aqui faço um parêntese para chamar a atenção para um fato muito corriqueiro, que é vivenciado pelas famílias que residem nos distritos do Jardim Helena e do Itaim Paulista, que usam esses serviços públicos como única alternativa de obter atenção social, já que não dispõem de recursos financeiros para pagar um plano de saúde e/ou consultas particulares, internações hospitalares, escolas particulares, cursos profissionalizantes, entre outros serviços sociais. Vejamos como uma das entrevistadas relata a forma como é atendida em um serviço de saúde:

“[...] aqui precisava de melhoras e melhoras, principalmente na área da saúde né, porque numa emergência a gente precisa de um médico pra atender nossos filhos não tem é como que fala, é muita humilhação parece que a gente tá pedindo um favor pra ele fazer pra gente principalmente nessa área sendo que ele depende da gente [...] Nós vamos pra tudo quanto é hospital se não tem médico em um corre pra um, corre pra outro, é assim. [...] Esses dias eu fui das 4 às 10 da noite fiquei sentada lá com minha filha com

febre, vomitando e eles não queria atender minha filha, aí eles queriam me levar pra outro hospital e eu sem um real no bolso eu falei pra eles – vocês vão ter que me levar e vão ter que me trazer porque eu não tenho dinheiro, então, o médico lá dentro, o médico lá dentro, eu vi ele e tudo e eles não atenderam, dia de segunda-feira eles tão de folga, quando a doença dá folga? Doença não dá folga pra ninguém e ainda mais criança [...] Tem que melhorar bastante a área da saúde...” (uma das filhas da família 34).

No relato acima, pode-se perceber tanto as dificuldades que uma família pobre enfrenta para ter acesso aos serviços sociais, como a forma e a qualidade dos serviços públicos e dos atendimentos que são prestados às famílias. Diante dessa realidade, perguntaria: “Gerentes e gestores desses serviços acreditam que essas famílias têm todo o tempo do mundo para ficar sentados horas e horas esperando para serem atendidas? Não poderiam criar procedimentos técnicos e burocráticos que melhorassem e qualificassem o atendimento daqueles(as) que necessitam dos serviços, ao invés de criarem e estabelecerem rotinas e procedimentos que não são de domínio público?.

Rotinas e burocracias de funcionamento institucional como as comumente encontradas nos serviços públicos que não ultrapassam, muitas vezes, o limite dos muros institucionais, pouco ou nada facilitam o acesso da população usuária, pelo contrário, parece que quem os cria raciocina apenas pela ótica da facilidade daqueles que a executam sem, contudo, pensar qual o significado que vai ter ou causar na vida das pessoas e das famílias que vão ser atingidas pelas medidas. Será que já se perguntaram que tipo de impacto procedimentos como os agendamentos de consultas por telefone ou nos primeiros cinco dias úteis de cada mês causariam na rotina dessas famílias? Será que já se perguntaram o que significa para uma pessoa esperar cinco horas por uma consulta de 10 minutos, de um médico que tem de atender, em média, 16 usuários(as) por período de trabalho, ou esperar 6 meses para conseguir agendar uma consulta com especialista? E os dois anos de espera que as famílias ficam esperando quando se inscrevem para obter financiamento habitacional? E o tempo indeterminado para que consigam uma vaga em escolas próximas às suas residências? E o tempo que as famílias esperam para serem chamadas quando são cadastradas nos programas de transferência de renda ou em programas de cestas básicas?

Com certeza, eu ficaria aqui horas ininterruptas perguntando, indagando e fazendo questionamentos a esse respeito. Na verdade, os serviços oferecidos pelas políticas sociais são direitos conquistados e garantidos constitucionalmente. Talvez, seja preciso e necessário que os direitos sociais que já estão garantidos e regulamentados na Constituição

Federal passem a ser de domínio público, assim todos os brasileiros teriam canais e meios para exigí-lo legalmente, quando lhes fosse negado.

2. As famílias do distrito do Itaim Paulista

O distrito do Itaim Paulista possui uma população de 212.733 habitantes, numa área de 12 quilômetros quadrados. Nele, formaram-se 38 bairros com origens e nomes os mais variados possível. Todas essas denominações, com certeza, guardam consigo significados de histórias e experiências dos que ali viveram, e dos que ainda vivem. Segundo o IBGE, o distrito possui uma taxa anual de crescimento de 2,06, considerando-se que, anualmente, migram para o distrito 1.764 pessoas que, acredita-se, seja resultado de movimento migratório interno da própria cidade de São Paulo. Sobre a população do distrito, os dados do IBGE indicam que há maior concentração na faixa etária de 0 a 24 anos de idade (52%).

Quadro 1 - Distribuição da população do distrito do Itaim Paulista por faixa etária

Faixa Etária		Habitantes	(%)
Infância – 0 a 9 anos		44.604	21
Adolescência e Juventude	De 10 a 14 anos	22.168	31
	De 15 a 19 anos	22.994	
	De 20 a 24 anos	20.606	
Adultos – 25 a 59 anos		91.850	43
Idosos – mais de 60 anos		10.511	05
Total		212.733	100

Fonte: PLAS Regional da Supervisão de SASSMP/IP

Quadro 2 - Características epidemiológicas da população do distrito do Itaim Paulista

Taxa de natalidade	Taxa de mortalidade geral	Taxa de mortalidade infantil	Expectativa de vida		Morte no Trânsito	Morte por homicídio	Morte por suicídio	Morte de causa externa	Morte por Aids
			Homens	Mulheres					
27,29	5,45	41.34	65,2	74,7	19	61	7	25	24

Fonte: PLAS Regional das supervisões de SASSMP/IP e PLAS 2002-2003

Das características epidemiológicas da população do distrito, chamam a atenção, particularmente, os dados relativos à taxa de mortalidade infantil e ao número de mortes por homicídio.

O distrito do Itaim Paulista faz fronteira com três municípios da região metropolitana de São Paulo: Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos e Poá. A linha que demarca o limite entre o distrito e o município de Itaquaquecetuba é o limite natural do córrego Ribeirão Três Pontes, representado pela avenida de mesmo nome. O limite entre o

distrito e o município de Poá, são as ruas: Abel Marques Nogueira; Bartolomeu Gusmões e Arlindo Correia, região formada por várias chácaras. Já o limite com o município de Ferraz de Vasconcelos se dá pelas ruas: Gilson Antunes; Rosa Germano Ferreira; Dos Estudantes, Itajuíbe⁴¹ e o loteamento Santana do Agreste.

O distrito é formado pelos seguintes bairros⁴²: **Jardim Miliunas**, Jardim Camargo, **Jardim Camargo Novo**, Jardim Camargo Velho, **Jardim Nélia**, **Fazenda Itaim**, Cidade Kemel I e II, Jardim São Luiz, **Encosta Norte**, Jardim das Oliveiras, Jardim Jaraguá, Jardim Bartira, Parque Santa Amélia, **Jardim Mabel**, Vila Silva Teles, Jardim Tua, **Vila Alabama**, Jardim Virginia, **Vila Nélia**, Vila Valdemar, Vila Escolar, Vila Moderna, Jardim Dalmo, Vila Progresso, Vila Claudia, Jardim Silvia, Jardim Laura, Jardim Luciana, Jardim Indaiá, Jardim Mirian, Vila Luzimar, Chácara Dona Olívia, **Jardim Elza**, Vila Jurema, Nazareth e Jardim Carolina.

Entre esses bairros (negritos) estão os oito territórios (Fazenda Itaim, Encosta Norte, Jardim Nélia, Jardim Mabel, Jardim Miliunas, Jardim Elza, Jardim Camargo Novo e vila Alabama) onde vivem as 22 famílias desse estudo. As moradias das famílias estão identificadas no mapa do distrito. Foram localizadas as ruas e os endereços das famílias⁴³, e assim podemos observar o local de moradia e imaginar a que distâncias esses territórios estão do centro da cidade, além das razões, dos motivos e das circunstâncias que levaram essas famílias a fixar residência em locais tão adversos às condições e necessidades básicas dos seres humanos. Motivos para essa fixação são muitos e variados, como por exemplo: aquisição de terreno para construir a tão sonhada e desejada casa própria; ser proprietário de um imóvel; morar próximo de parentes e conhecidos; ser “expulso” e/ou “obrigado” a abandonar as residências em que viviam em outros bairros por não terem como pagar aluguel, por problemas de violência doméstica e urbana, ou até mesmo buscando outras e novas perspectivas de vida, entre tantos outros motivos.

⁴¹ Esta é uma das ruas que compõem o eixo viário do distrito. Ela inicia na avenida Marechal Tito e corta-o diagonalmente até a fronteira com o município de Ferraz de Vasconcelos.

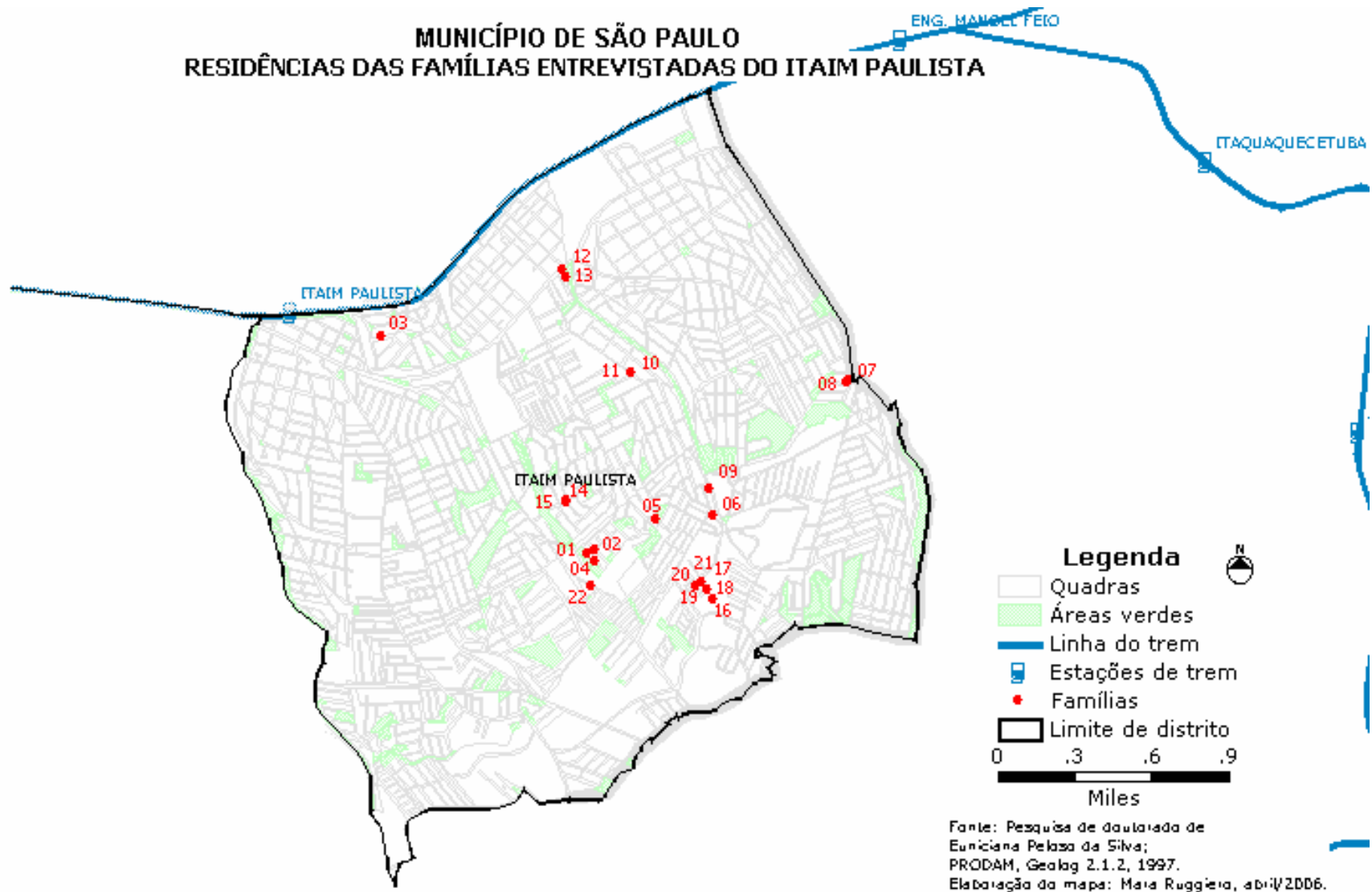
⁴² Os bairros que estão em negrito são os territórios onde residem as famílias participantes da pesquisa.

⁴³ As ruas onde as famílias moram estão identificadas no mapa. No entanto, para preservar os locais de moradia, os números das casas foram suprimidos nas legendas.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO RESIDÊNCIAS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS DO ITAIM PAULISTA



Localização da Itaim Paulista no município



Fonte: Pesquisa de doutorado de Euníciana Peloso da Silva; PRODAM, Geolog 2.1.2, 1997. Elaboração do mapa: Mara Ruggiera, abril/2006.

Grande parte das moradias que está referenciada no mapa é própria, mas nenhuma tem o título de propriedade ou escritura definitiva em nome da(o) chefe da família. Um, porque estão construídas em loteamentos irregulares em áreas públicas (municipal, da Marinha ou da CDHU). Outras, mesmo tendo sido compradas pelas famílias, as imobiliárias ou corretoras de imóveis não emitiram tal certidão. A julgar pelas histórias e informações⁴⁴ que as famílias me relataram, quem as vendeu são grileiros urbanos, que com a especulação imobiliária vão adquirindo e vendendo terras que, muitas vezes, não são de sua propriedade. Dos falsos proprietários de terras, que vendem loteamentos nessas áreas, consegui saber apenas o nome de um. Este, segundo a família 10, chama-se Mário Guedes, que ninguém sabe informar onde vive atualmente: informam apenas que o processo está correndo na Justiça. As casas e/ou apartamentos (dois entre as 22 moradias) onde moram as famílias, foram adquiridas de forma variada, e mesmo com todo esforço e investimentos feitos por elas, isso não lhes garante conforto e qualidade de vida. O Quadro 3 apresenta dados referentes à forma que essas famílias encontraram para adquirir suas residências.

Quadro 3 – Formas de aquisição das moradias

Moradias	Quantidade de moradias
Próprias – financiadas pela CDHU e Mutirão	03
Próprias – compradas em áreas de ocupação	05
Construídas no quintal de parentes	03
Próprias – construídas em áreas de ocupação	02
Ocupação de apartamento da CDHU	01
Cedidas por familiares ou por conhecidos	05
Alugadas	03
Total	22

As famílias que residem em áreas de ocupação relataram que adquiriram suas moradias por meio da participação em movimento de ocupação. As que possuem casas próprias, umas foram recebidas por herança deixada pelos pais; outras, conseguiram comprar por meio de prestações que iam sendo pagas gradativamente. É importante dizer que a aquisição da casa própria para essas famílias é a realização de um grande sonho,

⁴⁴ As famílias que compraram terreno ou casa nesses bairros contam que nunca o corretor ou a imobiliária emitia a escritura definitiva em seus nomes. Quando indagavam a respeito, eram informadas de que estavam providenciando junto à Prefeitura. Tempos depois, apareciam outras pessoas, que se diziam donas e proprietárias daquelas mesmas terras, que as famílias já haviam comprado. E, nesse jogo desleal, quem sempre perdia eram as famílias, que, muitas vezes, tiveram de deixar as casas ou pagar novamente por elas se quisessem continuar ali. Cansadas com a situação, muitas famílias, mesmo já tendo feito o pagamento de todas as prestações, mas não tendo nenhum comprovante oficial, “preferiam” abandonar suas casas. Hoje, aqueles mais bem-informados recorrem à Justiça, como é o caso da família 10, que acabou de pagar as prestações de sua casa em juízo, para não ter de perder, como ocorreu com muitas famílias.

portanto, uma grande conquista. É a realização de um sonho que há muito tempo foi acalentado por essas e por outras tantas famílias brasileiras.

Tabela 1 – Faixa etária e tipo de chefia das famílias entrevistadas

Faixa etária	Chefia da família					
	Família chefiada por mulheres	%	Família com chefia compartilhada*	%	Total	%
20 a 25 anos	01	4,5	02	09	03	13,5
26 a 30 anos	-	-	-	-	-	-
31 a 35 anos	04	18,1	01	4,5	05	23
36 a 40 anos	-	-	-	-	-	-
41 a 45 anos	04	18,1	04	18,1	08	36
46 a 50anos	05	22,7	-	-	05	23
+ de 50 anos	-	-	01	4,5	01	4,5
Total	14	63,4	08	36,1	22	100

*Nota 1 - Estou considerando chefias compartilhadas para os casos em que as famílias dividem as responsabilidades do sustento da família. Neste caso, isso não significa que as demais responsabilidades familiares sejam compartilhadas pelas pessoas de referência da família.

A Tabela 1 mostra uma concentração de famílias com chefia feminina (14). Essa concentração está localizada na faixa etária entre 41 e 50 anos de idade (9). Sobre essa realidade, poderia dizer que as famílias chefiadas por mulheres desse grupo segue a tendência das mudanças que vêm ocorrendo no universo familiar, independentemente da classe social. Portanto, não é um traço ou um fenômeno que vem aumentando apenas nas famílias pobres. Um dado que pode explicar de alguma forma essa concentração demonstrada na Tabela 1 pode estar relacionado com a preocupação, com o medo e o cuidado que as mães têm com as filhas mulheres. Elas temem que as mesmas sejam desrespeitadas ou abusadas sexualmente por seus novos maridos, que não são seus pais biológicos.

Ouvi de algumas entrevistadas: "É muito difícil chefiar sozinha uma família". Falavam que o "peso" e a dificuldade maior é a responsabilidade com os filhos, já que são sozinhas para atender às solicitações e às necessidades destes: presença na escola, lição, não ter condições de comprar o que o filho pede e medo de que os mesmos se envolvam com o tráfico de drogas. No entanto, elas diziam que "preferiam" ficar sozinhas. As explicações e justificativas para essa atitude eram as mais variadas possíveis, quando indagadas se ainda pensavam em casar ou dividir com alguém a chefia da família. A maioria delas tinha diferentes motivos. Umavam relacionadas com as

responsabilidades que assumiam em relação à educação e à criação dos filhos⁴⁵. Outras, diziam que “preferiam” ficar sozinhas cuidando dos filhos e da casa com medo de os filhos serem violentados. Entre as mulheres chefes de família havia as que diziam que estavam sozinhas em razão de não terem encontrado um homem responsável e carinhoso, que, além de dividir as despesas da casa, pudesse lhes dar carinho e atenção, conforme seus próprios relatos:

“Eu falo assim, penso assim, penso... eu não falo assim, que vou ter, mas desde que aquela pessoa que eu veja do meu lado me respeite como ser humano né, se não for assim, não vale a pena, melhor é tá assim na situação que me encontro...” (Família 6)

“Penso, mas depois que as minhas filhas (...) Quando eu puder dizer: eu vou no cinema, mas não espera por mim. Eu vou no cinema sem ter aquela responsabilidade, assim,. eu ainda falo direto: a minha responsabilidade é até você crescer, depois que você crescer ela deixa de ser minha e passa a ser sua, só que você tem (...) vou tá do seu lado, mas a responsabilidade não é minha. Então, não posso pensar muito em mim, se eu tenho eles, eu não quero um homem dentro da minha casa com meu filho, principalmente elas que são.... são umas mocinhas, aqui ela anda de calcinha, anda de sutiã, ela anda à vontade se eu pô outra pessoa aqui vai tirar minha liberdade e a deles, então isso eu não quero” (Família 18).

“Porque quando eu tinha 7 anos de idade, e começou a nascer o seio (chora) ele queria ficar me tocando. Conte pra minha mãe. Sei lá, minha mãe não se separou dele mais ficou do meu lado, aí eu contava pra ela sempre que ele queria tocar no meu seio, ele queria ficar me tocando, às vezes eu não queria, ele me batia, até que eu não aceitei nada com ele, e ele foi mexer com a Jôsi minha irmã, a Jôsi até engravidou, quem cria a menina

⁴⁵ Das 14 famílias que são chefiadas por mulheres, somente três recebem apoio dos ex-maridos, que são pais de seus filhos. O apoio aqui referido é prestado por meio do pagamento da pensão alimentícia para os filhos. A filha adolescente da Família 6, após descobrir pela televisão que seu pai tinha obrigação para com ela, pressionou a mãe para que fosse ao fórum, para pedir que a justiça obrigasse o pai a pagar pensão alimentícia para ela. Outras mulheres me disseram que deram entrada com o pedido de solicitação de pensão alimentícia no fórum, mas o processo foi arquivado, uns em razão de o pai das crianças não ser encontrado. Outros, porque os pais das crianças eram mais pobres que elas e não tinham como pagar. Na verdade, a responsabilidade paterna é uma realidade muito pouco discutida. Dados do IBGE 2003 sobre divórcio indicam que dos 97.169 divórcios homologados, 4.453 homens assumem a guarda dos filhos. No estado de São Paulo, o número de homens que ficam com a guarda de seus filhos é de 1.110, dos 12.147 casos homologados. Nas experiências que desenvolvi com mulheres que procuravam por atendimento nos serviços socioassistenciais, muitas diziam não precisar da ajuda do pai dos seus filhos. Esse comportamento das mulheres estava associado à compreensão que tinham acerca do pagamento da pensão alimentícia dos filhos: direito de visitar e de conviver com os filhos. Nesse sentido, elas mesmas decidiam que como o pai não pagava a pensão, ele também não tinha o direito de ver nem de conviver com os filhos. Tal atitude impede que pais e filhos e se relacionem, contribui para aumentar as responsabilidades maternas, e priva as crianças do direito de convívio com o pai. Acredito que esse comportamento da mulher seja uma forma de castigar o ex-marido por tê-la abandonado ou tê-la trocado por outra.

é ele, só que minha irmã agora é que nem eu o que ela podia fazer pelos filhos ela faz, eu não quero que a Pamela passe pelo que eu passei, por isso eu tenho medo de arrumar marido” (Família 13).

Estudos sobre violência infantil Guerra, 1988 e 1998; Ferrari, 2002; Rede Criança, 2005; Pavas 2005⁴⁶, discutem que pais biológicos e pais sociais violentam os(as) filhos(as). Um levantamento realizado pela Rede Criança, em novembro 2005, mostrou que, dos noventa casos de crianças e adolescentes acompanhados pelo Centro de Referência da zona leste, a maioria dos abusos sexuais foi cometido por pessoas das relações de suas famílias. Dos atendidos, 33 foram violentados por amigos da família, 32 pelos pais biológicos, 12 pelos padrastos e 13 pelos tios.

Nesse sentido, sem querer banalizar o assunto da violência referido pelas mães, e nem tampouco criticar as atitudes que tomam de ficar sozinhas, imaginando que estão protegendo, principalmente, as filhas mulheres, eu diria que, na verdade, elas assumem tal postura pressionadas pelos costumes, valores e princípios socioculturais apreendidos⁴⁷, que as deixam culpadas ou com medo de serem julgadas e interpretadas como mães relaxadas, descuidadas e/ou desnaturadas. Esses adjetivos são comumente utilizados para se referir às mães que optam por se casar uma, duas ou três vezes, tentando reconstruir relações conjugais que não deram “certo” ou não corresponderam às suas expectativas.

Casar-se uma, duas ou três vezes é a atitude típica de alguém que está buscando companhia e prazer para sentir-se feliz ao lado de alguém que pode muito bem ser o “príncipe” ou a “princesa” encantado(a), que nas fantasias românticas e idealizadas, homens e mulheres gostariam de encontrar. Não abrir mão do papel ser mulher, em detrimento do da maternidade, de alguma forma, é estar contrariando os princípios da educação patriarcal, que, de forma conservadora e subliminar, faz a maioria das pessoas acreditar, particularmente as mulheres, que ser mãe é ser santa, é ser pura, é ser a melhor das mulheres. Nesse sentido, abdicar da companhia masculina para ficar cuidando sozinha dos filhos, tendo de se sacrificar, trabalhando dobrado, pode ser a única alternativa que restou para algumas dessas mulheres, independentemente de sua escolha ou vontade. O

⁴⁶ Laboratório de Estudos da Criança (Lacre), ligado ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia da USP. É um Centro de Estudos, Pesquisa e de Capacitação de Profissionais na área de violência doméstica contra crianças e adolescentes. O Centro está sob a coordenação das professoras-doutoras Viviane Nogueira de Azevedo Guerra e Maria Amélia de Azevedo. O Centro de Referência às Vítimas da Violência (CRNVV), coordenado pela psicóloga Dalka C. A. Ferrari está sob a responsabilidade do Instituto Sedes Sapientiae. A Rede Criança é um Centro de Referência que presta atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. O Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Pavas), é um Serviço ligado ao Centro Saúde Escola Paula Souza, da Faculdade de Saúde Pública da USP.

⁴⁷ E. P. Thompsn. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

mito do amor materno é tão forte, conforme discute Banditer, que elas acreditam que, dessa forma, ganhariam reconhecimento, respeito e valor. Afinal, qual é a mãe que não gostaria de ser reconhecida como a melhor de todas? Esse mito tão valorizado?

Numa sociedade católica como a brasileira, a figura lendária da Virgem Maria, como a mãe das mães, é utilizada para impor e pressionar as mulheres ao exercício da maternidade. Não é por acaso que temos tantas Marias (Aparecida, Fátima, Conceição, Nazaré, entre outras) transformadas em santas, ou em Nossas Senhoras, que assumem os papéis de padroeiras, de protetoras e de mães de milhões de brasileiros e de muitos cristãos católicos no mundo.

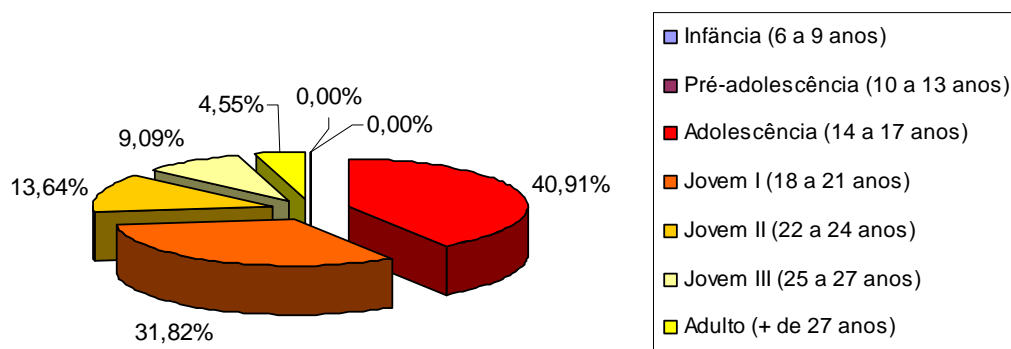
A Tabela 2 revela o nível de escolaridade das pessoas de referência das famílias que participaram da pesquisa no distrito do Itaim Paulista, mostrando que a escolaridade das mulheres chefes de família comparada à de homens e mulheres que compartilham a chefia de suas famílias, podemos dizer que nas famílias chefiadas por mulheres o nível de escolaridade é, de certa forma, superior, pois 7 entre as 14 mulheres tinham de 8 a 11 anos de estudo. Já dos 16 provedores que compartilham a chefia da família, esse número é de apenas 4. O que indica que o nível de escolaridade dos dois grupos de famílias é baixo. Mas é importante ressaltar que esse nível de escolaridade tem relação com as oportunidades de acessos, o apoio e o significado que os estudos tiveram para as famílias de origem dos dois grupos.

Tabela 2 – Nível de escolaridade dos entrevistados e chefia da família

Nível de escolaridade dos entrevistados	Famílias chefiadas por mulheres	%	Famílias com chefia compartilhada			
			Homem	%	Mulher	%
Analfabetos	1	4,5	1	4,5	1	4,5
1ª a 4ª do E. Fundamental	5	22,7	2	9	1	4,5
5ª a 7ª do E. Fundamental	1	4,5	4	18,1	3	13,6
E. Fundamental Completo	1	4,5	-	-	-	-
1ª e 2ª do E. Médio	5	22,7	-	-	1	4,5
E. Médio Completo	1	4,5	1	4,5	2	9
Total	14	63,4	8	36,1	8	36,6

O acesso à educação e o nível de escolaridade dos entrevistados reafirma um dado que há tempos vem sendo discutido acerca das dificuldades que as famílias de baixa renda têm de manter os filhos estudando para além do ensino médio. Os filhos, assim como os pais, são “obrigados” a abandonar ou interromper os estudos, na maioria das vezes, para trabalhar. Há situações em que a descontinuidade dos estudos daqueles membros que concluíram o ensino médio se dá pelas dificuldades de acesso às instituições de nível superior.

Gráfico 2 - Ciclo vital das entrevistadas do Itaim Paulista quando do nascimento do primeiro filho, em porcentagem



Conversei com mães, pais e filhos que tinham, no imaginário, sonhos e idéias de serem médicos, advogados, professores de educação física e assistentes sociais, que não ultrapassaram os limites dos sonhos e dos desejos. Primeiro, porque muitos interromperam os estudos antes mesmo de terem concluído o ensino fundamental. Segundo, porque os que concluíram o ensino médio não conseguem entrar nas universidades públicas, em função de terem tido acesso ao ensino na rede pública de educação. Esta, não oferece aos seus alunos conhecimentos suficientes para que concorram e disputem por uma vaga com o mesmo nível de conhecimento dos alunos oriundos da rede particular de ensino. Nas universidades e faculdades particulares não entram porque não têm dinheiro para pagar os valores das mensalidades e nem para manter os custos, dentre os quais, transportes, livros e alimentação.

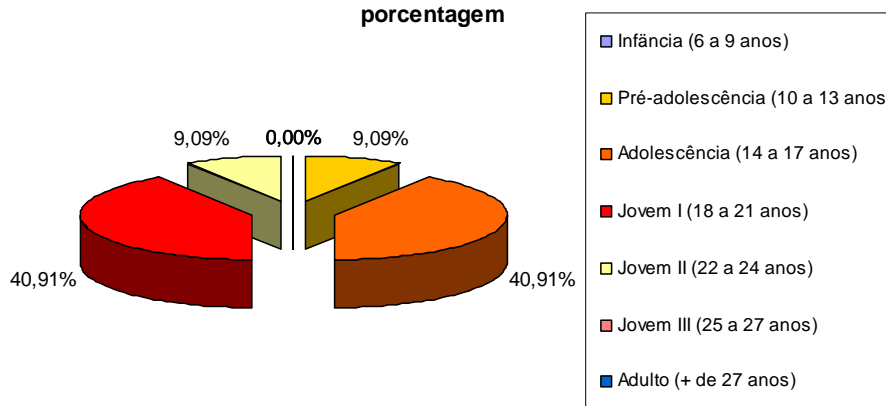
O Estado é o responsável pela política de educação como direito universal, nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Acredito que a política de cotas para educação superior nas universidades públicas e o programa de bolsas nas universidades particulares (Prouni), apesar da polêmica que elas suscitam, são alternativas para ampliar o acesso dos filhos das famílias pobres ao ensino superior.

Um dado importante na caracterização das mulheres entrevistada referem-se as experiências que elas vivenciaram de forma muito precoce.

O Gráfico 1 é relativo à idade da primeira relação sexual das mulheres entrevistadas. Realidade que vem sendo antecipada na vida das adolescentes.

O Gráfico 1 revela que a primeira relação sexual da maioria das 22 mulheres das famílias do distrito do Itaim Paulista aconteceu entre 14 e 21 anos (adolescência e jovem I). Dado que indica precocidade, já que a primeira relação sexual destas mulheres

Gráfico 1 - primeira relação sexual das entrevistadas do Itaim Paulista, em porcentagem



está diretamente relacionada com o nascimento do primeiro filho, experiência que elas também iniciam cedo conforme está demonstrado no Gráfico 2.

No Gráfico 2, pode-se observar que há antecipação da maternidade na vida dessas mulheres, considerando-se que 86,37% das entrevistadas tiveram o primeiro filho entre 14 e 24 anos, e 40,91% delas tiveram o primeiro filho na adolescência.

As mulheres entrevistadas contam que elas, as mães e algumas de suas filhas foram mãe pela primeira vez no início ou no final da adolescência sem qualquer informação ou orientação acerca da sexualidade e da maternidade. Essa antecipação da maternidade significa, para elas, de certa forma, reviver ou repetir experiências vividas na infância e na pré-adolescência, quando obrigadas pela situação familiar, se responsabilizavam pelos cuidados da casa e dos irmãos, enquanto os pais trabalhavam fora de casa.

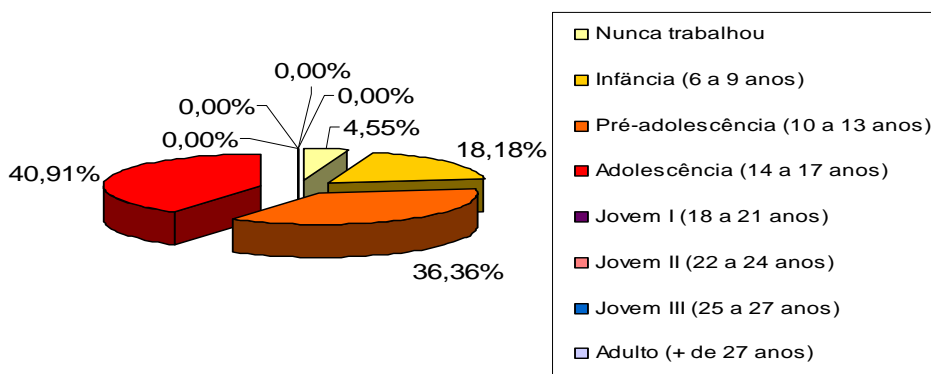
É com essas experiências e referências que essas mulheres iniciam a vida sexual e o exercício da maternidade. Papel que na sociedade moderna e contemporânea (Badinter, 1995), é tido como o mais sublime e o mais importante entre os existentes no universo feminino. O mito do amor materno de que fala a autora é usado para “obrigar” e pressionar a maioria das mulheres, que acreditando na sublimidade do papel materno, submetem-se e enfrentam situações as mais adversas, para cumprir funções de um papel que é reconhecido por muitos, como o mais importante, como discute a autora.

“[...] uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal, por excelência...” (1985:15).

Acreditar que as possibilidades das mulheres estão unicamente no exercício da maternidade é, sem dúvida nenhuma, restringir o papel feminino. E mais, é determinista,

quando diz que “uma mulher tem que ser mãe, e mais, uma mãe boa”. Essa afirmação não leva em consideração as diferenças de realidades e das adversidades vividas, nas quais a maternidade e muitos outros papéis são vivenciados contraditoriamente. Que o digam as mães pobres, que desde meninas já têm de enfrentar o peso de uma educação machista, que as transformam em miniaturas de mulheres e mães, que ao invés de estarem estudando, brincando e tendo espaço para viver o sonho e o lúdico, estão desempenhando papéis e funções incompatíveis com suas faixas etárias.

Gráfico 3 - Início do primeiro trabalho das entrevistadas do Itaim Paulista, em porcentagem



Um outro dado de precocidade na vida dessas mulheres diz respeito ao ingresso no trabalho, dentro e fora de casa. O Gráfico 3 revela que 18,18% das mulheres entrevistadas começaram a trabalhar ainda na infância; 36,36% na pré-adolescência; e 40,91% na adolescência, o que significa que vivenciaram precocemente sua inserção no trabalho.

Crianças e adolescentes quando assumem os afazeres domésticos, o cuidado dos irmãos ou trabalham fora de casa, vivenciam antecipadamente o estatuto dos adultos, independentemente de terem ou não amadurecido, já que nessa idade ainda estão em processo de crescimento e desenvolvimento físico e mental. Vejamos o que dizem as mulheres acerca das experiências que vivenciaram quando crianças ou na pré-adolescência. Ocasões em que eram “obrigadas” a assumir responsabilidades e tarefas como se fossem adultas. Como “donas de casa”, faziam as tarefas domésticas e cuidavam dos irmãos. Trabalhando fora de casa ou realizavam com os pais - na roça - atividades ligadas à agricultura ou como empregadas domésticas em casas de famílias. Nesta atividade, na maioria das vezes, recebiam como pagamento peças de vestuário e mantimentos (feijão, arroz, leite e pão), que traziam para casa como parte da alimentação da família.

“Cuidei, que lá a gente trabalhava na roça, levava pra lá, vinha, fazia mamadeira, voltava pra casa mais cedo pra pegar lenha, pra esquentar água, pra dar banho e voltar pegar verdura e fazer (...) Era isso. Minha mãe só vinha seis horas pra

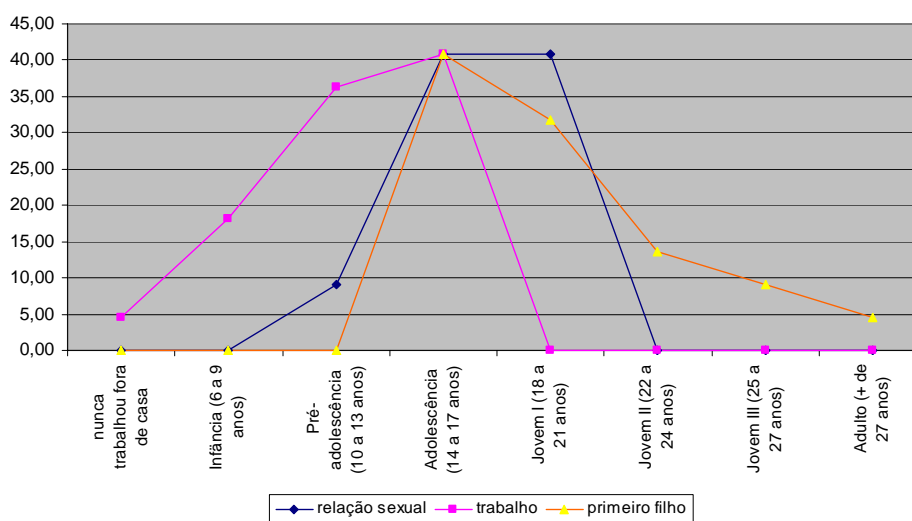
casa, então a gente vinha mais cedo, quatro horas, ajudava meu avô dar cana, milho pros animais, aí ia pegar lenha e botava pra esquentar, aí buscava as irmãs, dava banho, começava a fazer janta, aí no final do dia minha mãe vinha, então, obrigação da gente ir e voltava e fazia essa parte” (Família 5).

“Porque nos éramos, nós éramos em dez irmãos, e eu sendo a mais velha eu tinha que trabalhar pra, pra cuidar deles, porque assim, a minha mãe ela, ela sempre bebeu, então o dinheirinho que ela pegava era pra ela beber, e aí eu tinha que trabalhar, com nove anos eu fui trabalhar pra manter e dar pro meus irmãos, aí com dez anos eu resolvi que eu tinha que estudar, aí minha mãe falou que mulher não precisava de estudo, que ela ia casar, ter os filhos, e o marido ia sustentar, e eu sempre falei assim (Eu não, eu nunca ia querer ser sustentada pelo homem, e só ele me sustentar, eu tinha que ter o meu também.), aí fui estudar, e eu trabalhava, eu cuidava dos filhos dos outros, às vezes até pelo um arroz, um feijão, um pão, pra poder não faltar pros meus irmãos num faltar” (Família 8).

Essa antecipação, de certa forma, é uma experiência comum às famílias pobres, que, acudadas, principalmente pelas necessidades socioeconômicas, e por não poderem contar com uma rede de proteção social dos serviços das políticas sociais, atribuem às crianças tarefas que são de responsabilidade de pessoas adultas.

Quando os dados dos Gráficos 1, 2 e 3 são analisados simultaneamente, percebe-se que há um ponto de convergência no que se refere à idade em que as três experiências (primeira relação sexual, primeiro filho e primeiro emprego) são vivenciadas pelas entrevistadas.

Gráfico 4 - Relação do ciclo vital com a primeira relação sexual, primeiro trabalho e primeiro filho das entrevistadas do Itaim Paulista, em porcentagem



A realidade mostrada nos gráficos é pouco conhecida, mas existe e sobrevive de forma silenciosa há muitos anos, particularmente, nas famílias pobres, a experiência de trabalhar cedo. As entrevistadas, desde cedo, são obrigadas a trabalhar. Esta atividade é assumida como desafio para não sucumbirem diante de tantas dificuldades.

Sou radicalmente contra que crianças e adolescentes sejam responsabilizados por tarefas que exigem amadurecimento físico e emocional, próprio das pessoas adultas. E, acima de tudo, quando essas tarefas e responsabilidades a elas atribuídas as impedem de se desenvolver como pessoas, com oportunidades e alternativas de viver com qualidade e dignidade.

As mulheres das famílias desse estudo foram meninas que rapidamente tiveram que se transformar em mulheres, pois exerceram a maternidade no “susto”, sem sequer ter as orientações básicas e preliminares que antecedem o exercício do papel, como por exemplo, o funcionamento do corpo. Fenômenos como a adolescência, menarca, período fértil, contracepção e processo de gravidez foram vividos sem que as mesmas tivessem a compreensão para relacioná-los com a sexualidade⁴⁸ e a proteção da rede de serviços sociais.

É importante ressaltar, que exercer o papel de mãe numa sociedade urbana e moderna como é a nossa exige disposição, informações e orientações básicas acerca do funcionamento do corpo e da sexualidade; amadurecimento físico e emocional, e uma rede de serviços de proteção social, para que, no mínimo, o desempenho do papel seja facilitado e exercido com certa tranquilidade. Nesse sentido, o Estado tem o dever de investir amplamente em políticas de proteção e prevenção, para que meninas e meninos não tenham de exercer, por antecipação, papéis que não lhes cabe ainda, como a maternidade e a paternidade.

A antecipação da maternidade que é vivenciada pelas mulheres das famílias pesquisadas, de certa forma, confirma o constante crescimento da taxa de gravidez na adolescência, que segundo o IBGE, está em torno de 32%. Por um lado, este índice alto de gravidez precoce é um problema de saúde pública, considerando os riscos de vida que uma gravidez nessa faixa de idade traz para a adolescente mãe (nascimento prematuro, hipertensão arterial, os mais comuns). Por outro, se formos considerar os prejuízos psicossociais (interrupção dos estudos, adiamentos ou interrupção dos projetos de vida, entre

⁴⁸ De modo geral, essa é uma característica da adolescência, independentemente da classe social a que pertence e do país em que vive. No entanto, nas camadas de baixa renda, esse fenômeno costuma potencializar as causas da exclusão social e da reiteração da pobreza.

outros) advindos desse processo, diríamos que a antecipação da maternidade nas famílias pobres é uma experiência que potencializa e reitera fortemente o círculo da pobreza e de exclusão social em que já vivem essas famílias.

O relato a seguir contém dados sobre a antecipação da maternidade, o nível de conhecimento, de informações e condições de atendimento ambulatorial e hospitalar disponíveis às mulheres e demais pessoas que deles necessitam. O relato revela também a necessidade de se ter uma rede de serviços efetivos e articulados em sistema de referência e de contra-transferência nas políticas sociais.

“Pra falar a verdade, eu estava trabalhando em casa de família né, aí eu tinha que tomar conta de uma senhora, aí ela falou assim: você tá engordando muito, você tá engordando muito, mas como eu não sabia de nada aí eu via pular na minha barriga eu falava é verme, é verme é verme né, aí ela falava assim: é que você comeu meu queijo, mas não comi queijo nenhum porque ela guardava esse queijo dela, até mofava tudo né, aí eu pensava que era verme, nunca ninguém chegou em mim pra conversar sobre isso, aí quando eu saí de lá eu pedi a conta pra ela, que eu falei que não ia trabalhar mais lá, não sabia nem de quantos meses eu tava, não fiz pré-natal nem nada né, eu só fui saber que eu ia ganhar nenê porque eu tava com dor né, e ela veio saber também no último mês assim que eu tava pra ganhar mesmo que nem ela sabia que eu estava grávida, que não mostrava minha barriga sabe, que eu era magrinha né, eu fui ganhar nenê quando estava no hospital, que foi meu irmão que levou [...] falou que eu ia dar a criança né, aí veio os outros pedir a criança né, veio gente falando que comprou enxoval (...) que não sei que, né, aí eu peguei e falei pra eles, que meu filho eu não dava, não vendia, não trocava, eu tinha dois braços e duas pernas pra trabalhar e foi o que eu fiz, fui à luta, fui trabalhar e cuidei do meu filho, que é esse que é o casado né, então foi assim que aconteceu, na hora de ganhar não sabia como (...) eu só sabia assim que os outros falava. Ah tem que fazer força pra cagar, força pra cagar. Eu ouvia o povo falar assim, no fim eu ganhei ele sozinho na cama, ele nasceu no escuro, eu ganhei ele lá na maternidade São Paulo, aí, quando cheguei lá vi aquele monte de médico, pedi água, ninguém me deu água e eu com dor e eu com dor e nada, aí tadinho, os médicos saíram tudo e falaram não tá na hora não, aí, como eles falam que é força pra fazer cocô, pus a mão na barriga e comecei a fazer força aí quando o nenê caiu na cama eu gritei, veio aquele monte de médico né, aí eu falei, pronto já morri né, já tô morta, aí tudo bem, quando falaram que era um menino, aí eu falei ah também não quero não, mas depois falei é meu filho né, fazer o quê...” (mulher da Família 34)

Das 14 mulheres entrevistadas entre as 22 dessas famílias, além de exercerem a maternidade nessas condições, exercem sozinhas a chefia de suas famílias. Nesse sentido, travam uma verdadeira batalha para sobreviver, ainda que seja na maior penúria, pois residem em territórios sem infra-estrutura, moradias insalubres e precárias, desempregadas, subempregadas, se alimentando com produtos de baixo valor protéico e nutricional e ainda têm muita dificuldade de acesso aos serviços sociais.

Estudos como os de Pierrot, 1992; Davis, 1990; Oliveira, 1992; Badinter, 1985; Muraro, 1990; Saffioti e Vargas, 1994; Bruschini, 1990; Baptista, 1995; Maciel, 1987; Xinran, 2002 discutem acerca do universo feminino. Nessas discussões podem ser encontradas reflexões sobre a condição e a luta das mulheres por igualdade de direitos e contra a discriminação e submissão existente entre os gêneros. Trazem, também, relatos de histórias e de experiências vividas por mulheres e mães que viveram lutando e discordando da condição de submissão e de discriminação que a condição feminina tem experimentado. Submissão e discriminação que também vivenciam as mulheres desse estudo.

O Quadro 4 traz os dados referentes à renda média *per capita*, quantidade de pessoas por famílias e número de cômodos. Essas informações expressam a intensidade do sofrimento vivido por essas 22 famílias deste estudo. Ao observar os dados do Quadro 4 percebe-se que oito famílias vivem com renda média *per capita* superior a R\$100,00 e 14 famílias vivem com renda média *per capita* abaixo de R\$ 100,00, o que significa que as 22 famílias vivenciam situação de alta e média vulnerabilidade⁴⁹ que acarreta intenso sofrimento⁵⁰. Quando pessoas são submetidas a um intenso sofrimento, em geral, são impedidas de se desenvolver e de protagonizar as suas próprias histórias.

Quadro 4 – Renda média das famílias entrevistadas do Itaim Paulista, por número de componentes

Nº pessoas	Nº de famílias	Média de comodos pelo nº de pessoas	Renda média (R\$)
2	3	3	104,00
3	8	2,5	84,39
4 ou 5	5	3	121,00
6 ou 7	5	3,8	87,54
9	1	0,5	33,8

⁴⁹ Essa classificação foi definida pela pesquisa do Cem/Cebrap/SAS, que classificam o nível de vulnerabilidade de acordo com a renda *per capita*. Famílias que vivem com renda *per capita* até R\$ 75,00 são consideradas em situação de alta vulnerabilidade. As que vivem com renda *per capita* entre R\$ 76 e R\$ 140,00 vivem situação de média vulnerabilidade. E as que vivem com renda *per capita* acima de R\$140,00 vivem situação de baixa vulnerabilidade.

⁵⁰ Estou usando o conceito de sofrimento com a mesma compreensão de Bader Sawaia. A autora discute que “o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos” (2004:102).

O Quadro 5 contém dados sobre local de nascimento, profissão, ocupação atual, tempo de moradia nos territórios e autodefinição de cor e de classe social das pessoas de referência das famílias. Das 30 pessoas de referência dessas famílias, 18 são migrantes. Estes relataram que acompanharam suas famílias de origem que migraram para São Paulo na tentativa de buscar trabalho e melhorar as condições de vida.

Sobre o tempo de moradia dessas famílias no território, os dados indicam que apenas dois dos provedores residem a menos de cinco anos no distrito. Há casos em que os mesmos nasceram, se criaram ou chegaram no bairro quando ainda eram crianças, o que os torna grandes conhecedores do crescimento e expansão do distrito. Uns contam que quando chegaram ali, encontraram muito mato, lama, escuridão e muita violência. Já outros, lembram-se das grandes chácaras, fazendas e plantações que havia por lá e que foram sendo rapidamente substituídas por milhares de casas e prédios construídos e habitados.

Os dados sobre a autodefinição de classe social das famílias que aparecem no Quadro 5 indicam que as famílias se reconhecem como sendo pobres. Entre os provedores, há aqueles que se consideram como pertencentes a uma classe social, ainda mais pobres, como bem podemos observar nas expressões: “pobre, pobre”. Já quanto à autodefinição de cor, ainda que os dados apontem que a maioria dos provedores seja de negros e/ou afrodescendentes, há aqueles que se autodefinem como moreno, pardo, ou mulato o que, de certa forma, reproduz com disfarce as dificuldades que têm de assumir a negritude, ou para atenuar o racismo e preconceitos em relação aos negros.

Quadro 5 – Identificação das pessoas de referência das famílias do Itaim Paulista

Família	Local de nascimento		Profissão		Ocupação		Auto definição de cor		Auto definição de classe social		Tempo de moradia na área	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Família 1	0	Sergipe	0	Empregada doméstica	0	Dona de casa e diarista	0	negra	0	pobre	0	5 anos
Família 2	0	Paraná	0	Instrutora de digitação júnior	0	Auxiliar de costureira, serviços gerais e dona de casa	0	branca	0	classe baixa	0	20 anos
Família 3	0	São Paulo	0	Manicure	0	Dona de casa, diarista, vendedora e manicure	0	branca	0	pobre, pobre	0	43 anos
Família 4	Minas Gerais	Ceará	Apontador	Costureira	Gari	Dona de casa, babá e artesã	mulato	morena	pobre	pobre	6 anos	20 anos
Família 5	0	São Paulo	0	Overloquista	0	Dona de casa e vendedora de salgados	0	mulata	0	classe baixa	0	6 anos
Família 6	0	São Paulo	0	Faxineira	0	Dona de casa, auxiliar de costureira, serviços gerais e faxineira	0	negra	0	pobre	0	17 anos
Família 7	Rio de Janeiro	São Paulo	Lustrador de móveis	Operadora de caixa	Ajudante de pedreiro	Dona de casa e faxineira	negro	negra	pobre	classe baixa	16 anos	18 anos
Família 8	0	São Paulo	0	Doméstica	0	Dona de casa, vendedora de doces, salgados e roupas	0	negra	0	não sabe	0	25 anos
Família 9	Minas Gerais	Minas Gerais	Ajudante de pedreiro	Empregada doméstica	Ajudante geral	Dona de casa, auxiliar de limpeza e faxineira	moreno	morena	não declarou	mais baixa	11 anos	11 anos
Família 10	Paraná	São Paulo	Estoquista	Costureira	Auxílio doença	Dona de casa e costureira	moreno	morena	pobre	classe baixa	20 anos	20 anos
Família 11	0	São Paulo	0	Embaladeira	0	Dona de casa, lava, passa e bordadeira (eventual)	0	negra	0	pobre e classe baixa	0	18 anos
Família 12	Minas Gerais	Pernambuco	Serralheiro	Ajudante geral	Serralheiro	Dona de casa, bordadeira, faxineira (eventual)	moreno	morena	pobre	classe baixa	6 anos	6 anos
Família 13	0	São Paulo	0	não tem profissão	0	Dona de casa	0	branca	0	classe baixa	0	3 anos
Família 14	0	São Paulo	0	Ajudante geral	0	Vendedora de cosméticos e folheados e dona de casa	0	negra	0	classe baixa	0	25 anos
Família 15	0	Rio de Janeiro	0	Gráfica	0	Dona de casa e babá	0	morena	0	classe baixa	0	30 anos
Família 16	São Paulo	São Paulo	Lombador*	não tem profissão	Lombador	Dona de casa e faz chocolate (eventual)	moreno	branca	não declarou	classe baixa	não declarou	16 anos
Família 17	0	São Paulo	0	Secretária	0	Dona de casa, professora eventual e cuidadora de idosos	0	negra	0	classe baixa	0	11 anos
Família 18	0	Pernambuco	0	Segurança	0	Dona de casa, faxineira e manicure	0	morena	0	pobre	0	18 anos
Família 19	Bahia	Bahia	Cobrador de ônibus	Montadora de linha	Cobrador de ônibus	Dona de casa e manicure	negro	branca	pobre	classe baixa	1,5 ano	5 anos
Família 20	Paraíba	São Paulo	Metalúrgico	Vendedora ambulante	Vendedor ambulante de	Vendedora ambulante de brinquedos e dona de casa	branco	morena	classe baixa	classe baixa	15 anos	15 anos
Família 21	0	Bahia	0	Costureira	0	Dona de casa, lava e passa roupa (eventual)	0	morena	0	classe baixa, pobre, pobre	0	15 anos
Família 22	0	Pernambuco	0	Costureira	0	Dona de casa e costureira	0	branca	0	pobre	0	17 anos

* profissional que transporta carne para o açougue

3. As famílias do distrito do Jardim Helena

As 18 famílias que participaram da pesquisa no distrito do Jardim Helena moram em dez bairros, entre os 25 existentes. As histórias e as trajetórias dessas famílias guardam muitas semelhanças com as vivenciadas pelas famílias do distrito do Itaim Paulista, como por exemplo: são migrantes e/ou descendentes; possuem baixo nível de escolaridade, pouca ou quase nenhuma qualificação profissional, pais com experiências de maternidade e paternidade precoces, dificuldade de acessar os serviços sociais, entre outras características. Estas, também sofrem as conseqüências por terem de morar numa zona de fronteira que ocupa o 13º lugar no *ranking* de exclusão/inclusão social (Sposati, 2000) entre os 96 distritos da cidade de São Paulo. A população do distrito vive em uma área de 9,1 quilômetros quadrados, com características que potencializam ainda mais as dificuldades vivenciadas pelas famílias que ali moram. A mesma vive espremida entre a rodovia Ayrton Senna, a linha férrea da CPTM e a várzea do rio Tietê, conseqüentemente, sofre com os alagamentos em épocas de muitas chuvas.

A população do distrito é de 139.106 habitantes. Desse total, 17.470 habitantes moram em vinte favelas, o equivalente a 12,70% da população. Como as famílias dos bairros do Itaim Paulista, as deste distrito também têm de conviver com uma realidade adversa, onde a rede de serviços sociais e de infra-estrutura urbana são insuficientes para atender às necessidades e às demandas da população.

Realidade que expõe as famílias às dificuldades como: morar distante dos centros industriais e comerciais; não ter emprego fixo; baixa qualificação profissional; necessitar e ter somente os serviços públicos precários e insuficientes como alternativa de atenção e de atendimento das necessidades; bairros com ausência e/ou precariedade na infra-estrutura urbana de água, esgoto, asfalto, telefone, transporte coletivo, energia elétrica e serviço de correio. Na verdade, essas rotinas que se transformam em dificuldades contribuem para que o distrito desponte com uma taxa alta de vulnerabilidade (5,16)⁵¹.

O Quadro 6 mostra a distribuição da população por faixa de idade. Já o Quadro 7 demonstra alguns dados epidemiológicos e informações gerais referente a população do distrito. Pelos dados dos Quadros 6 e 7, pode-se dizer que os que residem no território enfrentam dificuldades características de populações que moram em condições muito desfavoráveis ao pleno desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades.

⁵¹ PLAS 2002-2003.

Quadro 6 - Distribuição da população do distrito do Itaim Paulista por faixa etária

Faixa Etária		Habitantes	%
Infância – 0 a 9 anos		29.357	21
Adolescência e Juventude	De 10 a 14 anos	14.078	31
	De 15 a 19 anos	14.748	
	De 20 a 24 anos	13.995	
Adultos – 25 a 59 anos		43.798	43
Idosos – mais de 60 anos		7.397	5
Total		139.106	100

Fonte: PLAS Regional da Supervisão de SASSMP/IP.

Quadro 7 - Características epidemiológicas e informações gerais sobre a população do distrito

Quantidade de famílias de média vulnerabilidade	Taxa de homicídio juvenil		Taxa de mortalidade infantil		Morte por homicídio	Taxa de homicídio (100.000 hab.)	Total de domicílios
	Abs.	%	Abs.	%			
44.008	Abs.	%	Abs.	%	39	135,69	36.594
	135,69	20,66	44,50	15,28			

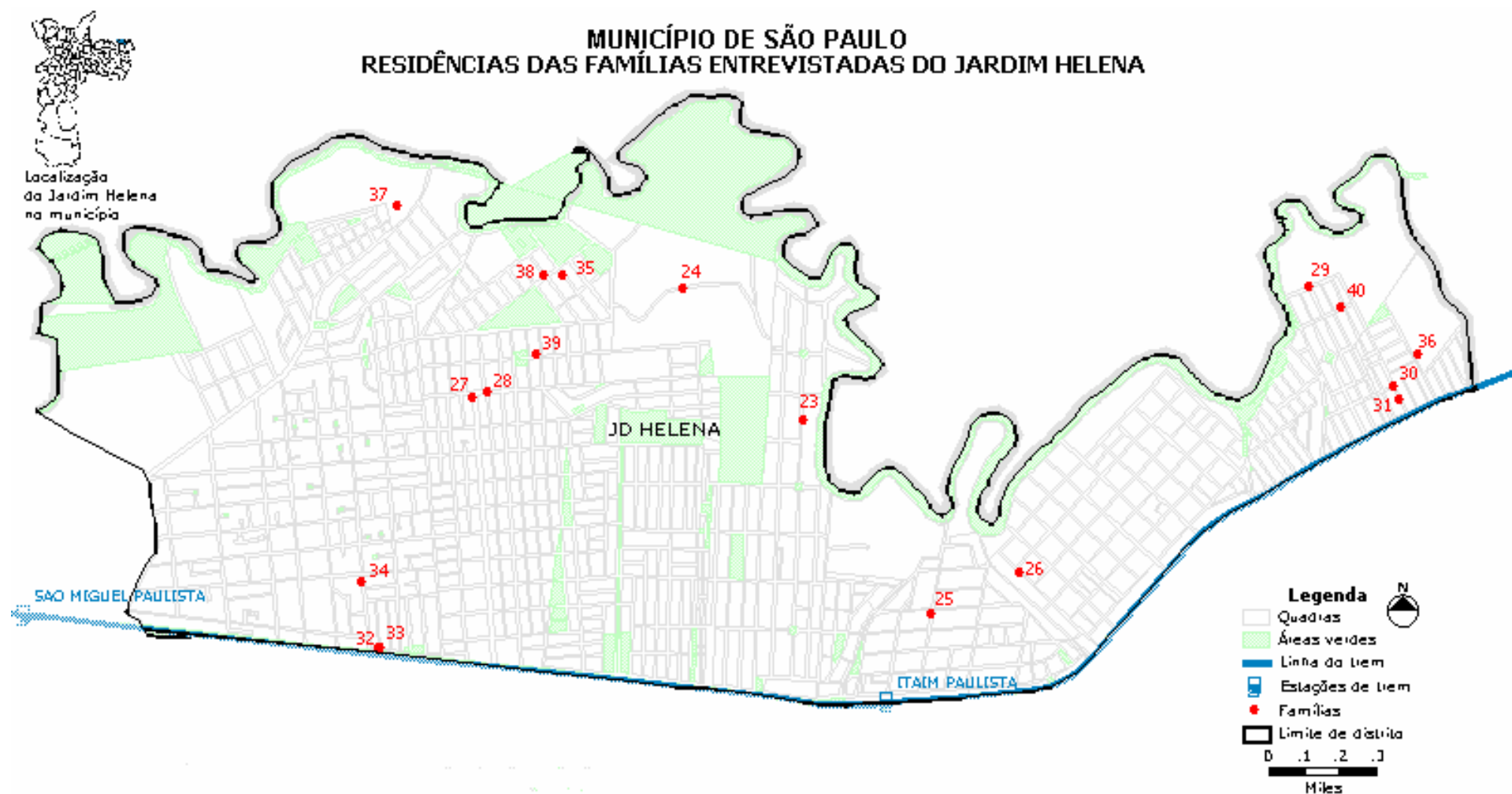
Fonte: IBGE, 2000; CEM/Cebrap/SAS-2003.

As 18 famílias pesquisadas residem em dez bairros espalhados pelos territórios do distrito. Estes locais (Jardim São Martinho, Jardim Maia, Jardim Helena, Parque Paulistano, Vila Aimoré, Vila Itaim, Vila Mara, Jardim Romano, Jardim Santa Margarida e Jardim Célia)⁵² encontram-se localizados e identificados no mapa do distrito. É importante ressaltar, que os territórios acima referidos possuem características físicas e sociais diferentes. Essas características influenciam, oportunizam e dificultam os que ali moram diferentemente. Os moradores do Jardim São Martinho, por exemplo, quando necessitam de transporte, posto de saúde, escola, creche, entre outros serviços, são obrigados a andar de 15 a 20 minutos (para uma pessoa que anda rápido) para conseguir chegar ao local desejado. Iluminação pública só existe nas ruas de maior movimento e ou circulação, por exemplo, a rua Tietê, que dá acesso às deste bairro. Esgoto e asfalto são benefícios que ainda não chegaram ao bairro. Para diminuir os alagamentos, as enchentes e o mau cheiro dos esgotos a céu aberto, a população do bairro faz “vaquinha” para comprar tubos de cimento, e mutirão para instalá-los.

Cada família que vive no distrito tem uma ou várias histórias para contar de como chegaram ao bairro, e a forma que conseguiram moradias que estão localizadas no mapa do distrito.

⁵² Assim como foram suprimidos os números dos endereços das moradias das famílias do distrito do Itaim Paulista, aqui, no Jardim Helena, também o fizemos, para manter a privacidade das famílias.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
RESIDÊNCIAS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS DO JARDIM HELENA



Fonte: Pesquisa de doutorado de Euníliana Releso da Silva; PRO DAM, Geolq 2.1.2, 1997; CEH/CEBRAP - JBG 2000
Elaboração do mapa: Mara Ruggiero, abril/2006.

Há, num mesmo bairro, áreas que são diferenciadas pela topografia, pela força da luta e de pressão dos moradores, pela presença de serviços públicos e privados, pelo poder paralelo do tráfico de drogas e do crime organizado, entre outras características. O Parque Paulistano, por exemplo, é um território que apresenta essas diversas características. Nele, podemos encontrar ruas recortadas por córregos canalizados e com serviços de drenagem; ruas planas, largas e arborizadas, e serviço completo de infra-estrutura urbana (saneamento básico, luz, telefone, asfalto e iluminação pública), bem como locais sem absolutamente nenhum serviço de infra-estrutura urbana. Conheci áreas do bairro onde os moradores usavam o muro da CPTM como uma das paredes de suas casas, como também casas construídas em amplas áreas verdes, bonitas e arejadas.

Uma característica que existe no Parque Paulistano, que nem sempre pode ser observada a “olho nu,” é o domínio e o controle do tráfico de drogas e do crime organizado instalados no bairro, e em muitas outras áreas do distrito do Jardim Helena e de São Paulo, que funciona com tranqüilidade, como se fizesse parte do cenário e da vida dos que ali moram e, de certa forma, faz. Se para a maioria das famílias moradoras causa estranheza, indiferença, preocupação, temor, raiva, insegurança e cuidado, para outros, faz parte da rotina cotidiana de suas vidas, já que aprenderam a conviver, a tal ponto, que incorporaram a atividade como meio de trabalho e de sustento da família, ou para satisfazer as suas necessidades e dependências químicas.

As formas como as famílias do Jardim Helena adquiriram as moradias onde vivem são praticamente as mesmas utilizadas por aquelas residentes nos territórios do Itaim Paulista. E as 18, sem exceção, têm a casa própria como um grande projeto de vida. Os dados do Quadro 8 reiteram as informações do relatório analítico da SAS/Diagonal 2002, que diz que a maioria das famílias incluídas no programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família no distrito, atualmente, não paga nenhum recurso financeiro para morar. No caso destas famílias, a grande maioria mora em casa própria, apesar de nenhuma possuir título ou escritura de propriedade.

Quadro 8 – Formas de aquisição das moradias

Tipos de Moradia	Número de moradias
Próprias – Financiadas em sistemas de mutirão	01
Próprias – Compradas em áreas de ocupação	09
Próprias – Construídas no quintal de parentes	05
Próprias – Construídas em áreas de ocupação	02
Cedidas por familiares	01
Total	18

O Quadro 9 mostra que a maioria das famílias com chefia feminina está concentrada na faixa etária compreendida entre 36 a 50 anos de idade, dado que difere um pouco das de chefes de famílias do Itaim Paulista, cuja concentração maior está na faixa de idade entre 41 e 50 anos. Ainda sobre a idade das mulheres que chefiam suas famílias, poderia dizer que as mesmas são relativamente novas, e ainda estão em idade reprodutiva.

Quadro 9 – Faixa etária das entrevistadas e tipo de chefia da família

Faixa etária	Chefia da família			Total
	Família chefiada por mulheres	Família chefiada por homens	Família com chefia compartilhada	
20 a 25 anos	-	-	-	-
26 a 30 anos	-	01	01	02
31 a 35 anos	01	-	02	03
36 a 40 anos	02	-	03	05
41 a 45 anos	02	02	02	06
46 a 50 anos	02	-	-	02
Total	07	03	08	18

Diferentemente das mulheres que chefiam famílias no Itaim Paulista, que estavam sozinhas chefiando suas famílias com medo e preocupadas que as filhas mulheres fossem abusadas pelos homens que não os seus pais biológicos, as mulheres das famílias do Jardim Helena explicam que estão sozinhas na chefia das famílias porque ainda não encontraram homens carinhosos e responsáveis, que as fizessem felizes. Ressaltam que “preferiram” abrir mão da companhia masculina, a ter que viver com alguém cheirando a cachaça, ignorante, que chegava em casa bêbado, gritando e agredindo elas e os filhos. Reconhecem que chefiar uma casa ou uma família sozinha é uma tarefa difícil e pesada, mas se recusam a viver com alguém tendo de se submeter a constrangimentos, só para dizer que estão casadas. Quando indagadas se ainda pensavam em dividir com alguém a chefia da família, essas mulheres falaram que sim, desde que as companhias lhes oferecessem tranqüilidade, compreensão, prazer e conforto.

“É, às vezes a gente imagina uma coisa, mas antes não é nada, são coisas completamente diferentes, aí logo, logo, ele arruma uma dele aí ele ó (cai fora). Por isso que eu penso de arrumar um companheiro, mas homem mesmo de verdade tá difícil. Ter responsabilidade, que a maioria deles não quer, a maioria quer achar é mulher para se encostar, você sabe disso. Para mim já não funciona assim, por isso mesmo que eu vivo sozinha” (Família 25).

“Penso, porque desde quando nós é mulher, não é porque eu estou com essa idade, que eu vou me sentir velha, jogada no canto, não me sinto mesmo. Ainda pretendo viver com uma outra pessoa, só que não dentro da minha casa, assim um paquerinha, um final de semana, para se divertir porque ninguém é de ferro e ninguém é melhor do que ninguém, mas dentro da minha casa mesmo eu não quero não” (Família 23).

“[...] Penso, depende, que eles não são de chegar na gente, conversar e falar dos problemas deles, olha tá acontecendo isso, se tem que ficar sempre ali quieta e ele chega bom, chuta porta, não que seja tudo assim né, mais tem uns, ou então chega de cara fechada, não te fala nada, você põe a comida na mesa, você come mais ali na parte do sexo não tem, tá tudo quieto, ali tira sua roupa já faz, então isso comigo, isso pra mim é horrível eu não aceito isso pra mim, eu acho que eu preciso de amor, de carinho, sabe não é verdade, se não é melhor você não ter, se ter uma pessoa que entra na sua casa de cara fechada, igual você é casada, você batalha o dia todo, você sai de manhã volta à noite, seu marido ele chega em você (risos) agora mudou, eu tô entrevistando ela , mas é uma conclusão, não te dá um beijo, e você pergunta ô bem (...) a mesma coisa que a gente faz como foi o seu dia, pesquisou bastante hoje, isso é um incentivo, isso faz você crescer” (Família 33).

Os relatos revelam que as mulheres que chefiam suas famílias sozinhas gostariam de ter a companhia dos homens para dividir as despesas da casa, para ter prazer, felicidade e de ter alguém com quem possam compartilhar das dificuldades da vida cotidiana. Na verdade, os relatos dessas mulheres trazem de forma idealizada e romântica uma relação que elas imaginam e gostariam que fosse sem conflitos e sem dificuldades. Talvez, seja a forma que encontram para acreditar que a vida não é tão dura assim. Pensando dessa maneira, arranjariam forças e razão para continuar lutando para sobreviver e quem sabe, até, encontrar o homem verdadeiramente companheiro, como desejam.

Os dados seguintes (Quadro 10) são referentes ao nível de escolaridade dos entrevistados. O dado curioso da tabela é que as famílias chefiadas por mulheres apresentam um nível de escolaridade superior ao dos demais modelos de famílias. Aparecem, também, quatro famílias em que só os homens trabalham fora.

Quadro 10 – Nível de escolaridade dos entrevistados e tipo de chefia da família

Nível de escolaridade dos entrevistados	Famílias chefiadas por homem		Família chefiada por mulheres	Famílias com chefia compartilhada	
	Homem	Mulher		Homem	Mulher
Analfabetos	01	-	-	01	01
1ª à 4ª do E. Fundamental	01	01	04	02	02
5ª à 7ª do E. Fundamental	-	01	01	-	01
E. Fundamental Completo	-	-	01	01	01
1ª a 2ª do E. Médio	-	01	-	02	01
3ª do E.Médio - cursando	-	-	01	-	-
E. Médio Completo	-	01	-	01	01
E. Superior Incompleto	02	-	-	-	-
Total	04	04	07	07	07

Os dados relativos ao nível de escolaridade das pessoas de referência das famílias são baixos, se forem consideradas as exigências que o mercado de trabalho faz para se ter acesso a um posto de serviço e os sonhos que tinham de chegar a se graduar. Mas devem ser consideradas as dificuldades e os desafios enfrentados por essas pessoas para se manter estudando. Há casos em que essas pessoas abandonaram os estudos para trabalhar. Outros abandonaram os estudos porque não tiveram condições financeiras para pagar os custos dele decorrente.

Nessas famílias, encontrei duas pessoas que concretamente tinham possibilidades de fazer um curso superior. As duas pertenciam à família 36. O marido já havia iniciado o curso de engenharia química, mas teve que interromper por impossibilidade de continuar pagando, mas acredita que ainda deva retomar. A mulher está fazendo cursinho pré-vestibular por intermédio da ONG Educafro. Nas demais famílias, as possibilidades são muito mais remotas, ficando apenas como projetos e desejos distantes de serem realizados. Por exemplo, o homem da família 39 chegou a cursar o segundo ano do curso de direito na Universidade Cruzeiro do Sul; sem emprego e tendo como responsabilidade o sustento da família, abandonou o projeto de ser advogado e se transformou em vendedor- ambulante no centro do distrito de São Miguel Paulista. Ele deixou de frequentar o curso há mais de três anos, e vê poucas chances de voltar a estudar.

Os Gráficos 5, 6 e 7 identificam as entrevistadas a partir das experiências de iniciação sexual, do nascimento do primeiro filho e da inserção no mercado de trabalho. São dados de uma realidade que revela a situação de desigualdade social vivida por essas mulheres e suas famílias. Por

meio deles se pode observar que essas famílias foram e ainda são submetidas a situação de muita precariedade. Você já imaginou uma menina de apenas 12 anos de idade tendo que exercer a maternidade? Talvez por viver essa experiência tão precoce, não teve tempo e nem como se alfabetizar. E uma menina de seis anos de idade que, ao invés de sair para escola, sai de casa de manhã cedo para trabalhar fora porque precisa ganhar algum dinheiro ou mantimento para a família? Essas experiências foram vividas pela mulher da Família 30, que aos 11 anos teve a primeira relação sexual e aos 12 anos de idade já estava experimentando o exercício da maternidade.

Gráfico 5 - Primeira relação sexual das entrevistadas do Jardim Helena, em porcentagem

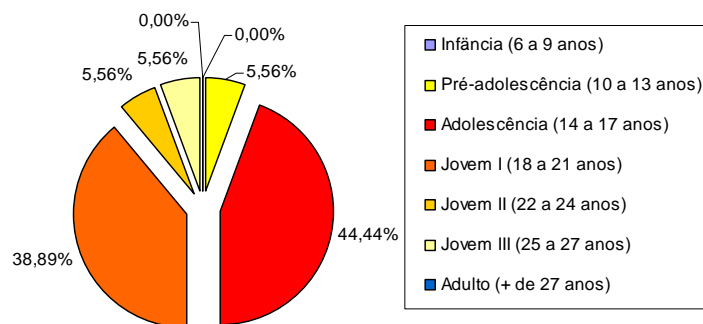


Gráfico 6 - Ciclo vital das entrevistadas do Jardim Helena quando do nascimento do primeiro filho, em porcentagem

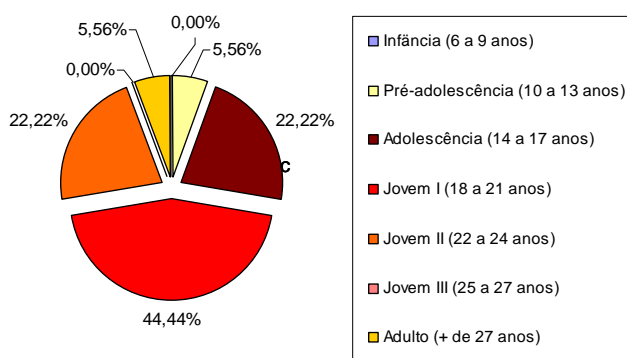
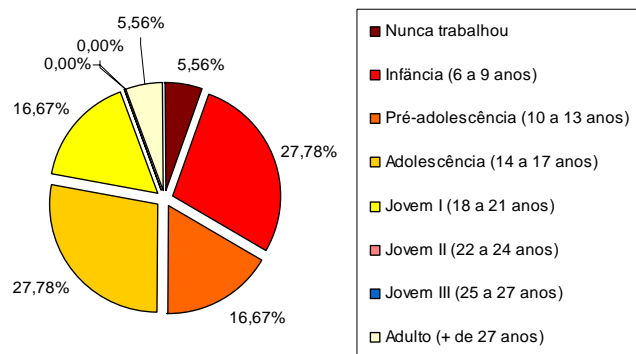


Gráfico 7 - Início do primeiro trabalho das entrevistadas Jardim Helena, em porcentagem

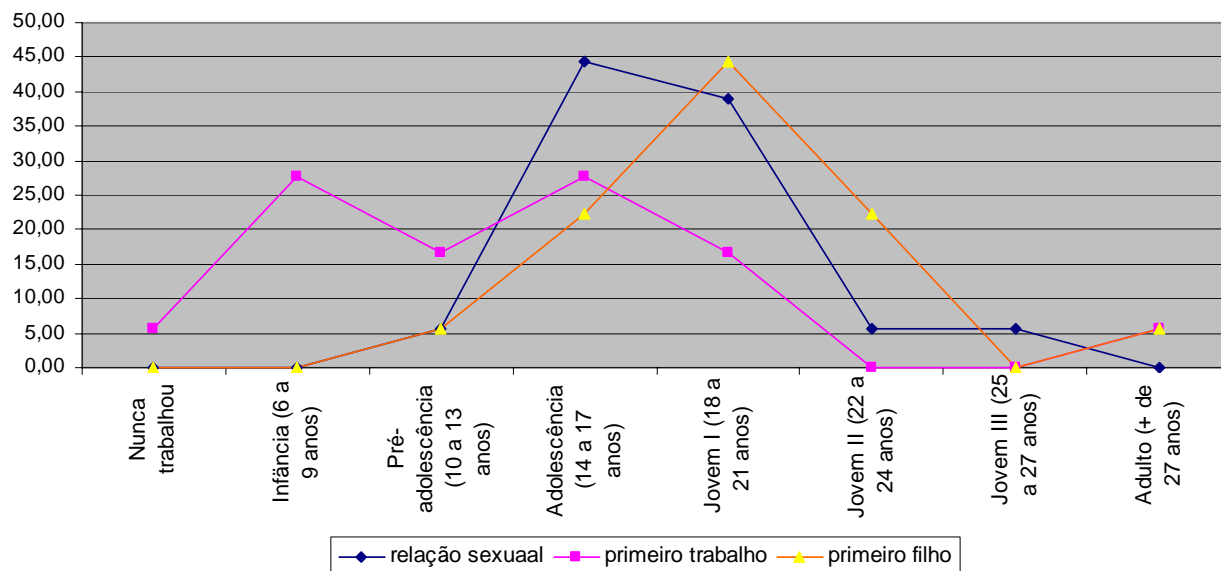


Os Gráficos (5, 6 e 7) revelam que as experiências de iniciação sexual, do início do exercício da maternidade e a iniciação no mundo do trabalho foram experiências que a maioria das mulheres das famílias do distrito do Jardim Helena exerceram muito precocemente. Observando os três gráficos, pode-se perceber que as experiências iniciais da vida sexual e reprodutiva delas aconteceu entre a pré-adolescência e o final da adolescência. Já a iniciação no mundo do trabalho,

para 27,78% dessas mulheres, ocorreu ainda na infância, e 27,78% na adolescência, o que significa uma antecipação do estatuto do adulto, assim como ocorreu com as mulheres do Itaim Paulista.

Ao fazer o gráfico comparativo das três experiências verifica-se mais claramente esta precocidade vivida por essas mulheres. Chama a atenção, também, no gráfico comparativo, o fato de a iniciação ao trabalho ter-se dado mais cedo, na infância.

Gráfico 8- Relação do ciclo de vida com a primeira relação sexual, primeiro trabalho e primeiro filho das entrevistadas do Jd. Helena, em porcentagem



A antecipação do estatuto do adulto na vida das mulheres desse grupo de família é um fato muito marcante. Elas, assim como suas mães e suas filhas, viveram precocemente a primeira relação sexual, o exercício da maternidade, as responsabilidades com os afazeres domésticos e a interrupção dos estudos. Essa antecipação é um aprendizado que vai se repetir de geração a geração com a força de um motor em movimento que, velozmente, transmite o aprendizado adquirido. Sobre esse aprendizado Thompson discute que

“[...] a criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe e à avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito ao mistério da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade (...). Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou sabedoria comum da coletividade...” (2005:18).

No Quadro 11 a seguir, estão os dados relativos ao número de pessoas por família, renda *per capita* que complementam os anteriores e, juntos, podem oferecer ao leitor informações ampliadas acerca das precariedades e complexidades que cercam o universo vivido pelas famílias cotidianamente.

Quadro 11– Renda média das famílias entrevistadas do Jd. Helena por número de componentes

Nº pessoas	Nº de famílias	Média de cômodos por nº de pessoas	Renda média(R\$)
2	2	1,50	147,50
3	5	3,20	87,72
4 ou 5	6	2,66	92,12
6, 7 ou 8	5	3,40	82,83

Se observarmos a renda média *per capita das famílias* e o número de pessoas, poderemos dizer que 16 famílias vivem situação de alta e média vulnerabilidade, e apenas duas apresentam situação de baixa vulnerabilidade (SAS/CEM/Cebrap, 2003).

O Quadro (12) amplia a identificação e a caracterização das 18 famílias do distrito. Nele podemos observar que as pessoas de referência das famílias têm profissão, mas em geral se ocupam com outras atividades, principalmente as mulheres. Talvez seja consequência do desemprego estrutural que continua extinguindo postos de trabalho, ou decorrência da baixa qualificação profissional que os obriga a desenvolver atividades que não exijam qualificação.

Quadro 12– Tempo de moradia, autodefinição de cor e de classe social

Família	Local de nascimento		Profissão		Ocupação		Auto definição de cor		Auto definição de		Tempo de moradia	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Família 23		Bahia		Overloquista		Dona de casa, cuidadora de idoso e costureira		negra		pobre		15 anos
Família 24	Paraná	Pernambuco	Tecelão	Vendedora	Segurança	Dona de casa e vendedora de cosmético	moreno	branca	classe média	classe média	18 anos	04 anos
Família 25		Piauí		Manicure		Dona de casa e manicure		branca		não declarou		15 anos
Família 26		São Paulo		Costureira		Dona de casa e costureira		branca		pobre		15 anos
Família 27	Minas Gerais	Minas Gerais	Empacotador	Empregada doméstica	Empacotador e feirante	Dona de casa, faxineira e feirante	moreno	branca	pobre	pobre	25 anos	25 anos
Família 28	Minas Gerais	São Paulo	Ajudante de pedreiro	Empregada doméstica	Dono de casa e auxiliar de pedreiro	Dona de casa e faxineira	moreno	negra	pobre	pobre	1,5 ano	24 anos
Família 29	Pernambuco	São Paulo	Motorista	Ajudante geral	Motorista	Dona de casa	moreno	morena	classe baixa	classe baixa	12 anos	20 anos
Família 30	Bahia	São Paulo	Ajudante de pintor	Faxineira	Ajudante de pintor	Dona de casa, faxineira e artesã	negro	morena	classe baixa	classe baixa	24 anos	24 anos
Família 31		Maranhão		Arrumadeira		Auxiliar de serviços gerais e dona de casa		morena		classe baixa pobre		11 anos
Família 32		São Paulo		Faxineira		Dona de casa e faxineira eventual		negra		classe dos humildes		20 anos
Família 33		Bahia		Costureira		Dona de casa, vendedora de doces por encomenda		negra		classe média baixa		12 anos
Família 34	Pernambuco	São Paulo	Cobrador e servente	Auxiliar de limpeza	Catador de sucata, bicos em geral	Dona de casa, catadora de sucata e faxineira eventual	negro	negra	pobre	pobre	10 anos	40 anos
Família 35		Minas Gerais		Empregada doméstica		Dona de casa		negra		pobre		18 anos
Família 36	São Paulo	São Paulo	Auxiliar de laboratório	Técnica em nutrição	Ajudante de tecelão	Dona de casa e estudante	negro	negra	pobre	pobre	02 anos	18 anos
Família 37	São Paulo	Minas Gerais	Ajudante geral	Costureira	Ajudante geral	Dona de casa e comerciante informal	moreno	morena	classe baixa	classe baixa	12 anos	12 anos
Família 38	Minas Gerais	Minas Gerais	Segurança	não tem profissão	Pedreiro	Dona de casa e faxineira	moreno	morena	não declarou	classe média baixa	25 anos	12 anos
Família 39	Ceará	São Paulo	Não tem profissão	Auxiliar de enfermagem	Vendedor ambulante	Dona de casa e estudante	branco	parda	pobre	pobre	não mora na área	44 anos
Família 40	Ceará	São Paulo	Metalurgico	não tem profissão	Vendedor ambulante	Dona de casa	branco	morena	pobre	classe média	02 anos	02 anos

Outro dado do Quadro 12 que é importante ser ressaltado é o tempo de moradia das famílias no território, ou na mesma casa. Entre as 18 famílias, em apenas cinco existem pessoas que moram no bairro ou na casa a menos de cinco anos. Do ponto de vista do sentimento de pertencimento, esse é um dado que pode ser um facilitador na vida dessas famílias. Mas se considerarmos o tempo que as mesmas convivem com as situações de precariedade existentes no bairro, diria que pode ser um dos motivos do intenso sofrimento que essas famílias vivenciam.

Quanto aos dados de autodefinição de cor e de classe social, diria que, assim como as famílias do Itaim Paulista, as do distrito do Jardim Helena são negras, afrodescendentes e pobres. Contudo, expressões como moreno(a), pardo (a), classe média baixa, humildes, considero uma forma subliminar de tentar disfarçar as dificuldades que os mesmos têm de se reconhecer como negros ou como pobres. Tal dificuldade tem relação direta com as formas de discriminação com que negros e pobres são tratados.

Apesar das conquistas da Assembléia Nacional Constituinte, que garante programas de ações afirmativas aos negros, afrodescendentes e a todos os segmentos que são discriminados socialmente, ainda se observa a impunidade para aquelas pessoas que têm ações de discriminação. A esse respeito, o relato a seguir explicita a concepção de uma mulher que se autodefine como negra e pobre.

“... Educafro, já ouviu falar? Voltada para os negros mesmo, lutando pela cota em universidades, eu achei um projeto muito bacana e ali os professores são voluntários. A luta mesmo pela igualdade, porque a USP é nossa, é do povo, e quem tá lá? São os ricos, então eu achei muito interessante, pelo que eu luto, e pelo que eu obtive até aqui, porque eu acredito que o pobre, ele tem que conquistar um espaço, dignidade acima de tudo, eu acredito que o pobre, o necessitado precisa, ele precisa encontrar um espaço na sociedade, apesar que a sociedade o julga como um trapo, como um lixo, é nós que vamos fazer [...] As universidades dão bolsas. Eu tô nisso porque eu quero me formar, eu quero um nível superior, e eu acredito que eu tenho possibilidade de conseguir isso, eu acredito na minha força como pessoa, na criação que eu tive, visando pelo lado da dignidade do pobre, que nós temos que conquistar um espaço na sociedade e é só isso que vai fazer a diferença aqui. O Lula não é um analfabeto, como dizem aí? E ele não tá na Presidência da República? Então eu acredito que é isso que vai mudar, a nossa perseverança, o nosso espírito de querer muito mais sempre, sem pisar em ninguém e sem menosprezar ninguém, e quando a gente chegar lá em cima é um ajudando o outro [...] Ainda existe solidariedade realmente no Brasil. Então eu acredito que eu hoje me

considero uma pobre, mas buscando um ideal, um objetivo que pode mudar e fazer diferença nesse mundo. E um dia fazer parte da história do Brasil [...] O medo que eu disse, que eu temo, é porque eu sempre tive um certo receio de ter filhos de cor, porque isso me preocupa muito, porque na periferia o que a gente mais vê é isso, crianças nascendo todo dia de qualquer jeito, então o que eu temo é isso, qual vai ser o futuro dessas crianças nesse meio que a gente vive? E hoje, pessoas com quem eu convivi, cresci na minha infância, eu brinquei de pular corda, de pega-pega, eu vejo traficando, se prostituindo, esse é o meu temor, porque a sociedade que a gente vive, a pobreza só oferece isso, e a sociedade em si só leva o pobre para o crime, para a prostituição, e esse é o meu temor, dessas crianças que tão vindo aí, o que elas vão esperar da sociedade, quando elas tiverem nessa fase da adolescência?” (Família 36).

O relato expressa de alguma forma o sofrimento que negros e pobres sentem e a luta que travam para continuar tendo esperança na vida. Quanto ao local de nascimento, os dados mostram que a grande maioria nasceu e construiu família no estado de São Paulo.

Esta identificação das famílias, na verdade, revela que elas pagam um preço muito grande para viver⁵³.

“Olha Euníciana, aqui.. .eu já briguei com o Lauro várias vezes, eu não vou dizer para você eu acostumei, eu não acostumei, que eu gosto, não gosto. Por que eu não gosto? Porque as dificuldades que a gente enfrenta em relação a tudo, é muito grande. Esse a tudo, eu digo em relação a parte de criança, de recreação, de fins de semana que a gente vê em alguns lugares, associações, clubes, que nem esse CEU que a bença da Marta fez da vila Curuçá, a gente que mora no Pantanal não tem direito, eles perguntam o endereço, e quando você diz onde mora, o local, a rua, tal: ah, não! O CEU pertence às crianças da região do Curuçá, da Vila Mara até o Pq. Paulistano, que é para lá, eu acabo até achando que é um pouco de discriminação, você tá entendendo? É um mercado, uma loja, e até final de semana que a gente quer levar uma criança num parquinho, quer sair, quer se divertir, vai num culto e de lá você vai em algum lugar, você aqui não acha, não acha, ou você vai, pega um ônibus ali e vai lá para o centro da cidade, ou para a Penha ou qualquer canto, mas aqui você não acha. E que nem hoje mesmo, eu tava a fim de comer uma salada, e estou sem dinheiro, eu tenho um dinheiro na conta, mas você não acha um lugar que facilite isso, você tá entendendo? Fora a rua...eu tenho duas crianças com bronquite, sofrem o ano todo. O bebê tem, ela tem, então é praticamente, graças a

⁵³ No capítulo II, o modo de vida dessas famílias será mais bem detalhado e discutido, de modo a que se possam compreender as complexidades da vida cotidiana dessas famílias.

Deus, melhorou muito, ou é estoque de Benzetacil que ele aplica, ou é pronto-socorro, porque até o posto de saúde que você for, dependendo do dia, você não é atendida. Planejamento familiar começou, se eu não me engano, ano passado, eu fiz um planejamento para fazer uma laqueadura em outro bairro, porque aqui não tinha” (Família 24).

4. Caracterizando os dois distritos

4. 1. Economia do distrito do Itaim Paulista

Pude observar que, no distrito do Itaim Paulista, o comércio local é formado por quatro núcleos comerciais interconectados. O primeiro, é o mais importante do ponto de vista de movimento, da diversidade de lojas e da facilidade de acesso; situa-se no centro do distrito. Este, conta com diversas lojas de roupas, inclusive, há uma loja de grife de moda Jovem M Brasil; lojas de sapatos e bolsas; perfumarias; floriculturas; supermercados; salões de cabeleireiros; relojarias; drogarias; farmácia de manipulação; restaurantes; bares e lanchonetes; casas do Norte; papelarias; lojas de conveniência; presentes; aluguel de roupas de festas; som para carro; padarias e doçarias; lojas de móveis e decorações (Marabrás, Kolumbus, Casas Bahia); três postos de gasolina; imobiliárias e bingos.

É nesse primeiro núcleo que se localiza o serviço de correio, loteria e a rede bancária. Esta que é formada pelos bancos: Banespa, HSBC, Brasil, Itaú, Caixa Econômica Federal, a Fininvest e o Bradesco. Todos esses serviços se localizam na avenida Marechal Tito, principal corredor viário, que faz a ligação do distrito com o centro da cidade e demais distritos da região. A distância média entre esses serviços e os bairros mais afastados que compõem o distrito é de 20 minutos em média, de ônibus. Há, ainda, nesse centro comercial, dividindo espaço com as lojas, clínicas de estética e centros médicos. Ao se caminhar desse centro em direção à estação do trem, além das lojas, há cerca de duas ruas interditadas legalmente que acolhem cerca de quarenta vendedores ambulantes (dados fornecidos pelos próprios vendedores) em barracas padronizadas, que obtiveram concessão da subprefeitura para atuar nesta região, pagando uma taxa, que não quiseram especificar o valor. Estes, como os lojistas, se organizam em associações informais para se defender dos inúmeros roubos e assaltos comuns nesses locais, sem que haja uma associação oficial.

Há, também, outros ambulantes nas proximidades, porém estes não contam com regularidade para atuar “*aqui é a lei do mais forte...*” dizem os ambulantes que

vendem todos os tipos de produto, que também são vendidos pelos lojistas, e mais alguns comprados, segundo eles, na galeria Pajé (óculos, brinquedos, carregadores de celulares e outras “bugingangas”). Este núcleo, geograficamente, compreende a área da estação de trem; faz limite com a estrada Dom João Nery, rua Monte Camberela, rua Ribeiro Escobar e Tibúrcio de Souza.

O segundo núcleo comercial situa-se na estrada Tibúrcio de Souza, no bairro Nossa Senhora do Caminho, nas proximidades da distribuidora da Coca-Cola, que fica há 20 minutos de ônibus do centro do distrito. Segundo informações dos comerciantes locais, este núcleo existe há cerca de cinco anos, e foi criado após a conclusão das construções dos prédios CDHU. Nele se pode encontrar um hipermercado; padaria; lojas de conveniência; lojas de roupas; lotérica; banco 24 horas; perfumaria; drogaria; sapatarias, inclusive de conserto de sapatos. Tive informação de que os moradores residentes nas proximidades não se deslocam ao comércio do centro do distrito, pois para chegarem a esse centro comercial é necessário o uso de transporte coletivo.

O terceiro núcleo está localizado no Jd. Camargo Novo, próximo ao supermercado Rossi e nas mediações das ruas Academia São Paulo e Canal da Tutóia. Este conta com os mesmos tipos de loja existentes no núcleo anterior, porém em maior número. A novidade desse núcleo comercial é a presença de um *cyber* café, serviço muito raro no distrito. O quarto núcleo comercial situa-se no Jd. das Oliveiras. Há, neste local, uma grande movimentação da população. O comércio está centralizado em poucas ruas, cerca de cinco. Porém, há variedade de produtos e opções de lojas de roupa, sapatos, móveis e serviços. É como se fosse uma porção do centro do distrito deslocado, com uma grande diferença: ausência da rede bancária e agência de correio.

As lojas existentes no distrito são todas de perfil popular, como por exemplo: as lojas de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis e roupas, que direcionam e investem maciçamente em populações de baixa renda. As estratégias de vendas vão desde o valor baixíssimo das prestações, até a não-exigência de comprovação de renda. A propaganda disfarça e esconde os altíssimos percentuais de juros embutidos nos preços das mercadorias, sem informar à população os dois preços: à vista e a prazo, conforme exigem as relações legais de consumo, reiteradas pelo Código do Consumidor.

Na área de alimentação, constatei a presença de uma central de distribuição de alimentos, sete supermercados (quatro grandes e três médios), dezenas de mercadinhos, mercearias dos mais variados tamanhos e tipos, pequenos restaurantes, lanchonetes, pizzarias, padarias, feiras-livres e uma enorme quantidade e variedade de bares e

“botecos”. As redes de *fast-food* MacDonal’d’s e Habib’s também compõem os serviços de alimentação do distrito.

Apenas duas fábricas estão no distrito, sendo uma na área de alimentos e outra na área têxtil. Um tipo de comércio que continua crescendo e se expandido são as lojas de construção civil. Esse tipo de comércio existe nos mais longínquos bairros, vilas e franjas existentes no distrito. Talvez porque o distrito ainda continue recebendo novos moradores, ou pelo fato de as famílias viverem em moradias semiconstruídas, que a cada “folga” no orçamento familiar de seus donos recebem algum tipo de acabamento.ou reforma.

Mesmo que o distrito precise ter vida própria e independente do grande centro comercial de São Paulo, principalmente no que diz respeito aos serviços de primeira necessidade da população que ali reside, é fato comprovado que a população do distrito que está desempregada necessita se deslocar para o centro expandido de São Paulo em busca de trabalho ofertados na esfera comercial e na área da construção civil. Nesse sentido, fazer esse deslocamento é sempre sinônimo de esforço, desconforto e de sofrimento, considerando que no deslocamento há desgaste físico e emocional da população, já que a percorrem o trajeto inteiro em transporte coletivo (ônibus) caro (R\$2,00), desconfortável e sem qualidade. Para fazer o trajeto do centro do distrito ao centro expandido da cidade, chega-se a ficar, em média, cerca de uma hora e meia dentro de um coletivo, isso fora do horário de “pico” e usando o sistema integrado de transporte, sem contar o tempo que alguns moradores(as) dos bairros mais afastados gastam para se deslocar até o centro do distrito, que varia, em média, de 20 minutos usando transporte,ou 35 minutos a pé.

4. 2. Economia do distrito do Jardim Helena

A economia do distrito é muito pequena e tem baixo impacto na vida dos moradores. É formada basicamente de pequeno comércio na área de alimentação e construção civil. A única fábrica existente no distrito é a Nitro Química. Na verdade, a população local ainda tem como grande referência o distrito de São Miguel Paulista, e considera o do Jardim Helena como um dos bairros de São Miguel Paulista. No distrito há seis pequenas áreas, que podem ser consideradas pólos comerciais precários: 1. A área central do distrito, esta, todo mundo conhece como Jardim Helena. Dizem os observadores, em geral (profissionais, comerciantes locais e os próprios moradores) que essa é a área nobre, a mais “privilegiada” do distrito. As ruas são todas asfaltadas, possuem iluminação pública, esgoto sanitário, escolas, posto de saúde, praças e área de lazer. Mas como área

comercial propriamente dita, se restringe a um supermercado, loja de material de construção, floricultura, lanchonetes, mercearia, açougue, mercadinho, bares e botecos.

A segunda área comercial do distrito é a do Parque Paulistano, que é formada basicamente por pequenas lojas de construção civil, lanchonetes, mercearias, bares, botecos, pequenos restaurantes e pizzarias. Esta área inicia próxima à antiga fábrica Nitro Química (hoje desativada), é recortada por córregos com serviço de drenagem e com a presença de áreas com ruas planas, largas e arborizadas, e outras que ficam “espremidas” com o muro da Companhia Paulista de Transporte Metropolitana - CPTM. A terceira, é a que fica nas mediações do bairro da Vila Mara e Jardim Maia. É completamente plana, asfaltada, com iluminação pública, esgoto sanitário, arborização, área de lazer, e é conhecida pela luta da terra e dos mutirões. A pequena zona comercial é formada por lanchonetes, armarinhos, papelaria, mercadinho, feiras-livres, inclusive uma noturna. Tem linhas de ônibus, posto de saúde, escolas e serviços de assistência social. A quarta área fica localizada nas proximidades da estação do trem do Itaim Paulista, lado direito da linha sentido bairro-centro. Tem um minúsculo centro comercial formado por padarias, restaurantes, oficinas de costura, uma ou outra loja de roupa, pequenos supermercados, mercadinho, mercearia, feira-livre e do “rolo”. Esta é uma feira conhecida e muito movimentada. Nela podem-se encontrar vários produtos eletrônicos e uma variedade de mercadorias que, segundo muitos, é fruto de roubos que ali são revendidos por preços bem baixos. Nessa área há escolas públicas e postos de saúde. As ruas em parte são asfaltadas, e outras não, assim como só algumas têm serviço de saneamento básico.

A quinta área é a conhecida como Pantanal, uma área de invasão contígua ao leito do rio Tietê e ladeada pela via férrea, tendo nível abaixo do leito do rio. O comércio é formado apenas de micromercadinhos, fábricas de blocos (quatro aproximadamente), mercadinho, associações de bairro que doam leite à população por intermédio do programa estadual VivaLeite, e muitos bares e botecos, e uma enorme variedade de produtos que são vendidos informalmente, como por exemplo, produtos de limpeza, bomboniéres e verduras. Esta área vive momento diferenciado de urbanização, causando forte impacto na vida da população de forma contraditória. Por um lado, os moradores lutam por benfeitorias e regularizações do território pelo poder público. Por outro, não tem como bancar os custos da utilização dos serviços urbanos que chegam, como: luz, água, esgoto e telefone, principalmente. Serviços que na maioria das moradias chegavam e ainda chegam, através de “gatos/gambiarras”. As famílias relatam que querem a regularização, mas já têm medo de não conseguir pagar os encargos dos serviços. No caso da energia elétrica, em

meados de 2004, o preço da regularização somava em média cerca de R\$ 300,00. Conversando com o coordenador do Movimento de Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP), ele relatou que esse valor estava relacionado aos equipamentos utilizados para a instalação da luz, que são: a caixa do registro, o poste, entre outros que não soube especificar.

É importante ressaltar que, quando falamos da área do Pantanal, falamos de um território composto por vários bairros, bem diferentes entre si. Há uma área do Pantanal que os moradores chamam de duas pistas. No final de semana essa pista transforma-se num espaço de lazer, onde as famílias levam crianças para brincar, jovens andam de bicicleta e skates, e adultos fazem caminhada. É considerado o centro de lazer do Pantanal. Essas pistas terminam no viaduto da China.

No Pantanal, que faz divisa com o rio Tietê, descobrimos que há muitas famílias que ainda estão ocupando áreas, e que contraíram doenças próprias do local, provocadas pela poluição e contaminação do rio. Esta área é o antigo leito do rio Tietê, que após retificado deixou vales arenosos, com terrenos tufosos e úmidos. Quem mora nessa área tem muita dificuldade para acessar qualquer tipo de serviço público e leva cerca de 20 a 30 minutos a pé para chegar até o posto de saúde que está localizado no centro do distrito. O terreno que compõe esta área não é considerado adequado de unidades públicas embora a população ali tenha construído precariamente suas moradias. Esta é uma luta constante entre o real legítimo e o legal. A maioria da população moradora está desempregada, mora perto de lixões, não possui água encanada, as ruas não estão asfaltadas e a iluminação elétrica está irregular. No meio do Pantanal a maioria das ruas está sendo asfaltada, a iluminação elétrica e as instalações de água encanada estavam sendo regularizadas. Os mercados dessa região são maiores, contendo maior variedade de produtos. O acesso aos bens e serviços são mais bem alcançados. Conseguem consulta no posto, vaga nas escolas, participação no CEU (Centro de Educação Unificada) localizado no distrito de Curuçá. Neste local está instalada uma delegacia.

A 6ª área comercial do distrito é a formada pelos bairros do Jardim Romano, Jardim Célia e Jardim Santa Margarida, com ruas asfaltadas e algumas aterradas que terminam na várzea do rio Tietê. As famílias moradoras dessa área se relacionam muito mais com o distrito do Itaim Paulista⁵⁴. O comércio local é formado basicamente de mercadinho, padaria, casa de produtos e alimentos do Nordeste (ou Norte, como são

⁵⁴ Antes da reforma administrativa que criou e subdividiu a cidade em 31 subprefeituras e 96 distritos, essa área fazia parte do então bairro do Itaim Paulista.

denominados), casas de produtos religiosos afros (umbanda, candomblé, entre outras), lojas de materiais de construção, mercearias, bares e botecos. O único tipo de comércio diferente que observei foi uma videolocadora com um acervo rico em cópias de filmes de ação. Muitos moradores atravessam a linha ferroviária para fazer compras no distrito do Itaim Paulista. Nesta área não existe unidade de saúde, creche, nem pré-escola. Existe apenas uma escola estadual.

Os moradores da área comentam a forte presença da violência, os frequentes roubos, a presença de traficantes de drogas e chefes de quadrilhas, que escolhem as ruas mais escuras e menos movimentadas do bairro como campos de atuação e de “desova” dos seus desafetos.

“[...] porque isso me preocupa muito, porque na periferia o que a gente mais vê é isso, crianças nascendo todo dia de qualquer jeito, então o que eu temo é isso, qual vai ser o futuro dessas crianças nesse meio que a gente vive? E hoje, pessoas com quem eu convivi, cresci na minha infância, eu brinquei de pular corda, de pega-pega, eu vejo traficando, roubando, se prostituindo, esse é o meu temor, porque a sociedade em que a gente vive, a pobreza só oferece isso, e a sociedade em si só leva o pobre para o crime, para a prostituição, e esse é o meu temor, dessas crianças que tão vindo aí, o que elas vão esperar da sociedade, quando elas tiverem nessa fase da adolescência?” (Mulher da família 36).

“[...] não é legal porque aqui tem muito bandido, aqui morre um monte de gente,

aí depois vem outra pra culpar, procurar outra pessoa, esses dias assaltaram um homem aí, o menino, o Nóia aí assaltou um homem, falou que se ele não passasse a grana ele ia matar. Aí nós já entramos pra casa, trancamos a porta, nós ficamos com medo, aí nós falamos pra minha mãe, minha mãe já mandou fechar tudo, que é perigoso ele vim aqui é!, e mandar investigar a casa pra ver se tem dinheiro...” (filha mais velha da Família 31).

A economia do distrito é fraca, já que é formada basicamente por uma infinidade de pequenos comércios, inclusive ambulantes, por isso, não tem peso e nem poder de pressão junto aos grandes conglomerados econômicos da cidade. Funciona fundamentalmente como fonte de abastecimento das necessidades imediatas da população do distrito. Quando a população residente precisa de outros produtos, tem que se deslocar para os distritos mais próximos.

As condições socioeconômicas das famílias, além de limitar seu acesso a produtos e mercadorias oferecidos nos hipermercados, nas grandes lojas e magazines a preços mais baratos e com melhor qualidade, obrigam que elas paguem muito mais caro por um produto muitas vezes de menor qualidade. Quando compram produtos alimentícios, adquirem em pequenas quantidades, de acordo com o dinheiro que vão ganhando, ou com o crédito que a família pode ter na mercearia. Já quando precisam de móveis, materiais de construção, eletroeletrônicos, adquirem-nos em inúmeras prestações.

Se fosse fazer um estudo mais aprofundado sobre o peso da economia local para o desenvolvimento sustentável do distrito, diria que seria preciso redimensionar toda a concepção e organização da política econômica da cidade. O fato de a economia local ter essa característica, não significa que seja a grande responsável pelas condições de precariedade existente no distrito. Na verdade, há outros indicadores que contribuem para que os dois distritos façam parte do ranking da inclusão/exclusão social de São Paulo, como por exemplo, as condições de moradia, baixa escolaridade de seus membros de referência, desemprego/subemprego, dificuldades de acesso aos bens da cidade, entre outros.

O Jardim Helena, por exemplo, ocupa o décimo terceiro lugar no *ranking* da inclusão/exclusão social de São Paulo, conforme revela o Mapa da Inclusão/Exclusão Social da cidade de São Paulo (Sposati, 2000). Segundo o Mapa de Vulnerabilidade da Cidade da Cidade de São Paulo (CEM/CEBRAP/SAS/PMSP, 2003), o distrito possui dez setores censitários em situação de altíssima privação. Na verdade, as razões pelas quais a população desses dois distritos é obrigada a se submeter a viver em condições precárias e desumanas, estão relacionadas com o modelo de produção capitalista, que investe unicamente na lógica do desenvolvimento desigual e concentrador de renda, na qual as áreas de fronteiras não ganham significado econômico e social como as áreas e os bairros centrais da cidade.

4. 3. Serviços de saúde disponíveis nos dois distritos

Apesar de a Constituição Federal definir que saúde é um direito de todos os brasileiros e dever do Estado, o direito à saúde dos brasileiros que residem no distrito do Itaim Paulista e do Jardim Helena estão sendo negligenciados. Os serviços de saúde oferecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, além de serem insuficientes em quantidade para realizar a cobertura necessária à população, ainda são precários e sem qualidade.

Quadro 13 – Serviços públicos de saúde existentes nos dois distritos

Distrito	Tipo de unidade	Quantidade	Distrito	Tipo de unidade	Quantidade
Itaim Paulista	Unidade básica de Saúde	05	Jardim Helena	Unidade básica de Saúde	03
	Programa saúde da família	03		Programa saúde da família	01
	Unidade de saúde não- assistencial	02		Hospital de clínicas**	01
	Centro de atenção psicossocial – CAPS***	01			
	Hospital geral	01			

Fonte: Coordenadoria de Saúde da Subprefeitura de São Miguel Paulista e Itaim Paulista.

* **Nota 1** - Esse tipo de unidade tem como objetivo promover a reinserção social e a integração no mercado de trabalho de pessoas portadoras de transtornos mentais, de pessoas portadoras de necessidades especiais físicas, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. Nessas unidades, as ações de saúde ocorrem por meio de atividades diversificadas de arte, música, esporte, marcenaria, costura. Essas ações são desenvolvidas preferencialmente em espaços públicos.

** **Nota 2** - Esse hospital é particular, e não tem convênio com o Sistema Único de Saúde – SUS.

*** **Nota 3** - Esse é um serviço especializado em saúde mental que atende pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de álcool e outras drogas, em diferentes níveis de cuidado: intensivo (diariamente), semi-intensivo (de duas a três vezes por semana) e não-intensivo (até três vezes por mês). É um serviço ambulatorial territorializado, que integra uma rede de atenção substitutiva "à internação psiquiátrica" que tem como princípio básico a inserção social. Compreende ações de assistência (medicação, terapias, oficinas terapêuticas, atenção familiar) na perspectiva da reinserção social, além de realizar ações de prevenção e capacitação de recursos humanos da rede básica.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece que é necessária a presença de uma unidade básica de saúde para um grupo de 20 mil habitantes. Nesse caso, a população do distrito do Itaim Paulista tem um déficit de unidades básicas de saúde, considerando-se que conta com apenas oito unidades para uma população de 212.733 habitantes. Essas unidades básicas conseguem fazer uma cobertura de 60% da população moradora do distrito. Já a população do Jardim Helena, que é de 139.106 habitantes e que conta com quatro unidades básicas de saúde, convive com um déficit de duas unidades básicas, mas, as unidades existentes conseguem fazer uma cobertura de 66% da população do distrito.

4.4. Serviços de educação nos distritos

Nos dois distritos existem equipamentos educacionais da rede estadual, municipal e da iniciativa privada que, juntos, formam a rede educacional local composta por escolas públicas municipais, que se responsabilizam em grande parte pelo ensino fundamental de 0 a 14 anos. As escolas públicas estaduais, que complementam a cobertura do ensino fundamental - ciclo II (5^a à 8^a) e a cobertura do ensino médio. Há também serviços educacionais ligados à iniciativa privada, alguns conveniados com o poder público. Nessa rede de serviços de educação estão incluídos os centros de educação infantil - as antigas creches diretas e conveniadas, que até 2002 faziam parte da rede de serviços da

política municipal de assistência social; as pré-escolas, o Centro de Educação Unificada (CEU); as escolas municipais de ensino fundamental, ciclos I e II, e as escolas estaduais de ensino médio.

O Centro de Educação Unificada (CEU) é muito diferenciado dos demais. Nele, há creches, escola de educação infantil e ensino fundamental, três piscinas, quadra poliesportiva, pista de skate, telecentro, cinema e biblioteca. Os alunos e a comunidade em geral do entorno têm acesso às instalações e oportunidades de usufruir das várias atividades ali desenvolvidas: teatro, dança, informática, música, ginástica, cinema, natação, entre outras.

Entre as escolas estaduais dos distritos, em quatro, existe o ensino supletivo. Essa modalidade de ensino foi criada para suprir as necessidades dos adolescentes acima de 14 anos de idade e de pessoas adultas, que por inúmeras razões e motivos não conseguiram concluir os estudos ou freqüentar a escola cotidianamente. Em outras duas escolas estaduais funciona o telecurso, que é também um programa de incentivo à retomada dos estudos. Dentre todos os equipamentos da área de educação, somente em uma escola (Itaim Paulista), havia uma sala de aula destinada aos portadores de necessidade especiais.

Nessa rede serviços há, ainda, algumas organizações não-governamentais que, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação desenvolvem alfabetização de adultos, pelo programa MOVA – Movimento de Alfabetização de Adultos⁵⁵.

Quadro 12 – Serviços de educação municipal, estadual e privados dos dois distritos

Distrito	Tipos de serviço		Nº de serviços	Distrito	Tipos de serviço		Nº de serviços	
Itaim Paulista	Escolas Municipais	Centro de educação Infantil (creches)	17	Jardim Helena	Serviços Municipais	Centro de educação infantil (creches)	06	
		Centro de educação unificada -- CEU	01			Escola de ed.infantil	05	
		Escola de ed. infantil	13			Escola de ensino fundamental I e II ciclos	08	
		Escola de ensino Fundamenta I e II Ciclos	16			Escolas Estaduais	11	
	Escolas Estaduais		31		Serviços privados		Centro de educação infantil	04
	Escolas Privadas	Centro de educação infantil	03		Escola de educação infantil	15		
		Escola de educação infantil	10					
		Escola de e.fundam. I e II Ciclo	13					
		Escola de ensino Médio	02					

Fonte: Sindicato dos profissionais no ensino municipal – SINPEEM e Diretoria Regional de ensino.

⁵⁵ Ninguém da Secretaria Municipal de Educação dos dois distritos soube me informar a quantidade de serviços dessa natureza que funcionam, e o número de pessoas neles vinculados.

4.5. Serviços socioassistenciais dos distritos

Dentre os serviços existentes nos dois distritos, os que compõem a rede socioassistencial são os que apresentam menor número. No processo de mapeamento dos serviços, um dado chamou minha atenção: a forma como os serviços são criados. Tive a impressão de que quando os atores sociais que trabalham nessa área (gestores de entidades sociais principalmente) não levam em consideração o diagnóstico da realidade vivida pela população residente nos dois distritos. Como fato que denota essa situação, posso destacar como exemplo a situação observada no distrito do Itaim Paulista em relação à quantidade de serviços oferecidos para idosos e para a população de 0 a 14 anos de idade. Ao se fazer uma comparação entre os serviços socioassistenciais destinados à população idosa e à população de crianças, adolescentes e de jovens do distrito do Itaim Paulista verifica-se o quanto é desproporcional a cobertura. Segundo o IBGE, a população infanto-juvenil do distrito equivale a um total de 110.372 habitantes, que corresponde a 52% da população total do distrito. No entanto, para atender às necessidades dessa população na área da assistência social, a rede de serviço socio-assistencial dispõe apenas de oito serviços, com 5.730 vagas/mês. Já para atender à população idosa, que é de 10.511 habitantes e corresponde a 5 % da população do distrito, a mesma rede dispõe de três serviços, com 160 vagas/mês. É evidente que a rede de serviço socioassistencial para a população idosa consegue atender a um número bem mais significativo do que a rede de serviço destinada ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens.

Um outro dado que ilustra a insuficiência dos serviços socioassistenciais são as condições de instalação de muitos dos espaços físicos de grande parte dos serviços de assistência social. Quero citar como exemplo os espaços onde funcionaram os 170 grupos socioeducativos com famílias realizados pelo programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família nos distritos do Jardim Helena e Itaim Paulista. Os grupos de famílias funcionaram em 13 espaços pertencentes a entidades que fazem parte da rede de serviços socio-assistenciais. Esses espaços eram pequenos, insalubres (barulhentos, úmidos, sem ventilação e mal-iluminados) e desconfortáveis, que mal davam para acomodar as vinte famílias dos grupos socioeducativos⁵⁶.

⁵⁶ Ao citar como exemplo a precariedade dos espaços onde funcionaram os grupos socioeducativos do programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, não significa que estou deixando de reconhecer a colaboração e a solidariedade prestadas pelos dirigentes, tanto para com as famílias, como para as equipes técnicas que prestavam serviço no programa. Ao explicitar as condições de instalação dos serviços estou reiterando a necessidade de fortalecimento da rede serviços socioassistenciais para que a mesma venha conquistar poder de negociação diante dos poderes públicos, quando negociarem convênios e parcerias.

As características dos espaços físicos que acolheram os grupos de famílias incluídas no PFF, de certa forma, demonstram e retratam um dos inúmeros dados sobre a realidade de precariedade e das dificuldades vividas pela população moradora desses dois territórios. A escassez de espaços físicos para reunir um grupo de vinte famílias, e as dificuldades de acesso que as famílias tiveram para localizá-los e chegar aos mesmos, são dados que denunciam de alguma forma a quase ausência de ações do poder público nesses territórios e a pouca força política e de organização comunitária da população residente, particularmente, a que necessita dos serviços socioassistenciais.

Considero que a insuficiência, a fragilidade na cobertura e a precariedade dos serviços prestados pela rede esteja diretamente relacionada com a concepção conservadora que dirigentes e responsáveis pelos serviços têm em relação aos usuários(as) e à existência de uma rede de unidades públicas construída para o fim específico. Essa concepção não acredita e nem investe nas potencialidades e no protagonismo desses usuários. Talvez esses dirigentes ainda não tenham assimilado que os serviços de assistência social por eles prestados fazem parte de uma política pública de direitos, em que pese os doze anos de promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Com base nos dados sobre a quantidade de atendimento e a cobertura que os serviços socioassistenciais fazem no Itaim Paulista, pode-se dizer que a realidade vivida pela população do território é particularmente agravada, considerando-se que o distrito tem uma população de 212.733 habitantes; apresenta uma taxa média de vulnerabilidade de 44.008, e que o distrito está colocado em 9o lugar no ranking do Mapa Inclusão/Exclusão da cidade de São Paulo 57.

Quadro 13 - Serviços da rede socioassistencial dos dois distritos – 2003- 2005

Distrito	Tipo de Serviço	Faixa Etária	Nº de Serviços	Nº de atendidos	Distrito	Tipo de de Serviço	Faixa etária	Nº de serviços	Nº de Atendimento
Itaim Paulista	Espaço gente Jovem	De 0 a 15 anos	03	4000/mês	Jardim Helena	Núcleo socio-educativo*	De 6 a 15 anos	02	400/mês
	Profissionalizante	De 16 a 18 anos	01	100/mês		Gente jovem	De 15 A 17a.	01	150/mês
	Apoio às vítimas de violência doméstica	Crianças, adolescentes e Mulheres	01	400/mês		Benefício de prestação continuada			54
	Centro de Convivência	A partir de 7 anos	01	1000/mês		Centro de convivência	Idosos	02	160
	Casa acolhida	Famílias	01	200 /mês		PFF	Família	01	1.580
	Cenafofo**	A partir de 17 anos	01	30		Proasf	Família	01	400
	Centro de atendimento	Idosos	03	160					
	PFF	Famílias	01	1.561/mês					
Proasf	Famílias	01	400/mês						

Fonte: PLAS Regional das Supervisões das SAS das Subprefeituras de S. Miguel Paulista/Itaim Paulista.

⁵⁷ PLAS-SP, 2002-2003.

* **Nota 1** - Os dois Núcleos socioeducativos gente jovem para atender à população de 6 a 15 anos com capacidade de atender 400 pessoas. Sendo um localizado no Pq. Paulistano, com capacidade para 300 jovens. E outro, localizado na Vila Itaim, com capacidade para atender 100 jovens. Os dois são resultado de convênio entre a prefeitura e organizações não-governamentais.

* **Nota 2** - Cenfoco - Serviço voltado para capacitação de lideranças de adolescentes a partir de 17 anos, com capacidade de inserção de 30 adolescentes.

Nota 3: Os dois Núcleos socioeducativos gente jovem para atender à população de 6 a 15 anos com capacidade de atender 400 pessoas. Sendo um localizado no Pq. Paulistano, com capacidade para 300 jovens. E outro, localizado na Vila Itaim, com capacidade para atender 100 jovens. Os dois são resultado de convênio entre a prefeitura e organizações não-governamentais.

Os dados do Quadro 13 indicam que a rede de serviços de assistência social dos dois distritos é restrita, possuindo uma capacidade de cobertura baixa para atender ao universo das necessidades da população. Essa realidade é um fato que contribui para que as famílias que já vivem em situação de vulnerabilidade fiquem ainda mais expostas e desprotegidas. Sem poder contar com outras alternativas de proteção social, essa população fica à mercê de suas próprias criatividade, já que muitas desconhecem os poucos serviços existentes que se destinam ao atendimento da população que necessita, em especial àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Os serviços socioassistenciais pertencem a uma política com pouca visibilidade, destacando-se como agravantes que, de um lado, a maioria dos usuários(as) desconhece que tem direitos a esse tipo de serviço. Muitos desses usuários(as) são destituídos de poder em decorrência da fragilidade que é imposta pela situação de vulnerabilidade e de exclusão social a que estão submetidos cotidianamente. Para muitas pessoas, essa é uma situação circunstancial; já para outras é uma situação que perdura e que vem corroendo a força e a crença das capacidades e potencialidades que possuem.

Por outro lado, dirigentes, profissionais e voluntários desses serviços ainda não internalizaram que a política de assistência social está garantida pela Constituição Federal como direito dos cidadãos e dever do Estado, igualmente como os serviços da política de saúde e educação.

No processo de pesquisa, percebi que há um movimento da Supervisão da SAS regional em operacionalizar as diretrizes e propostas contidas na Política Nacional de Assistência Social. Tal movimento tem direcionado as práticas profissionais para o trabalho de implantação efetiva de uma rede (básica e especial) de serviços da política, conforme expressa na NOB regulamentada em julho 2005. Para tanto, tem investido na criação e construção de uma rede de serviços socioassistenciais, que seja capaz de dar cobertura com qualidade às necessidades da população que dela necessita, articulada com os demais serviços das outras políticas sociais, no sentido de garantir acesso universal à população.

Os gestores, gerentes e dirigentes dos serviços socioassistenciais existentes nos distritos, mesmo que já estejam desenvolvendo trabalho e práticas voltados para as seguranças de acolhida, convívio, travessia e autonomia, conforme previsto no documento da Política Nacional, ainda precisam mudar a concepção de assistência social, bem como ampliar sua compreensão a respeito da assistência social como política de direitos. Dessa forma, acredito que uma rede de serviços socioassistenciais deve ter presente que ela precisa ser capaz de atender de fato, com qualidade e dignidade à demanda, e não apenas os focos das necessidades da população mais necessitada.

Quero abrir um parêntese para falar especificamente dos serviços de assistência social voltados ao atendimento às famílias. Desde a década de 1990, a família começou a aparecer na agenda política do país, mais particularmente, das políticas sociais. No Brasil, entre 1995/2005, ampliaram-se os programas de apoio e proteção social às famílias em situação de pobreza e exclusão social. Surgiram os programas: - Renda Mínima, Alimenta São Paulo, VivaLeite, Bolsa-Escola, Saúde da Família, Renda Cidadã/ Fortalecendo a Família⁵⁸, Programa de Assistência Social às Famílias (Proasf), Vale Gás, Cartão Alimentação, entre outros. Muitos desses programas têm alcance nacional, estadual e municipal, ainda que de forma limitada e focalizada chegaram a ser implantados nos distritos, como já foi explicitado anteriormente. Esses serviços são marcadamente de transferência de renda, com exceção do Programa de Assistência Social às Famílias - Proasf⁵⁹, que já foi implantado como sendo um serviço da rede básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Acerca da quantidade de famílias atendidas nesses vários programas de transferência de renda ou dos que fazem atendimento às famílias, por meio da entrega de leite, cesta básica ou qualquer outro tipo de atenção, as Supervisões da SAS dos dois distritos informam que não têm o número de famílias atendidas. Esses dados e a forma de funcionamento dos serviços faz pensar e a questionar se, de fato, essa lógica de criação e de funcionamento dos serviços socioassistenciais investe no processo de consolidação e fortalecimento do SUAS e dos direitos de

⁵⁸ Entre setembro de 2.002 a dezembro de 2.004, o programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família atendeu 3.141 famílias nos dois distritos. Estas, além de serem acompanhadas em grupos de famílias em territórios razoavelmente próximos de suas residências, recebiam um recurso financeiro no valor de R\$60,00.

⁵⁹ Entre Fevereiro de 2004 a Julho de 2005, funcionou nos dois distritos, o Programa de Assistência Social à Família (Proasf), que a SAS implantou como serviço da rede básica de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em parceria com a Unicsul. Nele, foram incluídas famílias em situação de vulnerabilidade que moravam em territórios de altíssima privação. O Proasf não era um programa que transferia renda às famílias. Era, sim, um programa que fazia acompanhamento social das mesmas, através de atividades socioeducativas em grupo de famílias; atividades ampliadas de cidadania, de lazer e de cultura, plantão psicossocial no território e visitas domiciliares. Com a derrota do Partido dos Trabalhadores na eleição municipal de 2004, que não conseguiu reeleger a prefeita Marta Suplicy, o Proasf, como serviço da rede básica de proteção social do SUAS, foi interrompido no território.

usuárias(os) da assistência social, conforme expresso no atual documento da política nacional que foi regulamentado pela NOB 2005.

4.6. Outros serviços identificados nos distritos

Além dos serviços da política de saúde, educação e de assistência social, as famílias necessitariam ter acesso aos serviços de esporte, lazer e cultura, correio, praça, segurança e transporte.

Quadro 14 – Tipo e quantidade de serviços de infra-estrutura urbana e social nos dois distritos

Serviços	Distritos				
	Itaim Paulista		Jardim Helena		
Esporte, lazer e cultura	1 Casa de cultura no centro do distrito		Esporte, lazer e cultura	1 Área de lazer	
	3 Telecentros			2 Centros desportivos	
	1 Centro desportivo			1 Quadra poliesportiva	
	1 Cinema				
	1 Piscina – CEU Veredas				
Transporte	Trem	1 linha	Transporte	Trem	1 linha
	Ônibus/lotação	15 linhas		Ônibus/lotação	11 linhas
Segurança	1 Delegacia		Segurança	1 Delegacia	
Correio	1 Agência franqueada		Correio	2 Caixas de correspondências	
	2 Caixas de correspondências				
Parques	1 Parque de brinquedos		Praças	6	
	1 Parque de diversão				
Praças	12 praças				

Os serviços de esporte, cultura, lazer, segurança, correio, e a oferta de parques e de praças nos distritos é restrita. As famílias relatam que, dificilmente, usufruem das praças públicas como área de descanso, ou porque as mesmas não têm nenhum atrativo, ou porque são inseguras, já que se transformaram em pontos de consumo e de venda de drogas.

Ônibus e lotação são transportes coletivos com os quais a população dos distritos conta. Elas fazem a ligação dos moradores dos bairros com o centro do distrito ou com o centro da cidade e demais bairros, pela integração com o trem, os terminais de ônibus e com estações de metrô. A lotação (“perua”, como muitas pessoas as denominam), inclusive as clandestinas, em que pese o desconforto e os riscos a que alguns passageiros estão expostos, por irresponsabilidade dos motoristas, é o tipo de transporte preferido pela população, que, em geral, leva em consideração principalmente o item rapidez. Existem, ainda, as linhas intermunicipais, que ligam os distritos aos municípios com os quais fazem fronteira, como é o caso de Guarulhos, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos e Poá.

O modo de funcionar dos vários serviços criados para atender às demandas das famílias moradoras nesses dois distritos ainda é pensado, para ser executado isoladamente.

Cada política mantém os serviços funcionando de forma isolada, sem se articular com os demais, da própria política, muito menos com os das outras políticas sociais, e o que é pior, muitas vezes, sem levar em consideração o diagnóstico do território. Dessa forma, acredito que o acesso das famílias a esses serviços fica muito mais difícil e aumenta a intensidade do sofrimento vivido por elas.

CAPÍTULO II - O COMPLEXO MODO DE VIDA DAS FAMÍLIAS “SIMPLES”

As complexidades vividas pelas famílias de baixa renda residentes nos territórios do Jardim Helena e do Itaim Paulista, ponto central deste capítulo, são resultantes das discrepâncias existentes entre as características e necessidades das famílias que ali vivem e as necessidades efetivas de acesso e oportunidades de realizá-las. Tais discrepâncias, sem dúvida, reiteram e agudizam as desigualdades sociais, que, examinadas nos limites de um território, revelam também a apartação territorial na produção desigual de cidade e de suas relações de poder.

O senador Eduardo Suplicy⁶⁰ ao justificar seu programa de renda cidadã afirma que:

*“Os 50% mais pobres da população brasileira, que em 1960 tinham 18% da renda, em 1970 tinham cerca de 14,5%, em 1976 apenas 13% e em 1972, no auge do chamado **milagre brasileiro**, os 50% mais pobres da população economicamente ativa detinham apenas 10,8% da renda nacional (...) Os 5% mais ricos detinham, em 1960, 28% da renda nacional; em 1970, 34%, em 197 39%. Em 1972 chegaram a ter 40%”* (2002:245).

As discrepâncias entendidas como manifestações dos graus de desigualdades não só persistem como se agravaram nas últimas décadas⁶¹. Em 1975, quando a população da cidade de São Paulo era quatro vezes menor do que a atual, um estudo realizado pelo Cebrap já afirmava que *“a pujança do crescimento de São Paulo, representado pela concentração, sem paralelo no país, dos meios de produção, dos serviços, do capital, da riqueza enfim, vai de par com o aumento da pobreza”*. E concluía: o desenvolvimento paulistano, examinado à luz das condições de vida dos habitantes, traduz-se num *“elevado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos”*⁶².

Dados do Relatório do PNUD 2000 apontam que, no Brasil, 40 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 2 ao dia e 14,6 milhões vivem com US\$1 ao dia.

⁶⁰ Renda de cidadania: a saída é pela porta da frente. São Paulo: Cortez, 2002.

⁶¹ As discrepâncias apontadas no texto não são vividas somente pelas famílias de baixa renda que vivem em territórios de exclusão da cidade de São Paulo. Elas são contradições que existem, mais acentuadamente, nos grandes centros urbanos das capitais e das grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Nas áreas rurais, principalmente as localizadas no Nordeste brasileiro, essas discrepâncias também existem em formas e em graus diferenciados.

⁶² Cebrap. ‘São Paulo 1975: crescimento e pobreza’, in Pochmann (org.). *Políticas de inclusão social: resultados e avaliação*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 10.

Apontam, também, que os 20% mais pobres no país ganham 2,4% da renda brasileira, enquanto os 20% mais ricos recebem 63,2%.

É talvez simplista enquadrar o modo de vida das famílias de baixa renda como o jeito pobre de viver precário. Centra-se a idéia de que o “pobre” por não tem o que esperar, não tem com o que se preocupar. Formula-se um referencial de uma vida anestesiada, ou que espera “comodamente” pelos “aparelhos” da esmola e pelos “tubos” do assistencialismo.

Aceitam-se um pouco mais estas discriminações e estigmas sob a concepção de vida simples, e vida do arroz com feijão, a vida “sem mistura”, a vida da toada do cotidiano homogêneo. Uma vida da natureza em sua reprodução biológica.

Esta falsa expectativa do simples, sem dúvida preconceituosa, esconde a complexidade do viver, criar filhos, construir dignidade, satisfazer desejos, ter esperança, são o contexto de exclusões, desigualdades e discrepâncias. Muito longe de ser simples é um modo de vida incerto.

A economia brasileira mantém um caráter concentrador que perversamente degrada o já precário modo de vida das famílias de baixa renda. Esse modo de vida que é incerto, de contínua busca, constituição e reconstituição, o que supõe uma complexa energia para viver. É dessa maneira e nessas condições complexas que as famílias com as quais dialogo neste estudo vivem as experiências cotidianas. Sobre experiências vividas dessa forma, Thompson diz:

“De modo geral, a população trabalhadora tem pouca possibilidade de prever o futuro: essas pessoas não planejam sua “carreira”, nem sua família; não vêem sua vida como uma forma definida diante de si, não economizam os altos ganhos de alguma semanas para fazer poupança, não planejam a compra de uma choupana, e nunca tiram férias. (Sabendo o que os espera, alguns jovens saem de casa e, uma vez na vida, ganham a estrada para ‘ver o mundo’.) Assim, as oportunidades são aproveitadas à medida que surgem, com pouca reflexão sobre as conseqüências” (2005:21-22).

De certa forma, as reflexões do autor sobre a população trabalhadora inglesa se aproximam das experiências vividas por famílias brasileiras, pelo menos nas que foram entrevistadas. Estas relatam que o cotidiano de suas vidas acontece no de repente, sem planejamento. Segundo os entrevistados, as “coisas” (casamento, migração, gravidez, mudança de moradia, nascimento dos filhos, prisão de alguém da família, desemprego, doenças, saída da escola, morte dos parentes, entre outros) vão acontecendo da “noite para

o dia”, com a mesma rapidez com que se estalam os dedos, conforme os dizeres expressos nos relatos.

A frágil e inexistente educação sexual, não prepara a mulher para conhecer seu corpo e dissociar a gravidez da vida sexual. Ter um filho aparece como consequência (talvez até como “castigo” para as mais jovens) e não como desejo/possibilidade de formar uma família. Como diz a mulher da família 8, a gravidez foi motivo de ruptura do seu vínculo com a mãe. No momento em que ela espera o filho é desfiliada. Outra perdeu o vínculo com a família por decisão do padrasto. É via ruptura de laços ser proposta para seu próprio filho no momento do nascimento

“Eu nunca pensei, aconteceu. Sério mesmo, eu nunca pensei em ter filhos, casar, eu gostaria muito de ter estudado, ter conseguido uma profissão legal, mas como veio, aí eu já parti para aquela responsabilidade” (mulher da família 25).

“[...] aí, eu com vinte e um anos né, conheci um rapaz, fiquei grávida, tive a minha primeira filha, fui jogada pra rua pela minha mãe, fui trabalhar grávida, trabalhei até o dia que ela nasceu, aí depois voltei pra trabalhar de novo, aí fiquei grávida de novo, e comecei trabalhar, depois conheci esse meu marido, que nós ficamos doze anos juntos, tive dois filhos dele. Com dois meses, depois que eu tinha feito doze anos, nós, de casado, aí ele veio falecer, com problema de coração, doença de chaga, aí foi que a minha vida mudou né, deu uma reviravolta muito grande, passei muita apuração com meus três filhos. Depois conheci outra pessoa, tive mais dois filhos, comecei trabalhar e ele lutando pelos meus filhos...” (mulher da Família 8).

“[...]conheci ele com os meus 17 anos, aí com 19 anos ficamos noivos, fiquei grávida, aí ele entrou nas droga aí eu separei dele, separei. Naquela época ele usava cola e, era cola meu Deus, não tinha crack não, e maconha, era droga que ele usava (...) De repente, olha! eu se eu tivesse descobrido (...) não dava pra perceber, porque ele trabalhava no hospital das clínicas, eu trabalhava na cozinha né ele trabalhava na copa, e ele entrava, e eu saía ele entrava as 6hs e saía às 2, ele vinha e ficava comigo, só que aí era final de semana, então não dava pra mim perceber, fui perceber depois quando a gente foi ficando mais junto, daí a minha patroa me deu um apoio muito grande, porque meu pai, logo de cara, quando ele soube me pois pra fora, meu padrasto né! falou que não queria.

Vinte anos atrás, parece que não, mais os pais eram mais(...) não é mais hoje que a filha fica grávida, eles aceita, meu pai não era pai era padrasto né! Mais eu considerava eu respeitava, até hoje respeito e... aí ele me pois pra rua aí eu falei meu

Deus pra onde que eu vô, conversei com a minha patroa, ela falou: olha o dinheiro que você ganha aluga um cômodo, aí foi aonde eu comecei a ter minha independência, aí eu aluguei um cômodo só que aí tem um motivo, se trabalha comigo mais você vai ter que dar seu filho, foi a proposta que ela fez né! que eu era babá, então não tinha como eu cuidar do meu filho ainda cuidar das duas crianças, que eu olhava né! aí eu falei assim tá bom na hora do desespero né! você não tem pra onde ir, aí eu peguei falei tá bom eu... eu dô meu filho, aí eles arrumaram uma família, nossa minha gravidez foi maravilhosa, me levavam em clínica particular, tive um pré-natal maravilhoso, e a família só esperando. O certo era assim quando meu filho nascesse eu não podia ver, já era pra passar pra aquela família que eu ia dar, mais aí aconteceu que na hora que meu filho nasceu tudo mudou, porque eu não queria dar, eu me apaixonei, eu vi né. As enfermeiras não sabia, o médico não sabia. Eu acho que eles não avisaram pra aqueles médico, então eles me mostraram o neném, aí na hora eu falei: 'eu não vou dá'. Aí ela falou: 'então não vai dar pra eu ficar com você'. Eu falei meu Deus! e agora? ela falou: 'não vai dar porque o combinado foi você dar a criança, não tem como você cuidar dos meus filhos, e cuidar do teu filho'..."(mulher da Família 33).

Relatos como estes, revelam que as famílias de baixa renda não planejam suas vidas porque vivem sob o signo da urgência, da emergência, das rupturas, do abandono, da suposta independência em ter de viver por si mesmas o quanto antes. Quem vive submetido a essas condições não tem como planejar a vida, vive o aqui e o agora. O amanhã, como dizem muitos, “*a Deus pertence, ele sabe o que faz; ele há de prover, ele é poderoso...*”. É como se a vida dessas famílias estivesse sempre recomeçando. Vivem da forma como é possível, com as possibilidades que vão surgindo e que, sem dúvida, são poucas e em geral provocam uma degradação sentimental ou material na forma anterior de viver. Como planejar o futuro se os provedores vivem submetidos a constantes instabilidades e sofrimentos, decorrentes da falta de um emprego, de um trabalho fixo, de uma moradia adequada e dificuldade de acesso a serviços públicos (saúde educação assistência social, habitação e lazer), que são básicos para oferecer conforto, proteção social tranquilidade para garantir saúde e bem-estar para si e os demais familiares?

Estas são as complexidades cotidianas das famílias ditas “simples” que aqui se destacam para análise, que estarei discutindo neste capítulo. Complexidades que vão desde a antecipação do estatuto do adulto, até o tributo pago para continuar vivendo em condições abaixo dos padrões de civilidade estabelecidos principalmente pelos organismos internacionais.

1. Dinâmica de funcionamento e constituição familiar

A constituição e a composição das famílias aqui analisadas certamente pouco diferem das demais famílias existentes em outras áreas, territórios e classes sociais. A grande diferença que existe entre essas famílias e as demais, particularmente as das classes sociais, média e alta está relacionada com as condições de vida.

De modo geral, a constituição das quarenta famílias da zona leste de São Paulo segue o padrão da família da modernidade, cuja composição pressupõe pai, mãe e filhos. Mesmo as 21 famílias chefiadas por mulheres, que vivem o modelo da monoparentalidade feminina, ainda referem o funcionamento de suas famílias ao modelo de família nuclear tradicional. É bom lembrar que a escravidão não permitia a vivência de família, já que o conceito de animal de procriação não supõe responsabilidades paternas e maternas, além das naturais. Conquistar o direito de ter família e ser de família já é em si um direito de igualdade de sociedade contrária à burguesa. Este modo de pensar retira a responsabilidade dos “senhores” pelo cotidiano de reprodução social onerando aos adultos a oferta de condições de criar seus filhos mesmo que não fossem ofertadas as condições materiais para tal criação.

A concepção de família nuclear é burguesa. Neste sentido, passando a ser adotada e naturalizada pelas classes populares e permeando o seu imaginário, independentemente da classe social a que pertence. Constituir uma família diferente desse modelo tradicional ainda é motivo de culpa e de discriminação. Há uma pressão visível na sociedade direcionada àquelas famílias, ou por circunstância, ou por própria determinação, decidem vivenciar a experiência de vida familiar fora do modelo convencional.

No caso das famílias analisadas, encontrei diferentes experiências de configuração familiar. Conheci arranjos familiares que, em certo sentido, são comuns, mas não são assumidos abertamente, nem por quem os observa e nem por quem os vive. A família 39⁶³, por exemplo, vive um arranjo que ilustra claramente a força que o modelo tradicional exerce sobre as famílias e a sociedade como um todo. A sua configuração familiar, de certa maneira, não é incomum no dia-a-dia de muitas outras. Essa família, constituída por um casal, com duas filhas, que não convivem sob o mesmo teto, mas tem por referência o modelo de família nuclear. Neste caso, é o homem quem mantém o sustento da casa, mas a mulher se declara chefe da família, já que se responsabiliza sozinha pela educação das filhas e das demais atribuições familiares, considerando que o marido

⁶³ No Capítulo I deste estudo, quando identifiquei e caracterizei as famílias, esta foi agregada juntamente com as famílias chefiadas por homens. No Programa Renda Cidadã/ Fortalecendo, esta família era considerada como chefiada por mulher.

chefia uma outra família (monoparental masculina), numa cidade da região metropolitana de São Paulo.

Em que pesem as características do arranjo vivenciado pela Família 39 (e as responsabilidades que a mulher assume sozinha), na verdade, é a forma possível encontrada para viver em família, ele persiste causando insatisfação para a mulher, que acredita que se tivesse oficializado sua relação na igreja e no cartório teria construído uma família de “verdade”. Sua concepção de família parte do pressuposto da presença e do convívio entre pai, mãe e filhos. A mulher fala longamente do sofrimento, da culpa e do constrangimento que sofreu, e ainda sofre, por ter construído um arranjo familiar diferente do modelo que muitos na sociedade, inclusive ela, têm sobre o viver em família. Seu relato revela também o desejo de ter uma família “de verdade”, o que supõe que a dela é um factóide, embora seja real.

“[...] é uma história muito triste e complicada, aí ele, nós começamos a namorar e eu não sabia que ele era casado. Ele entrou na minha família como namorado, ficamos noivos, e só depois eu descobri que ele era casado. Descobri um endereço no caderno dele, fui atrás e descobri a casa, a esposa, e tudo. Estava muito comprometida, envolvida com ele. Quando eu descobri tudo isso ele já era casado há 6 anos (...) Aí eu engravidei da Ana. Em seguida eu engravidei da Aline. E ele sempre me falando com aquela promessa que ia largar ela e ficar comigo. Porque ele enganou não só a mim mas aos meus pais também, minha mãe não perdoa ele até hoje. Meu pai morreu com mágoa dele, por causa disso, porque ele invadiu a nossa família se dizendo meu namorado e na verdade ele já tinha uma família, só não tinha filhos, porque ela não podia ter, então ela não pode ter filhos. Quem deu filhos a ele fui eu, os filhos que ele não teve no casamento ele teve fora do casamento que foi a Ana e a Aline né! Eu queria tanto na época que ele largasse dela né, tanto, eu lutei, por muitos anos, eu lutei durante quinze anos que ele largasse dela, porque depois ela ficou sabendo de mim, ficou sabendo das duas crianças que eu tive com ele, mas ele por um lado foi muito cachorro, mas por outro não. Ele bancou nós duas todos esses anos. Cerca de três anos e meio atrás ela faleceu de tumor na cabeça. No dia que ela faleceu e eu soube, eu fiquei até contente sabe, não era para eu ficar, mas eu até fiquei no meu íntimo eu fiquei contente, eu falei: 'agora ele vai casar comigo. Agora nós vamos ser uma família de verdade'. Porque até então nós éramos um triângulo amoroso né. Eu aqui vivendo com minhas duas filhas e ele vivendo lá com a esposa, só que ele vinha aqui todos os dias, só que voltava a noite para ela. Nenhum de nós era feliz, eu e ele tivemos muita parcela de responsabilidade no que aconteceu, eu quando descobri, deveria ter me afastado, mas eu gostava muito, muito dele, como gosto

até hoje. Foram quinze anos de briga, desavenças, idas e vindas. Ela tocava ele, eu tocava ele para lá e pressionava ele para largar dela. Só que ele não largava ela porque ele era casado com ela, embora não tivesse filhos, e comigo ele tinha duas filhas, então ele não pode largar de nenhuma de nós duas. Quando nasceu a minha segunda filha, ela não tava sabendo do nascimento da minha segunda filha, sabia da primeira, mas da segunda não. No dia que ela descobriu do nascimento da minha filha menor ela falou assim: 'bom, se ela pode ter filhos eu também posso'. Ela foi na terra dela, porque eles eram do Ceará, e tinha uma mulher lá que ia dar à luz e através da Assistência Social, conseguiram pegar esse menino né! Registraram, trouxeram para São Paulo e ficou sendo filho deles, adotado né! Quando eu soube, eu fiquei mais revoltada ainda, porque eu queria ter tido esse menino para dar para ele, e ela queria também uma criança para se comparar a mim. Não se ela pode ter eu também posso ter, aí ela trouxe esse menino recém-nascido e aí que ele não pode largar dela mesmo. Porque além dela, ainda tinha essa criança, e eu não podia ter mais filhos porque eu já tinha feito laqueadura. Ele pagou para eu fazer a laqueadura e tudo. Aí ficou ela lá com o menino e eu aqui com essas duas e ele cuidando das duas famílias, aí ela veio a falecer e ele começou a me pressionar para ir morar com ele, sabe! Para mim cuidar do menino. Ele dizia, não, eu quero que você venha para minha casa, só que eu não quero casar, você está proibida de falar na palavra casamento, eu falei: 'mas eu tenho direito, esperei tantos anos para ficar com você, eu tenho o direito de me casar com você'. Ele não quis, ele falou: 'se você quiser morar junto tudo bem, aí nós vamos ser uma família, vamos juntar as três crianças, e nós vamos criar essa crianças'. Me pressionou durante três meses acredita? Eu cheguei a ir na casa dele. Foi uma sensação super- estranha, sabe! Me deitar na cama dela com ele, cuidar da casa dela, pegar nas coisas dela, cuidar da cozinha dela, foi uma sensação muito estranha, indescritível sabe, de poder sei lá, é muito estranho e ao mesmo tempo eu aprendi muito com isso, de como a nossa vida é frágil né, se vê, eu lutei tanto para eu ter a posição que ela teve e ela precisou morrer né. Ficar tomando conta do marido dela, do filho dela. Só que aí surgiu um problema: o filho dele nunca me aceitou. Com nove anos, ele é um ano e meio mais novo que a Aline. Na semana que a mãe dele morreu, ele já trouxe o filho dele aqui pra gente conhecer e a gente tinha uma viagem marcada, um casamento do meu tio, então sete dias depois da morte dela nós viajamos juntos. Aí eu já sentia aquele olhar de ódio do menino sabe, e eles não deram educação para o menino. Ele começou a me agredir, palavrões mesmo. Me chamando de vagabunda, puta, esses nomes aí, sabe. Não me aceita mesmo, não me aceita sabe. Me toca da casa dele, não aceita as minhas filhas porque para ele, eu entendo ele também. Porque para ele também foi novidade, perder uma mãe e uma

semana após descobrir que o pai tinha filhos e mulher. Para ele foi uma desagradável surpresa né, já pensou? Eu me coloco no lugar dessa criança também. Ao mesmo tempo que eu odeio essa criança e ele me odeia, eu entendo ele. Entendeu? É um conflito muito grande que envolve toda essa história sabe. Porque já pensou encontrar o pai assim? Já com outra família? Outra mulher? Uma semana após a morte da mãe, né. Eles não souberam educar aquela criança que não tem limites, não tem horários, não tem limites, acha que pode pegar dinheiro, bater no pai...” (mulher da Família 39).

Neste relato está expresso o significado que um simples modelo de organização familiar pode exercer na vida das pessoas. Ele também nos remete às discussões de Heloisa Szymanski (1995) acerca da concepção de família ideal, em que as famílias imaginam poder viver. Modelo que, em geral, se contrapõe ao modelo de família que é vivido. Muitas famílias se sentem culpadas, sofrem e até adoecem por viverem um modelo de família que lhes causa sensação de incompletude e de fracasso, já que não é o modelo por elas idealizado, e nem o considerado normal dentro dos padrões estabelecidos.

Pelo relato, e por outras experiências familiares observadas, percebi que a força do modelo idealizado mobiliza muito mais as mulheres do que os homens. São elas que, em geral, travam uma luta insana para conseguir construir no seu dizer uma família de “verdade” com homem e mulher cotidianamente juntos com os filhos sob o mesmo teto. Observei que as dificuldades que em geral o homem sente para chefiar sozinho uma família, não estão relacionadas como os incômodos ou insatisfações sentidas pelas mulheres. Talvez estejam muito mais relacionadas com a educação machista que recebeu, que o impede de desempenhar, simultaneamente, tarefas domésticas, educação dos filhos e sustento da família, como fazem as mulheres que chefiam sozinhas suas famílias. Para muitas mulheres, o simples fato de não ter oficializado a união em cartório civil - ou na igreja, que também lhes dá ar de oficialidade - já é motivo para sentir que suas famílias são incompletas, sem direitos e diferentes das demais. Diferentes, na verdade todas são, já que cada família tem uma dinâmica e vivencia as experiências sociais com particularidade e singularidade, o que não significa ser incompleta, anormal, ou sem direitos⁶⁴.

As 21 famílias deste estudo que são chefiadas por mulheres são famílias monoparentais femininas⁶⁵. Vinte dessas mulheres, que estão hoje chefiando sozinhas suas famílias, já viveram modelo de família nuclear. Apenas uma nunca experimentou esse modelo. Por vivenciarem um arranjo familiar pouco convencional, elas, além do


⁶⁴ A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 226, parágrafo 3º, reconhece e garante o direito de mulher e homem que vivem em família, independentemente de serem constituídas legalmente.

⁶⁵ São famílias monoparentais femininas, aquelas chefiadas por mulheres, com filhos que ainda não atingiram a idade adulta, conforme discute Vitale (2002).

sofrimento ocasionado pelo excesso de esforço e energia para dar conta de todas as tarefas de uma chefe de família sozinha (afazeres domésticos, criação e educação dos filhos e sustento da famílias), sentem o peso e a pressão, que muitas vezes lhes são atribuídas responsabilidades pelos fracassos e pelos problemas do convívio familiar.

O tipo de configuração ou arranjo familiar é uma realidade vivida de acordo com a cultura e com o contexto socioeconômico de quem os vive. A família 6, por exemplo, vive um modelo de monoparentalidade feminina diferente daquele conhecido nos dias atuais: uma mulher, com filhos pequenos, que trabalha fora e dentro de casa para dar conta do sustento da família e demais atribuições familiares (manutenção da casa e educação dos filhos). No caso desta família, o modelo é vivido criativamente: são duas mulheres que dividem entre si a chefia de suas famílias (a da mãe e da filha). Essas duas famílias com chefia feminina convivem de forma imbricada uma na outra, mas guardam em suas dinâmicas particulares momentos de autonomia.

A família da mulher mais velha⁶⁶ é constituída pela mãe, que tem 53 anos de idade, um irmão de 50 anos, e um filho de 25 anos. A mulher dessa família, mesmo não tendo um emprego fixo, se considera sua chefe, pois é ela quem banca e se responsabiliza pelas despesas da casa. Mas, ao se referir ao marido, faz questão de dizer que ele ainda é a autoridade da família. Ela é negra, empregada doméstica, alegre, conversadeira e de fácil relacionamento. Faz tratamento para hipertensão arterial. Mesmo tomando medicação e fazendo dieta alimentar, é comum os filhos e parentes correrem com ela para o pronto-socorro, onde fica internada fazendo repouso até que a pressão volte ao normal. No momento da primeira entrevista, ela estava empregada; quando retornei para a segunda entrevista, ela encontrava-se desempregada. Na opinião da filha, ela é uma pessoa lutadora e batalhadora. Hoje, além de batalhar para manter o sustento da família, luta junto ao INSS para conseguir aposentar-se por invalidez. O filho dessa família está desempregado, mas de vez em quando faz “bicos”. O irmão da chefe de família vive na casa como agregado, já que não tem trabalho fixo e é dependente químico do álcool, situação que o faz chegar em casa embriagado, fazendo barulho, provocando e agredindo quem encontra pela frente, conforme relata a entrevistada.

A outra chefe de família, na verdade, é a que participou da pesquisa, mora num cômodo da casa cedido pela mãe, juntamente com seus dois filhos de 14 e 6 s de idade. Informa que as despesas com material escolar, vestuário e com alimentação dos filhos são bancadas por ela, que dá “o maior duro” para cumprir com as responsabilidades

⁶⁶ A mulher dessa família diz que tem um marido. Mas ele não convive com ela na casa, pois quando perdeu o emprego decidiu ir embora para a Bahia trabalhar na roça, mas e ainda mantém vínculos com a mesma.

de uma chefe de família. Mas reconhece, que a ajuda e o apoio da mãe são fundamentais para continuar sobrevivendo junto com os filhos, pois a renda familiar de que dispõe não é suficiente para bancar todas as despesas de sua família, o aluguel, principalmente. A filha mais velha tem 14 anos, é negra, bonita, alta e cursa a 1ª série do ensino médio. Foi ela quem pressionou a mãe para ir à justiça solicitar pensão alimentícia do pai. Seu grande sonho era ter uma festa de 15 anos⁶⁷. É uma adolescente como muitas garotas de sua faixa etária – bonita, disposta, rebelde e irreverente, querendo ser a qualquer custo “dona do próprio nariz”. Mas, as ambivalências vividas na fase da adolescência falam mais alto. Por isso, em certos momentos, abdica da irreverência e da rebeldia, tão comuns nessa idade, para aliar-se à mãe e à avó materna, que mesmo que lhe determinem fazer parte dos afazeres domésticos e cumprir os horários de saída e de chegada, permitem que se divirta como gente adulta, na companhia de amigos e parentes. Quando aparece oportunidade, ela costuma fazer “bicos” montando cintos, fazendo faxina e lavando roupas para ter seu próprio dinheiro. Como a maioria das adolescentes de sua idade, tem dificuldade de se relacionar com a mãe, com o irmão mais novo e de lidar com os limites. A mãe me contou que a filha andava insatisfeita e zangada com ela, porque não tinha condições financeiras para realizar seu grande sonho - comemorar seus 15 anos num grande e bonito salão, onde pudesse festejar e se divertir com seus amigos. Mesmo que tivesse o desejo de satisfazer o sonho da filha, não teria condições financeiras para organizar uma festa dessa natureza. Situação que contrariava a filha, que se recusava a aceitar a idéia de não ter a festa como imaginava.

O filho mais novo tem seis anos de idade, é moreno, magro e cursa a 1ª série do ensino fundamental. Passa o tempo indo à escola e brincando, sem perceber as dificuldades vividas pela família, a não ser quando lhe falta dinheiro para comprar o desejado: guloseimas ou qualquer brinquedo do seu interesse.

Na verdade, a experiência de monoparentalidade feminina vivida pela família⁶⁸ é mais um arranjo construído diante dos desafios e das dificuldades enfrentados na realidade. Nesse arranjo familiar, as duas mulheres adultas chefiam as próprias casas, no limite em que as condições socio-culturais e econômicas permitem. Nesse, e em outros casos, não importa o modelo vivido, importa na verdade, a qualidade das relações que são

⁶⁷ Por ocasião da terceira entrevista com esta família, fui informada a respeito da festa de 15 anos da filha, que apesar de não ter sido como todos desejavam ou imaginavam, particularmente a aniversariante (grandiosa e de preferência em um clube) foi realizada com alegria e a contento da família e dos convidados(as). Inclusive, a aniversariante ganhou, como presente de um de seus tios, a oportunidade de escolher um curso profissionalizante e vir a cursá-lo.

⁶⁸ No processo de identificação e caracterização das famílias que fiz no primeiro capítulo, a família 6 foi agregada junto com as famílias chefiadas por mulheres.

estabelecidas entre as pessoas que ali vivem e o aprendizado adquirido. No relato a seguir, uma das mulheres adultas dessa família (a titular⁶⁹ do programa) fala da experiência por ela vivenciada com chefe de família.

“A única coisa que é difícil né (...) cada um depois que tem sua família, não vejo, é melhor cada um ter o seu canto e (...) mas passou do resto aí pronto. Pelo fato da minha mãe não, acho que a gente viveria até o resto da vida, mas tem (...) tem outros alto e baixo da vida. Na medida do possível é bom, eu e meus filhos né, ela tá com 14 anos, tá na fase de aborrecente, a gente tem os altos e baixos, nós duas, mas acaba sempre tentando si enquadrar. Cá, minha mãe se dá muito bem né, o meu tio que tá aqui, o problema dele é álcool, então quer dizer quem sabe que é problema de álcool! Ele cai na rua, ele é (...) muda totalmente a personalidade né, o meu irmão ele fica quieto no canto dele, a gente a mesma coisa, a cabeça não é pacífica né então, é difícil viu. Porque eu falo assim, ó, se mãe fosse pra ser tão boa, ela tinha que vim com manual né. É igual filho.

Pra filho ser bem cuidado, também tinha que nascer com manual, ainda acredito assim aquela mãe que possa trabalhar fora que é difícil. Eu vou colocar assim uma mãe no meu ponto de vista que seria uma mãe 100%, mas não existe, que chega em casa, cansada mais que sabe! Dois minutos pra conversar, sentar, eu às vezes não tenho esse tempo. Já falo, sou bem sincera, é difícil ser uma mãe 100% não! É impossível né. Mais no meu caso mesmo, como mãe e pai, às vezes se torna difícil, eu tenho problema de saúde, reumatismo, tem dia que eu fico em cima da cama, então (...) é como eu tô dizendo. Eu falo assim que não tem a pessoa perfeita. A gente quer tentar ser uma mãe 100%. Tento ser uma boa amiga né. Sou assim, quando tem que pegar no pé mesmo, cobrar eu mesmo me cobro muito. Não, meus filhos precisa disso eu tenho que fazer aquilo. Então eu falo assim, eu faço, não eu tento. Aliás, as maioria das vezes eu consigo né. Mais, eu falo assim, pra ser uma boa mãe teria que vim com exemplar, porque a gente sempre deixa a desejar. E com ela, mesmo assim de 14 anos que tem uma mãe com um filho assim fala olha se você não olhar direitinho, que eu já escutei minhas amigas falar ai, meu filho me ama tudo mais, perguntou mesmo sentou, dialogou mesmo? Porque, não existe a mãe perfeita, eles pintam muito, olha pra nossa cara não mãe. Mas as vezes, eles quer, eles fica cobrando a gente algumas coisas. Então eu falo pra minha fia mesmo que vocês chega a mim e fale, que eu sei muito bem que eu não sou perfeita, sabe, pra mim ter ciência que os outros não vai resolver. Quem falou? Muitas mães se iludem que é a mãe

⁶⁹ Estou denominando de titular a pessoa incluída e que respondia pela família no programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família.

supermãe, a mãe nota dez, eu não colocava defeito na minha mãe, hoje em dia ela é a melhor mãe do mundo (risos)...” (mulher titular da família 6).

Esse é um relato que expressa as dificuldades enfrentadas no convívio das famílias, não necessariamente as chefiadas por mulheres, tanto no diz respeito à precariedade vivida decorrente da falta de moradia, de emprego, trabalho fixo, do difícil exercício da maternidade (principalmente, quando é exercido sem apoio e sem proteção social) e os problemas decorrentes dos conflitos intrafamiliares, que no relato aparecem como relação entre o desejo e a realidade em acertar, ser boa mãe, e ter efetivas possibilidades de enfrentar as limitações, que também são reais.

As pessoas compreendem e vivem a vida onde os conflitos são inerentes aos processos relacionais e deveriam ser encarados como contraponto das relações e meio pelo qual se constroem saídas e alternativas para superar impasses e obstáculos vividos nos processos relacionais. São poucas as pessoas e famílias que têm a prática ou o hábito de discutir abertamente os conflitos. Mesmo sendo inerentes às relações interpessoais, eles acabam sendo encarados como se fossem estranhos à relação. É comum num processo relacional se colocar “panos quentes” para disfarçá-los. Vivenciá-los mobiliza medo, insegurança, mágoa, impotência e raiva, já que normalmente eles surgem denunciando algo que não está funcionando a contento ou como desejado. Expressam assim uma impossibilidade e não uma conquista. Por vezes torna-se preferível utilizar mecanismos que evitem que se entre em contato direto com as dificuldades das relações. Escamotear ou desconsiderar parece ser a melhor alternativa de fuga de uma dificuldade dentre tantas. Mas como uma “panela de pressão” há momentos da vida familiar que eles explodem sem controle, provocando confrontos, que muitas vezes causam rompimento dos vínculos relacionais⁷⁰.

A forma como se constituem as famílias, por si só, não é um indicador que se traduz em complexidades. Mas, sim, as experiências familiares vividas em situações e em contextos socio-econômicos e culturais adversos, como são as realidades em que vivem as quarenta famílias estudadas que, apesar de viverem em condições precárias e desumanas, são obrigadas a pagar um tributo muito grande à vida. Vivem nessas condições não por escolha, mas porque foi a única alternativa que encontraram para viver e se reproduzir socialmente. Nesse contexto, criam e recriam alternativas para driblar, superar e enfrentar as dificuldades vividas diariamente. Duas das famílias que vivem configurações e modelos diferentes, mas nem por isso o sofrimento é menor, são as de número 11 e 24.

⁷⁰ Pichon Riviére, em *O processo grupal*, discute que os conflitos são problemas, e como tais, são importantes para os processos relacionais na medida em que apontam e exigem soluções para os impasses e obstáculos vividos nas relações humanas.

A Família 11 é moradora do Jardim Camargo Novo, bairro do distrito do Itaim Paulista, e a Família 24 reside no Parque São Martinho, bairro do distrito do Jardim Helena. Essas duas famílias, além de ilustrar um modo de viver, revelam as verdadeiras razões que as expõem, a viverem em situação de vulnerabilidade e de exclusão social.

A Família 11 é chefiada por uma mulher doente dos pulmões (seqüela de uma tuberculose crônica) que a deixa sem condições para se manter num trabalho ou emprego fixos. Mora numa casa de dois cômodos (quarto e cozinha) onde residem nove pessoas (seis crianças, dois adolescentes e uma adulta), com uma renda familiar *per capita* de R\$ 33,80/mês, proveniente de programas de transferência de renda (a maior parte), somados aos poucos rendimentos que ganha bordando blusas que pega numa costureira, lavando louças ou roupas eventualmente para algumas vizinhas, que se compadecem de sua situação⁷¹.

A Família 24 tem chefia compartilhada (marido e mulher trabalham para garantir o sustento da família), é composta de cinco pessoas, duas adultas, duas meninas e um pré-adolescente. Vivem numa residência de três cômodos: dois quartos e cozinha. A renda *per capita* da família é de R\$ 140,00/mês, provenientes do salário do marido, que é tecelão, mas que no momento trabalha como segurança, e da mulher que é vendedora de cosméticos e de mel.

Características da Família 11

Chefe da Família: 34 anos, negra, alta, muito magra, mãe de sete filhos (três meninos e quatro meninas), paulistana, estudou até a 3ª série do ensino fundamental. Profissionalmente é embaladeira, mas no momento faz “bico” de bordadeira e lavadeira. Gosta de morar no bairro do Camargo Novo. Sonha em reformar a casa e receber dos pais dos filhos a pensão alimentícia que está tentando na Justiça. Tem grave problema de saúde – seqüela de uma tuberculose que teve na adolescência e que hoje a deixa impossibilitada para o trabalho. Conta que foi criada pela avó e uma tia materna, e que na infância e na adolescência foi uma garota muito travessa, bagunceira, briguenta e muito precoce. Aos nove anos, teve a primeira menstruação, e aos dez, já namorava e usava droga (lança-perfume, maconha, cocaína e comprimidos) em companhia do namorado. Foi casada uma única vez, durante 11 anos e desse relacionamento teve cinco filhos. Atribui às inúmeras e constantes brigas, os motivos das repentinas separações que ela e o marido tinham. Segundo a entrevistada, as brigas eram sempre pela mesma causa – a constante ingestão de

⁷¹ O valor do salário vigente no período era de R\$ 270,00 até o mês de abril de 2005. A partir do dia 1º de maio de 2005, o valor do salário mínimo passou a ser de R\$300,00. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de medida provisória número 288, corrigiu o valor do salário mínimo de R\$300,00 para R\$350,00, com validade a partir do mês de abril de 2006.

bebida alcoólica do marido. Depois de separada, ainda experimentou viver uma nova relação conjugal, sem que os envolvidos tivessem tempo de morar juntos. Desse rápido e passageiro relacionamento, nasceram duas meninas gêmeas. Informa que depois dessa experiência desistiu de namorar e de ter um marido.

Fez laqueadura para não ter mais filhos, embora goste muito de crianças. No início da juventude sonhava em casar, ter uma família com apenas um casal de filhos. Mais depois, como passava mal com as pílulas anticoncepcionais, acabou esquecendo dos planos de ter poucos filhos. Começou a trabalhar com 15 anos em um mercadinho com o pai, que morreu de tuberculose. Teve a primeira relação sexual aos 15 anos, orientada pelas informações que aprendeu na escola e com as amigas mais velhas, quando estudava. Por isso, acredita que só foi mãe aos 22 anos, porque quando iniciou a vida sexual tinha clareza que só queria curtir.

Filhos: A filha mais velha tem 12 anos, cursa a 6ª série do ensino fundamental, é baixa, negra, olhos pretos, cabelos crespos e escuros, simpática, conversadeira e bastante prestativa. É ela quem ajuda a mãe nas tarefas domésticas, fazendo almoço, arrumando a casa, lavando roupa, levando e buscando os irmãos na escola. Reconhece-se como braço direito da mãe. Mantém relação com a avó paterna, que vez por outra permite que a neta faça faxina em sua casa para ganhar algum dinheiro, que também divide com a mãe. O segundo filho é um menino de 10 anos, negro, magro, sorridente, alegre, olhos pretos, cabelos crespos, curtos e escuros, e que cursa a 5ª série do ensino fundamental. O filho seguinte tem 8 anos, é negro, cabelo raspado no estilo Ronaldinho, magro, calado e cursa a 2ª série do ensino fundamental. A quarta filha, é uma garota de 6 anos, magra, quieta e que está freqüentando a pré-escola, juntamente com o irmão de 5 anos de idade. As últimas filhas são duas garotas gêmeas, de apenas um ano e cinco meses de idade, que são os “xodós” da casa e freqüentam uma creche da rede municipal.

Ex-maridos: Sobre o primeiro marido fui informada apenas que quando não fazia uso de bebida alcoólica era uma boa pessoa, capaz de tornar a convivência do casal uma boa experiência. Por outro lado, a entrevistada informa que quando bebia parecia que tudo se transformava. *“Não parávamos de brigar, de xingar, e foi assim até quando resolvi separar dele. Hoje segundo eu sei, ele voltou a morar com a mãe, mas não me ajuda em nada, não liga, e nem vem ver os filhos...”* Sobre o pai das gêmeas, falou apenas que é uma pessoa muito briguenta, e por isso teve que se mandar de São Paulo para a Bahia, pois estava jurado de morte no bairro.

Mãe da titular⁷²: Tem 52 anos, cinco filhos, paulistana, negra, magra, viúva. Após ficar viúva do primeiro casamento, teve uma outra relação, da qual teve mais uma filha. A entrevistada informa que essa relação não deu certo e hoje chefia sozinha sua família. É alcoolista, vive muito doente e mora no mesmo quintal da entrevistada, onde vivem também seus outros dois filhos com as respectivas famílias. A entrevistada considera a mãe uma ótima pessoa, com exceção dos momentos em que está embriagada, já que briga com todos os filhos e com os netos. É pensionista do INSS decorrente da aposentadoria de seu marido que faleceu.

Sobrinho: Tem 18 anos, mas aparenta ter apenas 13 anos, considerando-se seu porte físico franzino e esguio. É filho da irmã mais velha da entrevistada, que relata que o mesmo não vive com a mãe, porque os dois brigam demais. Ele é paulistano, negro, magro e estudou somente até a 5ª série do ensino fundamental. Não tem profissão e nem trabalho fixo, faz bicos eventuais, em qualquer área que não exija qualificação profissional. Por duas vezes, já cumpriu medida socio-educativa de internação na Febem por envolvimento com drogas e pequenos furtos e roubos.

Irmã mais velha: Negra, 39 anos, paulistana, mãe de cinco filhos, estudou somente as primeiras três séries do ensino fundamental. A entrevistada conta que essa sua irmã foi usuária de drogas, crack inclusive, por muito tempo (dos 14/15 anos até os 36/37 anos, aproximadamente). Nesse período, perdeu o pátrio poder dos filhos, já que se envolveu também com o tráfico de drogas e com roubo, inclusive, foi ameaçada de morte por traficantes e, recentemente, recuperou o poder dos filhos e arranjou um marido que a está ajudando a deixar as drogas. Esta família também mora no mesmo quintal.

Moradia: A casa é própria, construída em terreno cedido pela mãe, que conseguiu adquirir em área de ocupação de terceiros. Casa que a mãe quer deixar de herança para ela e demais irmãos. A moradia em referência tem de dois cômodos - quarto e cozinha-, local onde moram nove pessoas, sendo seis crianças, dois adolescentes e uma adulta. No quarto há duas camas: uma de casal, onde dormem os cinco filhos, e uma de solteiro, para a mãe e as duas filhas gêmeas. O sobrinho dorme na cozinha. O banheiro da casa é dividido com a família da mãe da entrevistada. Ao dividir a quantidade de pessoas pelo número de cômodos existentes, se percebe que vivem de quatro a cinco pessoas por

⁷² Em 1997 conheci a mãe da entrevistada. A mesma era titular do programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família. Na época, eu fazia o acompanhamento socioeducativo às famílias, como assistente social da organização não- governamental Pró-Mulher: Família e Cidadania, que tinha convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. Lembro-me, com um certo pesar, que recebemos várias queixas de outras famílias, que a referida senhora era obrigada a entregar todo o dinheiro do benefício, na porta do banco, para as filhas dependentes de drogas. Lembro-me também, que após discussão na equipe, fizemos uma visita domiciliar para avaliar a situação da família. Na ocasião, não tivemos outra alternativa, a não ser concordar com a titular do benefício, que preferiu ser excluída do programa.

cômodo. A casa é de tijolo sem reboco, com piso de cerâmica, porta, janela, cobertura de Brasilite, sem forro, pintada, muito úmida e sem ventilação. Foi construída nas proximidades de um córrego e enche quando chove. Há quem diga que todas as casas próximas foram construídas em cima do córrego. A família é isenta das taxas de IPTU e de lixo. A luz elétrica é ligada na rede do vizinho, a um custo de R\$20,00 de contribuição. A água é da Sabesp, cuja taxa que a família paga é no valor de 41,00. A rua tem iluminação pública, uma espécie precária de calçamento, não tem árvores, mas tem tratamento de esgoto sanitário. A coleta de lixo é feita na porta de casa, três vezes por semana. A residência tem telefone fixo, com conta econômica. A filha de 12 anos tem uma linha de telefone celular móvel, que ganhou de parentes, mas vive sem crédito. O serviço de correio é diário, embora a família só receba cartas de cobrança e boletos de contas, já que não tem costume de escrever cartas para ninguém, ou de recebê-las.

O Quadro 1 é um demonstrativo dos gastos mais freqüentes da Família 11. Nele também está expressa a receita em dinheiro e em espécie com a qual esta família conta para viver. O que chama a atenção é a quantia gasta com alimentação de uma família composta por nove pessoas, na maioria crianças. E, também, o fato de grande parte dos recursos financeiros que compõem a renda da família ter origem em programas sociais de transferência de renda (Renda Mínima e Bolsa Escola).

É importante ressaltar a rede de apoio que, de certa forma, serve de suporte e de proteção para esta família. Por meio dessa rede de solidariedade e de proteção social, a situação da Família 11 fica menos exposta e desprotegida. O fato de a maior parte da renda da família ter origem nas transferências de renda dos programas sociais é visto pela chefe de família como uma das grandes preocupações, assim como o seu estado de saúde.

O Quadro 2 revela o circuito de locomoção da Família 11. Ele demonstra que a circulação da família é realizada quase que exclusivamente no perímetro do território do jardim Camargo Novo, bairro onde residem. Apenas a filha mais velha e o sobrinho eventualmente se locomovem para outros locais fora das imediações do bairro. O sobrinho vai ao banco que fica no centro do distrito do Itaim Paulista para retirar o benefício dos programas sociais, já que a sua tia, que é a titular do cartão, tem problemas de saúde, o que dificulta a sua locomoção a pé e, de ônibus ela prefere não ir para economizar dinheiro. A filha adolescente deixa o bairro quando a avó paterna concorda que ela vá fazer faxina em sua casa para ganhar algum dinheiro. As demais pessoas da família circulam somente no bairro quando vão à escola e à creche.

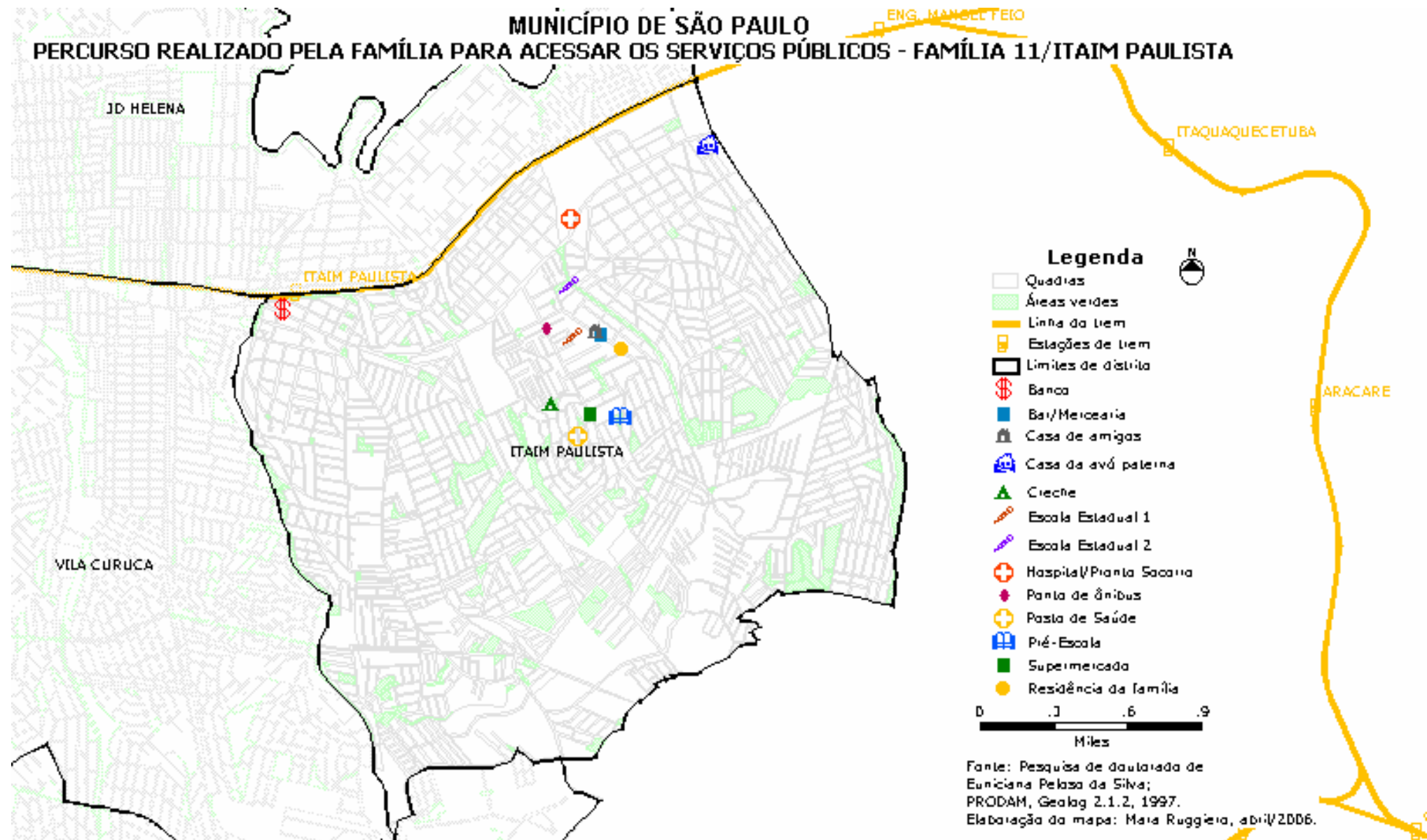
No mapa do distrito localizei os serviços públicos a que a família tem acesso, bem como os locais onde a Família 11 circula.

Quadro 1 – Gastos e receita da família 11

Tipos de gasto	Valor gasto	Receita financeira		
Alimentação	R\$50,00/mês	Trabalho da chefe de família	R\$ 40,00	
Eletrodoméstico e eletroeletrônico	R\$55,00/ mês – prestação de 1 TV nas Casas Bahia, financiada em 15 vezes. R\$49,00/mês - prestação de tanque de lavar financiado em 10 prestações (+ ou -) um ano	Programas Sociais	Renda Mínima	R\$170,00
			Bolsa Escola	R\$95,00
Lazer	Há 10 meses a filha mais velha foi ao Sesc Itaquera e gastou R\$12,00	Receita em espécie – ganhas		
Material de limpeza	R\$17,00/mês	Móveis e utensílios domésticos	Talheres 1 aparelho de som - 1 fogão – colega do irmão 2 tapetes - irmão 1 geladeira – vizinha 1 cama	
Material escolar	R\$50,00/ano (+ ou -)			
Móveis	R\$50,00 – prestação de um armário financiado em 15 prestações, nas Casas Bahia.			
Panelas	R\$75,00 - 5 panelas compradas na porta de casa, mas só paga quando há dinheiro.	Alimentação	10 kg de arroz/mês 2 pacotes de bolacha/mês - comadre 2 kg de leite - recebe na escola	
Roupas	R\$230,00/ano (Natal). A família ganha roupas de parentes			
Taxa de água e esgoto	R\$41,00	Roupas, vestuários e enxovais domésticos	2 lençóis - pai das gêmeas 6 roupas de frio - avó das crianças 2 fronhas 5 cuecas – tios 50 fraldas infantis - comadre 1 calça feminina 2 pares de meia 1 cobertor - ex-marido 3 calcinhas - comadre 5 calças masculinas - avó das crianças	
Taxa de luz	R\$20,00			
Telefone celular	R\$20,00- recarregado apenas quando há dinheiro			
Telefone fixo	R\$28,00			
Gastos esporádicos	Toalha de banho – R\$40,00 (ao longo do ano) Copos - R\$6,00			

Quadro 2 - Tempo gasto pela família 11 na locomoção em seu cotidiano

Ir ao banco	20' a pé
Ir ao bar/mercearia	3' a pé
Ir à casa de amigos	3' a pé
Ir à escola	10' a pé
Ir à feira	10' a pé
Ir ao hospital/pronto-socorro	20' a pé
Ir ao mercadinho	3' a pé
Ir ao ponto de ônibus (com cobertura)	10' a pé
Ir ao posto de saúde	25' a pé
Ir à pré-escola e à creche	20' a pé
Ir ao supermercado	10' a pé
Ir à casa da avó paterna	20' a pé



Nota: A chefe de família faz serviços eventuais como bordadeira em seu domicílio e em casas de amigas nas proximidades de sua moradia.

Características da família 24

Mulher: Tem 31 anos, é pernambucana nascida na cidade de Recife, de origem cigana, tez morena, magra, olhos castanhos claros, estatura mediana, simpática, cabelos crespos e pintados de loiro, conversadeira e tagarela, curiosa, crítica, de riso fácil, mas se diz impaciente, intranquã, nervosa e bastante ansiosa, inclusive, faz uso de medicação controlada. Estudou até a segunda série do ensino médio, e é mãe de quatro filhos: um menino e três meninas, e casou-se quatro vezes.

Mesmo tendo apenas 31 anos, sua trajetória é intensa e cheia de experiências variadas. Informa que nasceu em Pernambuco, e que aos seis meses de idade o pai morreu assassinado. Em seguida, migrou para o Rio de Janeiro, em companhia da mãe e do padrasto. No Rio, morou na favela da Rocinha. Aos seis anos ficou sem a mãe, que morreu por ocasião do nascimento de seu último irmão, que, segundo relata, desapareceu misteriosamente do hospital. Aos sete anos, migrou para São Paulo, já acompanhada de um tio que a adotou, juntamente com uma irmã. Aos 14 anos, foge de casa para escapar da violência, do assédio e abuso sexual que sofria do tio. Perambulando pela rua, foi levada para a Febem/SP, local onde ficou internada por um período que não sabe precisar. Nessa época, foi usuária de drogas e bebidas alcoólicas, que ela considera como sendo “*um período que eu estava em transe*”. A primeira relação sexual foi aos 17 anos, sem nenhuma orientação familiar, tinha apenas algumas informações recebidas de amigas e da escola. Aos 19 anos teve o primeiro filho e seu primeiro casamento que durou dois anos. Aos 22 anos, teve a segunda experiência de vida conjugal. Nela, viveu durante dois anos e teve uma filha, que atualmente vive com o pai. Aos 24 anos, conheceu o terceiro companheiro, com quem teve uma outra filha, e com quem conviveu quatro anos. Nessa época, morou na Parada XV, território pertencente ao distrito de Itaquera. Sobre esse casamento, relata que tinha estabilidade financeira, mas não era feliz, sofria todo tipo de agressão, inclusive física. O marido era usuário de drogas e uma pessoa violenta.

Cansada de ser agredida e humilhada, saiu de casa e ficou perambulando pelas ruas, com os dois filhos no colo, vivendo de favor em casa de amigas. Até hoje, luta na Justiça⁷³ pela pensão alimentícia da filha. Mesmo já tendo sido decretada pelo juiz, nunca foi paga pelo ex-marido, que alega não ter condições financeiras. Justificativa aceita pela Justiça, que argumenta e exige da entrevistada que comprove que o mesmo tem condições financeiras, caso queira ou tenha interesse que o processo continue tramitando.

⁷³ A Justiça a que a entrevistada se refere é o Fórum de São Miguel Paulista, local em que deu entrada do pedido de pensão alimentícia para o pai de sua terceira filha.

Nesse percurso de incertezas e insegurança, conheceu o atual marido, com quem tem uma filha e está vivendo há quatro anos. Tem um problema de saúde: hipotireoidismo, que muitas vezes a deixa indisposta e incapacitada para o trabalho e para a vida. Informa que faz tratamento médico, mas nem sempre consegue fazer os exames necessários na rede pública de saúde, e muito menos comprar os remédios que o tratamento exige.

Relata que para marcar uma consulta com um clínico geral demora em média três meses, e com um especialista, um ano. E mais, como nem sempre consegue pegar os remédios nos postos de saúde, diz que compra apenas o indispensável, aquele que não pode ficar sem tomar mesmo. Por isso, na época que tem que fazer uns exames, às vezes é preciso que seu marido peça no hospital (particular) em que é segurança, para que a mesma possa fazer os exames que não podem deixar de ser feitos. Seu tempo é dividido entre os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos e com o trabalho precário que realiza. Profissionalmente, é vendedora-ambulante de cosméticos e de mel, trabalho que realiza batendo de porta em porta, ou por meio de reuniões que agenda com pessoas conhecidas, muitas vezes distante de sua casa. Em geral, faz as reuniões em bairros do distrito do Itaim Paulista.. Quando tem dinheiro, vai de ônibus; quando está com saúde, vai de bicicleta, mas tem vezes que ela precisa andar até 30 minutos a pé carregando peso e com a saúde abalada. Hoje, seu maior sonho é ter um negócio próprio e voltar a estudar.

Sobre os ex-maridos, ela relata as histórias e as experiências vivenciadas sem grandes dificuldades. Acerca do primeiro, ela se refere pouquíssimo. Diz apenas que é o pai de seu filho mais velho e que é falecido. Sobre o segundo, diz que é um pai responsável e nada mais. A respeito do terceiro, com quem ela conviveu quatro anos, comenta que era usuário de drogas, uma pessoa violenta e agressiva, que chegou até a lhe bater. Diz que ele era uma pessoa que foi criada numa família cujas condições financeiras era estável. Quando casaram, possuíam carro, moravam numa casa boa, num condomínio fechado no distrito de Itaquera, mas o casal não tinha paz. O mesmo nunca assumiu a paternidade da filha, as questões financeiras e nem as questões relacionadas com a sua educação e desenvolvimento emocional. Até hoje o processo de pensão alimentícia para a filha, que teria sido determinada pelo poder judiciário, ele não paga. Ela relata que, na última vez que esteve no fórum, leu no processo que o mesmo está desempregado, confirmado inclusive por uma declaração de pobreza assinada por ele.

Homem: 37 anos, paranaense da cidade de Umuarama, de estatura mediana, cabelos crespos e pretos, olhos escuros, moreno, atencioso, simpático, simples, trabalhador

e esforçado, mas se acha nervoso e impaciente. Sobre sua família de origem, conta que o pai é paulistano, a mãe é paranaense, tem quatro irmãos e que os pais se separaram quando ainda era pequeno, porque o pai bebia muito (pinga, como ele denomina), era violento e batia na mãe. Hoje, os dois moram em São Paulo. O pai mora no mesmo território, com uma outra família. A mãe mora sozinha no município de Itapevi, na grande São Paulo. Sobre a sua experiência de vida, relata que, como irmão mais velho, teve que ser arrimo de família, situação que exigiu que cedo fosse trabalhar para ajudar a mãe a criar e a sustentar os irmãos. Casou-se duas vezes. No primeiro casamento, conviveu 14 anos e teve dois filhos: um está com 12 anos e o outro com 16 anos. Sobre a primeira relação conjugal, relata que o deixou com muitas mágoas e marcas, já que tiveram que se separar de forma abrupta e com violência. Com vergonha e com o amor próprio ferido, ele conta que foi traído pela primeira mulher:

“[...] eu tenho dois filhos, um com 16 e outro vai fazer 12, eu tenho contato com eles, mas não tenho condições de pagar pensão para eles. Porque a gente se separou de uma maneira trágica, o modo de separação da gente, a gente chegou a discutir muito, muito, e chegou a um ponto que ela me agrediu, então foi feito boletim de ocorrência, passei uns dias internado. Então, mediante a lei, os meninos iam ficar comigo, mas eu me desesperei, e comecei a beber, essas coisas. Já não tinha mais força para ir trabalhar, tava muito tempo desempregado, aí mandei os meninos irem morar com ela, até aí, tem um processo aberto contra ela, a Justiça é cega não é? Tem até a imagem da Justiça. Eu praticamente já entreguei na mão de Deus, já mandei recado várias vezes, ela é cheia de vir aí, na casa da irmã dela, das colegas delas. Já falei: meu eu não tô indo aí perturbar você, então eu acho que é um direito que eu tenho, de você não venha onde eu resido, onde eu moro, então ela vive a vida dela para lá. De vez em quando os meus filhos vêm...”

Hoje, está casado pela segunda vez. Foi um casamento que aconteceu de repente e, aos poucos, juntamente com a mulher, vão reconstruindo a vida. Quando está em casa, divide com a mulher os afazeres domésticos e os cuidados dos filhos. Faz questão de dizer que sabe cozinhar, fazer café, lavar e trocar fraldas, experiências que aprendeu na família de origem. Sobre o relacionamento com seus filhos e os filhos da atual esposa, considera que seja harmonioso. Profissionalmente, é tecelão, mas atualmente trabalha como segurança num hospital da rede privada de saúde, localizado no próprio distrito do Jardim Helena. Seu grande sonho era ser um militar, mas como irmão mais velho, na primeira oportunidade que teve, não pôde. Na segunda chance, a de ser militar, foi quando passou num concurso para trabalhar na Rota, mas lembrou do sofrimento que sua mãe passou com

o pai que era militar, desistiu, abrindo mão mais uma vez do sonho de ser policial. Depois dessas experiências, diz, com ar melancólico, que seus sonhos já se foram, ou já morreram. Sonha apenas em dar estudo aos filhos.

Filhos: Na verdade, nessa família há seis filhos. Dois, são do primeiro casamento do homem, três das relações conjugais anteriores da mulher, e um do casal. O filho mais novo, do primeiro casamento do homem, vive com a mãe, mas nos períodos de férias vem para a casa do pai e da madrasta, passar uma temporada com o pai e com seus novos irmãos, como fez questão de me dizer. É um pré-adolescente cheio de histórias de aventura, é moreno, conversador e gosta de contar que sempre leva vantagem junto com seus amigos. O mais velho, que tem 17 anos, e segundo relato do irmão, está se envolvendo com drogas e em “más” companhias. Sobre esse filho, o pai diz que está numa fase que “dá muito trabalho e problemas”, mas não revela os motivos.

O filho mais velho da mulher tem 12 anos, é órfão de pai, é branco, cabelos claros, olhos castanhos claros, conversador, alegre, bonito e disposto⁷⁴, está cursando a 6ª série do ensino fundamental. Nas ocasiões em que me acompanhou até o ponto de ônibus, tive a oportunidade de conversar sobre seus estudos, sua família, seus afazeres, sobre a vida, a dinâmica do bairro e sobre seus moradores. Por suas histórias, fiquei sabendo que o cantor Roberto Carlos tem uma grande propriedade no Pantanal, na avenida Tietê, mas que ultimamente ele não vem mais ao bairro. Segundo o pré-adolescente, são uns parentes do cantor que tomam conta da propriedade. Contou-me, também, que ele e a irmã de quatro anos já tinham visto pessoas mortas jogadas na rua nas proximidades de sua casa, tiroteios, drogas, brigas e confusões entre os moradores e a polícia. Essas histórias e informações ele me contava de forma fluida, sem demonstrar alarde, medo ou espanto. Talvez porque esses fatos fazem parte do cenário e do cotidiano onde vive, ou para me mostrar o quanto era corajoso. Portanto, eu não precisaria ficar com medo, pois estava sob sua proteção. Ou, ainda, estivesse me testando, tirando quem sabe um “sarro” com a minha cara. Afinal,, quem não conhece os arroubos juvenis! Ele é a única pessoa da família que utiliza Internet, quando está na escola.

Sobre a segunda filha, soube que tem oito anos e que mora com o pai, que se casou novamente e que reside na cidade de Guarulhos. A entrevistada relata que essa sua filha está bem, estuda em escola particular, e faz cursinho de modelo. Só a vê quando ela

⁷⁴ As três vezes que estive em sua casa para fazer a entrevista, foi ele quem me acompanhou até o ponto de ônibus, ou a um lugar mais acessível, em que eu corresse menos risco, já que, além de eu conhecer pouco as alternativas de saídas do território, a família avaliava ser mais seguro que eu estivesse acompanhada de uma pessoa conhecida. Afinal, eu iria caminhar pelo menos uns 20 minutos a pé até o ponto de ônibus, ou à estação ferroviária mais próxima (Estação do Itaim Paulista).

visita a avó paterna, que mora no mesmo território. Pai e mãe preferem que as visitas aconteçam dessa forma, para evitar desentendimentos entre as famílias, já que a atual mulher do pai tem muito ciúme. A terceira filha tem quatro anos, é magra, branca, loura, olhos claros, tagarela e muito cheia de histórias. Está freqüentando a pré-escola, que fica há 20 minutos de sua casa, trajeto que ela faz todos os dias, a pé. Na primeira entrevista que fiz à sua família, ela me acompanhou, juntamente com o irmão ao ponto de ônibus. Falou o caminho inteiro. Falava de tudo: da escola, da mãe, do pai, das amigas, da tia da escola, dos brinquedos, enfim, da vida dela. Fez o percurso sem aparentar cansaço. Pelo contrário, mostrava-se disposta, ora rindo, ora perguntando. Sempre correndo para acompanhar os meus passos rápidos, e o do irmão.

A filha do casal tem dois anos, está freqüentando a creche, que também fica distante 20 minutos do domicílio. É morena, tem cabelos pretos e cacheados, e é bem forte. As três vezes em que estive em sua casa, ela estava acordando, ou com o rosto sonolento, próprio das crianças que acabam de sair da cama.

Moradia: A casa que a família mora é própria, construída em terreno de ocupação. O endereço não consta no Mapograf - Guia da cidade de São Paulo 2005. A família informa que oficialmente o bairro chama-se São Martinho, mas popularmente ele é conhecido por Pantanal. Os dois provedores sofrem e reclamam da discriminação que sentem quando informam o local onde moram. A casa tem três cômodos – dois quartos e cozinha. Nela, moram dois adultos e duas crianças e um pré-adolescente, uma média de 1,66m² por pessoa, por cômodo. Em tempo de férias, o filho mais novo da primeira relação do marido da entrevistada passa uma temporada na casa. A residência é de tijolo com reboco, com pintura na cozinha e no banheiro. Os dois quartos são apenas chapiscados. Só tem piso de cerâmica na cozinha e no banheiro. Tem porta, janela, cobertura de laje, é ventilada, mas é muito úmida, já que é construída próxima a um córrego, e quando chove a casa enche. São isentos das taxas de IPTU e do lixo, cuja coleta é feita na porta de casa, três vezes por semana. A energia elétrica é fornecida pela Eletropaulo. A respeito desse serviço, eles contam que, um tempo atrás a população do bairro fez um abaixo-assinado reivindicando pagamento de conta social destinada às famílias de baixa renda. Na luta, conseguiram baixar mais o valor que estavam pagando pelo serviço, mas ainda não conseguiram que a mesma fosse definida como desejam. O serviço de água é da Sabesp. A rua é de terra, tem árvores que foram plantadas pelos moradores, não tem iluminação pública e nem tratamento de esgoto. Os dejetos vão para o córrego. Para melhorar o escoamento das águas das chuvas, que fazem o córrego transbordar, os moradores fizeram

uma coleta para comprar tubos de cimento e um mutirão para instalar. Na residência há telefone fixo com uma assinatura supereconômica⁷⁵ e uma linha de telefone móvel do filho mais velho, que é recarregado a cada três meses. O serviço de correio é diário, mas a entrevistada queixa-se do preço do selo, já que às vezes escreve cartas para a irmã e parentes. O carteiro é quem traz as cartas dos parentes, as contas e as correspondências bancárias. A família usa o serviço do correio, que fica no distrito de São Miguel Paulista, para fazer documentação (CPF e título).

Quadro 3 - Gastos mais freqüentes da família 24⁷⁶

Tipos de gasto	Valor do gasto	Receita em dinheiro	
Alimentação	R\$200,00/mês	Trabalho do homem	R\$400,00
Cigarro	R\$30,00/mês - 30 maços por mês		
Eletrodomésticos	Fogão e liquidificador - foram comprados há 17 anos. Tv -- R\$ 800,00 - comprada há 8 anos; Geladeira – R\$ 650,00 -- comprada há 7 anos; Tanque de lavar – R\$150,00	Trabalho da mulher	R\$300,00
Lazer esporádico	Excursões do filho – R\$15,00 Passeios – R\$30,00	Receita em Espécie	
Material de higiene e limpeza	R\$20,00/mês	Eletroeletrônico	aparelho de som/rádio
Material escolar	R\$30,00/mês	Alimentação	5kgs de leite
Móveis - todos comprados há mais de 3 anos	Armário de cozinha – R\$450,00 - há 3 anos, Beliche – R\$270,00 - financiado 2 Colchões – R\$700,00 – financiados há 4 anos	Roupas, vestuários e enxovais domésticos	Uniforme de dois filhos 2 toalhas de banho 3 cobertores 3 jogos de fronha
Remédios	R\$20,00		
Roupas	não souberam especificar valor.		
Taxa de luz	R\$30,00/mês		
Telefone Fixo	R\$25,00/mês		
Transporte	R\$16,00/mês		
Outros gastos	Manicure/pedicure – R\$20,00/(2x/mês) Cabeleireiro – R\$10,00/mês – tintura Escova de dente – R\$ 4,00 – há 6 meses		

O Quadro 4 se refere ao tempo gasto pela Família 24 quando necessita sair de casa para acessar os serviços públicos, ou para ir ao trabalho. Esses trajetos, na sua grande maioria, são realizados a pé ou de bicicleta. A Família 24 só usa transporte coletivo, muito raramente, quando vai ao município de Guarulhos visitar parentes.

⁷⁵ Nesse tipo de conta telefônica a família só recebe os telefonemas. Quando precisam fazer qualquer ligação (local ou DDD) é necessário comprar cartão telefônico.

⁷⁶ Quando os mantimentos acabam, costumam comprar fiado. Têm uma dívida de R\$ 480,00 em compras no mercado, telefone e dinheiro emprestado.

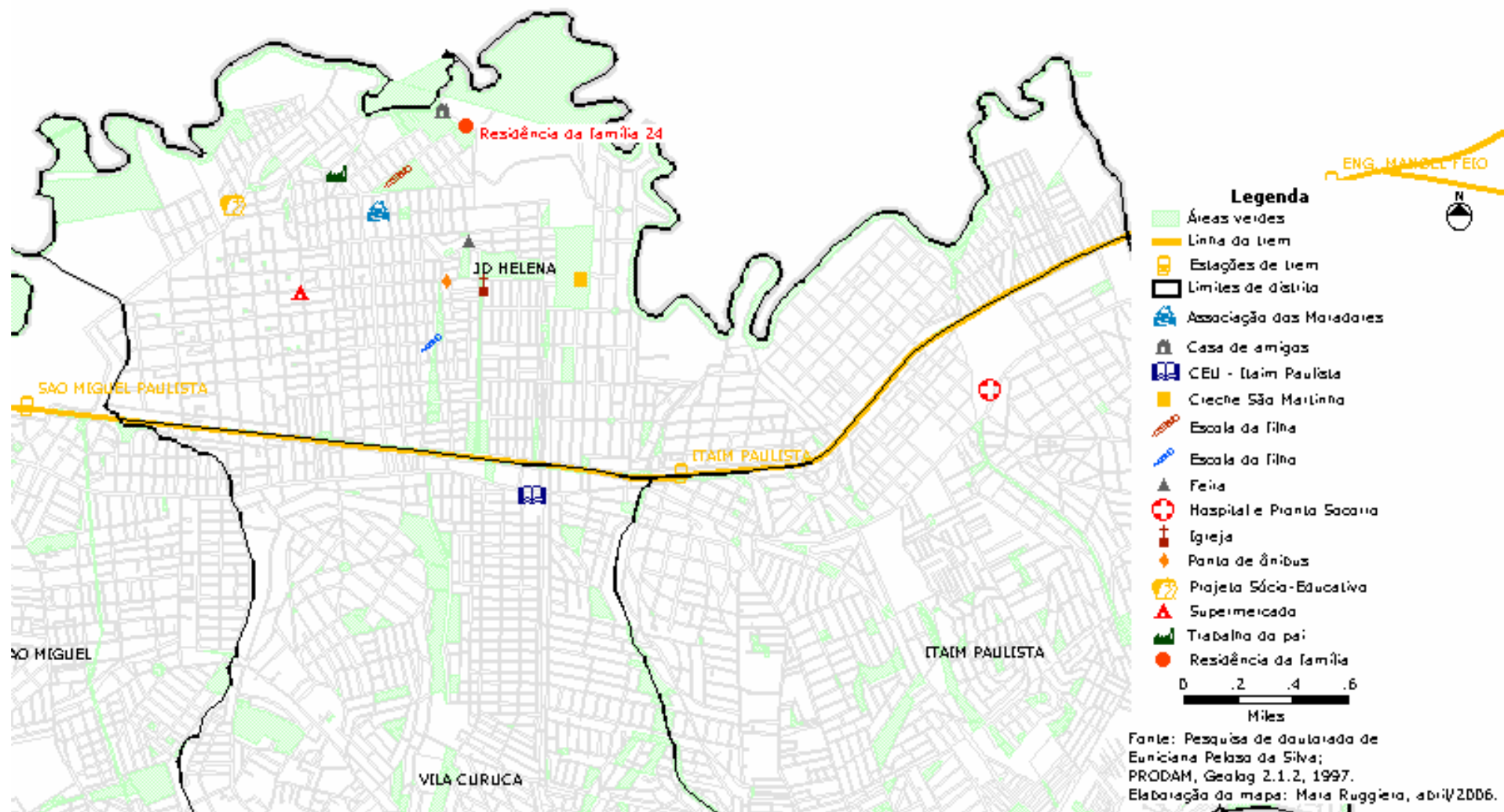
Quadro 4 - Tempo gasto pela Família 24 para acessar serviços e trabalho

Ir à associação de moradores	15' a pé
Ir a entidades de assistência social/projeto socioeducativo	10' a pé
Ir ao banco	40' a pé
Ir ao bar/mercearia	5' a pé
Ir à casa de amigos	5' a pé
Ir à casa de parentes – Guarulhos	2 horas de ônibus
Ir ao CEU – distrito de Curuçá	50' a pé
Ir à escola e creche	30' a pé ; creche 25' a pé
Ir à feira	10' a pé
Ir ao hospital/pronto-socorro	90' a pé
Ir à igreja	30' a pé
Ir à loteria	30' a pé
Ir à padaria	5' a pé
Ir ao ponto de ônibus	20' a pé
Ir ao posto de saúde	25' a pé
Ir ao supermercado	10' de bicicleta ou 30' a pé
Ir ao trabalho	30' a pé ou 20' de bicicleta
Ir ao telefone público	5' a pé

O circuito de locomoção que realizado pela Família 24 pouco difere do que é feito pela Família 11, no que diz respeito aos serviços utilizados. No entanto, em relação ao esforço realizado, podemos dizer que esta família gasta muito mais energia para chegar aos locais que necessita, considerando que as distâncias são maiores. Alguns dados do Quadro 4 suscitam, de certa forma, curiosidade, como é por exemplo, o fato de uma pessoa da família ir a um hospital/pronto-socorro a pé durante uma hora e meia. Qual a necessidade real dessa família fazer esse trajeto tão longo? Talvez esteja relacionada ao fato de que neste tipo de serviço ela tenha a certeza de que será atendida no mesmo dia, ainda que tenha de esperar, em média, de 4 a 5 horas para ser atendida.

Localizei no mapa do distrito do Jardim Helena o circuito de locomoção que esta família faz quando sai de casa para acessar serviços públicos, locais de trabalho ou para visitar alguém.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
 PERCURSO REALIZADO PELA FAMÍLIA PARA ACESSAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS - FAMÍLIA 24/JARDIM HELENA



Notas:A mulher desta família trabalha com vendas de cosméticos por encomenda ou em casa de conhecidas no distrito do Itaim Paulista. O filho mais velho é atendido no Hospital Menino Jesus, no bairro da Bela Vista. A mulher da família é atendida na UBS da Vila Jacuí. O banco que a família utiliza fica na praça do Forró, no distrito de São Miguel Paulista. Os parentes desta família residem na cidade de Guarulhos, na Grande São Paulo

Os dados obtidos nos dois perfis das famílias, além de mostrarem a composição, a dinâmica de funcionamento interno das famílias e o tipo de configuração vivida, os gastos mais frequentes, a origem dos recursos financeiros e espécie, bem como a dificuldade que enfrentam para acessar os serviços públicos e se locomover no território. Dados que reiteram, que não se podem atribuir responsabilidades às famílias pelas condições de precariedades em que vivem e que transformam o cotidiano das famílias de baixa renda, aqui analisadas, em complexidades que são experienciadas por elas cotidianamente. Na verdade, as complexidades a que essas famílias estão submetidas estão inter-relacionadas com a concentração de renda e a desigualdade social existente no país, que ao mesmo tempo, restringe o acesso dessas famílias aos bens produzidos socialmente e dificulta o acesso das mesmas aos serviços públicos, como saúde, assistência social, educação, lazer, habitação e de infra-estrutura urbana. Dificuldade que vem sendo mantida há várias gerações, e tem sido o grande fator que vem reiterando o círculo endêmico da pobreza no Brasil.

2 Violência, droga e criminalidade - experiências e desafios que as famílias “simples” enfrentam

No funcionamento das quarenta famílias, os assuntos relativos à drogadição, à criminalidade e à violência são vivenciados como endemias. Endemias que, como em cascata, atingem e se repetem de geração a geração, como se fossem padrões dos núcleos familiares pesquisados. Dessa perspectiva, essas famílias estariam fadadas e prontas para reproduzir nas futuras gerações as experiências por elas já vividas, como se fossem o único legado que teriam para deixar para seus descendentes. É importante ressaltar, em que pese a exposição e o convívio dessas famílias com as experiências de violência, drogadição e criminalidade, isso não significa que essas misérias humanas sejam parte intrínseca da dinâmica em funcionamento. Na verdade, essas experiências atingem maciçamente a vida das famílias de baixa renda, em razão da desproteção social a que estão submetidas.

Quando as famílias falam sobre drogas, associam o tema à violência e à criminalidade. Para elas, drogas são sempre maconha, crack e cocaína, ou seja, as drogas ilegais, ilícitas. Parece que no universo de suas compreensões, não estão incluídas as drogas legais, como o álcool, por exemplo, que vem sendo apontado como principal motivo de hospitalização e de morte violenta no país. No caso das quarenta famílias, o

álcool aparece como o primeiro e o principal motivo pelo qual 21 das mulheres entrevistadas estarem chefiando sozinhas as suas famílias.

A esse respeito, algumas fazem relatos rápidos, assustados, frios e distantes. Outras desabafam, fazendo longos e detalhados relatos sobre as experiências que vivenciaram ao longo de suas histórias e trajetórias. Muitas dessas experiências foram vividas com a família de origem, com o marido, e até mesmo, com os próprios filhos.

“Meu pai, ele já tava doente, ele já arrumou uma outra mulher no Jardim Maia, foi essa que ele foi morar com ela quando mais tarde ela acabou jogando álcool nele e ponhando fogo, e ele morreu queimado. Morreu queimado por causa dessa mulher que tava morando com ele. Os dois bebiam e na briga ela jogou álcool nele e ateou fogo...” (Família 2)

“... meu cunhado, ele usava droga, e por causa da droga né, então eles discutiram, porque ela vendia, ela começou vender, na época ela não mexia com isso, ela era feirante...” (Família 8).

“[...] minha mãe bebe e briga com ela, ela fica aqui, ela dorme no chão, já perto de ganhar nenê (...) Minha mãe, porque assim, ela, ela se desgostou né, porque com tanta luta também pra ela criar os nove sozinha, sem marido, trabalhando, às vezes ela trabalhava a noite e de manhã ela ia fazer um biquinho, ela ia dormir já tava praticamente na hora de ela ir trabalhar à noite. Aí meu irmão se envolveu com droga, roubou, foi preso, arrumou uma mulher, teve dois filhos e depois foi preso, e mataram a mulher dele por causa de droga, com quinze dias que tinham matado ela, matou ele. E ele era assim tipo eu sabe, assim, a gente faz o que pode, ele também, assim, ele fazia o que ele podia pela minha mãe, eu num tenho assim muito, mais o que eu tenho, se eu sei que ela num tem, eu reparto com ela (...) Então, é isso né, porque ela se desgostou, acho que é isso que ela bebe tanto, e agora tem, tem um mês que ela não bebe, mas ela está muito doente, no fundo, no fundo, meu medo mesmo é que ela...” (Família 8).

“[...] meu pai já tinha morrido quando eu nasci, ele foi assassinado, ela tava de seis meses, pelo o que ela falou na época, porque eu era muito pequenininha, ele tinha muita confusão, ele era cheio de arrumar confusão, ele era uma pessoa extremamente agressiva, bebia, vivia nos bares, além de bater na minha mãe, eu lembro como hoje, que ela tinha esse dedo aqui decepado de tentar tirar faca da mão dele, então ele era uma pessoa muito violenta, e talvez por isso ele acabou criando muito inimigo, aí ele acabou morrendo dentro de um bar, isso lá em Recife mesmo..” (família 24).

São vários os tipos de violência que a população experimenta no cotidiano de suas vidas. Ouve-se no rádio, lê-se nos jornais e revistas e se assiste nas televisões cenas de experiências, as mais variadas, com tons e tonalidades diversas. São cenas e histórias brutais que suscitam perguntas sobre os verdadeiros motivos que estão por trás dessas cenas tão violentas. Violências que vão desde as invasões de países, por potências que não respeitam a autodeterminação dos povos, para impor o seu poder bélico, e domínio sobre as nações com menor poder econômico e de negociação, até seqüestros, chacinas, morte por atropelamentos, catástrofes naturais (tsunamis, furacões, inundações, secas, entre outras), guerras religiosas e civis e a fome, são acontecimentos de uma cultura de violência que banaliza a vida e assola parte significativa da população mundial, particularmente, a população empobrecida.

Regularmente se ouve ou se lêem relatos de atos violentos a que famílias inteiras são submetidas. Conviver com mortes violentas decorrentes de chacinas, disputa de gangues em áreas dominadas pelo tráfico de drogas e pelo crime organizado, são experiências muito comuns na vida cotidiana das famílias urbanas, particularmente, na vida das pessoas que residem nas áreas consideradas de maior exclusão social existentes nas grandes cidades e em metrópoles do porte de São Paulo.

As situações e as experiências de violência vivenciadas pelas quarenta famílias vão desde morar numa área sem regularização oficial, infra-estrutura urbana e serviços públicos insuficientes, até a violência doméstica e intrafamiliar, que juntos, degradam e transformam o dia-a-dia das quarenta famílias, potencializando, ainda mais, as complexidades e os sofrimentos rotineiros e cotidianos por elas vivenciados. Cada família guarda consigo o registro de uma violência sofrida, que deixam marcas, e pelas circunstâncias da vida na pobreza, são arquivadas como mais uma história vivida, e que, quando lembradas, trazem de volta lembranças amargas e tristes do que foi vivido. A violência é uma experiência muito comum no cotidiano das 40 famílias pesquisadas nos dois distritos (Itaim Paulista e Jardim Helena).

Cada família, de alguma forma, já viveu, ou ainda está vivendo, alguma experiência de violência. A mulher da Família 13, conta que ela e as irmãs foram abusadas pelo padrasto que é o pai da filha mais velha de uma das suas irmãs. A filha que a irmã teve com seu padrasto é criada por ele e por sua mãe. A mulher da Família 6 conta que já foi dependente de drogas (cocaína, crack) dos 12 aos 15 anos de idade. Depois de ter superado a dependência, conviveu com seu primeiro marido, que era dependente e traficante de drogas e só chegava em casa aos gritos. A mulher da Família 14, conta que teve de

abandonar a casa em que morava com medo que os desafetos do ex-marido a matassem, e a seus filhos. A mulher da Família 8 relata que o namorado de uma de suas irmãs matou-a no meio da rua por dívida de drogas. A mulher da Família 15 conta que quando criança, após a morte de sua mãe, ela e o irmão mais velho eram surrados pelo pai e pela madrasta, além de serem obrigados a fazer os serviços domésticos e de cuidar dos outros irmãos mais novos. A mulher da Família 3 teve de viver perambulando e morando com o filho na rua durante um mês, pois com medo de ser morta pelo marido, que era dependente químico e traficante de cocaína, abandonou a própria casa. A mulher da Família 21, que tem um filho cumprindo pena num presídio do interior paulista, vivencia a humilhação e a discriminação por ter um filho preso, sob a custódia do Estado. A mulher da Família 9 relatou que, quando o marido bebe, chega em casa xingando todo mundo e lhe batendo. A mulher da Família 2 relata que sua mãe veio morar no Itaim Paulista fugindo de uns criminosos que queriam eliminar a família inteira. A entrevistada da Família 23 conta que, quando estava casada, era agredida pelo marido, que, enciumado, tentava impedir que ela trabalhasse fora de casa. Cansada de ser agredida, resolveu reagir e assim como o marido, ela também o agredia com a arma que estivesse a seu alcance. O homem da Família 29 relatou que aos 13 anos de idade foi pressionado a ter sua primeira relação sexual numa zona de prostituição. Conta que foi colocado na companhia de uma mulher de bastante idade, e que só não fugiu porque foi trancado no quarto, ainda que estivesse sentindo medo e desespero. O homem da Família 24 relata que em uma das brigas que teve com a ex-mulher, levou uma facada no abdome que lhe causou uma longa internação hospitalar.

Em geral, as famílias têm duas, três, ou mais experiências de violência, que viveram ao longo de suas trajetórias de vida, tanto na família de origem, como na família que construíram. Com certeza, se poderia aqui resgatar muitas e muitas dessas experiências de violência que conheci no processo de pesquisa. Os fatos e os acontecimentos de violência aqui relatados trazem, na verdade, dados que revelam a intensidade com que as experiências de violência são vividas pelas famílias. Tais experiências confirmam e reiteram a complexa realidade em que se encontram, como a vivida pela Família 8.

“Foi em 1998, aí veio, aconteceu assim uma coisa que eu sempre falo que foi a pior coisa da minha vida. Foi dia 20 de fevereiro de 1998, quando eu perdi a minha irmã, que era ela que me ajudava né. Ela (...) eu lavava, passava pra ela, ela me dava o que comer pros meus filhos, me dava um dinheiro pra eu pagar minha água, pra eu comprar uma mistura, e aí eu (...) ela deixou seis filhos, então num tinha como eu pegar os seis, porque duas já era maior, e quatro era menor, aí todos falavam (põe num colégio interno,

põe numa Febem, que essas crianças num, num vai ser ninguém na vida.), aí eu peguei e falei que não, que ia pegar eles, pelo juiz, o juiz me deu a guarda dos quatro né, e ficamos tudo junto aqui, tinha que comer, comia, se num tinha, a gente bebia água, ia dormir, ia brincar, às vezes nós também sentava pra brincar, nós todos. Ela morreu assassinada pelo namorado dela. Que ele usava droga, e por causa da droga né, então eles discutiram, porque ela vendia, ela começou vender, na época ela não mexia com isso, ela era feirante, e acho que devido (...) assim a convivência dos feirantes, eu num vou acusar eles né também, mais ela começou vender droga (...) eles brigou, e lá foi, é(...) na casa da mãe dele, falou, xingou, e ele veio na minha casa durante cinco dias da semana falando que ia matar ela, aí eu falei pra ela, ela falou que ele num matava não, porque ele num dava nem um prato de arroz e feijão. Quando foi naquele sábado, 20 de fevereiro de 1998, ele veio na minha casa umas 10 horas da manhã, falou que ia matar ela e aí eu pedi para não matar. Já que ele queria matar, pra ele num matar na frente das crianças dela, porque ela tinha seis filhos, o menorzinho dela era (...) tinha seis anos, e aí ele falou que num ia matar na frente das crianças, ele ia matar na rua, e foi o que ele fez. Ele matou ela com onze tiros, primeiro tiro ele deu na perna, depois o segundo na outra perna, depois nas coxas dela, nas costas e por último ele deu no coração. E não deixou ninguém socorrer ela. Foi aí que eu tava dormindo e eu estava sonhando que ela estava morta, aí ela pegou e ela veio no sonho me avisar, e o ex-marido dela, que é o pai das crianças, chegou chamando que ela tava morta, e eu falei que não, que era um sonho, que eu tava sonhando realmente que ela tava morta. E do mesmo jeitinho que eu sonhei que ela tava morta, ela tava, só que eu sonhei que ela tava numa grama, e ela tava no asfalto, do mesmo jeito com uma perna dobrada e a outra esticada (pausa), o braço perto da cabeça, o outro também esticado e eu cheguei nela e vi ela do mesmo jeito que ela tava no sonho, (começa chorar) e eu pedia pras pessoas arrumar um pano pra cobrir o rosto dela, e as pessoas falavam que num podia fazer nada (pausa), aí eu fui na casa da minha mãe (...), e a minha mãe falou assim: 'eu vou beber uma pinga em homenagem a ela' (chorando), porque minha mãe não falava com ela, aí eu fui e consegui uma toalha de mesa e cobrir o rosto dela (suspira), e hoje eu sinto falta dela, estou passando (funga) coisas que se ela tivesse eu num tava passando, estou um pouco assim angustiada porque, porque um dos filhos dela que eu peguei a guarda se envolveu com más companhias, e ele começou a roubar, foi preso, tirei ele. Até que o delegado foi uma pessoa muito compreensiva né, porque ele sabia que eu num sou uma pessoa assim que não quero o mal das pessoas, e ele soltou o meu sobrinho (funga). Primeiro, no começo ele começou a trabalhar vendendo bala no ônibus pra ajudar em casa, porque no começo a gente passamos muita dificuldade mesmo né, a gente às vezes, a

gente não tinha nada pra comer, e depois ele veio se envolver, a roubar, agora tem uns quinze dias que aconteceu...”(Mulher, família 8).

O relato acima denuncia o requinte e a crueldade da violência urbana que atingem e afetam as relações e a vida das famílias. Na história contundente e detalhada que a entrevistada relatou sobre as ameaças sofridas, o modo e as condições em que morreu uma de suas irmãs, é possível ter a nítida visão acerca da situação de sofrimento e de desproteção, que esta e outras famílias pobres vivenciam cotidianamente. Pode-se, também, ter a dimensão do tamanho da impunidade existente. Viver sob o signo da violência é ficar submetido à situação que expõe famílias inteiras a constantes ameaças e a mortes violentas que, covardemente, acontecem, sem o conhecimento e averiguação das autoridades competentes. Violência vivenciada da forma como foi relatada, impede que as pessoas tenham o direito e a oportunidade de se defender e de viver com conforto, tranquilidade e bem-estar.

Assegurar e proteger a vida, bem como punir o agressor que assassina e impede que uma pessoa seja socorrida, segundo a Constituição Federal, é um dever do Estado, que tem como uma de suas tarefas, criar uma política de segurança pública, que assegure à população o direito ao convívio social e comunitário. Direito a que esta e as demais famílias, que vivem em territórios marcados e controlados pelo tráfico de drogas e do crime organizado, não têm acesso.

A sociedade, de modo geral, aprendeu a banalizar e naturalizar algumas formas de violência. Na verdade, as violências praticadas cotidianamente contra pessoas e famílias “simples”, não são concebidas por muitos, como ato de violência, e nem tão visíveis como a violência física que muitos dos entrevistados relatam que sofreram ou vêm sofrendo. A violência subliminar que observei nos bairros e no cotidiano das famílias (expressa pela fome que algumas delas passam; pelas condições de moradias que, além de insalubres, são pequenas e desconfortáveis para acolher o número de pessoas que nelas habitam; pelas situações das crianças que realizam atividades de pessoas adultas; pela espera e na forma como muitos usuários(as) são atendidos nos serviços públicos, entre tantas outras), não são consideradas e/ou compreendidas como formas de violência. Ainda que essas formas de violência atentem contra o direito universal da pessoa humana, que a rigor tolhe as pessoas do pleno exercício de cidadania, não são reconhecidas por grande parte dos gestores, governantes, profissionais, pela sociedade em geral e, até mesmo, por muitas das famílias que as vivenciam.

Mesmo que a violência física não seja a única forma de um ato de violência se manifestar, e mesmo que ela permeie os processos interpessoais de relacionamento, é bastante comum que a violência física seja, imediatamente, reconhecida como sendo um ato de violência. Nesse sentido, é importante ressaltar que as manifestações de violência são variadas e muitas delas se apresentam de forma disfarçada e até dissimulada, como é, por exemplo, o caso da violência psicológica.

A violência doméstica, muito comum e corriqueira no universo das famílias, inclusive as deste estudo, é uma forma de violência que todos reconhecem como sendo um ato que consegue causar impacto e sofrimento às pessoas que as vivenciam e naquelas que, de alguma forma, estão envolvidas, como bem explicita a entrevistada:

“Por várias vezes discutimos e brigamos, tive até que chamar a polícia. Fui na delegacia fazer um boletim de ocorrência, mas não consegui fazer, como também, não consegui fazer exame de corpo delito. Quando me queixava com os policiais, eles alegavam que não podiam fazer nada pois eles não viram meu marido me bater e nem os ferimentos. Teve um dia que ele me bateu tanto que fiquei toda roxa e fiquei de cama três dias sem poder me levantar para trabalhar. Eu estou na casa Isabel, mas não estou gostando, pois eles só falam em pensão. Não é isso que eu quero. Eu quero que a vida melhore. Esses dias ele está melhor porque levou uma prensa dos homens, dos vizinhos e ficou todo humilde não sei até quando. Ele tinha bebido. Se ele voltar a me bater, o jeito é separar. Minha filha está com a cabecinha meio atrapalhada. Meu filho já encara melhor as coisas...” (Mulher, Família 9).

A violência doméstica causa repúdio e desconforto à população em geral. Esta é comentada, discutida e reconhecida como sendo situação de muito sofrimento, tanto pelas próprias famílias que vivenciam, como pelas pessoas e profissionais que as observam, ou acompanham. Esta questão é penosa para as famílias, que muitas vezes têm dificuldades em efetivamente romper com um cotidiano de violência, porque a tudo isso se mistura a ruptura/continuidade de um vínculo afetivo, uma representação da proteção frente à comunidade (a mulher sozinha aparece como mais frágil e suscetível a viver outras violências fora do lar), e, principalmente, quando o agressor assegura o sustento familiar, e a mulher que não trabalha e seus filhos, não tem para onde ir.

Dentre as 21 mulheres que estão chefiando suas famílias, dez relataram que se separaram dos maridos porque estes eram violentos, principalmente quando ingeriam bebidas alcoólicas. Das 19 mulheres que vivem em famílias nucleares, nove contam que já sofreram violência física e psicológica nas outras relações conjugais que tiveram; três

informam que ainda hoje sofrem violência física ou psicológica de seus maridos; e, cinco, não foram tão explícitas em suas informações. Mas ao se referir à violência, dizem ser “muito mulheres” para revidar da mesma forma em que forem atacadas. Entre os homens que de alguma forma conversaram comigo, durante o processo de pesquisa, apenas um declarou que sofreu agressão física da ex-mulher.

A violência⁷⁷ tem várias manifestações (violência doméstica, intrafamiliar e urbana) e causas multifacetadas, e tem se configurado como um dos grandes problemas vividos pela sociedade. De modo geral, as várias formas da violência atingem o universo das famílias independentemente de classe social. Trata-se de uma miséria humana muito comum nos processos relacionais, que precisa ser estudada, combatida e analisada, levando-se sempre em consideração os contextos socioculturais em que são vivenciados.

3. Formas e condições de habitação e moradia

As quarenta famílias vivem em moradias inadequadas e insalubres, que adquiriram com muito esforço e muita luta. Inadequadas tanto do ponto de vista do tamanho e da quantidade de cômodos, que são insuficientes para acolher com conforto e tranquilidade o número de pessoas que nela reside, como pela localização onde muitas dessas casas estão construídas. De um lado, porque as condições socioeconômicas das famílias não permitem que as mesmas construam moradias amplas, compatíveis com o número de pessoas residentes, para evitar uma densidade grande de pessoas por cômodo, com ventilação e acabamentos que evitem infiltração e umidade, que tanto facilitam, sobretudo a proliferação de doenças respiratórias. Por outro lado, o fato de terem adquirido suas casas em áreas de ocupação, sem serem legalizadas, impede que sejam feitas melhorias, já que sempre fica a ameaça de um dia para outro terem que desocupar a área como já aconteceu com muitas famílias, considerando que não possuem escritura ou título de propriedade, ainda que tenham feito pagamentos aos corretores ou às imobiliárias pelo imóvel ou pelo terreno.

As 21 famílias que hoje possuem casa própria, e as oito que construíram suas moradias em terrenos de familiares, relataram que essas residências foram adquiridas por participação em movimentos de ocupação, ou por elas mesmas, ou por algum de seus

⁷⁷ A proximidade do tema violência como encontrei é tratado em diversos trabalhos, o que confirma essa complexidade. Como exemplo relembro de: *Histórias infames: los maltratos em las relaciones de Maria Cristina Ravazzola. A família Ameaçada: violência doméstica nas Américas*, de Adreu R. Morrison e Maria Loreto Biehl. *O fim do silêncio na violência familiar*, organizado por Dalka C. A. Vecina; *Reflexões sobre justiça e violência: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais*, organizado por Isaura de Mello Castanho e Oliveira, Graziela Acquaviva Pavês e Flávia Schilling; *Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres*, de Mary Susan Miller; *Sexo, amor e violência: estratégia para a transformação*, de Cloé Madanes; *Violência masculina*, de Cloé Madanes, James P. Kein e Dinah Smelser.

familiares. A forma de aquisição variava de acordo com o dono da propriedade (pública ou de terceiros). A mulher da Família 7, que conseguiu construir uma casa numa área pública (Prefeitura do Município de São Paulo) conta que morava na zona sul, mas como estava em processo de separação conjugal e não tinha para onde ir, resolveu voltar a morar com o pai na zona norte, no Jardim Peri. Na casa dos pais ficou dois meses, mas, como não deu certo, ela acabou alugando uma casa na zona leste, ocasião em que soube que no Itaim Paulista estavam “distribuindo terras para os pobres”. Segundo relata, foi com muito sacrifício que conseguiu ingressar no movimento de ocupação. As entrevistadas das Famílias 27 e 29 relataram que também conseguiram adquirir suas casas nesses movimentos. A primeira, conta que morava no emprego, na avenida Celso Garcia, quando o padrasto morreu, e como a mãe ficou sem condições financeiras para pagar o aluguel, ela veio morar na Vila Mara, para ajudar a mãe pagar o aluguel. Em seguida, soube do “movimento dos sem-terra” e das reuniões, e começou a participar: A segunda conta que ela e família moravam na favela Santa Inês, no distrito de Ermelino Matarazzo, quando soube da ocupação no Jardim Romano:

“[...] quando eu vim para cá, que eu morava na Vila Mar, a tava grávida do Willian, aí meu padrasto faleceu, aí a minha mãe ficou sem condições de pagar aluguel, aí eu vim morar com ela para ajudar a pagar o aluguel, e aí eu preenchi uma ficha no mutirão, fui chamada, foi aonde eu comecei a fazer as minhas horas, que é o que eles pediam, pagava as mensalidades, pago até hoje. A mensalidade é de 13 reais por mês. Eu vim trabalhar em casa de família. Eu morava no emprego, na Celso Garcia. Eu tinha 16 anos. Aí dormia no emprego, foi aonde eu conheci o Adilson. (pausa) Foi em 79 ou 80, eu nem lembro mais. Aí, fiquei frequentando as reuniões, que tinha bastante, a cada 15 dias, a gente fazia vigília no local. O terreno é da prefeitura e faziam as escalas, eu ficava das 8h à meia-noite e outras pessoas ficavam outro horário, que era para cobrir para ninguém invadir né! Aí foi feito através da gente mesmo, um mutirão, carregava cimento, tudo...” (mulher, Família 27).

“Eu morava em Ermilindo Matarazzo, na favela Santa Inês. Eu nasci em Ermelindo Matarazzo, ali na proximidade da paranaguava, ali do sul. Então fomos morar na favela Santa Inês, na favela Santa Inês apareceu a oportunidade para que eu pegasse e viesse morar na casa de uma outra família aqui no Jd. Romano, nessa casa eu saí para participar dessa invasão aqui...” (Mulher, Família 29).

Os dados contidos nos dois relatos demonstram o malabarismo que essas famílias fizeram para adquirir um “canto” para morar, assim como revela e reafirma, em

grande parte, que a moradia é para essas famílias e seus descendentes um porto seguro. O reconhecimento de uma necessidade individual como coletiva e a luta pelo direito à moradia tem organizado famílias. Mas parece que essa organização cessa no momento em que alcançam o local para morar.

As famílias relatam com entusiasmo e firmeza, que o processo de aquisição da casa própria foi lento, longo e exigiu muito sacrifício. Para conseguir ser proprietárias (sem título), tiveram de deixar de comprar bens de primeira necessidade para si e para os filhos, já que ter uma casa própria para essas e muitas outras famílias, significa um sonho conquistado, um bem de muito valor, que por muito tempo foi desejado. Para a maioria das famílias, o primeiro passo para aquisição da casa própria era dado quando compravam o terreno financiado em várias prestações. Em seguida, quando a situação financeira da família ficasse mais ou menos equilibrada compravam também, em prestações, os materiais básicos de construção (cimento, tijolo, pedra, areia, ferro e telha) para levantar minimamente uma casa com dois ou três pequenos cômodos, que hoje lhes serve de moradia. Essas construções, em geral, não são terminadas e não têm acabamento. Nessas construções, paredes, portas e pisos ficam sempre para serem acabadas posteriormente, por tempo em geral indeterminado e que facilmente se traduz para a grande parte das famílias em aspirações, com poucas chances de serem realizadas concretamente. Terminar a construção, fazer os acabamentos, ou até mesmo aumentar o número de cômodos da casa, para a maioria das famílias que são proprietárias, ainda que em terras de ocupação, fica adiado para o “plano do futuro”, que significa sem data fixa. Na verdade, fica a esperança e o desejo de um dia conseguir terminar e aumentar a construção iniciada no momento em que a família se instalou.

As famílias que moram em casas construídas em terreno de familiares (sogra, mãe, irmão), também constroem suas casas com o mesmo esforço e sacrifício das que são proprietárias. Como elas, essas também se privam de comprar bens de primeira necessidade para comprar material de construção suficiente para construir dois ou três cômodos no quintal de seus familiares, com uma instabilidade a mais agravante - caso venham a ter algum problema grave de relacionamento com os proprietários, que são seus familiares, além de sofrerem por não ter onde morar, por perder os investimentos feitos na construção sofrem e se desgastam com o rompimento dos vínculos relacionais familiares, que lhes acolheu nos momentos de maior necessidade.

Entre as famílias há as que vivem em casas cedidas. Uma moram em apenas um cômodo que a dona do imóvel, por solidariedade cede para a filha(o), nora, genro, ou

um conhecido que está em situação de muito apereio morar com a sua família. Esta por sua vez, transforma o cômodo cedido, em sua casa. Ali, passam a viver sem intimidade, privacidade e sem autonomia, já que até o banheiro usado é dos donos da casa, que sem saída, ou como parte da solidariedade oferecida, dividindo-o também⁷⁸. Há casos em que famílias que estão em melhores condições financeiras e que possuem mais de uma moradia deixam de alugar os cômodos construídos no quintal, ou de uma outra propriedade, para ceder à família da filha, do filho ou do conhecido morar, até conseguir se refazer, ou melhorar de vida. Nesses casos, as condições de moradia, ainda que não sejam as mais adequadas, o desconforto pela falta de privacidade ou de intimidade, talvez seja menor.

A Família 12, por exemplo, mora numa casa cedida pela sogra e já há algum tempo tem que conviver com a seguinte situação: um dos irmãos do marido costuma freqüentar a casa da família para avisá-la de que ela tem de sair da casa porque vai ser vendida. Esta família, que vive as ameaças do parente, é composta de sete pessoas (duas adultas, uma adolescente grávida e quatro crianças), que moram numa casa de três cômodos: dois quartos e cozinha. Parte da moradia é utilizada como oficina de trabalho de um dos provedores que trabalha (quando recebe encomendas) fazendo grades e portões de ferro. A família já mora no local, que ajudou a construir, há seis anos.

A Família 13, que tem chefia feminina e vive com uma renda *per capita* de R\$ 23,30, oriunda de um quarto da pensão do INSS que a mãe recebe pela morte de seu pai, é composta de três pessoas: mãe e um casal de filhos pequenos. A casa onde moram é alugada por R\$30,00, mas nem sempre consegue pagar em dia o valor do aluguel. Por esse motivo, o suposto proprietário⁷⁹ do imóvel, todo final de mês, a ameaça dizendo: “*Se você não me pagar esse mês, e os atrasados, você e seus filhos vão morar na rua, aqui não posso mais deixar vocês morarem*”.

A Família 9, que desde 1996 ocupou e construiu casa de dois cômodos, quarto e cozinha, em área de loteamento da CDHU, vive sob constantes ameaças de ter que abandonar a casa, assim como as outras famílias que junto com esta ocuparam a mesma área. A Família 40, que comprou uma casa de dois cômodos: quarto e cozinha, pela troca

⁷⁸ Entre as seis famílias que vivem em moradias cedidas, três têm como casa apenas um cômodo. A Família 6 que vive num cômodo cedido pela mãe, tem uma condição de moradia diferente das duas outras famílias que vivem em apenas um cômodo, considerando que mãe e filhos podem circular e usar os outros espaços da casa: cozinha, sala e área de serviço da casa onde vivem. As duas outras famílias que vivem nessas condições (Família 5 e 32), a área de circulação da família fica restrita ao espaço cedido. No caso da Família 32, o cômodo em que mora dispõe de um pequeno banheiro, já a Família 5 é obrigada a usar o banheiro da família que lhe cedeu ou emprestou o cômodo, tendo o cuidado com o uso da água e da luz, principalmente.

⁷⁹ As três famílias que moram nesse quintal relatam que a pessoa que toma conta do imóvel e que aluga para as mesmas, não é o verdadeiro proprietário da casa, apenas, teve a chance de ocupar a casa antes que outros a ocupassem. Contam que o verdadeiro dono do imóvel é uma pessoa que vive no exterior.

de um tanquinho de lavar roupa e um aparelho de som, mais ou menos no valor de R\$ 400,00, é impedida de fazer qualquer melhoria na propriedade, já que a casa está construída em área da Marinha⁸⁰, e a qualquer momento vai ser obrigada a abandonar a casa adquirida. Fora esse incômodo, a mulher da família, que é dona de casa e fica o dia inteiro sozinha em casa cuidando dos três filhos pequenos, já que seu marido que é vendedor-ambulante, sai de manhã cedo e só volta à noite, vive sobressaltada com medo de que seus dois filhos de sete e oito anos de idade se transformem em aviãozinho dos traficantes que comercializam drogas nas proximidades de sua residência. A entrevistada conta que os traficantes tentam convencer as crianças, dando-lhes guloseimas, voltas de bicicletas, pipas, entre outros “agrados”.

A Família 29⁸¹, que é composta por oito pessoas, duas adultas, uma adolescente (mãe) e cinco crianças, entre zero e nove anos de idade, reside no Jardim Romano numa casa exageradamente úmida e mofada, de três cômodos e um banheiro com paredes de plástico e sem cobertura, nas proximidades da várzea do Tietê. Paredes e piso vivem minando água durante o ano todo, principalmente, depois que a rua foi aterrada e a casa ficou abaixo do nível da rua. Em decorrência das condições de insalubridade da casa, todos da família apresentam algum problema de saúde, principalmente os relacionados à pele e ao aparelho respiratório. A família já foi orientada pelo fiscal da Prefeitura para aterrar e reformar a casa, ou abandoná-la, já que a mesma corre o risco de desabar a qualquer momento. Nenhuma das sugestões do fiscal foi acatada, considerando-se que a família não tem condições financeiras para fazer a reforma, e nem de adquirir outra casa. A renda *per capita da família* é de R\$ 65,00.

Morar nas condições aqui descritas causa sofrimento e constrangimento às famílias que, para ter um lugar para morar, são obrigadas a vivenciar e a conviver com situações desagradáveis e humilhantes. Essas situações fazem parte dos problemas e dificuldades que enfrentam diariamente, para os quais buscam soluções. Na maioria das vezes, a superação dos problemas de moradia vem com os próprios esforços da família, ou com a solidariedade de parentes e de conhecidos, embora sejam paliativas e provisórias.

⁸⁰ Próximo à casa dessa família tem uma placa que informa que a terra é de propriedade da Marinha do Brasil. Na Subprefeitura de São Miguel Paulista, que é a responsável administrativa dessa área do distrito, não souberam esclarecer se, de fato, essa área é de propriedade da Marinha do Brasil.

⁸¹ Em 2005 nasceu nessa família um casal de gêmeos prematuro em decorrência de a mãe ter problemas de hipertensão arterial. A menina que nasceu com insuficiência respiratória teve de ficar internada durante um mês. Nesse período, teve várias complicações em seu processo de saúde-doença. Inclusive infecção hospitalar e broncopneumonia. Com o nascimento dos gêmeos aumentaram-se as dificuldades da família, que foi obrigada a se reorganizar para acolher mais duas pessoas no mesmo espaço físico e com a mesma renda *per capita*, com a agravante de que a mãe tinha que se desdobrar para dar conta de amamentar o bebê que estava em casa e de ir até o hospital amamentar e acompanhar o restabelecimento da menina que tentava sobreviver no Hospital Municipal Tide Setúbal.

Não ter um local para morar é um fato que causa impacto muito grande na vida das famílias. Impacto que traz insegurança, desespero, medo, incômodo e desconforto, que nem sempre se resolve com as soluções paliativas e provisórias.

Possuir um lugar para morar, ainda que seja num pequeno cômodo cedido, ou numa casa insalubre, representa, de certa forma, uma tranquilidade. A moradia é um bem de primeira necessidade e de muito valor para essas, e eu diria, para todas as famílias. Ter um lugar para morar é muito mais que conquistar um grande sonho, ou um projeto de vida, é sem dúvida nenhuma um direito universal. A Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, diz:

“Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle” (Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, artigo XXV, alínea 1).

A Família 9, composta de quatro pessoas (os pais e um casal de filhos, de 9 e 12 anos de idade), vive com uma renda *per capita* de R\$70,00 ganhos por meio de trabalhos precários e eventuais que marido e mulher executam. A mulher trabalha como faxineira e auxiliar de limpeza⁸² e o marido fazendo “bicos” eventuais como auxiliar de pedreiro.

A mulher dessa família tem um grande sonho: aumentar a casa para poder trazer para junto de si a filha adolescente que foi criada e vive com a avó materna, em Minas Gerais. Relata com tristeza, que só se falam por carta e, às vezes, por telefone. Mesmo com todas as dificuldades vivenciadas pela família, particularmente, a financeira, ela acredita e tem esperança de que um dia terá condições de buscá-la para viver a seu lado. Esta mulher tem vários poemas escritos em dois cadernos, que define como livros, cujos títulos são: “Um Lugar na Periferia” e “Vamos Mudar Esse Quadro”, que um dia gostaria de vê-los publicados. Neles, ela relata a luta pela sobrevivência experimentada em sua trajetória, e a esperança que tem, de um dia superar as dificuldades ainda vividas:

“Vou lhes contar uma história real, que aconteceu, em julho de 96, comigo e os amigos meus. Por não ter onde morar, resolvemos invadir um terreno no Encosta Norte

⁸² De segunda a sexta-feira, a mulher dessa família se desloca durante duas horas de ônibus de sua casa, que fica no bairro do Encosta Norte - Itaim Paulista, para ir trabalhar num bairro da zona norte de São Paulo. Nos finais de semana, ela faz limpeza em uma feira-livre que fica a 20 minutos de sua casa. Sobre o tempo que o marido gasta para se deslocar para trabalhar e o local onde trabalha, nada me foi informado.

e barracos construir. Enfrentamos sol e chuva. Polícia, políticos e tudo mais. Fomos até a Prefeitura para vê se tínhamos paz. E por onde nós passava se ouvia gritaria do povo dando risada. E gritando como podia. ‘Olha os sem-terra, os sem-teto’, mas nós não respondia. Apenas abaixava a cabeça e fingia que não ouvia porque pra nós era preciso lutar para ter um lar mesmo sendo na favela. Precisamos ter um lugar para descansar o nosso corpo e os nossos filhos criar. Enfim conseguimos um papel que dizia ser da Prefeitura. A área que invadimos não possuía escritura. Ficamos mais animados por não ser particular, pois se a área tivesse dono, onde nós ia morar? Com este papel viemos embora e começamos a trabalhar. Só se ouvia o barulho de martelo e picareta. O povo trabalhava muito pois eles tinham a certeza que logo estariam debaixo da sua casa, da sua fortaleza. A cada amanhecer, surgia uma nova casa e o povo satisfeito por ter sua moradia. Só reinava felicidade naquele lugar sagrado que o povo tanto sonhava. Depois de construir as casas, o povo teve igualdade, um endereço fixo, um lugar na sociedade. O povo teve orgulho de morar nesta cidade. Neste lugar que moramos, formamos uma grande família, unidos num só ideal, de lutar noite e dia pra dele nunca sair. Pois ele é nossa alegria. Mesmo na periferia existe sempre esperança. É bom poder olhar e ver as nossas crianças brincar em suas casas, crescer na vizinhança, formando uma grande família, formando uma aliança” (mulher, Família 9).

A realidade descrita no poema relata vivências e sentimentos que foram vividos pelo grupo de famílias que ocuparam terras no bairro do Encosta Norte em loteamentos da CDHU. No entanto, os fatos ali descritos guardam muitas semelhanças com as outras realidades das áreas de ocupação onde vivem as demais famílias desse estudo, que também moram em casas compradas e/ou construídas em áreas de ocupação.

A condição de moradia das famílias estudadas é um dos problemas que se somam às inúmeras dificuldades que enfrentam cotidianamente, já que fazem tudo no mesmo espaço e com muita gente. Algumas moram e trabalham no espaço apertado, onde não há lugar para intimidade e individualidade. Tudo é dividido. O cotidiano é de conflito de espaço, imagine-se por contraponto sugerir a uma dessas pessoas que faça meditação, concentração ou algo que sugira silêncio, aconchego. A moradia é mais abrigo do que aconchego.

As grandes casas têm espaço reservados para tipos de cuidados: escritório, sala de ginástica, sala de jantar, sala de visitas, closet, sala de brinquedos ou de diversão etc. A cada atividade um espaço específico. A moradia dessas famílias é marcada por amálgamas de espaços e funções num só local. Os cuidados têm que se dar para fora da moradia. Este

espaço hiperabitado e hiperfuncional é, sem dúvida, espaço de conflito até pelo contínuo esbarrão, que facilmente pode se transformar em uma situação de violência.

4. Forma e condições de trabalho

Os entrevistados acreditam que as dificuldades por eles vivenciadas são decorrentes unicamente da falta de emprego ou de uma ocupação fixa que lhes possibilite uma renda mensal fixa, pois dessa forma teriam tranquilidade para viver sem sofrimentos, sem depender do Estado, da família e de ninguém. A renda procedente do trabalho contínuo é desejada.

Ter emprego ou uma ocupação fixa traz tranquilidade, o que facilita a aquisição de bens de primeira necessidade (alimentação, vestuário, moradia, educação e lazer) para garantir a manutenção de sua família. Salários ou ganhos adquiridos com o trabalho realizado nessas famílias não são, todavia, suficientes para cobrir as despesas reais da família de quatro a cinco pessoas em média. Não se pode atribuir somente à falta de emprego, ou de uma ocupação fixa remunerada, a da situação de exclusão social que vem e que traz desconforto, insegurança, intranquilidade e sofrimento às famílias.

Viver desempregado, subempregado, sem trabalho fixo, ou ter que trabalhar precariamente em qualquer serviço que apareça ainda que eventualmente, são rotinas comuns na vida das famílias que residem em territórios de exclusão social. São experiências duras e desagradáveis, principalmente para os homens, que são educados para serem os provedores. Sentem-se constrangidos e envergonhados por estarem desempregados. Talvez por isso, as mulheres, tentando proteger a imagem de seus maridos, preferem declarar que eles estão fazendo “bicos” (mesmo que o tenha realizado no mês anterior) do que dizer que está desempregado ou sem fazer nada. Dentre os 19 homens que convivem com suas famílias, oito tinham emprego formal em empresas, seis tinham ocupação fixa como autônomos, e cinco trabalhavam eventualmente. Nenhum desses homens estava trabalhando nas profissões para as quais tinham qualificação, ainda que fosse insuficiente. Ao tocar no tema emprego, os entrevistados afirmavam com veemência, que se tivessem emprego não teriam problemas, portanto, viveriam bem:

“... o desemprego é a pior coisa que acontece na vida de todo o ser humano, porque se a gente trabalha, tem da onde fazer o sustento da família...”(mulher da Família 25).

“[...] um sacrifício maior é a falta de emprego, porque você tem que ficar pedindo sabe, um biquinho para uma vizinha, entendeu? Você ir atrás de emprego, gasta condução, volta cansada e nada...” (mulher da Família 31).

“[...] Eu só reclamo mesmo do lado financeiro; se o lado financeiro tivesse bem acredito que o resto andaria melhor...” (mulher da Família 6).

“[...]para mim ficar melhor, teria que tá trabalhando, sempre que eu ganho o meu dinheirinho para eu poder estar legal. para um homem da minha idade estar desempregado é horrível! é péssimo! Eu quero construir do bom e do melhor para a minha família. Eu queria poder dar tudo para eles o que eu não tive...” (homem da Família 29).

“[...] a falta de emprego, de opção de serviço, de trabalho, até bico é difícil de você arrumar. Então, eu acho que você sem o serviço, o pouco que seja, seja um salário mínimo, a pessoa já muda de semblante, tô ganhando, nem que seja um mixariazinha...” (homem da Família 24).

Como pode-se observar, os relatos reiteram o valor de autonomia que o trabalho tem na vida destes homens e mulheres, como também a crença das famílias de que o desemprego é a causa maior das dificuldades, dos desconfortos e dos sofrimentos que elas vivem e experimentam cotidianamente.

Mesmo que o objetivo desta pesquisa não seja o de discutir as causas que provocam a degradação e potencializam as complexidades vividas pelas famílias, é importante ressaltar que há outras causas além do desemprego, imbricadas no processo de produção e reprodução social. Por exemplo, o círculo endêmico da pobreza que expõe gerações e gerações a viver e se reproduzir em situações de precariedades semelhantes, ainda que, para muitas destas pessoas, não tenha faltado emprego ou uma ocupação fixa remunerada.

As experiências de trabalho dessas famílias são vivenciadas em condições desumanas, considerando a presença de insalubridade, precariedade e, para a maioria, tem caráter intermitente. Jovens e adultos das quarenta famílias trabalham no que aparece. Das quarenta mulheres, 36 têm algum tipo de ocupação que lhes rende alguma remuneração, além de serem donas de casa. Mas nenhuma delas trabalha com registro em carteira. Todas contam que no passado já trabalharam com carteira assinada, época em que eram auxiliares de serviços gerais em firmas de limpeza, costureiras em oficinas de costura, montadoras na linha de montagem em fábricas de brinquedos, empregadas domésticas em casas de família. Com a crise ocasionada pela mudança do processo produtivo e a ampliação do desemprego estrutural que afetou todos os setores da economia nacional até mesmo pelas

regras globalizadas, essas mulheres perderam o emprego e a condição de seguradas do regime de previdência social, reduzindo seu acesso a proteção social.

Hoje, essas mesmas mulheres, principalmente aquelas que chefiam suas famílias, continuam trabalhando, só que sem nenhum seguro trabalhista e previdenciário público. Trabalham como faxineiras, diaristas, manicure, cabeleireira, babá, cuidadoras de pessoas idosas, empregadas domésticas, costureiras, vendedoras (cosméticos, perfumes, bijuterias, doces e salgados), bordam, tecem, tricotam, fazem e vendem chocolates e produtos de limpeza. Todos esses trabalhos são realizados de forma eventual e no mercado informal de trabalho. Há ocasião em que as mulheres são obrigadas a cumprir uma jornada de 10, 12 e de até 15 horas diárias de trabalho com baixa remuneração, pois enfrentam os piores trabalhos (na qualidade e na remuneração) já que são diaristas.

Durante o período de realização das entrevistas, conheci situações de trabalho que classifico como de semi-escravidão. A mulher da Família 10 trabalhava numa minioficina de costura fazendo panos para limpeza de avião. Informou-me que ganhava R\$0,12 pelo quilo de pano costurado. Quando recebia encomenda, costumava trabalhar 15 horas por dia, em média. Disse-me que esse esforço era necessário para poder garantir a entrega da encomenda no dia certo e conquistar a confiança do “atravessador”⁸³ e, com isto, ele lhe garantir a oferta contínua dessa oportunidade de trabalho. Pedi-lhe, na ocasião, autorização para levar um dos panos para casa. Com o consentimento da costureira, levei e pesei o pano e descobri que ele pesava 20 gramas. Fazendo as contas entre a quantidade de panos costurados e o valor pago pelo quilo, descobri que essa mulher ganhava em torno de R\$ 5,40 por um dia de trabalho de 15 horas em condições precárias e insalubres. Situação semelhante, encontrei por ocasião de uma visita domiciliar que fiz a outra família. A mulher, que era chefe de família, bordava flores de crochê em blusas de malha. Pelo trabalho realizado em cada blusa recebia R\$0,15. Trabalhava em média 10 horas, tempo suficiente para bordar cerca de 10 blusas. No final de um dia de trabalho, conseguia ganhar em torno de R\$1,50. Com o endereço da loja onde as blusas bordadas eram entregues, pude descobrir que a blusa era vendida por R\$35,00.

Essas e outras experiências de trabalho que vêm sendo vivenciadas por muitos dos entrevistados desde a infância, na adolescência ou agora, na idade adulta, ilustram e denunciam que as pessoas dessas famílias continuam trabalhando em condições de

⁸³ Atravessador está sendo usado para denominar a pessoa que tem conhecimento e poder de negociação junto aos donos de fábricas e das grandes oficinas de costuras, que terceirizam parte de suas produções. Este mantém nos bairros um número grande de pessoas desempregadas que prestam serviços sem qualquer proteção ou regulamentação.

exploração e de desumanidade. Não é somente a quantidade de horas trabalhadas que caracteriza a precariedade e a desumanidade do processo de trabalho executado por essas famílias. Na verdade, além de cumprirem uma jornada de trabalho superior à estabelecida pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), elas não têm registro em carteira, o que significa que não têm direito a férias, FGTS, décimo terceiro salário, e nem a segurança de que contarão com o seguro do regime de previdência social.

Trabalho que expõe pessoas a essas condições está longe de ser atividade que dignifica a pessoa humana. Serve para reiterar o círculo da reprodução das desigualdades sociais e para desmistificar e contrariar o ditado popular: “Deus ajuda a quem cedo madruga”.

Convém ter presente que a macroeconomia tem diversos *locus* de negociação, pactuação, representação. É o lugar dos donos dos meios de produção ou do capital. A microeconomia, em sua forte capilaridade, não tem *locus* de referência, regulação, acordo. A economia solidária parte do suposto da organização da constituição do sujeito coletivo. Não existe uma regulação do processo produtivo terceirizado. O vóo internacional ou nacional “precarizado” contém trabalho terceirizado em bases indignas.

5. Tipo e qualidade de alimentação

“[...] *O acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida... negar esse direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida*”.⁸⁴ Há sessenta anos, o médico pernambucano Josué de Castro trouxe à agenda política do Brasil a discussão sobre a questão da alimentação no país. Em *Geografia da fome*⁸⁵, utilizando as informações oficiais relativas à segunda metade do século XX, o autor apresentou um mapa social em que dividiu o país em cinco regiões, nomeando o Norte e Nordeste de famintos e Sul, Sudeste Centro-Oeste de subnutridos. Este quadro, a rigor, não apresenta até hoje mudanças substanciais se comparado com aquela realidade.

A fome é um mal que atinge grande parcela dos brasileiros pobres, chamados por carentes e necessitados, que não conseguem se constituir como cidadãos, e não podem ser mais meramente considerados como uma massa homogênea. Com o crescimento da fome, a pobreza não pode ser mais escondida, ela está em todos os cantos e em todos os lugares, como realidade cotidiana para cerca de 20% dos brasileiros. Hoje, ela passa a ter

⁸⁴ Relatório do Brasil para a Cúpula Mundial de Alimentação. Roma: 1994, in *Política Nacional de Alimentação e Nutrição* do Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Brasília, 2003.

⁸⁵ Castro, J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1946.

destaque na mídia televisiva e escrita e força sua presença como um problema para todos os segmentos sociais do país. Assim, ela ganha forma e visibilidade na sua heterogeneidade, como uma

“[...] chaga aberta a lembrar todo o tempo o subdesenvolvimento de um país que se acostumou a pensar-se como um país do futuro, ela aparece como um efeito perverso da década do desenvolvimento econômico, cobrando agora seu tributo na ameaça perturbadora de uma legião de excluídos e deserdados, a quem se associa o fantasma da convulsão social, da violência urbana e do aumento da visibilidade que atemoriza a elite civilizadora da sociedade” (Telles, 1990:37)

Pochmann *et alli*⁸⁶ diz: *“apesar do conjunto de transformações materiais que o Brasil esteve envolvido, os resultados sociais são potencialmente reduzidos”* (Pochmann, 2004:25). Entre os anos de 1950 e 2000, por exemplo, o consumo de leite *per capita* aumentou 94%. No entanto, o consumo de leite dos brasileiros, ainda hoje, registra apenas 59% do consumo médio francês de 120 litros/ano. O mesmo fato é observado para o consumo médio de carne bovina dos brasileiros que é de apenas 56% do atual consumo *per capita* argentino que é de 67,8 kg/ano.

No Brasil, tem-se observado uma evolução desigual nos últimos 50 anos da produção agrícola voltada para o mercado interno e externo. Se por um lado alimentos produzidos prioritariamente para o mercado interno nacional, componentes da cesta básica do brasileiro como feijão, arroz e mandioca tiveram em média um crescimento de 1,5% ao ano. De outro lado, gêneros alimentícios produzidos para o mercado externo como milho, laranja e cana-de-açúcar tiveram um crescimento anual médio de 4,2%.

Na década de 1990, no bojo de uma série de ações desencadeadas pelos movimentos sociais⁸⁷ que manifestaram sua discordância com o quadro de exclusão social presente no país, que aconteceu uma mudança de enfoque na questão do combate à fome e à desnutrição. O movimento das panelas vazias avançou na construção da proposta construída pelo então denominado Governo Paralelo da sociedade, durante o governo Collor de Mello da Política Nacional de Segurança Alimentar. Mesmo sendo ignorada pelo então presidente, a proposta ganhou força com o presidente seguinte (Itamar Franco) e algumas de suas principais orientações foram desenvolvidas como: a concepção estrutural e intersetorial do

⁸⁶ Pochmann *et alli*. *Atlas da exclusão social* – volume 1 (No Brasil), 2 (Regiões Metropolitanas), 3 (Riquezas), 4 (Mundo) e 5 (Agenda não-liberal da inclusão social no Brasil). São Paulo: Cortez, 2003, 2004.

⁸⁷ Um dos principais movimentos sociais da época foi da “Ética na Política”, que de certa forma foi um embrião da Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e Pela Vida, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, cujo *slogan* dizia: “A fome não pode esperar”. A campanha deu visibilidade à existência de 32 milhões de brasileiros miseráveis, tanto no campo como nas cidades.

problema alimentar brasileiro; a declaração do alimento como prioridade na agenda nacional; a experimentação de uma atuação articulada de governo e sociedade civil em prol da segurança alimentar.

Em 1993, o governo federal, pressionado pela ampla mobilização da sociedade civil, divulgou o Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria e criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Em 1994, foi realizada a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar. No ano seguinte, em umas de suas primeiras medidas, o presidente Fernando Henrique Cardoso decretou a extinção do Consea, começando assim o desmonte dos programas de segurança alimentar. Em seu lugar, criou o Programa Comunidade Solidária, comandado por sua esposa Ruth Cardoso. Em 1998, o movimento social se rearticulou em torno da necessidade de se ter uma Política de Segurança Alimentar, e instituiu-se o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN). O tema de Segurança Alimentar se transformou em pauta de diversos segmentos sociais (Academia, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Sindicatos, ONGs, entre outros). O tema foi também incluído na pauta do I Fórum Social Mundial em 2001 – Porto Alegre. E, nesse primeiro fórum, foi iniciada uma outra grande e importante discussão: Soberania Alimentar, que, em última instância, discute a questão da autodeterminação e da sustentabilidade da Política de Segurança Alimentar de cada povo.

Em 2003, com a vitória Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República, o tema da fome foi retomado como prioridade governamental. O Programa Fome Zero foi instituído sob projeção internacional, já que foi apresentado como alternativa para se construir uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, segundo seus formuladores com capacidade de erradicar a fome e a exclusão social. Em 2004 foi reativado o Consea, e em março do mesmo ano é realizada a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, definindo que *“Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização dos direitos de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”*. Uma das principais bandeiras de luta definida nessa II Conferência consiste em viabilizar a construção de uma Lei Orgânica da Segurança Alimentar para o Brasil. O projeto dessa lei foi entregue no Congresso Nacional no último dia 16 de outubro de 2005 (Dia Mundial da Alimentação), e está em tramitação nas comissões da Câmara Federal. Seu trâmite ainda tem aprovação na Câmara e no Senado, para que a lei seja promulgada.

Há uma enorme discrepância entre o que se discute e se propõe que deva constar de um cardápio de alimentação saudável e aquilo que, de fato, a população consome no seu dia-a-dia. A população poderia usufruir melhor de uma alimentação variada e de qualidade caso tivesse sido implantada no país a Política Pública de Segurança Alimentar, com programas que facilitassem o acesso a alimentos com a diversidade cultural e com educação alimentar e funcionando de modo articulado entre nação, estados e municípios.

Nas refeições das famílias pesquisadas há alimentos que podem ser comprados com a parca renda que ganham trabalhando precariamente, que em algumas delas são complementadas com o que vem na cesta básica ou nos *kits* de alimentos que recebem como salários indiretos, ou em entidades de assistência social e da pastoral religiosa. Portanto, os alimentos ingeridos (comprados ou ganhos) raramente atendem gostos, vontade, desejo, costumes e a cultura alimentar aprendida com suas famílias de origem. Na verdade, os itens que compõem a cesta de alimentos dessas famílias podem mantê-los vivos, apesar de serem restritos e pouco variados.

Ao indagar às famílias acerca dos gastos mensais que tinham com alimentação, aquelas que não possuíam renda fixa mensal, tiveram dificuldade de informar a quantidade de alimentos que a família consumia, pois não tinham o hábito de fazer compras mensais. Os alimentos iam sendo comprados (“picados”, como as entrevistadas falam) de acordo com o dinheiro que iam conseguindo com os serviços realizados. A quantidade e o tipo de alimentos varia de uma família para outra. Nesse quesito, observei que a variação de alimentos entre elas está mais diretamente relacionada às condições financeiras e ao custo do alimento que com a cultura alimentar do local onde nasceram ou se criaram.

O Quadro 5 explicita o tipo e a quantidade de alimentos que são consumidos na alimentação da Família 11. Esta tem chefia feminina e é composta de nove pessoas, entre as quais, uma pessoa adulta com problemas respiratórios graves; dois adolescentes, que em geral costumam comer bastante nessa fase da vida, e seis crianças (duas das quais em fase de aleitamento), que necessitam de alimentos variados, ricos em vitaminas, proteínas e sais minerais. Nutrientes que são necessários para garantir o pleno desenvolvimento físico e mental das pessoas em processo de crescimento e desenvolvimento.

Quadro 5 - Alimentação básica da Família 11⁸⁸

Ordem dos alimentos	Tipos de alimento	Quantidade de alimentos
Básicos	Arroz	15kg/mês
	Feijão	5kg/mês
	Óleo	4/5 latas/mês
	Macarrão	1 pacote/mês
	Sal	1kg/Mês
Mistura	legumes (batata)	3kg/mês
	Carne	2kg/mês
	Salsicha	1kg/mês
	Ovo	1 dúzia/mês
Lanches	Pão	160 unidades/mês
	Açúcar	5kg/mês
	Leite	2kg/mês (pega na escola)
	Suco	5 pacotinhos/mês
	Bolacha	2 pacotes/mês (ganha da madrinha das gêmeas)
	Iogurte	12 unidades/mês
	Chá	1 caixa grande/mês
	Manteiga	250g/mês

Ao observar os itens que compõem a alimentação da Família 11, pode-se perceber que muitos alimentos não fazem parte da lista, como é o caso do café, de verduras e da maioria dos legumes. Nesse caso, pode-se de dizer que a alimentação consumida pela família é insuficiente, tanto em variedade, quantidade e qualidade para manter um padrão de saúde saudável.

O Quadro 6 é um demonstrativo da lista e da quantidade de alimentos consumidos por uma família de duas pessoas. A Família 3 é chefiada por mulher e composta por duas pessoas. Uma é um adolescente de 14 anos e a outra é uma mulher de 43 anos de idade, que tem problemas de saúde (colite ulcerativa hepática).

O Quadro 6 revela a lista dos alimentos comprados pela Família 3. Nele pode-se observar que a alimentação da família é enriquecida principalmente com legumes, verduras e frutas, que, de certa forma, pode significar melhor qualidade no processo alimentar da família. A família informa que consegue manter esse padrão de alimentação com a renda *per capita* que tem (R\$92,50) porque compra frutas e legumes na época da safra e porque só faz a feira no horário das 13h30, momento em que os preços já baixaram bastante, ocasião em que é possível fazer uma boa economia, segundo informou a chefe de família.

⁸⁸ Caso os alimentos acabem antes do final do mês, a mãe costuma pedir mantimentos para o irmão e para a comadre, já que só pode fazer compras uma vez por mês.

Quadro 6 - Alimentação básica da Família 3

Ordem dos alimentos	Tipos de alimento	Quantidade de alimentos
Básicos	Feijão	10 kg/mês
	Arroz	5 kg/mês
	macarrão	4 kg/mês
	Óleo	4lt/mês
	sal	1 kg/mês
	farinha de mandioca	½ kg/mês
Mistura	frango	2 kg/mês
	carne	1 kg/mês
	peixe	1 kg/mês
	ovo	24 unidades/mês
	legumes e verduras	vagem – 5 pacotes/mês brócolis – 4 pés/mês (se tiver na época) cenoura – 2 pacotes/mês abobrinha – 5 unidades/mês escarola – 4 pés/mês espinafre – 2 maços/mês 1 couve-flor/mês batata – 5kg/mês mandioca – 3kg/mês rúcula – 3 maços/mês rabanete – 2 maços/mês acelga – 1 pé/mês chuchu – 1 pacote/mês
Lanches	leite	15 litros/mês
	pão	120 unidades /mês
	açúcar	5 kg/mês
	achocolatado	4latas /mês
	bolacha	6 pacotes/mês
	Frutas	goiaba – 3kg/mês uva – 2kg/mês banana prata – 2 dúzias/mês abacaxi – 2unidades/mês manga – 1 bacia abacate – 4 unidades/mês
	margarina	2kg/mês
	chá	1 caixa/mês
	café	½ kg/mês
	refrigerante	1 garrafa de 2 litros/mês

Ao observar as listas de alimentos adquiridos pelas duas Famílias (11 e 3) relacionados nos Quadros 5 e 6, é possível perceber com nitidez a diferença tanto em quantidade, variedade e valor protéico dos alimentos que as mesmas ingerem. Nesse caso, em que pese o sofrimento das duas famílias, que além de terem que lutar para sobreviver numa realidade tão adversa como é a que vivem, as duas famílias têm que desprender esforço redobrado, já que as duas são chefiadas por mulheres, eu diria, que o sofrimento da Família 11 é mais intenso do que o da Família 3, que desenvolve estratégias para alimentação que a outra não tem.

Ao informar o número de refeições e os alimentos que compunham a alimentação diária das famílias, percebi o enorme “malabarismo” que fazem para conseguir

garantir que os alimentos comprados ou adquiridos no mês sejam suficientes para alimentar todos da família, ainda que esse esforço signifique a garantia de pelo menos uma refeição/dia. Em geral, as famílias fazem três refeições diárias: café, almoço e jantar, e é comum que a maioria dos membros façam as refeições em suas próprias casas, ainda que em horários diferentes, de acordo com as atividades que cada membro mantém, particularmente, as pessoas adultas. Aos domingos, a maioria das famílias mantém uma alimentação diferente, variada e enriquecida com “mistura” (frango, macarrão e uma salada de maionese).

As que não conseguem manter as três refeições diárias criam alternativas para minimizar o sofrimento da fome. Na Família 18, a estratégia usada é fazer somente duas refeições, o café da manhã, que é servido praticamente no horário do almoço, que nesta família, não é servido em casa, e o jantar. Os três filhos almoçam na escola que fica na Penha. A mãe almoça, ou na casa dos pais que moram nas proximidades da residência da família, ou na casa onde está fazendo a faxina. Já na Família 2 a alternativa encontrada foi alternar jantar e café. Jantar ocorre somente nos dias em que há sobra do almoço. A estratégia que a Família 8 encontrou para driblar a escassez dos alimentos é fazer apenas duas refeições diárias. Uma pela manhã, momento em que ingerem qualquer alimento disponível, e outra às 16:00 horas. Nessa estratégia, a refeição servida nesse horário é, ao mesmo tempo almoço e jantar. Aos domingos, a família almoça, mas não janta. Nas Famílias (10 e 16) que há pessoas que trabalham regularmente em empresas, a rotina das refeições é um pouco diferente. Nesses dois casos, a refeição feita no dia é o jantar. Esta é feita em quantidade suficiente para o jantar da família e para montar a marmita de quem vai trabalhar no dia seguinte, e o que sobra, é servido como almoço do dia seguinte para quem fica em casa.

Para conseguir alimentar todos da família vale qualquer criatividade, sofrimento, constrangimento e até mesmo humilhação, como relata a mulher da Família 5, que é obrigada a pedir de porta em porta, sempre que os alimentos de sua casa acabam.

“Nossa minha filha, eu não consigo trabalhar, se você não conseguir trabalho você vai ter que pedir mesmo, aí a gente foi, pediu, alguma coisa a gente ganhou, mais assim mesmo a gente fica meio magoado por dentro, porque ta sabendo que você tem condições de trabalhar, e não, não se você for lá pedi...” (mulher da Família 5).

Os Quadros⁸⁹, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 retratam de forma detalhada a rotina da alimentação diária das famílias, tanto no que se refere ao horário e número de refeições servidas, número de pessoas que comem em casa, como também o tipo de alimentos servidos. Isto não significa que as famílias se alimentem de forma homogênea e uniforme. Pelo contrário, os quadros demonstram que as estratégias que essas famílias criam no processo alimentar, de certa forma, revelam dados da dinâmica de cada família, em particular. Portanto, há muitas diferenças, tanto no que diz respeito aos tipos e quantidade de alimentos, na forma e na dinâmica de como são servidas as refeições, no valor protéico, na quantidade de calorias e de nutrientes que cada pessoa consome diariamente. Sem entrar no mérito das discussões acerca do que se considera uma alimentação saudável, depois de conhecer o conteúdo, a variedade e a diversificação dos alimentos que fazem parte do processo alimentar das famílias, posso dizer que dificilmente elas estariam dentro do que hoje é aceito como padrão de alimentação saudável.

Quadro 7 - Alimentação diária da família 34⁹⁰

Tipo de refeição/ pessoas que comem em casa		Dias da Semana						
		2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Café	Mãe, pai e filha *	café puro	Mãe – café puro	Mãe – café puro	Mãe – café puro	Mãe – café puro	café, leite, pão e margarina	café, leite, pão e margarina
		café, pão e leite	Pai – café, pão e leite	Pai – café, pão e leite	Pai – café, pão e leite	Pai – café, pão e leite		
Almoço	Pai, mãe e 1 filha**	Arroz, feijão, frango e macarrão	Arroz, feijão e salsicha	Arroz, feijão, lingüiça	Arroz, feijão e peixe	Arroz, feijão	Arroz, feijão, tomate	Arroz, feijão, macarrão e frango
Café da tarde	2 filhos e um neto	Café, leite margarina e pão	Café, leite margarina e pão	Café, leite margarina e pão	Café, leite margarina e pão	Café, leite margarina e pão	Café, leite margarina e pão	Café, leite margarina e pão
Jantar	Pai, mãe, 3 filhos e 1 neto	Arroz, feijão e ovo	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz, feijão e peixe	Pão e ovo	Arroz, feijão	Arroz, feijão e macarrão

* Os dois filhos menores e um neto que vive com a família, de segunda a sexta-feira, tomam café no projeto socioeducativo que frequentam.

**Os dois filhos menores e um neto que vive com a família, de segunda a sexta-feira almoçam na escola.

O Quadro 8 das refeições diárias da Família 34 revela dados da dinâmica de funcionamento da família e da rede de proteção social com a qual a família conta (assistência social e educação), que, de modo geral, colabora para diminuir o sofrimento da família, cuja renda *per capita* é de R\$108,30 proveniente do trabalho que o casal realiza e dos programas sociais (Bolsa-Escola e Renda Mínima).

⁸⁹ Os Quadros, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 trazem dados das refeições diárias de seis famílias. Quatro delas são chefiadas por mulheres e duas têm às chefias compartilhadas, por homens e mulheres.

⁹⁰ A Família 34 tem a chefia compartilhada, homem e mulher participam do orçamento familiar. Nela, é servido um café da tarde, mas somente para os dois filhos e um neto, que almoçando na escola, chegam em casa com fome.

Quadro 8 - Alimentação diária da Família 3

Tipo de refeição / Pessoas que comem em casa		Dias da Semana						
		2ª Feira	3ª Feira	4ªFeira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Café	Filho	achocola-tado, pães e biscoitos	Achocolatado, 2 pães e biscoitos	Achocolatado, 2 pães e biscoitos	Achocolatado, 2 pães e biscoitos	Achocolatado, 2 pães e biscoitos	Achocolatado, 2 pães e biscoitos	Achocolatado, 2 pães e biscoitos
	Mãe	Café, pão, leite e margarina	Café, pão, leite e margarina	Café, pão, leite e margarina	Café, pão, leite e margarina	Café, pão, leite e margarina	Café, pão, leite e margarina	Café, pão, leite e margarina
Almoço	Mãe e Filho	Arroz, feijão, salada verde e legumes	Macarrão, salada verde, legumes, suco de fruta	Arroz e carne moída com legumes	Arroz, feijão, batata e salada verde	Arroz, salada verde, feijão e suco de fruta	Arroz, salada verde, feijão e suco de fruta	Macarrão ao alho e óleo, frango e suco de fruta
Jantar	Mãe	bolo, suco, biscoito, café e leite	Biscoito, café, leite e pão	Biscoito, suco pão e café	Biscoito, pão, leite, café e suco	Pão, biscoito, leite e café	Bolo, biscoito, leite, suco, pão e café	Bolo, biscoito, leite, suco, pão e café
	filho	Leite, suco achocola-tado, pão e biscoito	Leite, suco achocolatado, pão e biscoito	Achocolatado, leite, pão e biscoito	Achocolatado, leite, pão e bolo	Achocolatado, leite, pão e biscoito	Bolo, biscoito, leite, suco, achocolatado e pão	Pão, bolo, biscoito, leite, achocolatado e suco

O Quadro 8 mostra as refeições diárias de uma família chefiada por mulher, composta de duas pessoas. Pode-se perceber que esta família, mesmo com as adversidades e dificuldades cotidianas, consegue criar alternativas que de alguma forma se constituem em fator de proteção e de subsistência.

Quadro 9 - Alimentação diária da Família 18

Tipo de refeição / pessoas que comem em casa		Dias da Semana						
		2ª Feira	3ª Feira	4ªFeira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Café	Mãe e 3 filhos	Café, pão e margarina	Chá, pão e margarina	Chá, pão e margarina	Café, pão e margarina	Café e pão com margarina	Café e pão com margarina	Café e pão com margarina
Almoço	Mãe	De segunda a sexta-feira a mãe costuma almoçar ou na casa dos pais ou na casa onde trabalha como faxineira, ou como manicure.					Arroz e feijão	Arroz, carne, feijão, alface e salada
	3 filhos	De segunda a sexta-feira, os três filhos almoçam na escola onde estudam, no bairro da Penha.						
Jantar	Mãe 3 filhos	Arroz, feijão, carne e batata	Arroz, feijão e ovo	Arroz e feijão	Sopa com cenoura e batata	Arroz, feijão e ovo	Arroz, feijão e batata	Macarrão, arroz, feijão, carne e alface

O Quadro 9 mostra as refeições diárias da Família 18, que também revela um traço da dinâmica de uma família com chefia feminina e com três filhos, com idades entre a pré-adolescência e o início da adolescência. Pelos itens que compõem as duas refeições diárias que a família faz em casa, pode-se perceber que vivem com restrições.

Quadro 10 -- Alimentação diária da Família 8

Tipo de refeição / pessoas que comem em casa		Dias da Semana						
		2ª Feira	3ª Feira	4ªFeira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Café	Mãe, 4 filhos e dois netos	Chá, café e pão amanhecido, quando ganha	Chá e cuscuz	Chá e cuscuz	Chá e cuscuz	Chá e cuscuz	Café, chá e cuscuz	O café de domingo da família é feito na casa de uma irmã da chefe de família.
Almoço	Mãe, 3 filhos e 2 netos	De segunda a domingo o almoço não é servido como estratégia de economia,, para que os alimentos durem até o final do mês.						
	1 filhos	De segunda a sexta-feira almoça na escola					Não almoça, assim como os demais membros se sua família.	
Jantar	Mãe, 4 filhos e 2 netos	Arroz, feijão, polenta e peixe (quando tem)	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz, feijão	Arroz e feijão	Macarronada, polenta, arroz, feijão,salsicha e frango, ou carne com polenta

O Quadro 10 é um demonstrativo da estratégia que a Família 8 montou para suprir as dificuldades vividas com a insuficiência de alimentos adquiridos para serem servidos como alimentação diária, cuja quantidade é insuficiente para alimentar cinco pessoas durante o mês. Nessa família, há os alimentos que são comprados e outros que são recebidos de uma instituição espírita, localizada no distrito do Ipiranga, que fica a uma hora e 40 minutos de ônibus de sua residência. A chefe da Família 8 informou que a família não costuma almoçar. Às 16 horas é servida uma refeição como almoço e jantar, ao mesmo tempo, já que não têm alimentos suficientes para três refeições ao dia. A alimentação é enriquecida com proteínas (carne, frango e peixe), no máximo duas vezes ao mês. A filha casada que estava desempregada na ocasião fazia as refeições na casa da mãe, juntamente com os dois filhos.

Quadro 11 - Alimentação diária da Família 11

Tipo de refeição / pessoas que comem em casa		Dias da Semana						
		2ª Feira	3ª Feira	4ªFeira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Café	Mãe, 5 Filhos e 1 sobrinho	Pão com manteiga e chá	Pão com manteiga* e chá	Pão com manteiga e chá	Pão com manteiga e chá	Pão com manteiga e chá	Pão com manteiga e chá	Pão com manteiga e chá
	2 filhas gêmeas	De segunda a sexta-feira essa refeição é feita na creche municipal onde ficam durante o dia.						
Almoço	Mãe, 3 filhos e o sobrinho	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz, feijão e macarrão
	2 filhos	De segunda a sexta-feira comem na escola, mas, quando chegam em casa, comem novamente.						
	2 filhas gêmeas	De segunda a sexta-feira comem na creche municipal. onde ficam durante o dia.						
Jantar	Mãe, 7 filhos e 1 sobrinho	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz e feijão	Arroz, feijão e macarrão

O Quadro 11 mostra claramente que a base da alimentação dessa família é arroz e feijão. A chefe da família informou que só tem “misturas” nas refeições nos dois dias seguintes após ter recebido o recurso financeiro dos Programas Sociais (Renda Mínima e Bolsa-Escola), ou seja, duas vezes ao mês, já que recebe os benefícios em dias diferentes. Mesmo que tenha sido informada que a manteiga faça parte da primeira refeição diária dessa família, esse alimento só é servido na semana do recebimento dos recursos financeiros dos programas sociais.

Quadro 12 - Alimentação diária da Família 24

Tipo de refeição / pessoas que comem em casa		Dias da Semana						
		2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
Café	Mãe Pai e 2 filhos	Café com leite ou chocolate, pão com margarina, ou cuscuz	Café com leite ou chocolate, pão com margarina ou cuscuz	Café com leite ou chocolate, pão com margarina ou cuscuz	Café com leite ou chocolate, pão com margarina ou cuscuz	Café com leite ou chocolate, pão com margarina ou cuscuz	Café com leite ou chocolate, pão com margarina ou cuscuz	Café com leite ou chocolate, pão com margarina ou cuscuz
	1 filha	De segunda a sexta-feira essa refeição é feita na creche municipal onde fica durante o dia.						
Almoço	Mãe Pai e 1 filho	Arroz, feijão e carne cozida	Arroz, feijão, frango frito e salada	Arroz, feijão, carne moída	Arroz, feijão, sardinha	Arroz, feijão, ovo, farofa	Arroz, feijão peixe frito ou salada	Lasanha, frango assado e salada de maionese
	1 filha	De segunda a sexta-feira almoça na pré-escola						
	1 filha	De segunda a sexta-feira almoça na creche municipal onde fica durante o dia.						
Jantar	Mãe, 3 filhos	Sopa de legumes	Sopa de feijão	Pão com ovo	Pão na chapa com margarina	Leite, achocolatado e pão com ovo	Leite, achocolatado e bolo de fubá	Cuscuz com leite
	Pai	De segunda a segunda, janta no local de trabalho. Somente janta em casa nos dias de folga.						

O Quadro 12 explicita a dinâmica das refeições diárias feitas pela Família 24. Nele se pode observar como e quais são os alimentos que fazem parte do cardápio diário da família. Não consta na rotina diária das refeições, mas fui informada de que, logo após o pagamento, costuma ter lanche da manhã (pão com margarina, bolacha e fruta), e lanche da tarde (pão com margarina, café com leite, bolo e pudim (sempre), suco ou refrigerante (às vezes). Para as duas crianças menores, os pais liberam bolacha quando se alimentam direito. Fui informada, também, que quando o marido recebe, ele traz alguma coisa diferente para o café da manhã (pão doce e frios).

Observando os seis Quadros que explicitam a dinâmica das refeições diárias dessas famílias, são nítidas as diferenças que existem nelas. O dado comum a todos eles é a

criatividade que as famílias têm para ir driblando e superando as dificuldades e os obstáculos da vida por elas vividas.

É importante ressaltar que a quantidade de refeições e o tipo de alimentos consumidos nas refeições diárias dessas seis famílias, de certa maneira, é a forma que cada uma delas encontrou, a partir dos alimentos que conseguiram adquirir para compor as refeições para se alimentar. Na verdade, cada dinâmica e estratégia criada nesse processo, que na maioria das vezes é vivida sob a pressão da falta ou da insuficiência, revelam as marcas e as sutilezas da precariedade tão comum no dia-a-dia da vida das famílias “simples”. Precariedade que, paradoxalmente, ensinou cada uma dessas famílias a lutar pela própria sobrevivência. A forma que criaram e aprenderam para superar as dificuldades alimentares tem a marca peculiar de cada família, ainda que as dificuldades e experiências sejam semelhantes.

6. Acesso das famílias à rede de serviços (públicos e privados)

Para compreender o sofrimento decorrente das dificuldades que as famílias têm para acessar os serviços públicos e privados tive que levantar dados acerca dos serviços da área de saúde, educação, assistência social, infra-estrutura urbana e econômica em cada um dos bairros a partir da localização da sua moradia. Nesse processo, além de conhecer a capacidade de cobertura dos serviços descobri dados importantes acerca da dinâmica da população residente e do próprio funcionamento do território em vivem. Com eles, pude ampliar minha compreensão sobre os modos de vida e o cotidiano das famílias pesquisadas, bem como conhecer o grau de sofrimento a que as mesmas estão submetidas.

Descobri que as famílias residentes no Jardim Helena enfrentam maiores dificuldades do que as que moram no Itaim Paulista, particularmente, no que diz respeito à acessibilidade aos serviços públicos, ausência e/ou precariedade de infra-estrutura urbana de água, esgoto, asfalto, telefone, transporte coletivo, energia elétrica e serviço de correio (o distrito não conta com nenhuma agência, quer seja pública e/ou franqueada). Nesse quesito, as famílias contam apenas com caixas de correspondência. Caso elas necessitem de serviços oferecidos por agências, têm que se deslocar, ou para o distrito de São Miguel, ou para o distrito do Itaim Paulista.

Um dos dados levantados foi sobre a economia local. Nesta área, foi possível perceber que tanto a iniciativa privada como os governantes não investem e nem criam pólos de atração econômica nos dois distritos (Itaim Paulista e Jardim Helena). Estes estão

localizados em área de fronteira da cidade de São Paulo com outros municípios do extremo da região leste⁹¹ caracterizados como áreas-dormitórios e não áreas produtivas.

As conseqüências decorrentes do investimento econômico que foi feito nos dois distritos, hoje, tem pouco impacto na vida da população, se comparadas com os impactos causados pela falta de investimentos nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e assistência social, uma vez que a população trabalhadora, cansada de esperar que os distritos onde moram se transformassem em pólos de atração econômica, aprendeu na marra a buscar trabalho e emprego em outras áreas da cidade, já que os bairros que compõem o território desses distritos já foram sendo construídos com uma marca significativa de bairros-dormitórios, com pouca capacidade para absorver a população economicamente ativa ali existente, ainda que a mesma estivesse “apta” a disputar uma vaga no mercado de trabalho (formal e informal).

Os demais trabalhadores(as), que paradoxalmente perderam a condição de “capazes” para disputar um posto de serviço no mercado de trabalho formal, ou por idade, por estarem desempregados há mais de um ano, ou simplesmente por morarem distantes dos centros de maior oferta de postos de serviços, acabam aceitando e se submetendo a trabalhos muitos precários e eventuais, executados, na maioria das vezes, em condições absolutamente desumanas. Há, também, aquele contingente de trabalhadores que são atraídos pelos postos de serviços oferecidos pelo poder paralelo dos narcotraficantes, que nos arredores dos distritos convivem, sem grandes contradições, com os demais moradores.

6. 1. Serviços de saúde disponíveis

Muitas famílias “preferem” se deslocar para outros distritos da cidade, muito distantes de suas moradias, em busca de serviços que lhes possam prestar atendimento na

⁹¹ Nesses anos em que venho desenvolvendo trabalho social com famílias na Zona Leste, tive conhecimento do Plano de Desenvolvimento Econômico da Zona Leste. A proposta desse Plano é investir em três partes: a) infra-estrutura - Integração físico-territorial, novo sistema de transporte, com a extensão do Paulistão até São Mateus; extensão da Radial Leste até o distrito de Guaianazes; duplicação da av. Ragueb Chohfi e conclusão da av. Jacu Pêssego/ Nova Trabalhadores ao norte e ao sul, criando o corredor de desenvolvimento que ligará o Aeroporto Internacional de Guarulhos ao Porto de Santos; b) Conhecimento – formação em Recursos Humanos em nível técnico e universitário com acesso diferenciado, privilegiando o ensino público, com gestão compartilhada entre centrais sindicais e Senai; c) Institucional – cooperação público e privado com uma zona especial de desenvolvimento econômico de Itaquera. Este plano, de certa forma, amplia a capacidade econômica da região, e foi iniciado, inclusive, com a formação de uma comissão de empresários e cidadãos. A partir dele, a prefeitura abriu uma universidade na zona leste (distrito da Cidade Tiradentes) e a USP um novo campus na região.

Para quem se interessa pelo assunto poderá encontrar informações mais detalhadas nos textos: Uma Estratégia para a Zona leste de São Paulo: O Planejamento Urbano Segundo Conceitos de Albert Hirschman; Desenvolvimento das Zonas Leste e Sul de São Paulo e a Questão Metropolitana e Competitividade de São Paulo na Economia Global: Por Estratégias de Desenvolvimento Econômico Regional da Metrôpole, de Branislav Kontic. Pode ainda ler o projeto de dissertação: Pólo Industrial-Metropolitano Ecológico de São Paulo, de Eduardo Souza.

hora em que estão precisando. Elas procuram as unidades de saúde, talvez, sem muito compreender o nível de complexidade dos serviços que buscam. Para elas o que está em jogo é a necessidade do atendimento. Há ocasião em que a confiança depositada, e a credibilidade adquirida do profissional de saúde, também são fatores que contribuem para que as mesmas se desloquem.

A precariedade se constata tanto pela ausência de unidades e equipamentos indispensáveis ao atendimento básico, quanto pela falta de profissionais em tempo e quantidade necessária. A baixa quantidade/qualidade pode ser identificada principalmente pela demora nos atendimentos e nos agendamentos de exames e consultas, na descontinuidade nos procedimentos e acompanhamentos médicos, no preconceito, racismo e indignidade na relação com os usuários(as) dos serviços de saúde. As famílias quando falam sobre os serviços de saúde que são oferecidos à população afirmam:

“Não, não tenho marcado, era pra ter marcado uma outra consulta, né, mais não consegui, não consegui fui nos postos de saúde aqui perto mais não consegui”. (mulher da Família 28).

“Saúde é um caos aqui viu pra você conseguir porque essa semana passada fazia 7 dias que eu tava mal ia no hospital, tomava uma injeção, mandava pra casa, fui no posto marcaram pro dia 28 do mês que vem sendo que eu fui acho que dia 3 dia 28 ainda de março, nunca tem um remédio é difícil achar um remédio que o médico passa (...) ainda bem graças a Deus meus filhos, tem saúde pelo menos nisso Deus ajuda, nisso não é em tudo mais, assim sobre saúde não tá bom não” (mulher da família 12).

“Falta em qualquer lugar em matéria de saúde! Falta em qualquer lugar, tanto faz na periferia, na zona sul, na zona leste, a questão da saúde tá horrível, e eu acho que quem sofre mais, é mais na periferia do que na zona sul na questão de Saúde. Lá na zona sul, se não acho atendimento num determinado local, no outro tem, agora aqui não! Se não acha num lugar, não acha em canto nenhum” (uma das filhas da família 28).

“Ela estava vomitando direto, direto, direto. Aí eu levei ela na segunda feira e o diretor do posto do Jd. Maia disse que era normal. Aí eu disse para ele que não é normal porque não sou marinho de primeira viagem, de trocar uma fralda, destocar e trocar e isso aí não era normal. Aí as enfermeira viram que ela estava ficando (...) e acionaram a ambulância. Foi quando o Dr. Ari constatou que ela estava com desidratação de terceiro grau. Só que eles não procuraram saber qual o motivo da desidratação, aí ela tava com infecção intestinal. Aí ficou segunda, terça e quarta, na quarta deram alta e na quarta-feira mesmo 15 para meia noite voltou para o hospital. Já voltou em coma. Deram só soro

por causa do vomito e diarreia. *Porque ela já estava com infecção intestinal e os médicos não descobriram isso, aí ela teve uma convulsão e parada respiratória. Ela tinha um mês e meio. Mas aí, o diagnóstico dos médicos é de que ela ia ser uma criança vegetal. Ela não ia ouvir, não ia falar, não ia enxergar. Hoje graças a Deus ela ouve bem, enxerga bem, tem um pouquinho de dificuldade de falar, mas fala*” (mulher da Família 28).

“Não temos um posto de saúde, o posto de saúde que tem é na Vila Itaim, já um outro bairro, não temos um posto de saúde aqui no Jardim Romano, hospital não temos, EMEI não temos. Quando a gente precisa, a gente vai lá no Tide Setúbal que é lá em São Miguel, ou no Santa Marcelina, que é no Jd. das Oliveiras lá do outro lado, ou posto de saúde nós temos de sair daqui, andar 20 minutos até a Vila Itaim, para poder fazer uma consulta que demora um mês, especialista até de 4 a 6 meses. e enquanto isso estão com os filhos sem possibilidade nenhuma de um bom hospital, chega num pronto-socorro demora de 3 a 4 horas para ser atendido ou às vezes o dia todo, morrem e matam nos corredores de hospitais, muitas vezes adquirem infecção hospitalar, tem um péssimo atendimento”.(mulher da Família 29)

Os relatos são mostras significativas que revelam as dificuldades que as famílias têm para acessar os serviços de saúde ao mesmo tempo em que denunciam as condições de atendimento desses serviços. Por meio deles, pode-se perceber o tipo e a qualidade dos serviços prestados à população, bem como a luta e o sofrimento das famílias para serem ouvidas e atendidas como pessoas com direitos e não apenas como mais um número. Isto coloca a questão de que não basta ter o equipamento, a qualidade do serviço é primordial para a população.

A mulher da Família 19 sai do bairro Fazenda Itaim, no primeiro ônibus do dia, para ir marcar uma consulta para seu filho no Hospital das Clínicas, que é marcado. Para lá chegar, ela gasta em média, três horas, e o mesmo tempo para voltar, ou seja, essa mulher gasta seis horas do seu tempo, somente para agendar uma consulta para seu filho que é negro, e estava com alguns sintomas de anemia falciforme. O sacrifício que faz, segundo ela, é porque precisava ter certeza muito rapidamente se seria diagnosticada a anemia falciforme em seu filho. Se dependesse da consulta que havia sido agendada na unidade básica de saúde do Jardim Camargo Novo, que fica a dez minutos de sua casa, seu filho teria que esperar seis meses. As mulheres das Famílias 2, 9 e 15 levam seus filhos para fazer tratamento num ambulatório de especialidades⁹² médicas, que fica no centro da cidade

⁹² Para o atendimento da demanda que necessita de atendimento com especialista, existe no Sistema Único de Saúde (SUS) uma central de distribuição de vagas de diversas especialidades médicas. Em relação às

(no Anhangabaú). Elas relataram que a forma com que são tratadas e a confiança que elas têm nos médicos e na assistente social do serviço justificam o esforço que fazem. Mesmo tendo que se deslocar do distrito do Itaim Paulista para o ir a um serviço de saúde no centro da cidade. Dizem, ainda, que além de confiar nesses dois profissionais, elas sentem que aprendem quando estão diante deles. A qualidade da relação com o agente institucional e o padrão dos cuidados são mais importantes do que a proximidade.

Pelo número de habitantes (451.839) existentes nos dois distritos e pela qualidade de serviços existentes, é fácil compreender por que as famílias buscam em outros distritos, no centro da cidade ou em qualquer área da cidade, serviços de saúde como hospital, pronto-socorro ou serviços especializados. As famílias relatam que chegam a esperar até seis meses por um agendamento de consulta ou de exame.

Um dado que ilustra bem essa realidade é o fato de que nenhuma das quarenta famílias deste estudo faz parte do universo daquelas que são acompanhadas pelas ações do Programa Saúde da Família, mesmo que nos dois distritos tenha quatro unidades básicas de saúde onde o PSF foi implantado. Verificando as diretrizes do programa, descobri que essas famílias não foram incluídas nas ações de saúde do PSF, por estarem fora da área de abrangência das unidades em que o programa funciona.

Os dois hospitais da rede pública que essas famílias mais utilizam quando necessitam de atendimento de saúde são: o Hospital Municipal Tide Setúbal, que é a grande referência para a maioria da população do Jardim Helena, que está localizado no distrito de São Miguel Paulista, e as famílias gastam cerca de 20 a 25 minutos de ônibus/lotação, e 45 a 50 minutos a pé. O outro, é o Hospital Estadual que é gerenciado pela Organização Social Santa Marcelina. Este, fica no distrito do Itaim Paulista, que também é referência de serviço de saúde para as famílias que ali moram, ainda que quando precisam, o tempo de espera nunca é inferior a cinco horas, independentemente dos sintomas ou queixas dos pacientes. Este hospital, mesmo estando localizado nas proximidades dos bairros: vila Itaim, Jardim Santa Margarida, Jardim Célia e Jardim Romano, não é o preferido dos moradores, dizem que utilizar os serviços oferecidos pelo Hospital Municipal Tide Setúbal.

especialidades médicas, o SUS define que é necessário ter um ambulatório de especialidade médica em cada região. Na cidade de São Paulo os ambulatórios de especialidades médicas funcionam nas coordenadorias regionais das subprefeituras. O ambulatório de especialidade médica que atende os moradores dos dois distritos (Jd. Helena e Itaim Paulista) está instalado no Hospital Municipal Tide Setúbal.

6.2 Serviços de educação nos distritos

As famílias dos dois distritos se queixam da insuficiência de escolas e reclamam da qualidade do ensino que são oferecidos nos serviços de educação, principalmente os das escolas estaduais. Relataram que além das escolas serem precárias, são insuficientes para atender com qualidade a demanda que necessita ser inserida na rede. Todas preferem que seus filhos estudem em escolas municipais. As razões dessa preferência estão relacionadas, segundo elas, ao fato de os professores não faltarem, a existência do programa Leva Leite, da merenda escolar, e dos materiais (livros, cadernos, uniformes, mochilas) que seus filhos recebem. As escolas estaduais não incluem estes serviços.

Acerca do conteúdo que é ensinado e sobre os equipamentos, as entrevistadas contaram que as escolas ainda são inseguras, desorganizadas, violentas e que o ensino é muito fraco, inclusive, algumas das mães entrevistadas afirmaram que seus filhos passam de ano sem sequer saberem ler o que escrevem.

“Meus filhos não estão muito bem na escola, não sei se é o ensino, se é ele. Ele está na terceira série e ele não sabe ler ainda, eu acho que a escola que é péssima, tanto que eu queria mudar ele para a municipal, dizem que os professores ensinam muito bem, porque nessa escola aí, nem o outro, não sabe ler ainda (..) Ah ele, eu ensino ele, eu ajudo ele, eu procuro ajudar, e assim ele vai indo, não sabe muita coisa não, de continha, lê...” (mulher da Família 40).

O descompromisso com o aprendizado da criança gera sentimento de abandono.

“Eu pensava que as minhas filhas iam estudar em escolas boas, hoje eu vejo que elas estão na escola pública e o ensino está cada vez pior, eles não tão nem aí para isso, porque o pobre para eles tem que passar, né? É a educação continuada, tem que passar, vai passando, deixa esse povo estudar, quando vai lá na frente, vai prestar um vestibular lá na USP, para ver como é que está. Não sabe de nada, lê porque aprendeu a ler, pelo menos ler na escola pública, então essa é a diferença, porque eu pensei, eu esperava ter filhas em boas escolas, eu tenho filhas em escolas públicas e eu pretendo mudar esse quadro ainda, num futuro bem próximo...” (mulher da Família 36)

“Escola também, o ensino tá uma porcaria, a professora se a criança sabe, sabe, se não sabe também que se vire, ela tá sabendo e aí aqui a noite meu menino estudou o ano passado agora nem quis estudar o ano esse ano, a professora falava pra eles pra mim eu já sei vocês que aprende vocês aprendem não quer, quer fazer faz não quer não faz, já são desobedientes ainda dá umas respostas assim, se pas... as pequenas se põe na

lousa lá se sabe faz, se não sabe fica sem fazer, porque antigamente era mais diferente estudo, o pouco que eu estudei eu sei muito pelo que eu estudei primeiro, primeiro ou foi segundo ano que eu fiz escola, minha menina eles já não tem interesse ainda tem essa de passa direto, minha menina não sabe ler, ler que nem eu leio. Eles lêem mais fraco, porque eu estudei só até o 1º ano, eu leio, eu leio qualquer coisa, escrevo, as vezes eu escrevo assim faltando a palavra certa ou escrevo errado, mais pelo que eu estudei, eu tive um ótimo estudo porque se vai pro pré, o único pré que ensina direito é o pago, porque esses outros aí eles ensinam letra de forma e mais nada pra criança. Quando vai pra escola que precisa escrever de mão elas não sabem, é o que acontece aqui não só aqui como eu vejo todas as crianças que eu conheço porque eles ensinam só a de forma a de mão não ensinam pra criança vai pra escola não sabe fazer fica lá quebrando a cabeça. Chega em casa vai perguntar pra gente a gente que tem que explicar porque hoje em dia quem tá ensinando mais os filhos são os pais que chega em casa tem que ensinar tudo: ‘mãe como faz isso? mãe como faz aquilo?’ a gente, eu tenho que tá explicando (desce daí desmilingüido) tem que tá explicando pra criança, eles ensina de letra de forma já tá ótimo pra criança já sabe tudo mais não sabe. Daí eles aprender a de mão, quando tá na escola é um quebra-cabeça pra eles...” (mulher da Família 12).

“Não, no momento, não, porque ela, a sra. Helena, lá do Tutelar acha que ele brigou lá no colégio. O diretor não quis dar vaga. Ela cobra que eu tenho que falar com a Delegacia de Ensino. Tomara que essa Delegacia de Ensino vá me ouvir. Bom, quem manda no colégio, o diretor, comprou o colégio, então! Deixa ele lá, deixa eles estuda! Eles dizem que não tem vaga. Meu filho já estudou lá, ele simplesmente transferiu. Deu um problema na escola. O meu filho tinha uma professora. Como tal adolescente rebelde, ele falou assim: “É, a gente podia colocar o lixo em cima da porta pra cair em cima da professora!”. Um garoto que mora aqui, ele colocou, porque ele não conseguiria colocar em cima da porta. O lixo caiu, mas não caiu na professora. Ele falou que foi meu filho, e exigiu que o Sr, Flávio tirasse ele do colégio. Ele entregou a papelada todinha na minha mão. Nessa época eu trabalhava lá. E falou: ‘Vai no ‘Soldado Hélio e matrícula seu filho’. Fui lá e matriculei, quando (...) É aí ele pegou. Aí quando foi agora, saiu lá da Febem, aí eu fui lá no colégio. Aí o diretor: ‘não, eu não posso colocar ele, não! Não posso colocar ele aqui porque as crianças aqui têm tudo 12 anos, e se quiser coloca no supletivo’.. Aí a mulher ligou pro Flávio (...) O Flávio deu a vaga pro Felipe. Só deixei ele lá (...) ‘Ah, mas eu não posso porque a Magali não quer!’. Eu falei: Mas a Magali não comprou a escola! Aí ele começou a discutir, eu falei algumas coisas pra ele, né (...) Aí falou que ia arrumar uma vaga pra mim no Vicente. Quando eu cheguei lá era à noite e supletivo! Ele não pode

estudar à noite. Aí eu liguei pra Tutelar, pra Sra. Helena, que me disse: - 'Ah, o que você quer que eu faça?', eu falei: *Nada!*. Aí ela falou: *'é melhor você ligar na Delegacia de Ensino e falar com a...'*, ela deu o nome da mulher que eu não me recordo. Falou... *é ela que o Flávio quer dar vaga, só que a mulher não vai me ouvir porque quando ele saiu da Febem a secretária escolar da Febem falou: "Sra., nós vamos cuidar disso". Pô! Nem tentou a escola para ele fazer a prova e nem conseguiu escola pra ele. Como quem comprou a escola foi o Flávio mais a Magali... Porque a escola não é mais dos alunos, é do Flávio e da Magali! A Magali é professora e o Flávio é diretor"* (mulher da Família 7).

A postura adotada pela escola e pela conselheira tutelar referida por essa mãe, na verdade, são atitudes que não condizem com as propostas que já foram conquistadas pelo movimento social, que desembocou na promulgação e regulamentação da lei 8.069, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sancionada em 13 de julho de 1990. O Conselho Tutelar foi instituído para garantir as reivindicações e as solicitações encaminhadas pelas crianças, jovens e suas famílias, no sentido de garantir os direitos estabelecidos pelo ECA. No entanto, suas propostas ainda são muito pouco assimiladas por profissionais, gestores e a população em geral, que não compreendem que crianças e adolescentes vivenciando situações de risco precisam ser mas bem protegidas, como é o caso do adolescente referido no relato da mãe da Família 7, que acabara de cumprir medida socioeducativa de internação, na Fundação Estadual do Menor (Febem/SP).

Estudar significa para os pais crescer e vencer na vida. Nesse sentido, eles driblam quaisquer dificuldades que se lhes apresentem, para continuar investindo nos estudos dos filhos, por acreditarem que o estudo é o legado de oportunidades que podem oferecer aos filhos para enfrentarem a vida com mais facilidades e em melhores condições do que aquelas que tiveram de enfrentar. Nas quarenta famílias deste estudo observei que essa crença é forte, e que foi apreendida como experiência no processo vivido socialmente.

O depoimento a seguir retrata com clareza as estratégias que as famílias criam para oferecer aos filhos estudos com mais qualidade que, de certa forma, possam ser abrir novas oportunidades e alternativas que façam diferença em suas vidas.

"[...] uma educação que não corresponde como assim, uma classe, vamos supor, alta média mesmo, olha meus filhos são daqui eu não moro numa favela, mas ele sai daqui e vão estudar na Penha, porque, porque é melhor estuda melhor, a educação querendo ou não é melhor, o ensino e melhor, eu falo direto eu tenho que ralar, eu ralo, faço de tudo que jeito pra não faltar a condução pelo menos dela, eu falo vocês passam por baixo. Mas a dela não (...) Eu tirei, quando ele veio de Ribeirão, eu fiz questão de

colocar lá na Penha, porque a qualidade de ensino é melhor, a educação é melhor...”
(mulher da Família 18)

Depoimentos com esse conteúdo servem para reiterar a necessidade de ter em todos os bairros da cidade serviços de educação que ofereçam ensino de qualidade, para que nenhum estudante precise se deslocar de seu bairro para estudar, e tampouco ser submetido a um constrangimento de ter de passar por baixo da catraca do ônibus porque seus pais não tinham dinheiro para pagar as passagens de ônibus. Os três filhos da Família 18, que são pré-adolescentes, todos os dias saem de sua casa no bairro da Fazenda Itaim, pegam um ônibus a cinco minutos de sua residência para ir estudar numa escola do bairro da Penha, que fica distante cerca de uma hora de ônibus e gastam em média R\$ 100,00 de transporte por mês. Essa família vive com uma renda familiar *per capita* de R\$ 62,50. O fato de uma família fazer um esforço dessa natureza para que seus filhos estudem em escola que ofereça um ensino de melhor qualidade, é na verdade, uma situação que exige mais energia, que de certa forma, vulnerabiliza ainda mais quem já vive em situação de extrema pobreza.

6. 3. Serviços socioassistenciais dos distritos

Sobre os serviços de assistência social as famílias, em geral se referem como ajuda. Ajuda que é entendida como sendo bondade do governo, das igrejas ou dos presidentes da associação ou instituição que distribuem leite, cesta básica, distribuem remédios e roupas aos necessitados. As famílias não tem claro quais são os serviços ligados a política de assistência social. A creche que atualmente é um serviço da política de educação, ainda é identificados por elas como sendo serviço de assistência social, conforme expressa o relato da entrevistada.

“Aqui a maioria das famílias desse bairro todinho é ajudado por ela viu!. Daqui do Jd. Romano todinho ela atende viu, só tem ela, a outra é do outro lado da linha. Tem mais crianças do que adulto. Tem família ai que tem 5,6,10,12 crianças né, que a maioria aqui tem muita crianças, e quando a mãe arruma um serviço quer por seus filhos na creche não consegue, como a menininha aqui de baixo, a Carina, a mãe dela ficou 5 anos sem serviço, quando ela arrumou aí não teve quem tomasse conta da menina, aí eu fui e tomei conta da menina, ela saiu agora, foi mandada embora em dezembro, aí eu tomava conta porque não tinha vaga”. (mulher da Família 30).

Os programas sociais de transferência de renda são as ações de proteção social mais conhecido entre as famílias, não como um direito, mas apenas, como ajuda do governo. Nenhuma das famílias deste estudo tinha informações acerca do funcionamento,

do critério de inclusão e do tempo de permanência dos programas sociais e, particularmente, do programa renda Cidadã, no qual permaneceram em média dois anos. Diziam que ser incluídas no programa era sempre uma surpresa. Em geral, faziam inscrição ou cadastro para participar de um programa e eram comunicadas que haviam sido incluídas em programas, que nem mesmo haviam feito inscrição, como foi o caso da inclusão dessas famílias no Renda Cidadã/ Fortalecendo à Família.

Uma queixa freqüente que as famílias faziam aos programas era que não sabiam quanto tempo iam ficar incluídas. Só ficavam sabendo quando iam ao banco sacar o dinheiro, e descobriam que não tinham mais nenhum recurso financeiro para receber.

“Eles falaram assim, o dia que cancelar a gente vai chamar vocês, ou avisar, eles não fizeram isso, quando a gente foi no banco já não tinha mais, tem assim alguns continuam outros não. Foi uma grande ajuda que o governo deu né, que valeu a pena esse dinheiro que ele deu, porque muita gente pega o dinheiro e não sabe o que faz, então faz falta sim, aquele dinheirinho, eu falei para a Irani, a Irani também pegava aquele dinheiro todo mês, comprava umas coisas para as filhas dela, porque ela viúva também, não tem marido né, aí eu pegava aquele dinheiro passava na lojinha e dizia, ah! vou comprar alguma coisa para o Wellington, porque não é tudo que ele pode comer, as coisas dele é tudo controlado, e é sempre mais caro as coisas lá. Então, agora por exemplo eu tenho que dá o que tem para comer, né, porque se eu vou lá, com os R\$30,00 de Bolsa-Escola que ele recebe, vai lá eu pego um refrigerante, gelatina dele que criança tem que comer isso também, não é só arroz e feijão, aí já foi o dinheiro, e ele fala mãe quero um chinelo, quero isso, eu falei, agora tem que esperar meu filho, esperar o outro mês porque é assim que tem que ser. (mulher da Família 30).

Em que pese a fragilidade, a capacidade e a pouca visibilidade da rede dos serviços socio-assistenciais, as famílias deste estudo estão entre aquelas que, de certa forma, conseguem ter acesso aos serviços de assistência social, principalmente os programas de transferência de renda. Das quarenta famílias, apenas oito não estavam incluídas em nenhum serviço socioassistencial; 26 recebiam benefício financeiro do Programa Renda Mínima; sete do Bolsa-Escola; 12 do Bolsa Família; três recebiam cesta básica; três freqüentavam projetos socioeducativos; três recebiam leite do programa VivaLeite; duas participavam das atividades socioeducativas do Proasf e uma recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A Família 34, por exemplo, estava incluída em cinco serviços da rede socioassistencial (Renda Mínima, Bolsa-Escola, Proasf, Projeto socio-educativo dirigidos a crianças de 0 a 7 anos de idade, e cesta básica).

6. 4. Outros serviços identificados nos distritos

Em se tratando de serviços e/ou benfeitorias referentes às áreas de esporte, lazer e cultura, são poucos os serviços existentes nos dois distritos. Dentre as famílias do Jardim Helena que explicitaram que ainda conseguem se divertir, elas informam que vão buscar diversão fora do bairro e do distrito, como por exemplo, o CEU Curuçá, a Casa de Cultura do Itaim Paulista, o Telecentro e o cinema do shopping Itaim. Esses locais ficam fora do distrito, e para se dirigirem até lá, as famílias têm de despende, no mínimo, de 25 a 30 minutos ou até uma hora a pé.

“[...] ó minha filha, essa daí a L, saiu agora, ela vai para o Centro Cultural do Itaim, do Centro Cultural vai para o Telecentro, do Telecentro ela vai, eu sei onde ela tá, fia, não sei o momento certo que ela tá, ela vai para o CÉU Vereda, ela vai para o CÉU aqui do Curuçá (...) Ó, nós ia aqui no Diretão, né? Nós ia de pé, porque nós faz de tudo para economizar, o que dá para economizar. Nós vamos, nós vamos de bicicleta, nós da uma volta aqui no quarteirão mesmo, dá uma saída, chupa um picolé, conversa aqui, fica assistindo filme, fica conversando. Uma vez por mês, a gente gasta R\$10,00 para uma de nós ir ao cinema no shopping Itaim Paulista, uns 25 minutos a pé. Quem vai assiste e quando volta a gente se reúne e fica comentando o filme, dando e risada. No próximo mês vai outra...” (mulher da Família 26).

“Ela se diverte porque ela vai nos passeios da escola, tem passeio do Sesc Itaquera, ela tá lá ó, eu corro atrás eu não sou uma pessoa parada, vou assim no CEU Curuçá... Eu fui no CEU matriculei, ela faz basquete no CEU...” (mulher da família 33).

“[...] chega fim de semana, eu saio com meu filho. Às vezes a gente vai comer uma pizza, às vezes ali no ‘Mando’ a gente vai comer uma batatinha frita, quando o dinheiro dá, a gente manda trazer aqui em casa” (mulher da Família 23).

São muitas as dificuldades e os obstáculos que as famílias deste estudo enfrentam, e experimentam no cotidiano. Dificuldades que potencializam o sofrimento e as complexidades que essas famílias vêm experimentando ao longo de suas histórias e trajetórias. Para viver, elas desafiam e driblam criativamente, as adversidades imposta pelas condições da pobreza. Mas, sem dúvida, precisam de apoio e de proteção social de uma rede de serviços que funcione de forma articulada e numa lógica de complementariedade, para de fato dar suporte e apoio às necessidades das famílias.

CAPÍTULO III – PROGRAMA SIMPLES PARA ATENDER FAMÍLIAS COMPLEXAS

Desde 1988, quando o Congresso Nacional aprovou a nova Constituição Federal (CF-88), o Brasil inaugura uma nova fase nas políticas públicas, particularmente na área social. A CF-88 criou o Sistema de Proteção Social Brasileiro formado pelo tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social, que passou a constituir o Sistema de Seguridade Social brasileiro.

“[...] o processo de rearticulação da sociedade civil brasileira, que marcou os anos 1980, colocou a luta política por direitos sociais básicos. Nesse contexto de efervescência popular é destacada a questão da cidadania, cujo marco foi a ampliação dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988, que introduziu a noção de Seguridade Social. Ampliam-se os deveres do Estado para com os cidadãos bem como se vivencia maior visibilidade política e acadêmica sobre as questões sociais” (Silva, et alii, 2004: 17 - 18).

A demanda da Constituição Cidadã (CF 88) introduzia o Sistema Único de Saúde (SUS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essas inovações fizeram avançar direitos difusos ao patamar de legalidade, além de legitimar as reivindicações de movimentos sociais que já vinham experimentando inovações, que possibilitaram o desencadeamento de programas voltados para crianças, adolescentes, saúde, famílias, pacientes crônicos e muitos outros, que no âmbito jurídico e social, materializaram direitos sociais relevantes nos anos posteriores.

A assistência social ganhou, nesse contexto, *status* de política social de direito, o que mudou o curso de sua trajetória montada em práticas patrimoniais e conservadoras. Sem alcance como política de direito, ainda é muito pouco visível, tímido, controvertido, mas persistente, apesar disto, é hoje reconhecida como política indispensável à seguridade social. Para que alce, de fato, o estatuto de direito, é preciso ainda uma mudança na compreensão e no significado que a assistência social como política nacional desencadeia nos âmbitos cultural e econômico.

“O discurso popular, que coloca a necessidade do resgate da dívida social, é apropriado pelo Estado. Parece que se estava caminhando para a possibilidade de universalização de direitos sociais básicos, com garantias de mínimos sociais. Todavia, a partir dos anos 1990, com a crise fiscal do Estado e a opção do governo brasileiro pelo

projeto neoliberal, no plano da intervenção estatal, foram impostas limitações para os programas sociais, o que se concretizou nas reformas da Constituição Federal de 1988” (Silva, et alii, 2004: 18).

A partir de 1991, é lançado o projeto do senador Eduardo Suplicy do PT/SP, para que fosse instituído o Programa de Garantia de Renda Mínima. Em nível nacional, ampliam-se as discussões sobre a pobreza e a fome, e foi criado o Fundo Nacional de Combate à Pobreza. A campanha de mobilização Nacional Contra Fome e Pela Vida, liderada pelo sociólogo “Betinho”, sem dúvida nenhuma, foi uma grande iniciativa no sentido de abrir caminhos para a necessidade de serem criadas políticas públicas efetivas de inclusão e proteção social. Em 1995, os programas sociais, particularmente, os de transferência de renda, começam a trazer mudança de enfoque, tanto como proposta de proteção social como o tipo de público para o qual está sendo direcionado.

“As propostas dos anos 70 e 90, na forma dos programas de transferência de benefício monetária como instrumento de combate aos graus mais gritantes de desigualdade de renda, dirigiam-se aos pobres, sem qualquer tipo de discriminação. A introdução da família, como foco da política de combate à pobreza, muda os rumos do debate e reduz o público do alvo. Já não os pobres, mas um grupo entre eles: aqueles que têm crianças e adolescentes. No projeto de 1991, todos aqueles que auferissem uma renda inferior à renda mínima estabelecida teriam direito a uma renda complementar de responsabilidade do Estado” (Fonseca, 2001:121).

A compreensão que norteia grande parte dos pesquisadores, gestores e técnicos, é a de que, é a família e não mais o indivíduo, que deva ser priorizada como universo de atenção dos programas sociais.

“Retomar a família como unidade de atenção das políticas públicas não é um retrocesso a velhos esquemas. É, sim, um desafio na busca de opções mais coletivas e eficazes na proteção dos indivíduos de uma nação” (Brant, 1994:93)

É com essa perspectiva que os programas sociais de transferência e complementação de renda elegem a família como referência, e não como unidade de trabalho. Perspectiva que não prevê a construção de uma proposta metodológica de trabalho social com as famílias, ainda que esteja embutida no imaginário das propostas dos programas sociais, a noção de emancipação socioeconômica e cultural das famílias.

Eleger a família como unidade de trabalho significa propor alternativas de trabalho social que, de fato, efetivem sua capacidade e possibilidade como unidade

primeira de coesão social. Para isso, é preciso investir em metodologias de acompanhamento social que facilitem a aproximação, tanto com o universo vivido pelas famílias, como na articulação de uma rede de proteção social. É preciso avançar na tarefa inescapável de criar formas adequadas de intervenção em face dos novos contornos e de expressão da questão social que atingem diretamente os núcleos familiares, acentuando suas fragilidades e contradições. Nesse sentido, é importante que essas famílias sejam fortalecidas no âmbito das ações das políticas sociais, como lugar privilegiado de proteção e socialização primárias, provedora de contenção e de cuidados aos seus membros, mas que necessita também ser cuidada e protegida. Essa percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, que certamente se traduz em problemas desafiadores, uma vez que, nas famílias, essas questões são multiplicadas em proporção exponencial. Além disso, há o fato de que, no Brasil, a vivência da pobreza e das demais formas de exclusão social entre as famílias é muito mais grave e aguda. Decorre dessa realidade a urgência de se aprofundar a visão crítica, acurar os cuidados e manter a objetividade ao se elaborar políticas e programas sociais de proteção às famílias, particularmente, às de baixa renda.

Do ponto de vista desta pesquisa e da intervenção, não há como prescindir do desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentais, técnicos e metodológicos capazes de compreender e interpretar a real situação das famílias com as quais se trabalha. Somente o conhecimento real, constante e atualizado, livre das idealizações ou de modelos pre-estabelecidos, baseado no contínuo refinamento metodológico e na avaliação rigorosa e permanente, pode garantir resultados eficazes e a continuidade das intervenções junto a famílias em tal grau de precariedade.

As famílias “simples” vivem situações cotidianas que, de certo modo, contrariam os direitos fundamentais da pessoa humana - a fome e a impossibilidade da voz são situações muito comuns na realidade dessas famílias, que, vivendo situações de riscos e cercadas pela violência urbana (narcotráfico e crime organizado), enfrentam dificuldades de acesso aos serviços públicos e vivem em contextos de abandono pelo Estado. Esses são fatores que favorecem o isolamento social, a apartação no dizer de Boaventura Santos, em uma muralha sutil e invisível que propicia a solidão individual e familiar.

Nesse sentido, os programas sociais de atendimento às famílias precisam redimensionar suas concepções de famílias e as estratégias de atendimento que têm sido embutidas em suas propostas. Em geral, os gestores públicos formatam programas sociais com propostas pouco plásticas, e nem sempre condizentes com o universo vivido pelas

famílias que são o seu público- alvo. No caso dos programas sociais da área da política de assistência social, as propostas de atenção e de proteção precisam, necessariamente, ampliar o atendimento proposto para além da transferência de renda, o que significa oferecer serviços básicos de apoio, de orientação e de acompanhamento psicossocial às famílias. Serviços que possam se configurar às famílias como espaço continente de aprendizagem, de oportunidades e de possibilidades concretas de inclusão social e de emancipação socioeconômica e cultural.

Essas propostas devem ser resultantes de ações planejadas e programadas, a partir de diagnóstico da realidade que expresse de fato as reais condições em que vivem as famílias. É preciso que os programas sociais direcionados às famílias (não somente os de transferências de renda), criem alternativas articuladas com as ações das demais políticas sociais, que venham de fato contribuir com o processo de superação das dificuldades vividas pelas famílias, advindas das situações de exclusão social. Essa necessidade é urgente para quebrar o círculo vicioso que reitera a permanência das famílias atendidas nas condições de precariedades em que vivem. Precariedades, próprias do processo de exclusão social, consequência resultante da questão social.

As estratégias metodológicas de atendimento às famílias precisam ser propostas de proteção social que fortaleçam e qualifiquem os vínculos relacionais familiares, intrafamiliares e comunitários das famílias, para que o aprendizado e os benefícios adquiridos e recebidos durante o período de permanência nos programas sejam aquisições duradouras. Nesse sentido, o investimento nas capacidades e potencialidades das famílias incluídas nos programas é um forte aliado para que as aquisições sejam de fato duradouras, o que, em última instância, significa a conquista do patamar de uma cidadania social ativa.

1. Programas de atenção às famílias

“Os programas de transferência de renda precisam ser, sobretudo, articulados a uma política econômica superadora do modelo de concentração de renda e desvinculada de um esforço de geração de emprego e renda adotada ao longo da história brasileira. Tudo isso significa a instituição de uma Política Nacional que deixe de ser uma Renda Mínima para se transformar numa Renda de cidadania, para inclusão de todos em condições de dignidade” (Silva, et alii, 2004, contracapa).

Na atenção e proteção social às famílias se observa a existência de pelo menos duas grandes vertentes de programas voltados ao universo familiar. Uns são os programas e/ou ações de proteção e de apoio reconhecidos, identificados e utilizados pelas famílias

que necessitam de atendimento. Essa proteção é buscada como alternativa de enfrentamento e de superação das dificuldades vividas cotidianamente. Muitas das estratégias utilizadas não são necessariamente ações de proteção focadas e direcionadas às famílias. No entanto, elas as identificam e usufruem como alternativas de enfrentamento das dificuldades que lhes causam sofrimento.

O Quadro 1 mostra a quantidade e variedade de programas e ações que as famílias identificam e usam como apoio e proteção às suas necessidades.

Quadro 1 – Programas e ações de proteção identificadas e usadas pelas famílias deste estudo

Programas e ações de proteção identificadas pelas famílias		O que é bom	O que é ruim
Transferência de renda	Renda Mínima	“O dinheiro ajuda nas despesas da casa e a comprar roupa e calçados para crianças.”	“Dinheiro é pouco e não se saber quando se encerra; não ter reunião.”
	Bolsa-Escola	O dinheiro ajuda nas despesas da casa e a comprar roupa e calçados para crianças.”	“Não tem nada de ruim.”
	Renda Cidadã	“O dinheiro, mas as reuniões nunca devia ter terminado, era um espaço para ser ouvida”.	“O corte do dinheiro e as reuniões que acabou.”
	Vale Gás	“É sempre um dinheiro que ajuda.”	“O valor é muito pouco. A gente tinha que receber de dois em dois meses.”
	Bolsa Família	O dinheiro ajuda nas despesas da casa e a comprar roupa e calçados para crianças.”	“Não tem nada de ruim..”
	Benefício de Prestação Continuada BPC	“Dinheiro certo que ajuda a comprar as coisas em casa todo mês.”	“Não tem nada de ruim.”
	Pensão do INSS	“Ter um dinheiro certo no final do mês.”	“Não tem nada de ruim.”
Segurança Alimentar	Cesta Básica	“Aumenta os alimentos da casa.”	“Não ser mensal e a gente ter que ouvir desaforos do presidente.”
	Viva Leite	“Sempre ajuda.”	“A taxa que é cobrada da gente.”
	Leva Leite	“Ajuda muito; é uma despesa a menos.”	“Não tem nada ruim.”
Serviços públicos	Programa de Assistência Social às Famílias	“As reuniões e as atividades.”	“Não tem nada de ruim.”
	Assistência Judiciária	“Saber que tem pai e que de alguma forma ele contribui”.	“A demora e o fato de ter que encontrar com a pessoa que a gente não gosta e com quem teve muitos problemas.”
	Febem/SP	“Afasta meu filho de perto das drogas e do crime”; “Ficar longe das más companhias”.	“A saudade que a gente sente, a dificuldade para se visitar o filho e a discriminação.”
	Liberdade Assistida	“Estar perto da gente.”	“Não poder estudar de noite.”
	Conselho Tutelar	“Não tem nada de bom.”	“Não ser atendida na hora que mais se precisa.”
	Projeto socio-educativo	“Lanche e o fato da criança ficar fora rua.”	“À distância de casa.”
	Telecentro	“Lugar para fazer as pesquisas da escola.”	“À distância de casa.”
	CEU	“A variedade das atividades; a segurança.”	“Não atender os bairros mais distantes”.
	Escola	“A merenda, o uniforme e o material escolar. Na escola municipal as professoras não faltam.”	A bagunça, o desrespeito e violência. Os grandes usam e traficam droga na frente das crianças.”
Posto de Saúde e hospitais	“O remédio e a atenção de alguns profissionais”. “Ser atendido no mesmo dia.”	“A falta de remédio, demora das consultas a discriminação e o mauatendimento.”	
Filantropia	Ajuda Religiosa	“Os alimentos, as roupas e os remédios.”	“Não poder contar todo mês e o corte.”

As ações, os serviços e os programas identificados pelas famílias não têm necessariamente o foco centrado na família. No entanto, de alguma forma, eles conseguem dar suporte e apoio às necessidades das famílias.

Os comentários feitos pelas famílias em relação aos programas sociais de transferência de renda, de modo geral, expressam o significado que o recurso financeiro recebido dos programas têm na vida delas. Mesmo que o valor da transferência seja reduzido, como foi evidenciado em um dos comentários, em certa medida, ele garante segurança e tranquilidade às famílias que deles dependem para comprar principalmente, alimentos, como revelam alguns dos comentários explicitados pelos entrevistados.

Ao analisar os comentários das famílias relativos aos programas e/ou ações ligados à Segurança Alimentar, observa-se que eles reiteram a necessidade de se ter uma Política Nacional de Segurança Alimentar.

Uma das deliberações da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em 2004, em Olinda – Pernambuco⁹³, foi que deveria ser elaborado um Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar para ser aprovado pelo Congresso Nacional. Talvez essa seja uma das medidas que precisam ser criadas nessa área, para que os programas existentes ultrapassem o limite de ações pontuais, evitando, assim, práticas conservadoras e autoritárias, como as identificadas pelas famílias, que denunciam o pagamento de taxas cobradas e os desaforos a elas dirigidos, por alguns dos dirigentes das entidades que operacionalizam o programa VivaLeite⁹⁴.

Sobre os serviços públicos (assistência social, saúde, educação e jurídico) acessados pelas famílias, os comentários se referem basicamente à qualidade do atendimento oferecido nos serviços e o fato de não terem outras alternativas a que possam

⁹³ Tive informação de que o Poder Executivo encaminhou para o Congresso Nacional o projeto de Lei 6.047/05, referente à Lei Orgânica de Segurança Alimentar, conforme deliberação da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O projeto foi elaborado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

⁹⁴ Este programa é ligado à Secretaria de Estado da Agricultura, que por intermédio da Coordenadoria do Desenvolvimento Agropecuário (Codeagro, firma parceria com entidades socioassistenciais e de mobilização e organização comunitária (associações amigos e de moradores de bairros) de todo o estado de São Paulo. Dados da Codeagro indicam que no estado de São Paulo o Programa Cesta Alimentação atendia, até dezembro de 2005, 80 mil famílias. Destas, 65.000 eram da Grande São Paulo. O programa Leva Leite atende cerca de 700.000 pessoas (crianças e idosos) no estado. Na cidade de São Paulo, o programa atende 204.930 crianças e 7.270 idosos. Nos distritos do Itaim Paulista, o programa é operacionalizado por 79 entidades, que entregam leite para 9.270 crianças e 1.600 idosos. No Jardim Helena, são 65 entidades que entregam leite para 8.100 crianças e 1.200 idosos. Denúncias como as contidas nos relatos das famílias, são ouvidas há muito tempo. No entanto, a única atitude que a Codeagro toma nesses casos, é o descredenciamento da entidade, que perde a cota do leite, prejudicando as famílias vinculadas à entidade. Há muitos comentários, queixas e denúncias, inclusive de profissionais, em relação ao programa. Talvez, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comusan), em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social (Comas) pudessem fazer o controle social da operacionalização e funcionamento do programa, já que o programa tem relação com as duas áreas.

se apoiar e se proteger. No caso específico dos serviços de educação, é importante observar que o acesso que hoje deve ser garantido às crianças das famílias de baixa renda, vai além das vagas escolares em escolas próximas às suas moradias. Para que a escola funcione como um serviço da rede articulada de proteção às famílias, ela necessita garantir que as crianças tenham acesso ao material escolar, alimentação e uniforme, como reconheceu uma das entrevistadas.

Em que pese o esforço para implementar a Política de Assistência Social como política pública de direito, por meio da implantação de uma rede de serviços socioassistenciais, ainda é possível encontrar ações eminentemente de caráter filantrópico, mantidos por setores religiosos, sem qualquer vínculo com a rede de serviços de assistência social, como os identificados pelas famílias.

Os serviços, as ações e/ou programas que as famílias deste estudo identificaram como alternativa de apoio e de proteção social, revelam que há necessidade dos programas e/ou ações de proteção social às famílias funcionar como rede de serviços que se complementam. As famílias mostram de alguma maneira que conseguem acessar e ser apoiadas por serviços que lhes ajudam a enfrentar as dificuldades vividas, conforme expressam as famílias.

Os programas sociais, particularmente os de transferência de renda, datam da metade da década de 1990, ocasião em que a família consegue ser incluída na agenda política nacional e ganha *status* de política pública. Eles surgem com a proposta de melhorar a situação de precariedade a que milhões de famílias brasileiras se acham submetidas. Esses programas trazem diretrizes e propostas de atendimento direcionados para o universo familiar. Entretanto, têm dificuldade de se constituir de fato, como rede de apoio de alcance efetivo às famílias. Suas propostas são isoladas e desarticuladas, o que fortalece a lógica fragmentada, há muito reiterada pelas políticas sociais públicas.

Em que pese a variedade dos programas sociais criados para oferecer proteção social às famílias, na prática eles não cumprem sua função, dada sua dinâmica fragmentada, isto é, sustentada por lógicas setorializadas: complementação de renda; cuidados de saúde; escolaridade; geração de renda; convivência; riscos e vulnerabilidades das relações. Esta lógica fragmentada e independente das propostas impede que haja, entre elas, convergência e completude, causando um sobrecusto às famílias beneficiárias.

É preciso que os programas sociais se configurem como uma rede articulada de serviços, que funcionem sob a lógica da complementaridade em rede. Esta lógica exige que as propostas e as gerências funcionem articuladamente.

Quadro 2 – Programas sociais⁹⁵ de atenção às famílias - Décadas de 1990 a 2005

Programas	Origem	Benefício	Área	Contrapartida	Permanência
Programa Saúde da Família – PSF	Federal	Atenção à saúde	Saúde	Sem contrapartida	Indeterminado
Renda Mínima*	Municipal	Transferência de renda	Assistência Social	Sem contrapartida	18 meses, renovável por mais seis meses.
Bolsa-Escola	Federal	Transferência de renda	Educação	Frequência dos filhos na escola e vacinação das crianças atualizada	Até os filhos completarem 15 anos
Renda Cidadã/ Fortalecendo A Família – PFF	Estadual	Transferência de renda	Assistência Social	Frequência em reuniões quinzenais e geração de renda	18 meses, renovável por mais 6 meses, no máximo
Alimenta S. Paulo	Cesta Básica	Estadual	Uma cesta básica e	Agricultura-Codeagro	Frequência em reuniões mensais
			16 l leite/mês em média		Frequência em reuniões mensais
Programa de Assistência Social à Família - Proasf	Municipal	Acompanhamento social	Assistência Social	Sem contrapartida	Indeterminado, já que foi criado como serviço básico do SUAS
Ação Família: viver em comunidade	Municipal	Acompanhamento social	Assistência Social	Frequente reuniões e atividade sócio-educativa	12 meses
Família na Escola**	Estadual		Educação	Sem contrapartida. A participação das famílias, não exige cadastro e nem inscrição.	Indeterminado
Vale Gás	Federal	Transferência de renda	Ministério de M. Energia	Sem contrapartida	Indeterminado
BPC	Federal/ LOAS	Transferência de renda	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Sem contrapartida	Enquanto a família dos idosos e das pessoas portadoras de necessidades especiais, ou com problemas de saúde viver com renda <i>per capita</i> de um quarto do Salário Mínimo.
Renda Mensal Vitalícia***	Federal	Transferência de renda	Ministério do D. Social e Combate à Fome.	Sem contrapartida	O Benefício durava enquanto a pessoa vivesse.
Bolsa – Alimentação	Federal	Transferência de renda	Saúde	Levar os filhos na UBS para ser monitorado o crescimento e desenvolvimento	6 meses, com renovação de acordo com agenda de compromissos
Bolsa Família	Federal	Transferência de renda	Assistência Social	Frequência dos filhos na escola e vacinação das crianças atualizada	Enquanto tiver filhos menores de 15 anos

* Nota 1 – Os programas Renda Mínima municipais, aos poucos, foram sendo substituídos pelos programas de transferência de renda do Governo Federal, mesmo naqueles municípios que tinham lei específica aprovada na Câmara Municipal dos vereadores. No município de São Paulo, o programa continua e está atendendo um total de 126. 444 famílias. No distrito do Itaim Paulista, este é de 2. 742 famílias e no Jardim Helena 2.025 famílias beneficiárias.

⁹⁵ Para conhecimento mais amplo acerca dos programas sociais de atenção à família, o livro: *A política social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*, de Maria Ozanira da Silva e Silva; Maria Carmelita Yazbek e Geraldo di Giovanni, oferece grande contribuição.

** Nota 2 -- Este é um programa que não tem a família como foco principal. É ligado à Secretaria E. de Educação do estado de São Paulo. Resolvi incluí-lo como programa de proteção às famílias considerando que as atividades desenvolvidas colaboraram com a rede de proteção social. Segundo a Secretaria de Educação do Estado, reúne mais de 5 mil profissionais da educação, 30 mil estudantes universitários e milhares de voluntários para criar uma cultura da paz, despertar potencialidades e desenvolver hábitos saudáveis junto aos mais de 7 milhões de jovens. O objetivo do Programa é a abertura das escolas estaduais nos finais de semana para a comunidade. Cerca de 6 mil escolas da Rede Estadual de Ensino transformam, nos finais de semana, em centro de convivência, com atividades voltadas às áreas esportiva, cultural, de saúde e de qualificação para o trabalho. Ninguém do programa soube me informar o nível de adesão das pessoas. Diretores e coordenadores do programa se limitaram a dizer que a adesão ou era baixa ou era média. Mas que em todas as escolas dos dois distritos o programa está funcionando.

*** Nota 3 – Este programa foi criado em 1974, por meio da Lei 6.179. Este incluía pessoas a partir de 70 anos de idade. Em dezembro de 1995, ele foi extinto por meio do Decreto nº 1.744, que também extinguiu o auxílio funeral e o Auxílio Natalidade. As pessoas incluídas no programa continuarão recebendo até a data de sua morte. Todas aquelas pessoas que na época da extinção da Lei que criou o programa preenchiam os critérios de inclusão podem solicitar o benefício, baseando-se no princípio do direito adquirido.

O Quadro 2 revela que os programas sociais de atenção à família, ainda que tenham mudado o foco da atenção, continuam seguindo a lógica dos programas anteriores - a lógica setorial e independente, que não leva em consideração o sistema de proteção e seguridade social. Não são criados na perspectiva de serviço, próprios dos sistemas de atendimento, como é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS). Talvez com a efetiva implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), essa lógica de atendimento fragmentada e descontínua tenda a se extinguir e a qualificar o atendimento previsto em cada uma das propostas de proteção social. Dentre os programas apresentados no Quadro 2, há os que já foram até extintos, como é o caso do Proasf⁹⁶ e do Cesta Alimentação⁹⁷. Outros mudaram de nome e de funcionamento, e outros foram unificados no programa Bolsa Família, como é o caso do Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação, Bolsa-Escola e Vale-Gás. Dos programas que têm a família como foco, somente o Programa Saúde da Família (PSF) se configura atualmente, como um serviço básico de um sistema de atendimento, o Sistema Único de Saúde (SUS).

O tempo de duração, a fragilidade ou a falta de monitoramento efetivo e sistemático, a descontinuidade das propostas têm sido os grandes problemas vivenciados pelos programas sociais.

⁹⁶ O Proasf foi um serviço municipal da rede básica de proteção social do sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade de São Paulo, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), que funcionou de fevereiro de 2004 a julho de 2005, em parceria com universidades (Unisa, Unicsul, FMU e São Judas) e Organizações Não-Governamentais (Fundação, Orsa, Nossa Senhora Bom Parto, Ibeac, e Santos Mártires).

⁹⁷ A Cesta Alimentação fazia parte do escopo do programa “Alimenta São Paulo”, da Secretaria de Agricultura e coordenado pela Coordenadoria de Agricultura (Codeagro). Esta ação foi executada por entidades socioassistenciais e de mobilização e organização comunitárias (Sociedades Amigos e Associações de Moradores). Sua extinção ocorreu em dezembro de 2005, mas há algum tempo não vinha mais fazendo inclusões de famílias. Fui informada pela coordenação de que os recursos financeiros deste programa foram remanejados para o Programa Renda Cidadã.

A realidade vivida pelas famílias brasileiras, em especial as de baixa renda, exige que se desenvolvam programas que funcionem como serviço articulado em rede, com caráter permanente e com qualidade. Desenvolver serviços públicos com essas características requer que se tenha um amplo e detalhado conhecimento da realidade social vivida pela população que se quer atingir, tanto no que diz respeito às dinâmicas no universo das relações sociais (individuais, familiares e comunitárias), como das condições e possibilidades existentes nos territórios. Esse processo de conhecimento requer identificar e conhecer atores e lideranças locais, serviços existentes (públicos e privados), articular e formar parcerias, aproximar e abordar famílias. Processo que é moroso, paulatino e exige constante estabelecimento de vínculos, já que se quer promover autonomia, crescimento e emancipação socioeconômica e cultural da população envolvida. Essa “descontinuidade” ou ameaça de descontinuidade é entendida pelas famílias e pelas equipes executoras como perda, e acarreta uma descrença nas propostas apresentadas pelos programas.

As famílias de baixa renda que são o público-alvo dos programas sociais, de modo geral, ainda vêm sendo atendidas de forma fragmentada em programas descontínuos, que sofrem sempre mudanças, tanto de técnicos como do serviço que oferecem. Essa realidade tem possibilitado, até então, o estabelecimento de uma frágil integração, vinculação e compreensão acerca do universo vivido pelas famílias, tanto das equipes que planejam como das que prestam atendimentos, de um lado, e, de outro, têm dificultado a aprendizagem e as oportunidades de enfrentamento das situações vividas pelas equipes de trabalho e pelas famílias atendidas.

2. O programa saúde da família

O Programa Saúde da Família instalado no Sistema Brasileiro de Saúde (SUS), de caráter único, tem sua origem e inspiração no programa Médico de Família operacionalizado em Cuba. Suas principais propostas são prever a reversão do modelo assistencial vigente, na sua forma de atenção, atuação e organização geral dos serviços.

Criado em 1994, o Programa Saúde da Família (PSF) tem como propósito organizar a prática da atenção à saúde em novas bases e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto da família e, com isso, melhorar a saúde dos brasileiros. A estratégia do PSF incorpora e reafirma os princípios básicos do SUS: universalização, descentralização, integralidade e participação da comunidade. Tal estratégia prioriza as ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua. O atendimento é prestado na Unidade Básica de Saúde (UBS) ou no domicílio,

pelos profissionais (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde) que compõem a equipe de saúde da família. Assim, esses profissionais e a população acompanhada criam vínculos de co-responsabilidade, o que facilita a identificação e o atendimento aos problemas de saúde da comunidade.

O grande avanço do atendimento que realizado pelo PSF é atender às famílias em seu próprio ambiente de moradia, espaço onde as relações intra e extrafamiliares são construídas, assim como a luta pela melhoria das condições de vida. Fazer um atendimento com essa proximidade permite uma compreensão ampliada sobre o processo saúde-doença, com possibilidades de se fazer intervenções com maior impacto e significado social. Prestar atendimento nessas condições pode significar, ainda, que se tenha um olhar técnico e político mais ousado para romper com os limites impostos pelos muros das unidades de saúde.

“Este programa é hoje a principal proposta de reorganização do atendimento do SUS. Ele humaniza a relação profissional de saúde/cidadão, reorganiza as referências e racionaliza os gastos. É esse esforço de mudança estrutural que vai resolver, a médio prazo, o problema das filas nos nossos hospitais e prontos-socorros” (Eduardo Jorge, in Souza, 2002: 29).

O PSF é um programa público que conseguiu se estabelecer como serviço que garante grande resolutividade nas questões de saúde básica da população, principalmente nos municípios de pequeno porte. Essa facilidade de implantação e de penetração do programa nos municípios de até 20 mil⁹⁸ habitantes, e as dificuldades do programa nos municípios com mais de 100 mil habitantes, já vinha sendo discutida desde 2002⁹⁹. Há quem afirme que essa dificuldade de penetração que o PSF enfrenta nos municípios de grande porte, nas capitais e regiões metropolitanas, esteja associado ao fato de a população estar acostumada com os serviços especializados, cultura que circula e que se avoluma, fazendo com que a população busque atendimento nos serviços de maior complexidade, como é o caso dos prontos-socorros e hospitais.

Levantamento do Departamento de Atenção Básica, do Ministério da Saúde (feito entre janeiro e agosto de 2005), indica que a cobertura realizada pelo PSF é de 43, 4% da população. Para fazer a cobertura dessa população, o PSF conta com 23,9 mil equipes, que estão em funcionamento, em 4,9 mil municípios brasileiros. Dados do

⁹⁸ O documento da Política Nacional de Assistência Social indica que o número de municípios com até 20 mil habitantes está em torno de 4.018. Neles, reside uma população estimada em 33.437.404 habitantes (rural e urbana).

⁹⁹ Sinais Vermelhos do PSF. Organizado por Maria Fátima de Souza. Hucitec, São Paulo, 2002

Ministério da Saúde indicam que a cobertura do programa é progressiva, inclusive nos grandes centros urbanos onde o programa tem dificuldade, e ainda não conseguiu superar as dificuldades de ampliação do atendimento, de forma a cumprir a meta de 100% de cobertura. Esse é um dos pontos de estrangulamento do programa, já que nesses grandes centros urbanos, nas regiões metropolitanas e, particularmente, nas metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, reside mais de 50% da população brasileira.

“Assim, os sujeitos sociais que ‘aderiram’ à proposta ao longo desses anos vêm cumprindo seu papel de articulador e ‘demonstrador’ dos resultados positivos e dos desafios dessa estratégia nos diferentes níveis de governo. Em especial, os municípios que trazem para si esse projeto político têm contribuído para afirmar, em “público”, um conjunto de idéias que possam sustentar a tese de que os princípios organizativos do PSF de fato valem para qualquer espaço social, seja urbano, rural, pequeno, médio ou de grande porte. Portanto, serve para capitais e regiões metropolitanas do Brasil (...) por que estas estratégias nos grandes centros urbanos não assumem de fato a responsabilidade de tornar-se o eixo estruturante da Atenção Básica, em vez de correr e/ou concorrer com a forma de organização dos sistemas de saúde vigente nestas cidades? (...) e o que representa a baixa cobertura dessas estratégias nas metrópoles globais (São Paulo e rio de Janeiro), nas metrópoles nacionais (Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, Curitiba, Recife e Porto Alegre), e nos centros regionais em especial nas capitais?” (Souza, 2002: 25).

O Quadro 3 trás os dados de uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde acerca do atendimento realizado pelo programa. O jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição do dia 12 de março de 2006, publicou alguns dados relativos à cobertura que o PSF vem conseguindo fazer nesses anos de funcionamento.

Quadro 3 - População brasileira coberta pelo PSF - em porcentagem

Ano de referência	Cobertura %
1998	6,55
2002	32,05
2004	40,40
2005	44,40

Fonte: Ministério da Saúde.

Os dados do Quadro 3 mostram que a cobertura realizada pelo PSF tem um crescimento progressivo desde que foi implantado como serviço de atenção básica do SUS, mas a cobertura realizada pelo programa ainda é insuficiente, já que não consegue fazer

uma cobertura universal da população que dele necessita. Ao observar as porcentagens de cobertura que o programa atingiu em 2005, se observa que apenas um quarto da população brasileira está sendo contemplada com as ações do PSF.

Dados do Fundo Nacional de Saúde apontam que no estado de São Paulo, o programa Saúde da Família (PSF), já instalou 488 Programas de Agentes comunitários de Saúde (PACS), que está presente em 76,7% dos 645 municípios. Os programas de Agentes Comunitários estão conseguindo fazer uma cobertura a 10.688.508 de pessoas, o que equivale a 27,3% da população paulista. Paralelamente às implantações das PACS, foram também instaladas no estado, 454 equipes de Saúde da Família, equivalendo à presença nos 70,4% dos municípios. As equipes do PSF estão atendendo a um total de 8.4476.333 de pessoas, o que equivale a 21,9% da população do estado.

Na cidade de São Paulo, o PSF começou com a instalação do Projeto Qualis I em Itaquera, zona leste da capital, e o Qualis II, na zona norte e sudeste da capital. Os dois projetos foram executados por meio de convênio com o Hospital Santa Marcelina e a Fundação Zerbini. Em abril de 2001, a Secretaria Municipal de Saúde implantou o PSF como serviço de atenção básica.

Nos dois distritos¹⁰⁰ das famílias pesquisadas (Itaim Paulista e Jardim Helena), existem quatro unidades do PSF, sendo três no Itaim Paulista e uma no Jardim Helena, conforme já demonstrei no Capítulo I. Nenhuma das quarenta famílias deste estudo são atendidas pelas ações do PSF, já que elas residem fora dos seus quatro territórios de abrangência. O PSF também funciona referenciado na lógica setorializada. Talvez essa seja uma das razões dessas famílias estarem entre aquelas atendidas pelas ações do PSF. O fraco e quase inexistente trabalho de articulação intersetorial, que apesar de necessário e de muita significância, ainda é muito pouco usual e efetivo nos vários setores que planejam, programam e prestam atendimento nos vários serviços das políticas sociais.

Fui informada pela diretora de saúde da região (subprefeitura de São Miguel) que o PSF na cidade de São Paulo tem grandes dificuldades para fazer o atendimento efetivo das famílias. Segundo a gestora, um dos principais problemas vivido pelo PSF na

¹⁰⁰ As três Unidades Básicas de Saúde onde funciona o PSF no distrito do Itaim Paulista foram instaladas entre 2003/2004, e estão localizadas nos seguintes endereços: UBS - Jd. Indaiá / PSF - Rua Antonio Leme Guerra, 182 - Jd. Indaiá. Nesta unidade, há quatro equipes e 14.408 pessoas cadastradas. Na unidade básica Atualpa Girão Rabelo, que se encontra localizada na rua Ilha do Arvoredo, 10 - Vl. Morgadouro, o PSF possui três equipes, que atende 9.471 pessoas cadastradas. Na UBS/PSF Cidade Kemel - av. Kemel Adas, 1031 - Cidade Kemel, que possui quatro equipes e atende 16.536 pessoas cadastradas. A unidade do PSF do Jardim Helena é a UBS/PSF Jardim Maia, que foi instalada na rua Marfim Vegetal, 108; nela existem cinco equipes e 16.124 pessoas cadastradas. As 40 famílias que participaram deste estudo residem fora desses quatro territórios, talvez por isso nenhuma é atendida pelas ações de saúde do PSF.

cidade é não ter uma equipe de profissionais que compreenda a proposta do programa e suas reais dimensões. Muitos dos profissionais que trabalham nas unidades do PSF, particularmente os médicos, são contrários às propostas do PSF, enquanto atenção básica de saúde.

“Na verdade, os profissionais são inexperientes, a maioria não acumula conhecimento acerca da realidade vivida pelas famílias (com exceção dos agentes comunitários). No caso dos médicos, na maioria dos casos são recém-formados e/ou aposentados. Há também o fato da rotatividade muito grande desses profissionais, que além de desconhecer a realidade onde trabalham, não gostam do que fazem e invariavelmente, abandonam o programa quando arranjam outras propostas de trabalho”.(Diretora da Coordenadoria de Saúde de São Miguel/Itaim Paulista)

A realidade explicitada no relato da gestora pode ser traduzida como um grande desafio que os gestores do programa precisam enfrentar rapidamente, se quiserem que o PSF cumpra a importante função: ser referência na atenção básica de saúde para a população que utiliza o SUS, principalmente, a população de baixa renda que não dispõe de recursos financeiros para acessar os serviços de saúde mantidos pela iniciativa privada, como é o caso das famílias deste estudo.

3. Programa bolsa família

“[...] programa de transferência de renda com condicionalidades para famílias pobres (...) São dois tipos de benefício: básico e variável. O básico, de R\$50,00, é concedido às famílias com renda mensal per capita de até R\$50,00. O benefício variável, no valor de R\$15,00, é concedido a todas as famílias que tenham filhos de até 15 anos, gestantes, e mães amamentando, até o valor de R\$45,00. O benefício variável também poderá ser recebido pelas famílias com renda mensal per capita de R\$51,00 a R\$100,00. Com isso, cada família pode receber de R\$15,00 a R\$95,00 por mês. O valor dos benefícios significa um importante incremento de moeda circulando nas economias locais, estimulando o seu dinamismo. O programa cria possibilidades de melhoria das condições de vida, contribuindo para a emancipação dos grupos familiares e do desenvolvimento local sustentável e promove o acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social, contribuindo para que o responsável pela família mantenha suas crianças e adolescentes de 6 a 15 anos na escola e também faça acompanhamento de saúde e nutrição das pessoas da família, principalmente das de 0 a 7 anos, das mulheres grávidas e das que estão amamentando” (MDSCF, s/d:13).

O Bolsa-Família foi criado em outubro de 2003, com o propósito de ser um grande e amplo programa de transferência de renda que substituiria os demais programas sociais (Bolsa-Escola, Vale Gás, Cartão Alimentação, PETI, Bolsa Alimentação) existentes em nível federal, por meio do estabelecimento de um cadastro único.

As famílias incluídas nos diversos programas federais de transferência de renda estão sendo recadastradas no Bolsa-Família. Até o momento, ainda não foi concluído o recadastramento das famílias no cadastro único do programa. Por duas vezes, o MDS já prorrogou o prazo de encerramento do recadastramento das famílias no programa, considerando que muitas delas não compareceram para se recadastrar. O último prazo estabelecido pelo MDS foi 31 de março de 2006.

Passados dois anos da implantação do Bolsa-Família, o programa é hoje considerado o maior programa de transferência de renda já existente no país.

“O Bolsa-Família é considerado uma inovação no âmbito dos Programas de Transferência de Renda por se propor a proteger o grupo familiar como um todo; pela elevação do valor monetário do benefício; pela simplificação que representa e pela elevação dos recursos destinados a programas dessa natureza, de modo que, segundo os idealizadores do Programa, não há possibilidade de diminuição da transferência monetária em relação ao benefício então prestado por qualquer dos outros programas” (Silva et alii, 2004:137).

Estudo realizado no final de 2005 pelo Instituto Polis em Belo Horizonte indica que a condição de vida das pessoas incluídas no Bolsa-Família melhorou ou ficou muito melhor depois de suas famílias terem sido incluídas no programa. O levantamento realizado a pedido do MDS indica que o rendimento médio das famílias beneficiárias do programa aumentou 21,3%, o que contribuiu para que 61,7% dos adultos e 66% das crianças dessas famílias conseguisse fazer três refeições ao dia.

O jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 29 de janeiro de 2006, publica reportagem intitulada: “Pobreza cresce em São Paulo e cai no Brasil”. A matéria publica dados do relatório do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, que se baseou na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE. Uma das informações diz respeito à queda do número de pobres no Brasil. A pesquisadora do Instituto Sonia Rocha discute que uma das razões da queda está relacionada com a existência das transferências de renda dos programas sociais, particularmente, o do Bolsa Família.

“No país como um todo a proporção dos pobres caiu de 35,6% em 2003 para 33,2%, principalmente por causa do crescimento do emprego, da valorização do salário mínimo e da expansão das bolsas pagas pelo governo, como as do programa Bolsa-Família.”

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome afirmam que o programa já incluiu, até 2005, 8.907.275 famílias, e pretende incluir, até o final de 2006, 11 milhões de famílias. No estado de São Paulo o programa está implantado nos 645 municípios, e o número de famílias incluídas no programa Bolsa-Família é de 890.615.

Na capital paulista esse número é de 170.805 famílias. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) informa que o número de famílias incluídas no programa nos dois distritos é de 8.696. Destas, 5.241 estão incluídas no distrito do Itaim Paulista e 3.455 no Jardim Helena. Das quarenta famílias deste estudo, dezoito são beneficiárias do Bolsa-Família, sendo onze do distrito do Itaim Paulista e sete do Jardim Helena.

Programas sociais com pretensões como as preteridas pelo Bolsa-Família, como combater a pobreza e a exclusão social, necessitam ter a amplitude necessária para fazer a cobertura de atendimento universal da parcela da população, que sofre com as conseqüências resultantes da questão social. Precisa ter proposta que possibilite a construção de estratégias metodológicas que superem a lógica fragmentada e isolem da complementação de renda. Nesse sentido, o Bolsa-Família precisa se constituir de fato em serviço com condições de prestar atendimento efetivo e com qualidade às famílias. O atendimento a que me refiro precisa ir além dos limites da transferência de renda. Na verdade, estou me referindo ao trabalho de acompanhamento social das famílias. Para tanto, se faz necessário que o Bolsa-Família avance para o patamar de serviço do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), patamar que vai permitir que o programa se transforme em serviço cuja lógica seja a da complementaridade, com condições de oferecer atenção e proteção social às famílias.

4. Renda cidadã/ Fortalecendo a família¹⁰¹

O programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família é a versão atualizada do programa estadual que foi criado em 1986 pelo Instituto de Assuntos da Família (Iafam). Este Instituto era uma das coordenadorias da então Secretaria de Estado da Promoção Social, hoje denominada de Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS). Na época, o programa transferia para as famílias em situação de risco, com uma renda *per capita* de R\$ 50,00. O valor transferido para cada família variava de acordo com o número de pessoas, até o máximo de dez pessoas. Portanto, uma família composta por dez ou mais pessoas, receberia do programa o valor máximo de R\$450,00.

Em 1997 o programa mudou de nome, passou a se chamar Complementando a Renda, mas manteve as propostas e as estratégias de atendimento às famílias (transferência de renda de R\$ 50,00, variando de acordo com o número de pessoas da família e acompanhamento social, através de atividades socioeducativas e de geração de renda). A partir de 2002, o programa passa por uma nova reestruturação, ocasião em que foi definido, *per capita* de R\$60,00 como valor único para todas as famílias que fossem incluídas no programa, independentemente da quantidade de pessoas que fizessem parte da família. O trabalho socioeducativo previsto no programa deixou de ser financiado pelo estado, passando a ser atribuição dos municípios que celebravam convênio com o estado.

Hoje, após passar por várias modificações, inclusive na forma de gestão, gerenciamento e execução, o programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família funciona por meio convênios com as organizações não-governamentais e prefeituras municipais. Segundo dados da Seads, o programa atendeu, em 2005, 135 mil famílias, e tem como meta para 2006, o atendimento de 139 mil famílias, com renda mensal *per capita* de até R\$ 100,00, priorizando principalmente aquelas cujas mulheres são chefes de família.

No município de São Paulo, o número de famílias atendidas pelo programa é de 33.804. Dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMADS) indicam que no distrito do Jardim Helena estão incluídas no programa 236 famílias e no Itaim Paulista, 467.

¹⁰¹ Esse programa de proteção social à família foi idealizado pela professora-doutora Maria Lucia Martinelli, em 1986, quando coordenou o Instituto de Assunto da Família (Iafam) que era uma unidade da então Secretaria de Estado da Promoção Social. Na época, o programa previa, além de transferência de renda, acompanhamento social às famílias por meio de atividade socioeducativa e de geração de renda. Tive a oportunidade de trabalhar nesse programa desde o seu surgimento, e de vivenciar as várias formas de funcionamento e de gestão pelas quais ele passou. Entre 1987 e 1989, desenvolvi o programa na própria Secretaria de Promoção Social do Estado. De 1997 a 1999, trabalhei no Programa com a cooperação técnica entre a Secretaria de Seads/Divisão Regional de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS e a Divisão de Serviço Penitenciário, que firmaram uma parceria para atendimento das famílias dos sentenciados que cumpriam pena de restrição de liberdade no sistema prisional paulista; e, no convênio firmado com a organização não-governamental Pró-Mulher:Família e Cidadania, ocasião em que atendi famílias do Itaim Paulista e de várias outras áreas da região oeste da cidade de São Paulo.

O programa concede recurso financeiro temporário por 12 meses, podendo a família permanecer no programa até 24 meses, dependendo de avaliação técnica, que, em geral, é favorável à permanência das famílias durante dois anos. O programa visa a melhoria das condições de subsistência das famílias integradas com ações socioeducativas e de geração de renda. O critério de inclusão das famílias no programa prioriza aquelas que residem em áreas caracterizadas como bolsões de pobreza, com responsável legal, com idade mínima de 18 (dezoito) anos e famílias com crianças e adolescentes de seis a quinze anos matriculados, freqüentando a escola e com carteira de vacinação atualizada.

Entre setembro de 2002 e dezembro de 2004, o programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família na cidade de São Paulo foi municipalizado e executado somente pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. Esta, firmou convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e a cooperação técnica da Universidade Santo Amaro - Unisa e da Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) que juntas prestaram atendimento a 14 mil famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social residentes em nove áreas (Grajaú, Santo Amaro, Campo Limpo, Itaquera, Guaianazes, São Mateus, Sapopemba, Itaim Paulista e Jardim Helena) localizadas nos extremos da zona leste e da zona sul da capital paulista. Áreas considerados bolsões de extrema da cidade de São Paulo.

Ao governo estadual cabia a responsabilidade pela transferência de renda das famílias no valor de R\$60,00. A SAS juntamente com as parceiras, ficou responsável para desenvolveu o trabalho de acompanhamento social às famílias, por meio de ações socioeducativas. Esse trabalho tinha como eixo orientador a reorganização e a melhoria da qualidade de vida das famílias excluídas do acesso aos bens e serviços públicos e privados, a melhoria das condições de saúde das famílias incluídas no programa, o fortalecimento dos vínculos e das relações familiares e o incentivo à participação comunitária.

A metodologia do trabalho social adotada pelo programa foi de desenvolver as ações socio-educativas de orientação individual e em grupos de famílias, que mediante estratégias de apoio mútuo, reflexão e busca de solução para problemas comuns, identificava e articulava a rede prestadora de serviços, local e regional, pública e privada, de forma a garantir atendimento prioritário às famílias atendidas pelo programa, para que a família pudesse ser encaminhada e inserida em outros programas e/ou atividades de proteção à família (geração de renda, saúde, educação, lazer, entre outras).

As famílias deste estudo que estiveram incluídas no programa no período referido relembrou o aprendizado que adquiriram nas reuniões dos grupos de famílias que

funcionaram como estratégia do trabalho social proposto pelo no programa. Elas afirmaram que o programa trouxe aprendizado e muitas descobertas para suas vidas. A grande maioria delas permaneceu no programa por dois anos.

“Ajudou bastante, porque a gente escutando as pessoas conversar, a gente aprende mais a conversar com os filhos (...) fiz novas amizades e aprendi a pensar.” (mulher da Família 1)

“Trouxe sabedoria, melhor visão da vida. Foi uma abertura para adquirir conhecimento e troca de experiências, aprendi a dialogar com os filhos, a ter segurança e perder a timidez” (mulher da Família 2).

“O dinheiro me ajudava a comprar remédios e as reuniões, ocasiões em que eu me divertia, aprendi a conhecer gente e fazer novas amizades” (mulher da Família 4).

“Ajudou muito, porque nessa época eu estava desesperada. Consegui comprar muita roupa para revender, além de ter um lugar para aprender a falar dos problemas” (mulher da Família 5).

“[...] aprendi muitas coisas boas, principalmente, a lidar com as crianças (...) Comecei ver a vida de forma diferente e me sentir mais forte e com mais garra para enfrentar a vida...” (mulher da Família 8).

“O dinheiro ajudou na alimentação e na manutenção da casa. Nas reuniões, aprendi meus direitos e deveres, como se comportar no mercado de trabalho e levantou minha auto-estima porque me senti mais incluída” (mulher da Família 9).

“[...] passei acreditar mais nas pessoas, nos seres humanos. Aprendi a resolver as coisas fora do meu próprio mundinho e a conversar. O dinheiro ajudou a comprar o gás, a comprar meu remédio e ajudava na manutenção da casa...” (mulher da Família 6).

Os relatos dessas mulheres e mães de família traduzem o aprendizado adquirido no programa. Além disso, explicitam e reiteram a necessidade e a importância dos programas sociais se constituírem em serviço de proteção social às famílias, para que as aquisições obtidas no período de permanência nos programas sejam efetivas e duradouras.

”[...] Ajudou financeiramente. As reuniões não teve muito aproveitamento porque o vocabulário do Jonathas era muito difícil. Havia muita briga dentro do grupo, não tinha entendimento. As pessoas não se ouviam. Senti muito quando eu estava com problemas com meu filho, pedi ajuda e não teve. Foi muito difícil, pelo menos no grupo que eu participei não foi boa. Igual eu conversava com as pessoas que participava de outras reuniões e era diferente, elas diziam que adoravam as reuniões...” (mulher da Família 7).

“No Programa eu desabafava, brincava e conversava. Aprendi tudo de bom, direitos e é uma coisa que faz otimamente bem. O dinheiro me ajudou muito. As reuniões vocês respeitavam a gente, coisa que não aconteceu no Começar de Novo as pessoas era bruta. Vocês respeitavam a gente ia com vontade. Eu acho que todos os programas deveria ter reuniões, mas com pessoas preparadas, e ter também espaço para ensinar e aprender artesanatos. eram muito boas” (mulher da Família 7).

Estes relatos chamam a atenção para a necessidade de os programas se preocuparem com a sua lógica de funcionamento e com a qualidade do serviço prestado. É importante que os programas de atenção às famílias consigam construir espaços em que cada família incluída encontre nas propostas do trabalho social, contenção e compreensão para os problemas e necessidades vividos, na maioria das vezes, de forma solitária e isoladamente.

Para tanto, é importante e necessário que as equipes de trabalho (nos três níveis de governo, municipal, estadual e federal) sejam qualificadas continuamente, na perspectiva dos objetivos e das diretrizes de sustentação do programa e/ou serviço. Isso não significa que os profissionais devam se responsabilizar pela solução e/ou superação dos obstáculos vividos pelas famílias. Mas, sem dúvida nenhuma, eles precisam acreditar e investir, tanto nas propostas de trabalho como na capacidade que as famílias têm para superar dificuldades e protagonizar as próprias histórias e trajetórias familiares. Afinal, essas equipes de trabalho precisam ser referência junto às famílias.

Os programas sociais e/ou serviços para funcionar de fato como proteção às famílias, precisam assumir como meta de trabalho o compromisso com a complementaridade e a intersetorialidade, pois dessa forma eles se configurarão como espaço facilitador de aquisições e aprendizados, em que as famílias beneficiárias ganharão força para retomar a crença em suas capacidades e potencialidades, para buscar soluções que mais lhes convenham para seus problemas e dificuldades.

Ao adentrar e conhecer em profundidade o modo de vida dessas famílias, que em média permaneceram dois anos no programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, observei que o aprendizado e as aquisições que as mulheres que representavam as suas famílias diziam ter conquistado no programa, não tinham sido consolidadas e nem suficientes quando as atividades socioeducativas e a transferência se encerraram. O trabalho realizado nos dois distritos foi interrompido abruptamente. Talvez fosse preciso criar uma estratégia de acompanhamento social das famílias, após elas serem desligadas dos programas. Acredito que essa estratégia pudesse servir de suporte para consolidar o aprendizado adquirido, funcionando como apoio e monitoramento do trabalho social realizado.

Considerações Finais

No percurso desenvolvido neste estudo, conheci histórias e trajetórias de famílias de baixa renda, residentes nos distritos do Jardim Helena e do Itaim Paulista, que são territórios localizados em áreas de fronteiras do extremo leste da cidade de São Paulo. Para compreender o modo como são construídas e vividas essas histórias e trajetórias familiares, precisei conhecer também a dinâmica de funcionamento da rede de proteção social que essas famílias contam para enfrentar as complexidades vividas no processo de exclusão social. O acesso dificultado das famílias a serviços públicos de saúde, de assistência social, de educação e de infra-estrutura urbana, também são causas de sofrimento e desproteção social.

Compreendi que o cotidiano das famílias “simples” é, na verdade, vivido de forma muito complexa. Complexidades que já vêm sendo experimentadas desde quando viviam com suas famílias de origem, e que se repetem no processo de reprodução das suas próprias famílias. Este modo complexo significa lutar e investir energias cotidianamente, para sobreviver e para não ter de abdicar ou capitular diante das inúmeras dificuldades, e das poucas oportunidades e alternativas que a vida lhes apresenta. As complexidades vividas por essas famílias precisam ser conhecidas e analisadas com base no contexto social em que são vividas. Profissionais, pesquisadores, gestores, dirigentes, entre outros, precisam compreender esse cotidiano de complexidades com a mesma contundência com que são vividas pelas famílias. Simplificá-las, na verdade, significa, em última instância, conhecer na superficialidade e analisá-las de forma linear e propor ações superficiais.

Família é um universo muito próximo de nós mesmos. Todos, de diferentes maneiras, vivem em diferentes famílias. É nela que experimentamos os afetos, os bons e maus sentimentos, a dor, a tristeza e a alegria de ser o que somos. É nela que construímos e reconstruímos as nossas histórias e trajetórias. Entender a família em que vivemos é um desafiante exercício. Compreender as famílias com as quais trabalhamos exige uma dedicação vigilante por conta das condições sociais, emocionais de existência humana e de fragilidades a que elas estão submetidas.

Construir família é um aprendizado adquirido com as experiências vividas no cotidiano. Há várias formas de se viver em família. Quando nascemos, vivemos sob a responsabilidade de pessoas adultas, que podem ser nossos pais biológicos, parentes próximos (avós, tios, irmãos), padrastos, madrastas e profissionais de instituições (públicas e privadas). Quando crescemos, aprendemos a ouvir e a sentir que a família é nosso porto

seguro, lugar de aprendizagem e de convívio “harmonioso” de grande referência. Aprendemos, também, que ela nos propicia segurança, respeito, cuidados (alimentação, moradia e vestuário), afetos e carinho que são trocados e estabelecidos nos processos de relações familiares, e que nos ajudam a crescer e a amadurecer para nos tornar independentes. Mas não somente, sentimentos e emoções como raiva, medo, disputa, insegurança, competição, entre outros, também fazem parte dos processos relacionais vividos em família, ainda que sejam vivenciados como se fossem algo alheio e distante do universo familiar.

Aprendemos que a “verdadeira” família é aquela constituída de pai, mãe e filhos que se amam e que vão viver juntos eternamente. Esse padrão de funcionamento raramente é experienciado pelas famílias de modo geral. As exigências e as dificuldades da vida cotidiana das famílias variam de acordo com o modo que cada uma vivencia, como vai variar, também, o nível de cobrança. Assumir atitudes de pessoas adultas é esperado, para que se viva com independência e se tenha condições de construir outras e novas famílias. Então, “novas” famílias são construídas tendo como referência maior o aprendizado e as experiências sociais compartilhadas em família, que também têm como referência, as relações vividas na sociedade como um todo.

Nas famílias “simples” o ciclo vital é antecipado por força das obrigações impostas pelas necessidades e dificuldades da vida cotidiana. Nesse sentido, meninas e meninos de famílias de baixa renda vivem, antecipadamente, o estatuto das pessoas adultas, como invariavelmente aconteceu com seus pais e avós. E, como eles, que precocemente assumiram responsabilidades, também foram obrigados a trabalhar e a se tornar adultos(as), mesmo sem ter amadurecido o suficiente.

Nessas condições, antecipam e aprendem de forma precoce, a sobreviver e a enfrentar as dificuldades cotidianas. Dificuldades que vão desde viver em moradias insalubres e inadequadas, fazer refeições com alimentos de baixo valor protéico e nutricional, até viver em territórios adversos, com difícil acesso a serviços públicos, sociais e de infra-estrutura urbana. Territórios que, em geral, estão expostos a situações de violência, cujo controle está em poder do narcotráfico e do crime organizado. Essas situações são experiências que transformam o modo de vida das famílias de baixa renda em complexidades que requerem esforço e criatividade para superar os obstáculos e as dificuldades vividas no dia-a-dia.

Discutir o universo dessas famílias com as quais trabalhamos revela uma preocupação e um comprometimento com os processos de mudanças, tanto no nível micro,

como no macrossocial. As mudanças se processam gradativamente, e cada pessoa e a sociedade como um todo, têm uma forma peculiar de viver e experimentar as mudanças. Nesse sentido, os processos reflexivos facilitam o questionamento e a busca de alternativas para os impasses e obstáculos encontrados. Desta maneira, entende-se que essa dedicação não é messiânica, voluntarista, mas sim, possibilidade de se debruçar na qualidade e alcance de intervenção social, em pesquisas e estudos, no sentido de que se constituam respostas e atenções em efetivos apoios e aporte de oportunidades e capacidades e não ações de curto fôlego, voltadas mais para a cobrança sem considerar o esforço já empreendido.

Os processos relacionais vividos em sociedade são carregados de incertezas. Muitas pessoas acreditam na tese de que vale mais aqueles que possuem bens e propriedades. Outras acreditam que valem pelo que somos e produzimos. O desafio é ao resgatar as concepções existentes na sociedade descobrir referenciais teóricos, metodologias e alternativas que facilitem a construção de atenções que fortaleçam processos de relações fraternas e solidárias. É preciso que pesquisadores, gestores, dirigentes e profissionais se comprometam com o cotidiano vivido por aqueles com os quais trabalham, no sentido de transformá-lo em espaço propício de crescimento e amadurecimento, para que as pessoas possam ser saudáveis e felizes.

Os avanços do processo de democratização, de possibilidades e oportunidades criadas no país, que têm contribuído para ampliar e melhorar o padrão da vida cotidiana dos brasileiros que se encontram excluídos socialmente, como a maior inserção na rede de educação, saúde, saneamento básico, energia elétrica e serviços de infra-estrutura urbana. Porém, mesmo melhorando aspectos da vida dos brasileiros que vivem em situação de pobreza, de exclusão e desigualdade social, ainda é preciso avançar na criação de políticas públicas que combatam o modelo do processo produtivo concentrador de renda. Por conseqüência, não se reduz, apesar do esforço, o fosso entre ricos e pobres e a reiteração do modo de vida cotidiana da parcela da população que há muito vem sofrendo a exclusão no Brasil.

A permanência da concentração de renda e a desigualdade social perpetuam os processos violentos de disputa social nas áreas urbanas e rurais do país, forçam os camponeses pobres das zonas rurais e dos povos excluídos das áreas urbanas das grandes cidades e metrópoles a lutar para melhorar suas condições de vida, a de seus filhos e dos demais descendentes. Por isso, é importante reconhecer e reafirmar que, as complexidades

vividas pelas famílias de baixa renda estão interconectadas com os processos relacionais e as experiências sociais.

As famílias “simples”, como denominei neste estudo, vivem, em seu cotidiano, situações muito adversas, que, invariavelmente, contrariam os direitos fundamentais da pessoa humana. Cercadas pela violência urbana do tráfico de drogas e do crime organizado, vivem contextos de abandono pelo Estado, que favorece o isolamento social e potencializa as dificuldades que essas famílias enfrentam cotidianamente. Dificuldades como: desemprego, subemprego, de acesso aos serviços públicos; trabalhos precários, eventuais, mal-remunerados e em condições subumanas; moradias pequenas, inacabadas e insalubres. A chefia feminina de famílias revela que muitas das mulheres são acuadas pela agressividade e violência de seus parceiros, que na maioria dos casos são dependentes químicos, do álcool principalmente. Assim são elas, quase sempre, obrigadas a se responsabilizar sozinhas pela manutenção da casa, da educação e do desenvolvimento dos filhos.

A rede de serviços públicos que deveria dar suporte e proteção social às famílias, para que elas tivessem condições de superar as dificuldades, são frágeis e pouco continentas. A fragilidade em certas circunstâncias está diretamente relacionada à falta ou à insuficiência de serviços públicos. Mas existem situações em que a fragilidade da rede de proteção social significa, falta de qualidade na prestação dos serviços, bem como descompromisso com a demanda que deles necessitam. Nesse sentido, é preciso compreender que os serviços oferecidos à população precisam ultrapassar os limites das burocracias institucionais, que tanto são usados para justificar propostas e práticas de serviços, que em geral funcionam de forma isolada e desarticulada, como se não houvesse necessidade de se complementarem. Complementaridade que pode ser a alternativa vital para o processo de combate à pobreza e de inclusão social de milhões de famílias que vivem submetidas nessa situação.

A intersetorialidade é necessidade urgente e precisa ser trabalhada como uma das diretrizes do fortalecimento da rede de serviços de saúde, educação, assistência social e demais serviços sociais, que, de fato, se comprometa e se preocupe com o processo de inclusão social das famílias deste estudo, e das demais famílias brasileiras.

No caso específico da rede de serviços socioassistenciais que estrutura a Política de Assistência Social, a fragilidade tem relação com o fato de esses serviços terem pouca visibilidade, considerando-se que foi a Constituição Federal de 1988 que a reconheceu como um dos tripés da Seguridade Social, ao mesmo tempo em que a definiu

como política pública, regulamentada com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8742, de 7 de dezembro de 1993.

As características de muitos serviços socioassistenciais precisam ultrapassar os limites da bondade religiosa, do dever moral, da caridade, da benemerência e da filantropia, para alcançar o patamar de direitos de cidadania já conquistados, mas ainda não apropriadas pelos atores em geral, particularmente gestores e executores nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal), e inclusive, pela própria população usuária dos serviços.

Esse traço um tanto conservador que tenta se manter nos serviços socioassistenciais se explicita com mais clareza nos vínculos quase que burocráticos que são estabelecidos entre a rede de serviços e os órgãos responsáveis pela operacionalização da política. E, também, pelo tipo de serviço prestado, que na maioria das vezes, são projetos, muitos deles pessoais, criados para atender determinados segmentos, sem preocupação em institucionalizar uma política de Estado, com qualidade. E, mais, sem levar em consideração os dados da realidade dos territórios em que são implantados e operacionalizados.

Problemas e descobertas vivenciados no processo de pesquisa

São muitas as mudanças que se processam no universo e nas dinâmicas relacionais das famílias em geral, como são as vivenciadas pelas famílias deste estudo. A realidade social em que vivem as famílias é marcada por experiências vividas sob o signo da complexidade. Complexidade que as forçam a ser cotidianamente criativas para não abrir mão de viver, ainda que, para estas, viver signifique sobreviver em condições de muitas precariedades, como as que tive oportunidade de explicitar ao longo desta tese.

As mudanças verificadas nas dinâmicas familiares durante o processo de pesquisa me obrigaram a ser criativa, tanto no uso da metodologia, como na forma de compreender e de analisar os dados pesquisados.

Conheci, entre as quarenta famílias estudadas, situações que mudavam significativamente o funcionamento do núcleo familiar. Nesse processo, conheci situações em que as pessoas de referência das famílias estavam empregados(as) e no final do processo perderam o emprego, mudaram de ocupação, passaram a fazer trabalho esporádico e eventual ou, até mesmo, passaram a viver sem nenhuma atividade remunerada. Além do emprego, essas famílias perdiam outros bens de muito significados em suas vidas, como por exemplo, a moradia, os filhos, os companheiros(as) parentes

próximos, amigos e conhecidos. Perdas quase sempre vivenciadas silenciosamente e de forma solitária. Cada família vivencia essas experiências de acordo com as suas peculiaridades e particularidades que vão sendo aprendidas e agregadas no processo vivido. Quando as redes de relações familiares tinham ramificações mais amplas, essas mudanças provocavam menos danos e dificuldades para as famílias que vivenciaram experiências que mudaram o curso de suas vidas.

Conheci também, a garra, a energia desprendida, a criatividade, a crença, e a esperança que essas famílias têm de viver e de encontrar alternativas e possibilidades que lhes facilitem a melhorar as suas condições de vida.

O vínculo estabelecido entre a pesquisadora e as famílias foi sendo construído no percurso da pesquisa. Vínculo que foi, sobretudo, um facilitador para obtenção e compreensão dos dados acerca do modo de vida dessas famílias, sem o qual eu teria muita dificuldade de obter os dados necessários para construir uma fotografia em movimento, que explicitasse e significasse o mais real possível, o modo de vida dessas famílias. Mesmo conseguindo estabelecer um vínculo de confiança, tive dificuldade de obter a soma total dos valores que compunham a renda familiar, e quais eram as origens dos rendimentos das famílias. Utilizei várias estratégias que julguei serem facilitadoras para obter os dados de que necessitava, mas também esbarrei nas estratégias das próprias famílias, que aos poucos iam abrindo as suas “intimidades” de acordo com o vínculo e a confiança estabelecida. Em alguns casos, só consegui obter esse dado na última entrevista.

Percebi que havia vários motivos pelos quais as famílias tinham dificuldades de explicitar o valor real da renda familiar. Para aqueles que não têm um trabalho ou uma ocupação fixa que lhes garanta uma remuneração mensal, a dificuldade era somar os valores ganhos com as diversas atividades que realizavam de forma eventual. Havia também a cultura de que a renda familiar é somente aquela formada com os recursos financeiros adquiridos com o trabalho assalariado. Nesse sentido, não são somados outros ganhos familiares: transferência de renda e os em espécie, principalmente. Percebi, ainda, que o fato de a pesquisadora ser assistente social e, de certa forma, ter conhecimento e aproximação com os programas sociais, funcionou como um dificultador para que as famílias informassem o valor real da renda familiar. Razões que atribuo como sendo uma estratégia de sobrevivência para driblar critérios burocráticos de inclusão de famílias nos programas sociais, particularmente, os que transferem renda às famílias a partir do rendimento *per capita*.

Contribuições para o trabalho social com famílias

Estudar e compreender as dinâmicas do universo familiar é sempre um desafio que exige investimento e compromisso profissional, já que é preciso entender o funcionamento das relações dos sistemas familiares e sociais, mais especificamente, os significados das complexidades vividas que sempre causam impactos nas famílias.

Quando o Brasil conquistar patamar verdadeiramente democrático, com políticas públicas universais com qualidade, distribuição de renda e inclusão social das famílias no processo produtivo, participando e tendo acesso à distribuição dos bens produzidos coletivamente, as famílias ditas “simples” deixarão de ser culpabilizadas e responsabilizadas pelas dificuldades vividas. Dificuldades que são decorrentes da questão social, inerentes às relações de produção capitalista, que produz concentração de renda e desigualdade social.

A rede socioassistencial existente nos dois distritos, como a rede de serviços de saúde e de educação é precária e insuficiente. As supervisões regionais de assistência social e as equipes das coordenadorias de saúde e de educação das duas subprefeituras (São Miguel e Itaim Paulista) vêm trabalhando de modo a implementar os serviços sociais, na perspectiva de política pública de direitos. Mas esses serviços que são prestados nessas áreas, particularmente, os serviços de assistência social, ainda guardam fortes traços da filantropia, da caridade e da benemerência. Há, entre dirigentes e gestores (públicos e privados) dos serviços, um jogo de disputa entre concepção e compreensão acerca da assistência social. De um lado, estão aqueles que querem e defendem mudanças na postura e na lógica da organização e operacionalização dos serviços de assistência social, que, de certa forma, já estão desenvolvendo trabalhos e práticas voltados para as seguranças de acolhida, convívio, travessia e autonomia, conforme foi definido pela Política Nacional de Assistência Social, regulamentada pela NOB 2005. De outro, estão aqueles que acreditam que o que estão fazendo está muito bom. Afinal, esses serviços são para os pobres, e para eles, serve qualquer serviço, independentemente de quantidade e qualidade.

Ambos precisam ampliar suas compreensões a respeito da assistência social como política pública de direito universal, com serviços socioassistenciais funcionando como um sistema único, que possa atender com qualidade e dignidade à demanda que deles necessitam. Esse sistema precisa ter comando único, organizado por meio de redes de serviços básicos e especiais, capaz de dar atendimento, inclusive, às complexidades vivenciadas pela população usuária.

Mesmo que a NOB 2005 traga como uma de suas diretrizes, a família como centralidade, a lógica de funcionamento dos serviços de assistência social, ainda são pensados por segmentos – crianças, adolescentes, mulheres e adultos, sem terem a noção de rede de serviços. Cada serviço funciona de forma isolada sem se articular com os outros da própria política, e com aqueles das outras políticas sociais. A família como campo de trabalho sempre esteve perto e distante do Serviço Social. Paradoxo que ainda não foi resolvido, mas que há indícios de um movimento que o aproxima desse universo. Para seguir nessa abordagem, é preciso, em primeiro lugar, afastar a idéia de que o trabalho social com famílias pode ser conduzido de maneira pragmática, aleatória ou voluntarista. É necessário compreender, também, que o fato de as pessoas ou famílias estarem juntas não concretiza, *per se*, um procedimento grupal que possa conduzir seus membros a processos de autonomização e mudanças da realidade familiar e social. Nesse sentido, diria que um trabalho social com famílias em situação de pobreza e exclusão social teria necessariamente que ser territorializado, funcionando em espaços da rede de serviços socioassistenciais o mais próximo possível dos territórios onde residem, e seguindo uma dinâmica metodológica de aproximação com as famílias, subsidiada pelo conhecimento da realidade vivida pelas famílias com quem se vai trabalhar.

A proposta de abordagem deve operar num período mínimo de dezoito meses, tempo para que as famílias abordadas individualmente ou em grupo possam objetivar as questões relacionais, polemizá-las e recriá-las. Este trabalho social com famílias pode ser ampliado por mais seis meses, para que seja feito o desligamento de forma lenta e monitorada.

As relações familiares e sociais são priorizadas nesse contexto. Por meio das histórias narradas pelos representantes das famílias, o grupo realiza a escuta, a reflexão, dialoga e troca experiências. Possibilita-se, assim, a criação de um espaço de comunicação e aprendizagem em que cada membro enxergue a si mesmo, a sua família e a seus pares em seus diferentes ciclos de vida e diante das questões sociais que os afligem. Com isso, os integrantes do grupo recriam novas histórias, tendo os coordenadores como estimuladores e facilitadores dessas histórias ressignificadas.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Ângelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; e MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira (orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ABREO, Ana Carolina Santini de. **A família em debate: uma intervenção familiar sistêmica**. Londrina: UEL, 1998.
- ACOSTA, Ana Rojas; e VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2003.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, Evaristo. **Programas de garantia de renda mínima: inserção social ou utopia?** São Paulo: Educ, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de (*et alli.*). **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AZEVEDO, Maria Amélia; e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo. Iglu Editora, 1989.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. **.XY - sobre a sexualidade masculina**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.
- BARG, Liliana. **La intervención con familia: una perspectiva desde el trabajo social**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.
- BAPTISTA, Sylvia Mello Silva. **Maternidade e profissão: oportunidades de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1995.
- BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: Educ/ Unesp, 1998.
- BOFF, Leonardo. **O rosto materno de Deus**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BÓGUS, Lucia M. M.; e RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). **Cadernos metrópole : desigualdade e governança**. Nº. 6. São Paulo: Educ, 2001.
- BOAVENTURA, Souza Santos. **Conhecimento prudente para uma vida decente – um discurso sobre a ciência “revisitado”**. Portugal, Afrontamento 2003.

- BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; e YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2000.
- BRENDLER, John (*et.alli.*). **Doença mental, caos e violência: terapia com famílias à beira da ruptura**. Trad. Rose Eliane Starosta. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: 34/Edusp, 2000.
- CANEVACCI, Massimo (org.). **Dialética da família**. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRANT, Maria do Carmo (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Educ/Cortez, 1995.
- CASEY, James. **A história da família**. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1992.
- CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____, WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; e BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (org.). **Desigualdade e a questão social**. 2ª ed. São Paulo: Educ, 2000.
- CASTILHO, Tai (org.). **Temas em terapia familiar**. São Paulo: Plexus, 1994.
- CARTER, Betty; e MCGOLDRICK, Mônica. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2ª ed. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CEM/CEBRAB/SAS/PMSP. **Mapa da Vulnerabilidade Social da Cidade de São Paulo**. São Paulo. SP. 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____; GIARD, Luce; e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. Trad. Ephraim Ferreira Alves e Lúcia E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DAVIS, Natlie Zemon. **Cultura do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios**. Trad. Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- D'INCAO, Maria da Conceição e ROY, Gérard. **Nós, cidadãos – aprendendo e ensinando a democracia**. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Trad. M. T. da Costa Albuquerque. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- DORTIER, Jean-François (coord.). **Familles: permanence et métamorphoses**. Sciences Humaines Éditions, 2002.
- DUBY, Georges; e PERROT, Michele (dirs.). **História das mulheres – o século XX**. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. 5 vol. Porto: Afrontamento, 1991.
- ELIACHEFF, Caroline; e HEINICH, Nathalie. **Mães-filhas: uma relação a três**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade e do estado. Trad. De H. Chaves - 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.
- FARIA, Durval Luiz. **O pai possível: conflitos da paternidade contemporânea**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2003.
- FERRARI, Dalka C. A.; e VECINA, Teresa C. C. (orgs.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.
- FERREIRA, Mary (org.). **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: Grupo de Mulheres da Ilha: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas - Mulher, Cidadania e Relações de Gênero – UFMA. Salvador: Redor, 1999.
- FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (orgs.). **Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís: Edufma/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas - Mulher, Cidadania e Relações de Gênero. Salvador: Redor, 2001.
- FILHO, Gisálio Cerqueira. **A “questão social” no Brasil – crítica do discurso político**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz - 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. LTC: Rio de Janeiro, 1989.
- GROISMAN, Moisés. **Família, trama e terapia: a responsabilidade repartida**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1991.
- GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo Unesp, 1993.

- GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1998.
- HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IMBER-BLACK, Evan. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artes médicas, 1994.
- KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília: Unicef, 1994.
- KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LANCETTI, Antonio (dir.). **Saúde e loucura: saúde mental e saúde da família**. Nº 7. São Paulo: Hucitec, s/d.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.
- LEMOS, A. P.; BERTIN, I. P. e GEBARA, O. **Tramas, enredos e contextos específicos de famílias brasileiras: uma pesquisa qualitativa, sistêmica e interdisciplinar**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 2002.
- MACEDO, Rosa Maria S. de (coord.). **Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia Familiar. Família: lugar seguro para crescer?** São Paulo: Associação Paulista de Terapia Familiar, 1994.
-
- _____. **Família e comunidade**. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1996.
- MACIEL, Eliane. **Na luta (sem pedir licença)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- MADANES, Cloé. **Sexo, amor e violência: estratégias para a transformação**. Campinas, Psy, 1997.
- MADANES, Cloé; KEIN, James P.; e SMELSER, Dinah. **Violência masculina**. Barcelona, Granica, 1997.
- MALDONADO, Maria Tereza. **Redes solidárias**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MARQUES, Eduardo; e TORRES, Haroldo (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2004.

- MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um desafio instigante.** São Paulo: Veras, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21^a ed. Petrópolis,: Vozes, 1994.
- _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 1992.
- MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; e MINUCHIN, Salvador. **Trabalhando com famílias pobres.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres.** São Paulo, Summus, 1999.
- MORRISSON, Andrew R.; e BIEHL, Maria Loreto (eds.). **A família ameaçada: violência doméstica nas Américas.** Trad. Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MONTE, Cenise. **O direito à convivência familiar e comunitário: uma política de manutenção do vínculo** In Família brasileira, a base de tudo. 2^a ed. São Paulo: Cortez. Brasília: Unicef, 1994.
- MURARO, Rose Marie. **Os seis meses em que fui homem.** Rio de Janeiro, 1990
- MUSZKAT, Malvina Ester (org.). **Mediação de conflitos: pacificando e prevenindo a violência.** São Paulo: Summus, 2003.
- NAPPO, Solange Aparecida (pesq.). **Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em relação às DST/AIDS.** São Paulo: Unifesp/Cebrid, 2004.
- NASCIMENTO, Oswaldo. **O Mapograf: Guia São Paulo e Municípios.** São Paulo: Mapograf, 2005.
- OLIVEIRA, Isaura de Mello Castanho; PAVEZ, Acquaviva; e SCHILLING, Flávia. **Reflexões sobre justiça e violência. O atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais.** São Paulo, EDC, 2002.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente.** 2^a .ed. São Paulo: Brasiliense,1992.
- OSÓRIO, Luiz Carlos. **Casais e famílias: uma visão contemporânea.** Porto Alegre: Artmed, 2002.
- _____. **Família hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina.** Fortaleza, Eduece, 2001.

- PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Trad. Camila Giorgetti e Tereza Lourenço. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.
- PEIXOTO, Clarice E.; SINGLY, François de; e CICHELLI, Vincenzo (orgs.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- PEREIRA, William Cesar Castilho. **O adoecer psíquico do subproletariado**. Belo Horizonte: Segrac, 1990.
- PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas – subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo, cortez, 2002.
- PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottman. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do vínculo**. 4ª ed. Trad. E. Toscano Zamikhowsky. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- PIRES, Susana (et. *alli*). Retratos da vida das famílias multiproblemáticas. In **Serviço Social & Sociedade. Política de Assistência Social**. Ano XXV, nº: 80. São Paulo: Cortez, novembro de 2004.
- POCHMANN, Marcio (et *alli*). **Atlas da exclusão social.V. 1 (No Brasil), 2 (Regiões Metropolitanas), 3 (Riquezas), 4 (Mundo) e 5 (Agenda não liberal da inclusão social no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2003/ 2004.
- POCHMANN, Marcio (org.). **Políticas de inclusão social: resultados e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. Posfácio de Álvaro Lins. Ilustrações de Aldemir Martins. 71ª ed. Rio/ São Paulo: Record, 1996.
- RAVAZZOLA, María Cristina. **Historias infames: los maltratos en las relaciones**. Buenos Aires: Paidós, 1999.
- ROSA, Lucia. **Transtorno mental e cuidado na família**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUNOZ-VARGAS, Mônica (org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS; Brasília,: Unicef, 1994.
- SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de, e LEAL, Maria Cristina (org.). **Política social, família e juventude**. São Paulo: Cortez, 2004.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. “Que família é essa?”, In Trabalho com famílias: metodologia e monitoramento, vol. 2. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. São Paulo: PUC-SP, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2ª ed. ver. São Paulo: Cortez, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. **Acolhimento: o pensar, o fazer, o viver**. São Paulo: Palas Athena/ Unesco, 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Trabalho com famílias: metodologia e monitoramento**. 1.vol. São Paulo: PUC-SP, s/d.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Trabalho com famílias: textos de apoio**. 2 vol. São Paulo: PUC-SP, s/d.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo – PLASP-SP 2002-2003**

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **O comunidade solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____, YAZBEK, Maria Carmelita; e GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SLUZKI, Carlos. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SORRENTINO, Marcos (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2002.

SOUSA, Maria Fátima de (org.). **Os sinais vermelhos do PSF**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SOUZA, Eliana M. M; CHAQUINE, Luciane P.; e LIMA, Paulo Gilberto R. (orgs.). **Teoria e prática nas ciências sociais**. Araraquara: Unesp, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; e TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. (org.). **Renda mínima e crise mundial: saída ou agravamento?** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. (Coor.). **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo 2000 – dinâmica social dos anos 90**. São Paulo, Polis, Inpe e PUC-SP, 2000.

- _____. **Vida urbana e gestão da pobreza.** São Paulo, Cortez, 1988.
- SULLEROT, Evelyne. **A família.** Lisboa: Piaget, 1997.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania: a saída é pela porta.** São Paulo: Cortez/ Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SZYMANKI, Heloisa. **Teorias e “teorias” de famílias. In A família contemporânea em debate.** São Paulo, Educ/Cortez, 1995.
- TATSCH, Dirce Terezinha. **Relações pais e filhos em diferentes comunidades étnicas.** Passo Fundo,: UPF, 2003.
- TAVARES, José (org.). **Resiliência e educação.** São Paulo: Cortez, 2001.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **O outro lado da família brasileira.** Campinas,: Unicamp, 2004.
- TERRAZAS, Marcelo (org.). **Políticas de inclusão social de Santo André.** São Paulo: Raiz da Terra, 2004.
- THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **A formação da classe operária inglesa - volume I – A árvore da liberdade.** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1997
- _____. **A formação da classe operária inglesa- volume II – A maldição de Adão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra,2001.
- TOSCANO, Moema e Goldenberg. **A revolução das Mulheres.** Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). **Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade.** São Paulo: Cortez, 2000.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX.** Campinas: Papirus, 1999.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; SPOSATI, Aldaíza; e KOWARICK, Lúcio. **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam.** São Paulo: Educ, 1999.
- _____. **Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade.** São Paulo: Studio Nobel/ Educ, 2000.
- VITALE, Maria Amália Faller. Famílias monoparentais: indagações. In *Serviço Social & Sociedade*. Famílias. Ano XXV, nº 71. São Paulo: Cortez, 2002.

WAGNER, Adriana (coord.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações.** Petrópolis,: Vozes, 2002.

XINRAN. **As boas mulheres da China: vozes ocultas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Teses

BLANES, Denise Néri. **Mitos e apostas no enfrentamento da pobreza brasileira.** Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. São Paulo: PUC-SP, 2004.

MARFEI, Cleisa Rosa. **Vidas de rua, destinos de muitos.** Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. São Paulo: PUC-SP, 1999.

MORIS, Vera Lúcia. **Um amor e uma cabana: a função conjugal masculina na perspectiva do homem pobre.** Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica. São Paulo: PUC-SP, 2002.

QUEIRÓS, Maria José Oliveira. **Mulheres e território: histórias de sobrevivência e luta. Rendimento mínimo, redes sociais: permanecer ou sair da pobreza.** Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. São Paulo: PUC-SP, 2004.

REIS, Vânia Tereza Moura. **Jovens pais e jovens mães: experiências em camadas populares.** Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. São Paulo: PUC-SP, 2004.

SILVA, Euníciana Peloso da. **Abrigamento-desabrigamento: uma questão de amor.** Monografia apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Terapia Familiar. São Paulo: PUC-SP, 1999.

_____. **Mulheres, mães, donas de casa: um olhar uma conversa...** Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço social. São Paulo: PUC-SP, 1994.

Textos e Revistas

- ALVES, Alda Judith. **A “Revisão da Bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis.** In *Cadernos de Pesquisa*, nº 81, p. 53-60. São Paulo, maio de 1992.
- GOHN, Maria da Glória. **Cidade, ONGs e Ações Coletivas- Novas parecerias, atores e práticas civis.** v. 9, nº 2., *São Paulo em perspectiva*, 1995.
- JACOB, Mariane Krause. **La Construcción conjunta de la Investigación - Metodologias cualitativas. Material de Trabajo** para el Seminario realizado en INTERFAS, 1993.
- KOSMINSKY, Ethel (1996). **Pesquisas qualitativas: a utilização da técnica de história de vida e de depoimentos pessoais em sociologia.** In *Ciência e Cultura*, 38 (1), janeiro.
- MARQUES, Mariana; e COSTA, Christiane. **Implementação de Centros de Referência Local em Segurança Alimentar e Nutricional.** São Paulo: Instituto Polis, 2005.
- Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de alimentação e nutrição.** 2ª ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- NOTO, Ana Regina (*et. alli.*). **Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras.** São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas -Cebrid, 2004.
- SAWAIA, Bader B. (1995). **O calor do lugar: segregação urbana e identidade.** In *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, nº 2.
- Secretaria Municipal de Assistência Social. **Relatório Analítico: Renda Cidadã. São Paulo: Diagonal Urbana, 2002.**
- SPOSATI, Aldaíza. **Sociedade providência: cobertura dos riscos sociais pelo trabalhador.** Texto digitado.
- STOLKE e, VERENA (1991). **La Investigación Con Datos Cualitativos. Concurso de Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos** - Fundação Carlos Chagas / Prodir.
- TELLES, Vera da Silva (1990). **Pobreza - Abordagens Teóricas, Metodológicas e Pesquisas. Situações de Vida.** In *Revista da Fundação Seade*, v. 4, nº 2, São Paulo.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (1995). **A Nova (A) © Idade do Gelo notas perspectivas sobre os novos nômades urbanos.** In São Paulo em Perspectiva, v. 9, nº 2.

KONTIC, Branislav. **Uma estratégia para a zona leste de São Paulo: o planejamento urbano segundo conceitos de Albert Hirschman.**

_____. **Desenvolvimento das zonas leste e sul de São Paulo e a questão metropolitana e competitividade de São Paulo na economia global.**

_____. **Por estratégias de desenvolvimento econômico regional da metrópole.**

SOUZA, Eduardo. **Projeto de dissertação: Pólo industrial-metropolitano ecológico de São Paulo.**

Bibliografia na rede internacional de computadores

MATTOS, Carmem Lucia Guimarães. **A abordagem etnográfica na investigação científica.** Disponível em:

www.ines.org.br/paginas/revista/A%20bordag%20_etnogr_para%20Monica.htm

Acesso em 3 de dezembro de 2005.

Declaração universal dos direitos humanos Artigo 2 – alínea I. Disponível em www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm Acesso em 7 de novembro de 2005.

Anexos

Anexo 1

Carta de Cessão

_____, _____
Local Data

Eu, _____, _____, RG nº _____, declaro para devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista dada dia(s) ____/____/____, ____/____/____ e ____/____/____, para a Assistente Social Euniciana Peloso da Silva usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, respeitando apenas a privacidade do meu nome, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo o uso de terceiros, que podem ouvi-la e usar o texto final que está sob a guarda de Euniciana Peloso da Silva.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente com minha assinatura.

Anexo 2

MODULO I – IDENTIFICAÇÃO							
Nome:				Idade:			
Naturalidade:			última cidade que viveu		Estado Civil:		
Grau de instrução:			Estuda:		Onde:		
Casamento:		Tempo:		Recasamento:		Tempo:	
Trabalha: [] S [] N		Onde:		Profissão:		Ocupação:	
				Salário:			
Atualmente você vive com alguém (um companheiro)?							
Qual a classe social que a sra. acha ou imagina que pertence?							
Nome do companheiro(a):				Idade:			
Naturalidade:			última cidade que viveu		Estado Civil:		
Grau de instrução:			Estuda:		Onde:		
Casamento:		Tempo:		Recasamento:		Tempo:	
Trabalha: [] S [] N		Onde:		Profissão:		Ocupação:	
				Salário:			
Endereço:							
Sua casa é própria, alugada, cedida, emprestada, ou está em área de ocupação?							
Qual a classe social que o sr. acha ou imagina que pertence?							
Quantos cômodos tem?							
Quem vive com você?							
Mais alguém trabalha?				Salário:		Renda Familiar:	
Número de filhos:				Quantos estudam, ou estudaram?			
Sexo	Idade	Série	Nome da Escola	Trabalha	Profissão	Ocupação	Salário

Módulo II - Roteiro de entrevista

1. Fale um pouco de sua família (família de origem, onde nasceram, viveram ou vivem, desejos, projetos, profissão, irmãos, pai, mãe, lembranças, aprendizado e admiração que tem por eles. Seus pais viveram sempre juntos, ou ambos tiveram outros casamentos, relacionamentos? Eles viveram ou vivem sozinhos chefiando família? Como eles estão vivendo hoje? E seus avós, como viveram?)
2. Fale um pouco de como era você criança, adolescente, jovem, adulta. O que fazia (cuidava dos irmãos quando era criança ou adolescente, estudava, trabalhava).

3. Relate como é a sua vida atualmente (família, profissão, o que faz, responsabilidades, alegrias, tristezas, dificuldades, possibilidades, capacidades, o que gosta de fazer, quais os projetos e sonhos. Número de casamentos, duração, número de filhos).
4. Conte como foi que você e/ou sua família chegaram aqui no bairro.
Há quanto tempo vive chefiando sua família?
5. Há quanto tempo você está com sua família? Com que idade você passou a chefiar a sua família?
6. Que tarefas vocês têm como chefe de família?
7. Vocês já chefiaram sozinhos (as) sua família em outros momentos de sua vida? Quando, por quanto tempo e os motivos?
8. O que alegra vocês, encoraja, encanta, faz lutar e viver? Enfim, o que é ser mulher, homem e chefe de sua própria família?
9. O que aborrece, o que é pesado, o que preocupa, o que deixa triste, nervosa (o) nesse papel/função?
10. Você pensava em constituir família? Qual a cara da família que você sonhava construir?
11. A família que você tem hoje se parece com a família dos seus sonhos?
12. Hoje, você pensa em viver junto, em casal?
13. Na sua opinião, o que é ser chefe de família?
14. Você vive com alguém atualmente?
15. Com que idade você começou a viver com alguém pela primeira vez?
16. Com que idade teve seu primeiro filho?
17. Como faz para trabalhar; para cuidar e manter a casa, para cuidar, manter e educar os filhos, e para se relacionar com amigos e vizinhos?
18. Como se divertem?
19. Relate a experiência de chefiar a família (sozinhos, juntos); como avalia a experiência; quais são os aprendizados, sofrimentos e sentimentos; ajudas, de quem e de que forma. Tem alguma relação com seu (s) ex-companheiro (os) e se ajuda de alguma forma na manutenção da casa e/ou na educação dos filhos.
20. Gostaria de fazer algum tipo de pergunta, comentário ou alguma outra consideração acerca de sua família?

Anexo 3

Pesquisa de Doutorado - Roteiro de entrevista

Segunda Parte

Observações importantes

1. Universo da Pesquisa: Famílias incluídas no Programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, entre setembro de 2002 a novembro de 2004, residentes nos distritos do Jardim Helena e Itaim Paulista.

2. Objeto da pesquisa: O modo de vida das famílias moradoras nos distritos do Jardim Helena e Itaim Paulista. Na verdade, estou estudando o grau de sofrimento cotidiano e o grau de proteção social cotidiano das famílias a partir dos acessos que elas têm aos serviços públicos: saúde, assistência social, educação, transportes, lazer, habitação e de infra-estrutura urbana (telefone, correio, pavimentação, energia elétrica e saneamento básico - água, esgoto, drenagem urbana e limpeza pública (varrição de ruas e coleta de lixo). Para tanto, estou mapeando os microterritórios onde vivem as famílias para montar um mapa do circuito/trajeto das famílias para acessar os serviços, para verificar o alcance concreto da Intersetorialidade das políticas sociais no cotidiano, no que diz respeito à sobrevivência e ao convívio.

Observação: Todas as perguntas deverão ser feitas em relação a todos os membros da família, independentemente da pessoa de referência que responda à pesquisa.

I - Identificação

Nome: _____

Distrito: _____ Território _____

Tempo de permanência (meses/ano) no PFF: _____

O que o programa trouxe à família? _____

Em que outros programas (transferência de renda ou não) sua família está incluída? _____

1 – Tipo e condições de habitação

Quem mora em casa? _____

Tipo de moradia: () barraco () apartamento () casa.

Nº de pessoas que moram na casa ()

Nº de cômodos ()

Tipo de cômodo: _____

Nº de pessoas por cômodo().

Tipo de casa: () madeira () tijolo sem reboco () tijolo com reboco () com pintura () sem pintura () forro () piso () chão batido () telha de barro () Brasilit () laje () porta () tem janela () ventilação () úmida () é construída próxima de córrego () barranco () enche quando chove.

A casa é: () própria () alugada () cedida/emprestada. Por quem? _____

() Ocupação. De quem? _____ () construída em terreno dos pais? _____

Observações e considerações: _____

2. Serviços de infra-estrutura urbana

Pagam IPTU() valor _____. Água: () Sabesp () clandestina () poço taxa _____.

Energia: () Eletropaulo () gato. Taxa _____ Saneamento: () esgoto sanitário () céu aberto () córrego. A rua tem calçada () calçamento/asfalto () iluminação pública () árvores ().

A prefeitura recolhe o lixo () quantas vezes por semana () Paga taxa de lixo() valor _____

A coleta é feita na porta da casa () ou () por caçamba. A família tem telefone (). Usa _____

Quanto paga? _____ () conta comum () econômica supereconômica () usa do vizinho para

telefonar e receber recados () tem celular () usa telefone público para telefonar e receber recados. O carteiro passa regularmente em sua rua (). Vocês costumam receber carta ou outro

tipo de correspondência () de quem? _____ E os carnês _____ Vocês costumam ir

direto à agência do correio _____ Para quê? _____ Vocês costumam escrever cartas

e/ou enviar correspondência para alguém? _____ Para quem vocês escrevem? ()

parentes () amigos ()TV () baú da felicidade () programa de rádio () prefeito ()

governador () presidente. Têm computador () Usa internet ()

Observações e considerações: _____

3. Gastos da família

Vocês costumam fazer algum tipo de compra no comércio do bairro? _____

Que tipo de compra a família faz? _____

O que mais gostam de comprar? _____

O que costumam comprar? _____

Onde costumam comprar? () mercearia () padaria () mercadinho () supermercado

Como vocês costumam pagar as compras () à vista () a prazo () com caderneta

Quantas vezes na semana ou no mês vocês fazem compras? _____

Quem da família costuma fazer as compras? _____

Quando os mantimentos acabam, o que costumam fazer? _____

Observações e considerações:

a) Gastos gerais da família, em média

alimentação _____ roupas _____ eletrodomésticos _____ móveis _____ água _____

luz _____ telefone _____ aluguel _____ financiamento _____ lazer/diversão _____ saúde _____

produtos de limpeza _____ escola _____ remédios _____ transportes _____

Observações e considerações:

b) Alimentação

Quando compram alimentação, costumam comprar o que? () frango () carne () verdura ()

ovo () leite () bolacha () pão () iogurte () enlatados () presunto () apresuntado

() mortadela () mussarela () pizza () lingüiça () Outros _____

Em que quantidade? _____

O que costumam comer? _____

Quantas vezes a família costuma comer ao dia? _____

Quem cozinha? _____ Quantas vezes ao dia cozinham _____

O que cozinham? _____ Quem faz o café? _____

Quem come em casa? _____

Alguém da sua família come fora de casa? _____

Onde come? () trabalho () escola () creche () vizinhança () igreja () entidade de assistência social () projetos sociais

Observações e considerações:

Alimentação Diária

Tipo de refeição	Dias da Semana						
	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
CAFÉ							
ALMOÇO							
JANTAR							
Mãe							
Pai							
Filhos							
Outras pessoas							

c) vestuário

Vocês costumam comprar roupas para a família? _____

De quanto em quanto tempo? _____

Para quem? () crianças () adolescentes/jovens () adultos

Onde compram as roupas? () loja comum () loja popular () bazar da pechincha

A família costuma ganhar roupas () de quem? () parentes () vizinhos () patroa(ão) () Igreja

() entidade de assistência social () amigos

Observações e considerações: _____

4. Mobilidade no espaço público

A família tem carro? () O local onde fazem as compras fica longe de casa? () Vocês gastam quantos minutos para chegar ao local? _____ Vocês costumam ir à feira () com qual frequência semanal () quinzenal () mensal

O que costumam comprar () frutas () peixe () verduras () legumes

Quantas feiras têm no bairro onde moram? _____ Fica longe de sua casa? ()

Quantos minutos gastam para ir à feira? () 10 () 15 () 30 () 40 minutos

Quem faz a feira? _____ O que tem perto de sua casa? _____

O que vocês sentem falta de ter perto de sua casa? _____

O que vocês consideram perto () 10 () 20 () 30 () 40 () 50 () uma hora

Vocês usam transporte para fazer o quê? _____

O que dá para fazer a pé? _____

Vocês precisam de transporte para fazer o quê? _____

Qual é o transporte que usam () ônibus () lotação () trem () bicicleta () carona

Serviços sociais utilizados pela família?

Serviços	Tipo de Serviços?	O Que é Bom?	O Que é Ruim?
Assistência Social			
Saúde			
Educação			
Lazer			

Distância que ficam de sua casa: () 10 () 20 () 30 () 40 () 60 minutos

Quando vocês saem para trabalhar, com quem deixam as crianças: () outros membros da família () vizinhança () parentes. Quais _____ () creche () projetos sociais.

Quais _____ e os adolescentes e os idosos com quem e/ou onde ficam? _____

Observações e considerações: _____

5. Religiosidade da família

Vocês vão à igreja? _____

Qual? () católica () pentecostal () evangélica () assembleia de Deus () universal () espírita
() candomblé () umbanda () budista

Qual a frequência de ida à igreja? () diariamente () semanal () quinzenal () mensal

A que distância a igreja fica de sua casa? () 10 () 20 () 30 () 40 () 60 minutos

6. Renda familiar

Qual é a renda familiar? _____

De onde vem essa renda? () salários () trabalho autônomo () trabalho precário () pensão do INSS () aposentadoria () BPC () renda mínima () () bolsa escola () bolsa família () vale gás () vale alimentação () mendicância () venda de material reciclável

Observações e considerações: _____

7. Rede de relações

a) - Familiares

Com quem viveu até os 4 anos de idade? _____

Perdeu alguém quando você era pequena? _____ Quem? _____

Com que idade teve a primeira relação sexual? _____

Teve alguma orientação? _____ de quem? _____

Com quem você morava quando era pequena? _____

Quem sustentava você quando era pequena? _____

Com que idade começou a estudar? _____

Com que idade começou a ler? _____

Quando parou de estudar? _____

Quando começou a trabalhar? _____

Observações e considerações: _____

b) Vizinhança

Vocês conhecem seus vizinhos? _____

Que tipo de relação vocês mantêm com eles? _____

Recebem algum tipo de ajuda/auxílio? _____ Quais? _____

Vocês costumam pedir ajuda para a vizinhança? _____ Quando? _____

São atendidos? _____

Observações e considerações: _____

Anexo 4

Pesquisa de Doutorado - Roteiro de entrevista Terceira Parte

Observações importantes

1. Universo da Pesquisa: 40 Famílias incluídas no Programa Renda Cidadã/Fortalecendo a Família, entre setembro de 2002 a novembro de 2004, residentes nos distritos do Jardim Helena e Itaim Paulista.
2. Objeto da pesquisa: conhecer em profundidade o modo de vida das famílias para compreender o grau de sofrimento cotidiano e o grau de proteção social cotidiano das famílias, a partir dos acessos que elas têm aos serviços públicos: saúde, assistência social, educação, transportes, lazer, habitação e de infra-estrutura urbana: telefone, correios, pavimentação, energia elétrica e saneamento básico - água, esgoto, drenagem urbana e limpeza pública (varrição de ruas e coleta de lixo). Para tanto, estou mapeando os microterritórios onde vivem as famílias para construir o circuito do trajeto que elas fazem cotidianamente, para conhecer e verificar o alcance concreto da intersetorialidade das políticas sociais no cotidiano no que diz respeito à sobrevivência e ao convívio.

Observação importante: todas as perguntas deverão ser feitas em relação a todos os membros da família, independentemente da pessoa de referência que responda à pesquisa.

I - Identificação

Nome: _____
Distrito: _____
Território: _____

II – Condições de moradia e de habitação

Quem mora em casa? _____

Tipo de moradia: barraco () apartamento () casa ()

Quantas famílias moram no quintal? _____

Nº de pessoas que moram na casa ()

Nº de cômodos().

Tipo de cômodo: _____

Tipo de casa:

madeira () tijolo sem reboco () tijolo com reboco () com pintura () sem pintura ()

tem forro () piso () chão batido () telha de barro () Brasilit () laje () porta ()

janela () ventilação () úmida () construída próxima de córrego () barranco () enche quando chove ()

Sua casa é:

Própria() comprada () ocupada () financiada ()

Alugada() Valor do aluguel R\$ _____

Cedida() Por quem? Pais () parentes próximos () amigos () conhecidos ()

Ocupação() De quem? Área da prefeitura () do CDHU () terceiros () outros ()

Construída em terreno dos pais? _____

Faça observações e considerações que avaliar oportunas: _____

III - Serviços de infra-estrutura urbana

Pagam IPTU? () valor da taxa R\$ ____ Água? ____ Sabesp () clandestina () poço ()

Valor da taxa R\$ ____

Energia? ____ Eletropaulo () gato () Valor da taxa R\$ ____

Saneamento básico? ____ esgoto sanitário () céu aberto () córrego. A rua tem calçada/guia? ____

calçamento de terra () asfalto () iluminação pública () árvores ()

A prefeitura recolhe o lixo? ____ Quantas vezes por semana () Paga taxa de lixo? ____

valor da taxa R\$ ____ .A coleta é feita na porta da casa () caçamba ()

A família tem telefone? ____ conta comum () econômica () supereconômica ()

Valor da conta R\$ ____

Usa telefone do vizinho para telefonar e receber recados? _____

Alguém da família tem celular? _____ Quem? _____ Costuma recarregar? _____

Com quantos reais? _____ De quanto em quanto tempo? _____

Costuma usar telefone público para telefonar ? ____ E para receber recados? _____

O carteiro passa regularmente em sua rua? _____

Vocês costumam receber carta ou outro tipo de correspondência? _____

Que tipo de correspondência? Cartas de parentes () carnês de cobrança ()

Vocês costumam ir à agência do correio? _____ Para quê? _____

Vocês costumam escrever cartas e/ou enviar correspondência? _____

Para quem? parentes () amigos () TV () baú da felicidade () programa de rádio ()

prefeito () governador () presidente.

Têm computador? _____ Usam internet? _____ Quem? _____ Onde? _____

Faça observações e considerações que julgar oportunas: _____

IV - Gastos da família

Vocês costumam fazer algum tipo de compra no comércio do bairro ()

Que tipo de compra a família faz no bairro? _____

Onde costumam comprar? Merceria () padaria () mercadinho () supermercado ()

Como vocês costumam pagar as compras? À vista () a prazo () caderneta () cartão ()

Quantas vezes na semana ou no mês vocês fazem compras? _____

Quem da família costuma fazer as compras? _____

Quando os mantimentos acabam, o que costumam fazer? _____

Faça observações e considerações que julgar oportunas; _____

1. Valor total dos gastos no mês, somente com alimentação R\$: _____

Observação: nesse item é importante especificar se o gasto é diário, semanal, quinzenal ou mensal.

Alimentação básica	Variedade dos alimentos	Quantidade de alimentos / mês	Origem: cesta básica ou comprada
Açúcar			
Apresuntado			
Arroz			
Bala/bombons			
Bolacha			
Café			
Carne			
Chá			
Chocolate/achocolatado			
Farinha de mandioca			
Frango			
Feijão			
Fubá			
Fruta			
Iogurte			
Leite			
Legumes			
Lingüiça			
Macarrão			
Manteiga			
Margarina			
Mortadela			
Mussarela			
Óleo			
Ovo			
Pão			
Pizza			
Peixe			
Refrigerante			
Sal			
Salsicha			
Verdura			

Costuma fazer feira () sacolão () quem da família costuma ir? _____ costumam fazer:

semanal () quinzenal () Mensal ()

Quantas vezes a família costuma comer ao dia? _____

Quem cozinha? _____ Quantas vezes cozinham ao dia? _____

Quem faz o café? _____ Quem come em casa? _____

Alguém da sua família come fora de casa? () Quem? _____

Onde come? () trabalho () escola () creche () vizinhança () igreja () entidade de assistência social () projetos sociais

Alimentação diária da família

Tipo de refeição	Dias da Semana						
	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado	Domingo
CAFÉ							
ALMOÇO							
JANTAR							

Quem come em casa

Refeições	Membros da família ou parentes			
	Mãe	Pai	Filhos(as)	Outras Pessoas
Café				
Almoço				
Jantar				

2. Valor total gasto com vestuário R\$ _____

Vocês costumam comprar roupas para a família? _____ De quanto em quanto tempo?

_____ para quem? () crianças () adolescentes/jovens () adultos

Tipo de roupas	Quantidade	Comprou	Ganhou
Agasalhos			
Cuecas			
Calcinhas			
Sutiã			
Meias			
Lenços			
Calça masculina			
Calça feminina			
Camisas			
Blusas			
Abrigos			
Roupas de frio			
Camisetas			
Fraldas p/ crianças			

Onde costumam comprar as roupas? loja comum () loja popular () bazar da pechincha ()
A família costuma ganhar roupas? _____ De quem? parentes () vizinhos () patroa/ão ()
igreja () entidade de assistência social () amigos ()

3. Valor total dos gastos com eletrodomésticos R\$ _____

Liquidificador R\$ _____ Geladeira R\$ _____

Microondas R\$ _____

Fogão R\$ _____

Máquina/tanque de lavar roupa R\$ _____

4. Valor total dos gastos com eletroeletrônicos R\$ _____

TV R\$ _____

Rádio R\$ _____

Vídeo R\$ _____

DVD R\$ _____

Aparelho de som R\$ _____

5. Valor total dos gastos com móveis R\$: _____

Armário de cozinha R\$ _____

Mesa com cadeiras R\$ _____

Beliche R\$ _____

Colchão R\$ _____

Cama R\$ _____ Berço R\$ _____

6. Valor total dos gastos com moradia R\$: _____

Aluguel R\$ _____

Financiamento R\$ _____

Reforma e/ou construção R\$: _____

7. Valor total dos gastos com lazer/diversão R\$: _____

Ida a parques R\$ _____

Excursões escolares do filho R\$ _____

Passeios R\$ _____

8. Valor total dos gastos com saúde R\$: _____

Plano de saúde _____

Remédios R\$ _____

Hospital R\$ _____

Fraldas infantis ou geriátricas R\$ _____

9. Valor total dos gastos com produtos de limpeza e higiene R\$: _____

Detergente R\$ _____

Sabão em pedra R\$ _____ sabão em pó R\$ _____

Desinfetante R\$ _____

Sabonete R\$ _____

Absorvente R\$ _____

Pasta de dente R\$ _____ Escova de dente R\$ _____

Xampu R\$ _____ -

Perfume R\$ _____

10. Valor total dos gastos com escola R\$: _____

Material escolar R\$ _____

Uniforme R\$ _____

Professor particular/reforço R\$ _____

11. Valor total dos gastos com transportes R\$: _____

12. Valor total com outros gastos R\$ _____

Tipo de gastos	Quantidade	Comprou	Ganhou	Valor em R\$
Cigarro				
Bebidas				
Jogos (loteria, bingo e bicho)				
Toalha de banho				
Lençol				
Cobertor				
Fronha				
Tapete				
Panelas				
Pratos				
Copos				
Talheres				
Manicure/pedicure				
Cabeleireiro/barbearia				

Faça observações e anotações que avaliar oportunas: _____

V - Mobilidade da família no espaço público

A família tem carro? _____ Bicicleta? _____ O que é perto para você e sua família? 3' () 5' () 10' () 15' () 20' () 25' () 30' () 40' () 50' () 60' ()

Quantos minutos vocês gastam para ir: telefone público () feira () sacolão () supermercado () mercadinho () de casa ao ponto do ônibus () posto de saúde* () pronto socorro* () hospital* () igreja () trabalho () banco () bar () padaria () loteria () casa de parentes () casa de amigos () para se divertir () escola () CÉU () entidade de assistência social () associação de moradores ()

Observação: aqui é importante perguntar e especificar se é de ônibus, bicicleta ou a pé, e também, especificar, se os serviços ficam no bairro ou fora dele.

Quais os serviços que vocês sentem faltam perto de sua casa? _____

O que dá para fazer a pé? _____

Vocês usam transporte para fazer o quê? _____

Qual o transporte que usam: ônibus () lotação () trem () bicicleta () carona () ambulância ()

Serviços sociais utilizados pela família

Serviços	Tipo de serviço	O que é bom?	O que é Ruim?
Assistência Social			
Saúde			
Educação			
Lazer			

Quando vocês saem para trabalhar ou para fazer qualquer outra coisa, com quem deixam as crianças? Com outros membros da família () vizinhança () parentes () outros () Quem? creche () projetos sociais () leva junto (). E os adolescentes? _____
E os idosos? _____ Costumam pagar alguém? _____ Quem? _____ Quanto R\$ _____

VI - Renda Familiar

Qual é a renda familiar? R\$ _____

De onde vem essa renda? Salários () trabalho autônomo () trabalho precário () pensão do INSS () aposentadoria () BPC () renda mínima () bolsa escola () bolsa família () vale gás () vale alimentação () mendicância () venda de material reciclável ()

Faça observações e anotações que avaliar oportunas: _____

VII - Rede de relações

1. Familiares

Onde viveu (cidade/estado/bairro) até os 4 anos de idade? _____

Perdeu alguém quando você era pequena? _____ quem? _____

Com quem você morava quando era pequena? _____

Quem sustentava você na época? _____

Locais onde já viveu até hoje (cidade, estado, bairro)? _____

Com que idade começou a estudar? _____

Com que idade começou a ler? _____

Com que idade parou de estudar? _____

Com que idade começou a trabalhar? _____

Com que idade teve a primeira relação sexual? _____

Tteve alguma orientação? _____ de quem? _____

Com que idade teve o primeiro filho? _____

Quantos filhos(as) você teve? _____ e seu companheiro(a)? _____

Alguém na família tem necessidades especiais (visual/auditiva/física)? _____ quem? _____

E transtorno mental? _____

Teve algum aborto? _____ espontâneo () provocado ()

Com que idade foi viver junto, ou se casou? _____

Quantas relações conjugais teve? _____ E seu companheiro? _____

Quanto tempo durou cada uma? 1ª _____ 2ª _____ 3ª _____ 4ª _____ 5ª _____

Que tipo de relação tem com seus avós (maternos e paternos)? _____

E com seus pais? _____

E com seus irmãos? _____

E com a família de seu marido/mulher/ companheiro(a) (sogra(o), cunhados(as) e ex? _____

Onde seus familiares moram atualmente? (Estado/cidade/bairro) _____

Você já os visitou desde que veio para SP? _____ Quantas vezes? _____

Alguém de sua família já se envolveu: Droga () criminalidade () tráfico ()

Quem? _____ E o que aconteceu com ele? _____

2. Vizinhança

Vocês conhecem seus vizinhos? _____

Que tipo de relação vocês mantêm com eles? _____

Pedem algum tipo de ajuda/auxílio? _____ Quais? _____

Que tipo de ajuda costumam pedir para a vizinhança? _____ Quando? _____

São atendidos? _____

Observações e anotações oportunas _____